

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O TURÍBULO E A CHAMINÉ**  
**A AÇÃO DO BISPADO NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA**  
**MODERNIDADE EM DIAMANTINA.**

**1864 – 1917**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Thaís Velloso Cougo  
Pimentel.

**ANTÔNIO CARLOS FERNANDES**

**Diamantina, Julho de 2005.**

**ANTÔNIO CARLOS FERNANDES**

**O TURÍBULO E A CHAMINÉ**  
**A AÇÃO DO BISPADO NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA**  
**MODERNIDADE EM DIAMANTINA.**

**1864 – 1917**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Thaís Velloso Cougo  
Pimentel.

**Diamantina, Julho de 2005.**

**ANTÔNIO CARLOS FERNANDES**

**DISSERTAÇÃO DEFENDIDA E APROVADA EM \_\_\_\_\_ DE JUNHO DE 2005,  
PELA BANCA EXAMINADORA CONSTITUÍDA PELOS PROFESSORES:**

---

**PROFESSORA DOUTORA THAÍS VELLOSO COUGO PIMENTEL**

---

**PROFESSORA DOUTORA JÚNIA FERREIRA FURTADO**

---

**PROFESSORA DOUTORA LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES**

*À minha família*

*Sônia, Gabriel, Lucas e Sofia,*

*na esperança que um dia possam compreender minhas constantes ausências*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à Professora Doutora Thaís Velloso Cougo Pimentel que orientou este trabalho com dedicação, competência, zelo, firmeza, e profundo respeito.

Destaco aqui à Professora Doutora Júnia Ferreira Furtado pelo incentivo e pelas necessárias correções, fundamentais em meu processo de formação acadêmica.

Aos professores do Curso de pós-graduação da FAFICH que não mediram esforços para alcançar o melhor resultado em minha formação e qualificação acadêmica.

Aos funcionários Alessandro, da Seção de Ensino da pós-graduação, Ana, da Secretaria da pós-graduação do Curso de História e Sindie, da Biblioteca da FAFICH, pela extrema presteza.

Aos meus colegas de colegas do Departamento de História da FAFIDIA, professores Paulo Francisco Flecha Alkmim, Dayse Lúcida Silva, Marcos Lobato Martins, James Willian Goodwin, Mariuth Santos, Sérgio Nascimento, José Antônio Martins, Leonídia Azevedo, pelo incentivo e pelas “segundas sem lei”, que marcaram com inextinguíveis saudades a minha formação como professor.

Agradeço igualmente aos colegas do Departamento de Letras da FAFIDIA, professoras Neusa Araújo Fernandes, Maria de Lourdes S. Ferreira, Iara Cardoso, Lucia Nascimento e professores Hermes Werneck e Mauro Rubens.

Especialmente agradeço aos meus colegas de curso André Guerra, Adauto, Felipe, Françoise Jean, Ana Maria e Patrícia Porto, pelos momentos de companheirismo e solidariedade.

À funcionária Denise da Biblioteca Antônio Torres pela presteza rotineira.

Com especial atenção agradeço à funcionária Abelita Rodrigues Machado - Dona Bela - do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina pela receptividade, disponibilidade e presteza.

Agradeço às instituições que me proporcionaram uma bolsa de estudo para custear minha estadia em Belo Horizonte e financiar o meu curso: a Fundação de Amparo a Pesquisa <sup>do Estado de Minas Gerais</sup> - FAPEMIG, através da UEMG e a Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha – FEVALE.

Agradeço com carinho fraternal a minha mãe Edite e minha irmã Aparecida que nunca mediram esforços para me resguardar em minhas angústias.

Ao meu irmão Alfredo, ao meu cunhado Waltinho e ao amigo Eli pelo apoio.

Agradeço especialmente pelas orações as amigas Dona Conceição Duarte e Dona Conceição Santiago.

Ao meu amigo Wander agradeço especialmente pela ajuda incondicional.

Pela presteza, correção, zelo e compromisso acadêmico agradeço especialmente a pesquisadora Catarine Angélica Silva Rodrigues, minha auxiliar no trabalho extenuante de identificação e catalogação das fontes.

Deixei propositalmente para agradecer no final ao meu amigo e grande Pastor da Arquidiocese de Diamantina, Dom Paulo Lopes de Faria, pela abertura incondicional dos arquivos da Igreja Católica, tanto do Seminário, quanto da Mitra Arquidiocesana, sem os quais, não seria possível a realização da pesquisa documental. Espero ter trazido luz ao seu rebanho.

À Deus, pela vida, pela vitória...

## SUMÁRIO

---

<b>Resumo</b> .....	7
<b>Abreviaturas</b> .....	8
<b>Introdução</b> .....	9
1. O objeto e seus problemas.....	9
2. Considerações teóricas.....	22
3. Considerações sobre a bibliografia e tipologia das fontes.....	31
<b>Capítulo I – A modernidade na Athenas do Norte: limites e possibilidades</b> .....	46
1.1. Minas Gerais no século XIX: Escravidão, capitalismo e modernidade.....	46
1.2. Urbe et Orbe. Diamantina: capitalismo e modernidade.....	64
1.3. Novam Adamantini Episcopatus. A Cidade Episcopal.....	84
<b>Capítulo II – A constituição do Bispado no Grande Empório do Norte</b> .....	95
2.1. O Bispado e a escravidão. Fé e liberdade.....	95
2.2. O Bispado e a instrução escolar. Fé e razão.....	109
2.3. O Bispado e a indústria. Fé, produção e trabalho.....	120
2.3.1 A União Operária Beneficente de Diamantina.....	138
<b>Capítulo III – Vozes Católicas na Nova Scião. A Construção do Discurso Ultramontano Conservador</b> .....	142
3.1. A romanização em Minas Gerais no século XIX .....	142
3.2. A romanização no Bispado de Diamantina.....	156
3.3. A moralização cristã dos costumes.....	178
<b>Considerações Finais</b> .....	190
<b>Fontes</b> .....	194
<b>Bibliografia</b> .....	198

## RESUMO

---

A presente dissertação tem por objetivo central a análise das ações empreendidas pela Igreja Católica em Diamantina, através do seu Bispado, entre o anos de 1864 a 1917. Visa compreender a forma como ela exerceu sua influência e interferiu no processo de constituição da modernidade da cidade e, por conseqüência, do norte de Minas. A análise do discurso produzido pela Igreja também figura nesse trabalho, sendo caracterizado como parte integrante do pensamento conservador introduzido sistematicamente em Minas Gerais no século XIX, visando a reforma do Clero e instrução dos fiéis. O presente estudo, por seu objeto e suas abordagens, pretende se situar nas fronteiras entre a história eclesiástica e a história social, o que permite um novo campo de debates sobre o papel da Igreja Católica na formação social de Diamantina, e por extensão de Minas Gerais, nos séculos XIX e XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernidade, escravismo, capitalismo, romanização, costumes, tradição, conservador.



## ABREVIATURAS

---

ACMD – Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina

AEAD – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina

AUOD – Arquivo da União Operária Beneficente de Diamantina

BAT – Biblioteca Antônio Torres

BSAD – Biblioteca do Seminário Arquiepiscopal de Diamantina

CNSD – Colégio Nossa Senhora das Dores

SPNSM – Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês

SSVP – Sociedade São Vicente de Paulo

## INTRODUÇÃO

---

### 1. O objeto e seus problemas.

A história da Igreja Católica em Minas Gerais no século XIX e primeira metade do século XX tem sido muito pouco analisada na historiografia Brasileira. São raras as obras que tratam da história da instituição, sob o ponto de vista da Reforma Eclesial empreendida por Dom Viçoso, no Bispado de Mariana, a partir de 1844, e seus desdobramentos com a criação do Bispado de Diamantina, em 1853, e sua instalação no ano de 1864, com a posse de Dom João Antônio dos Santos. Chama a atenção o fato dos Bispados de Mariana e Diamantina, nos séculos XIX e XX, figurarem dentre os principais responsáveis pela introdução do pensamento conservador católico no Brasil, ao mesmo tempo em que se notabilizaram por uma forte campanha contra a escravidão e a maçonaria. Marcaram também as ações desses Bispados a ação educacional e missionária dos Lazaristas, ordem secular ligada a Casa de Paris, que, na década de 1820, iniciou vigorosamente sua ação pastoral em Minas Gerais com a fundação da Congregação da Missão.

Especificamente sobre a influência do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina e por extensão do norte de Minas, entre 1864 e 1917, são quase inexistentes as publicações. Nesse sentido, a presente dissertação tem por objetivo analisar esse contexto, nos séculos XIX e XX, reservando um dos seus capítulos para a discussão sobre a construção do discurso ultramontano conservador na cidade episcopal de Diamantina. A documentação eclesial, farta e dispersa em vários arquivos, foi amplamente utilizada na pesquisa e serviu de base para se cerzir os fios da história do intrincado tecido

social diamantinense, no fim-de-século. Dessa documentação faz parte o trecho abaixo, transcrito de uma Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Mineiro, que, dentre outras, serviu de base para construção das bases teóricas e metodológicas do presente objeto de estudo. As Cartas Pastorais traduziram o desejo dos Bispos para com o clero e os fiéis e indicaram os caminhos e condutas adotadas. A Pastoral em pauta recomendava que:

Religiosamente observem os muitos Revds. Parochos, Reitores de igrejas, Confrarias, Irmandades, Associações todos os administradores, em summa, de bens eclesiásticos, as prescrições canônicas sobre coisas preciosas, de que havemos falado, assim como tudo mais que é confiado á sua guarda.

Portanto, não se alienem pinturas, esculturas, alfaias, moveis, jóias, paramentos, mormente antigos, de valor, nem reformem quaesquer objectos de arte sem licença escripta da autoridade competente. (...).

Os sacerdotes aconselhem aos seus fieis que, no caso de transmissão *inter-vivos* de moveis ou immoveis seus que sejam de proveito ao patrimônio artístico nacional, dêem preferência á União ou ao Estado.

Enfim, para não ficar o nosso clero exposto á incompetência de constructores, e adquirir amor ás coisas de arte, dar-se-lhe-á no Seminário um breve curso de noções sobre esta matéria em suas diferentes modalidades.

Os muitos Revdos. Parochos leiam esta nossa Pastoral nas matrizes de nossas respectivas dioceses, á hora da missa parochial, em três domingos ou dias de preceito, dividindo-a de modo mais conveniente.<sup>1</sup>

As recomendações acima afloram do conjunto expresso na carta pastoral coletiva sobre o patrimônio artístico, subscrita pelos Arcebispos metropolitanos e Bispos Sufragâneos das Províncias Eclesiásticas de Minas Gerais, redigida por Dom Joaquim, Arcebispo de Diamantina, e publicada no ano de 1926. Foram co-autores os Arcebispos de Diamantina, Mariana e Belo Horizonte, juntamente aos Bispos de Montes Claros, Campanha, Porto Nacional, Araçuaí, Pouso Alegre, Caratinga, Guaxupé, Aterrado, Goiás, Uberaba e Juiz de Fora. Tinha como objetivo central o cuidado com “exatidão, desvelo, diligência e carinho” do patrimônio artístico eclesiástico.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> SOUZA, Joaquim Silvério de et al. *Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fieis de suas dioceses sobre o Patrimônio Artístico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1926. op. cit. p.p. 24-25.

<sup>2</sup> Idem, *Ibidem*. p. 3.

Propositalmente, o episcopado mineiro havia colocado em “alto relevo” esse assunto, no momento em que o Presidente de Minas, segundo os próprios Arcebispos e Bispos, empenhava-se em na conservação dos monumentos e objetos de arte da Igreja Católica.<sup>3</sup> Anteriormente, entre a década de 1910 até o ano de 1922, momento em que foram criados o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, assim como, havia sido realizado o Congresso Eucarístico em comemoração ao centenário da independência, a Igreja Católica, percebendo o enfraquecimento da influência positivista e maçônica na República, havia se aproximado do Estado e definido seu novo papel institucional, pautando suas principais ações sobre uma justificativa de conteúdo político nacionalista e doutrinariamente tradicionalista e conservadora.<sup>4</sup>

Não fossem os autores, o momento e as argumentações contidas no seu corpo, a pastoral poderia ser simplesmente agrupada na série de instruções e recomendações doutrinárias que caracterizaram a atuação do clero mineiro durante o II Império e a primeira república. No entanto, a análise pormenorizada da *Pastoral Coletiva sobre o Patrimônio Artístico* suscitou-me algumas reflexões: Qual motivo teria levado o “Episcopado Mineiro em peso” a produzir uma pastoral sobre o Patrimônio Artístico? Essas ações no campo da arte possuíam alguma ligação embrionária com o contexto artístico mineiro e brasileiro?

---

<sup>3</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Dom Joaquim Silvério de Souza. Cx. 7, env. 5. Dom Joaquim gozou de imensa influência entre os deputados e governadores de Minas Gerais no período republicano. Consta no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina volume expressivo de correspondências, recebidas e emitidas no período, para várias autoridades políticas do Estado, onde não raro eram solicitados apoios para as diversas candidaturas. Figuram nomes como Carlos Ottoni, Antônio Augusto de Lima, Telles de Menezes, Wenceslau Brás Pereira Gomes e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Quanto a esse último, Dom Joaquim foi o orador na solenidade de sua posse como Presidente de Minas Gerais em 1926.

<sup>4</sup> Ver LUSTOSA, Oscar Figueiredo (org). *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990. MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à terceira via: a igreja no Brasil de 1889 a 1945*. Belo Horizonte: FAFICH/UFGM, 1995. Dissertação de mestrado. Mimeo. MOURA, Sérgio Lobo & ALMEIDA, José Maria G. *A Igreja na Primeira Republica*. In: FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

Quais razões teriam levado Dom Joaquim a ser escolhido para a redação do documento final?

A leitura das correspondências de Dom Joaquim esclareceu em parte essas questões. Em 1910, em resposta às indagações do Núncio Apostólico no Brasil, Dom Joaquim havia anunciado as estreitas ligações do Bispado de Diamantina e do Arcebispado de Mariana com as autoridades políticas de Minas. Afirmou:

tal é o nosso prestígio, que nas últimas eleições presidenciaes o governo mineiro e os políticos mais em evidencia no Estado se viram obrigados a recorrer ao Exmo. Sr. Arcebispo de Marianna e a mim, fazendo promessas de auxílios e até a proposta de cada districto ser um dos deputados eleitos da inteira confiança do ordinário.<sup>5</sup>

Neste momento, a igreja católica ainda estava se organizando em função da eliminação dos benefícios eclesiásticos e da sua separação do Estado, mas isso não havia destruído as ligações do clero com as elites políticas. Principalmente em Minas Gerais a igreja católica continuou mantendo ligações estreitas com seus políticos, ao mesmo tempo em que executou fielmente o seu projeto de romanização, iniciado em 1844 com Dom Antônio Ferreira Viçoso, em Mariana. Dom Joaquim deixou transparecer essa interpretação em outro trecho de sua correspondência:

V. Excia sabe que os deputados federaes mineiros, e não são elles os nossos catholicos decididos em geral, estão sempre ao lado da Egreja. Isto é significativo: Minas é o baluarte do catholicismo no Brasil.<sup>6</sup>

Essas relações entre o clero mineiro e as elites políticas tenderam a ser reproduzidas nacionalmente e, no ano de 1916, tomaram forma nas pregações de Dom Leme, Arcebispo

---

<sup>5</sup> AEAD. Dom Joaquim Silvério de Souza. Correspondências recebidas. 1910/1911. Cx. 11, pac. 1910.

<sup>6</sup> Idem, Ibidem.

Metropolitano de Olinda, através de uma carta pastoral, condenado a estagnação do catolicismo e a inércia dos seus fiéis. Nessa mesma data, começaram a ganhar força o pensamento conservador e tradicionalista de Jackson de Figueiredo, baseado em Charles Maurras.<sup>7</sup> Não tardaram em ser traduzidos e divulgados os escritos de Joseph de Maistre, De Bonald, Donoso Cortés, Gonçalves Cerejeira e Louis Veuillot.<sup>8</sup> Entre 1918 e 1926 ficaram patentes as ligações de Dom Leme com os Presidentes Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, que o procuraram em virtude das constantes ameaças das atividades revolucionárias.<sup>9</sup>

Com base nessas argumentações foi possível compreender as razões da publicação da *Pastoral Coletiva sobre o Patrimônio Artístico*, subscrita por todo o Episcopado Mineiro. Como anunciado em seu prefácio, de um lado visava seguir “as lições de Roma” e, de outro, “promover a grandeza da pátria”. Encontrava-se em sintonia com o processo de romanização católica brasileira e refletia um desejo de conservar costumes e tradições mineiras que interessavam aos “brios de nação civilizada pelo cristianismo”, como afirmado pelo episcopado. Portanto, a pastoral coletiva refletiu o projeto do clero mineiro em se apresentar unificado em torno de objetivos institucionalmente amadurecidos ao longo dos anos e o fato de ser ele o principal representante do movimento católico no Brasil.

---

<sup>7</sup> Jackson Figueiredo foi um dos principais pensadores conservadores católicos do Brasil. Fundou a revista *A Ordem* e escreveu diversos artigos criticando os abusos dos costumes e a desordem da política e da sociedade no Brasil. Baseou boa parte das suas idéias nas pregações de Charles Maurras, escritor nacionalista francês, anti-semita, monarquista e anti-republicano. Viveu no fim-de-século e fundou a *Ecole Romane*, contrária ao simbolismo literário.

<sup>8</sup> O pensamento conservador católico foi introduzido tardiamente no Brasil em relação a sua divulgação na Europa. No caso de Joseph Marie de Maistre (1753-1821) suas obras já estavam aproximando do centenário e dos pensadores Louis Gabriel Ambroise de Bonald (1754-1840) e Juan Francisco Donoso-Cortés (1809-1853) já tinham sido transcorridos 50 anos. Apesar de conhecidos e estudados nos seminários mineiros, sua divulgação mais ampla só ocorreu a partir do final do século XIX, no meio eclesial e no início do século XX no meio leigo.

<sup>9</sup> MARQUES, Rita de Cássia. *Da romanização à terceira via...* 1995. p. 55 a 64.

De um outro ponto de vista, a pastoral coletiva tratou de um assunto que estava no epicentro das discussões sobre a arte no Brasil. Era um momento de revalorização das temáticas nacionalistas na literatura, nas artes plásticas e na música, apregoadas pelos modernistas de 1922. Coincidindo com esse movimento o barroco mineiro ressurgiu de “modo triunfal, enquanto momento de originalidade e independência”.<sup>10</sup> Na década de 1930, diversos projetos de arquitetura moderna foram tardiamente implantados em Belo Horizonte, considerando que as experiências européias e americanas já haviam completado 30 anos, desde a sua execução.

Por sua vez, no ano de 1930, na cidade do Rio de Janeiro, os alunos do curso de arquitetura haviam se rebelado em uma greve geral contra os padrões e mestres da Escola Nacional de Belas Artes – ENBA. Para solucionar o conflito, o mineiro Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, nomeou Lúcio Costa como novo Diretor. Sua gestão foi curta – dezembro de 1930 a abril de 1931 – mas, suficiente para instalar uma nova ordem no ensino da arquitetura em sintonia com as recentes discussões modernas vigentes na Europa e EUA. Em São Paulo, a introdução do curso de arquitetura na Escola de Engenharia da Mackenzie refletiu as necessidades de ordem construtiva moderna, típicas da cidade, e a consolidação das experiências de Flávio de Carvalho e Warchavchik, realizadas na década de 1920. Em Belo Horizonte, as rápidas transformações urbanas e arquitetônicas da cidade, capitaneadas pelo prefeito JK, e a demanda crescente por novos arquitetos, levaram-no a encampar, em 1944, a Escola de Arquitetura – um curso livre presidido pelo engenheiro João Kubitschek – incorporando-a a Escola de Belas Artes. Ao contrário da ENBA e do curso de arquitetura da Escola de Engenharia da Mackenzie, em

---

<sup>10</sup> SOUZA, Renato César José de. A última Escola Antiga. In: SOUZA, Eneida Maria de (org.). *Modernidades Tardias*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, op. cit. p. 107.

Belo Horizonte, a proposta original da Escola Livre guardava relações próximas com as Belas Artes e com seus combatidos padrões, que repetiam “modelos há muito ultrapassados na arquitetura”.<sup>11</sup> Com a sua incorporação promovida por JK e, em 1946, sua transferência para a Universidade de Minas Gerais, a situação mudou significativamente, dando vazão a uma “arquitetura moderna tipicamente mineira”.<sup>12</sup>

Uma das fontes de inspiração para essa renovação moderna na paisagem da arte brasileira foi a releitura estética da escultura, arquitetura, pintura, música e literatura do passado colonial mineiro, em que Lúcio Costa foi um dos maiores intérpretes e Rodrigo Melo Franco de Andrade o responsável pela preservação, principalmente dos monumentos religiosos católicos. Na década de 1920 Lúcio Costa fez diversas viagens a Portugal e a Minas Gerais, demonstrando especial atenção por Diamantina. Em 1924, visitou a cidade onde fotografou, estudou, anotou e desenhou vários detalhes das suas obras, o que iria representar uma mudança de direção na sua carreira e ao questionamento da plástica de seu tempo.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup>SOUZA, Renato César José de. *A última Escola Antiga*, 1998. op. cit. p. 116. Sobre o modernismo na cidade do Rio de Janeiro ver GOMES, Ângela de Castro. *Essa Gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo*. In: *Revista de Estudos Históricos. Os anos 20*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 6, n. 11, 1993. Para a compreensão do sentido moderno da cidade de São Paulo e a formulação do discurso nacionalista e regionalista paulista ver VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. In: *Revista de Estudos Históricos. Os anos 20*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol 6, n. 11, 1993.

<sup>12</sup> SOUZA, Renato César José de. *A última Escola Antiga*. 1998. p. 119. Sobre o caráter moderno e ao mesmo tempo conservador da cidade de Belo Horizonte, ver PIMENTEL, Thais Velloso Cougo Pimentel. *A Torre Kubitschek. A trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1993. Sobre a arquitetura moderna em Minas Gerais, ver MELLO, Suzy de. *A arquitetura moderna em Minas Gerais*. In: *II Seminário sobre a Cultura Mineira (período contemporâneo)*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, Imprensa Oficial, 1980.

<sup>13</sup> A esse respeito dois depoimentos colhidos por ocasião do Seminário Internacional – Um século de Lúcio Costa são esclarecedores. O primeiro do amigo e colaborador Jorge Hue: “a descoberta de Diamantina foi um catalisador de idéias na trajetória de Lucio Costa. Só um homem preparado e sensível como Lucio poderia perceber aquela “beleza sem esforço existente na arquitetura simples daquela cidade. A partir dessa revelação, o arquiteto teria dado início à busca de uma síntese entre tradição e modernidade que caracterizou sua produção a partir de então”. O segundo depoimento foi da sua filha Maria Elisa Costa. Para ela: “a origem familiar do Norte e Nordeste do Brasil e a educação européia que Lucio recebeu durante a infância teriam provocado uma fusão de experiências culturais, que o ligava ao mesmo tempo às raízes brasileiras e à cultura



Por razões diferentes, o episcopado mineiro e os intelectuais modernistas defenderam a necessidade de preservação da arte colonial mineira. O episcopado por razões doutrinárias e políticas; os intelectuais por razões estéticas e conceituais. Discorreram sobre o mesmo objeto e alcançaram resultados semelhantes.<sup>14</sup> Nesse sentido, a adesão à estética moderna, defendida pelos modernistas, não se apresentava como uma oposição à tradição. No Brasil, sob esse ponto de vista, o ingresso na modernidade não significou um rompimento com o passado, ao contrário, seu prestígio não era de “molde a tolher a liberdade da sua maneira de ser futura”, como afirmado pelo modernista Menotti Del Picchia.<sup>15</sup>

Analisadas as questões sobre as razões que levaram o episcopado mineiro a publicar uma pastoral coletiva sobre o patrimônio e sobre sua vinculação embrionária com outros movimentos artísticos, mineiro e brasileiro, restou-me ainda o último problema:

---

européia, sem o característico deslumbramento que esta exercia nos brasileiros em geral. Um segundo aspecto seria a descoberta de Diamantina, que representou uma mudança de direção na carreira do arquiteto, levando-o ao questionamento de qual seria a questão plástica do seu tempo. O terceiro ponto seria o caráter realizador de Lucio e seu comprometimento com a construção de uma nova realidade”. Ver HOLCK, Ana et al. *Seminário Internacional – Um Século de Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. Depoimentos. Mimeo. Os desenhos de Lúcio Costa foram doados pela família para o Museu Casa de JK em Diamantina e encontram-se atualmente expostos para visitação pública.

<sup>14</sup> Sobre a opção modernista pela arquitetura neocolonial ver KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana da Arte Moderna de 1922. In: *Revista de Estudos Históricos. Arte e História*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 30, 2002. Sobre as ações públicas de preservação e proteção do patrimônio cultural, é relevante destacar que o amadurecimento das discussões e o reconhecimento da necessidade de proteção do patrimônio levaram o Estado, em 1937, a editar a lei nº 378 e o decreto-lei nº 25, onde foi criado o SPHAN – Serviço Nacional do Patrimônio Artístico Nacional e definidas suas funções. O decreto definiu o patrimônio histórico e artístico nacional como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. No período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade e seu grupo estiveram à frente do SPHAN, os tombamentos incidiram majoritariamente sobre a arte e a arquitetura barrocas concentradas em Minas Gerais, principalmente nos monumentos religiosos católicos.

<sup>15</sup> MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo Revisitado. In: *Revista de Estudos Históricos. Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 1, n. 2, 1988. O ingresso do Brasil na modernidade não significou um rompimento com o passado, pois que a instauração do novo não se “confrontava com a ordem lógica e social, e, por conseguinte, não contradizia a perspectiva da tradição”.

quais razões teriam levado Dom Joaquim a ser escolhido para a redação do documento final?

Optei por analisar sua biografia e algumas de suas obras publicadas. Em 1926, Dom Joaquim havia sido reconhecido pela comunidade intelectual mineira, como um dos mais prolíficos escritores católicos. Consultado em diversas ocasiões pela Nunciatura Apostólica no Brasil, foi o responsável pela redação, em vernáculo ou latim, de documentos importantes do Episcopado Brasileiro.<sup>16</sup> Consultado constantemente em questões educacionais pelo Governo de Minas, emitiu vários pareceres, destacando sua conferência sobre a Escola Nova. Foi professor do Caraça, ocupando as cadeiras de Latim, Português e História. Mais tarde foi designado Diretor-capelão do Recolhimento das Freiras de Macaúbas. Publicou, neste momento, uma série de obras, dentre elas *O Lar Católico*, *Sítios e Personagens* e *a Vida de Santo Afonso de Ligório (tradução)*.<sup>17</sup>

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro honorário da Sociedade Acadêmica de História Internacional de França e membro fundador da Academia Mineira de Letras, ocupando a cadeira de nº 23, cujo patrono escolhido foi Joaquim Felício dos Santos.<sup>18</sup>

Publicou várias obras como Bispo e Arcebispo de Diamantina destacando-se: *Instrução e Mandamento*, *Instrução sobre o Matrimônio segundo o novo decreto da Santa Sé*, *Do Católico e seus Deveres*, *Quem são os Protestantes*, *Traços Biográficos do Dr.*

<sup>16</sup> Ver o ensaio biográfico: COSTA, Dom José Pedro. *Vanguardeiros. Homenagem á Dom Joaquim Silvério de Souza no 60º Aniversário da sua morte a 30 de Agosto de 1933*. Diamantina: 1993. Sobre Dom Silvério ver: SOUZA, Dom Joaquim Silvério de. *Vida de Dom Silvério Gomes Pimenta – Arcebispo de Mariana*. São Paulo, 1927.

<sup>17</sup> COSTA, dom José Pedro. *Vanguardeiros...* 1993. p. 34.

<sup>18</sup> Sobre o IHGB, a AIHF e AML ver TRINDADE, Cônego Raymundo. *Archidiocese de Marianna. Subsídios para a sua História*. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1929. Vol. III. Sobre a posição ocupada de membro fundador da AML ver Patronos, Fundadores e Sucessores da AML em seu site [www.academiamineiradeletras.org.br](http://www.academiamineiradeletras.org.br).

*Joaquim Felício dos Santos, Porque e Como as Obras Sociaes devem ser Catholicas (tradução), Aos Meus Seminaristas, Abreviado Despertador das Vocações Sacerdotais, Vida de Dom Silvério Gomes Pimenta – Arcebispo de Mariana, Circular ao Clero sobre o Trabalho Agrário, Alocução (proferida na posse do Presidente Antônio Carlos), Pio XI – sua Paternidade Sobrenatural, Prefácio do livro Bom Combate (Mário de Lima), Religião, Educação, Divórcio e Voto, essa última em 1933, além de várias Cartas Pastorais, Instruções, Atas e Estatutos dos Sínodos Diocesanos.*<sup>19</sup>

Portanto, as razões para a escolha de Dom Joaquim para redação da *Pastoral Coletiva* eram de conteúdo intelectual e político. Naquele momento, Dom Joaquim era o mais indicado escritor católico do episcopado mineiro para assumir a empreitada. Além disso, era amigo pessoal tanto do Presidente Mello Viana, que estava deixando o governo de Minas, quanto do Presidente Antônio Carlos, que estava assumindo.

De outro ponto de vista, a análise das obras e publicações de Dom Joaquim, no governo diocesano e arqui-diocesano de Diamantina, indicou-me a percepção de uma permanência das ações episcopais que remetiam ao governo diocesano de Dom João Antônio dos Santos – 1º Bispo residente de Diamantina – e às reformas realizadas no clero mineiro, iniciadas em Mariana, por Dom Antônio Ferreira Viçoso. Nesse sentido, a pastoral coletiva do patrimônio não poderia ser concebida como evento isolado no contexto eclesial mineiro, mas ao contrário, pertencia ao processo histórico de romanização e institucionalização da Igreja, fruto do amadurecimento da reforma de Dom Viçoso e sua expansão em Diamantina, com a instalação de um Bispado sufragâneo.

---

<sup>19</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Dom Joaquim Silvério de Souza. Cx. 7, env. 5. Ver COSTA, Dom José Pedro. *Vanguardeiros...* 1993. p. 39. No Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina tive acesso ao arquivo pessoal dos Bispos e Arcebispos de Diamantina onde foi possível ler diversas obras, que variam de conservação de estado, principalmente as Cartas Pastorais, as Atas e Estatutos dos Sínodos.

Por um lado, a leitura das biografias dos Bispos Dom João, Dom Viçoso e Dom Silvério acabou esclarecendo o quanto as ações de Dom Joaquim guardaram semelhanças e continuidades com as ações praticadas pelos outros três governos diocesanos e arquidiocesano. Por outro lado, se os governos de Dom Joaquim e Dom Silvério foram fundamentais no processo de romanização do clero mineiro, os governos diocesanos de Dom João e Dom Viçoso foram definidores dos rumos dessa reforma, ainda no século XIX.

Além disso, em Diamantina, as ações de Dom João foram fundamentais no processo de abolição do trabalho escravo, na definição de um programa industrial para a região, no investimento direto em alguns estabelecimentos fabris, no estabelecimento e orientação de alguns educandários, na organização do mundo do trabalho livre e por algumas modificações na paisagem urbana da cidade. No entanto, essas ações não perderam de vista seu conteúdo dogmático, doutrinário e disciplinador e sua desejada interferência em diversas obras sociais na região norte mineira. A relação de Dom João com a cidade de Diamantina ultrapassou a sua condição de Bispo. Devido a sua importância, a descrição e análise de sua vida pessoal e de suas obras irão ocupar significativo espaço neste trabalho. Assim sendo, optei por fazer sua apresentação ao longo da dissertação.

Para melhor compreender a complexidade das relações entre a igreja católica com a cidade de Diamantina e, por extensão, com o que então passou a ser denominado como Norte de Minas, realizei uma análise detalhada da documentação do bispado, que se encontra sob a guarda da Arquidiocese de Diamantina e do Seminário Arquidiocesano. Também foi fundamental a leitura dos jornais da época e das diversas biografias de Dom João Antônio dos Santos, de Dom Joaquim, de Dom Viçoso e de Dom Silvério. Realizei um levantamento e cruzamento de dados sobre as transformações econômicas e sociais vividas pela cidade de Diamantina nos arquivos da Biblioteca Antônio Torres e da Câmara

Municipal de Diamantina, à luz da leitura de uma bibliografia remissa ao século XIX e XX, mineiro e diamantinense, assim como, sobre a história da Igreja Católica em Minas Gerais e sua interface com a modernidade e seus desdobramentos no Brasil e em Minas Gerais. Essas relações foram estabelecidas principalmente na segunda metade do século XIX, estendendo-se até o primeiro quartel do século XX. Sua análise permitiu também uma melhor compreensão da dimensão das obras de Dom João na edificação do Bispado de Diamantina e de Dom Joaquim na sua consolidação.

Concomitante à verificação de um sentido de continuidade nas obras dos Bispos de Diamantina em relação aos seus pares marianenses e uma estreita vinculação das ações do Bispado com o processo de modernização econômica em Diamantina e as conseqüentes transformações nas relações de trabalho ali travadas, também pode ser identificada uma constante interferência do Bispado nas instituições, cujos fins eram sociais, e nas orientações de diversos educandários da cidade. Do ponto de vista doutrinário, chama atenção a construção de um discurso conservador, cujos pilares se encontram nos conceitos tradicionais da família, pátria, propriedade e autoridade, presentes, tanto nas cartas pastorais, quanto nas instruções aos fiéis e aos párocos publicadas por Dom João e Dom Joaquim.

Alcançadas essas interpretações foi possível formular os problemas centrais que deram sentido a presente dissertação, quais sejam: Como vincular as ações do Bispado de Diamantina com o processo de transformação econômica e social em curso em Minas Gerais, no momento de seu ingresso na modernidade? Quais as bases para a compreensão dessa modernidade em Diamantina? Quais ações foram empreendidas para tornar Diamantina uma cidade episcopal? Como e quais foram as ações dos Bispos Dom João Antônio dos Santos e Dom Joaquim Silvério de Souza nas diversas áreas em que atuaram:

abolição, industrialização, regulamentação das sociedades de ajuda mútua, educação e doutrina cristã? Quais as relações dessas ações com a constituição da modernidade em Diamantina? Quais foram os discursos formulados pelo Bispado e quais as suas possíveis caracterizações?

Foi necessário também estabelecer uma delimitação temporal. Os marcos adotados foram os anos de 1864 e 1917. Eles se referem ao período de funcionamento pleno do Bispado de Diamantina. Apesar do Bispado ter sido criado pela lei imperial 693, de 06 de agosto de 1853 e efetivado pela Bula Pontifícia de Pio IX, *Gravissimum Sollicitudinis*, em 1854, a nova Diocese só viria a ter um bispo residente com a nomeação do Cônego João Antônio dos Santos, pelo Imperador, em 12 de março de 1863. Sua eleição, no Consistório Secreto dos Cardeais e aceita por Pio IX, foi publicada na *Bulla Apostolatus officium meritis licet*, em 28 de setembro de 1863. Sua posse foi realizada em Diamantina no dia 02 de fevereiro de 1864.<sup>20</sup>

O segundo marco, o ano de 1917, se refere ao momento em que o Bispado de Diamantina foi elevado à categoria de Arcebispado, autorizado pelo Papa Bento XV, em 28 de julho de 1917, com a publicação da bula *Quandocumque se prebuit*, nomeando Dom Joaquim para seu primeiro Arcebispo.<sup>21</sup>

Esses marcos constituem balizas temporais necessárias que, no entanto, não devem impedir a percepção das múltiplas durações de acontecimentos simultâneos, que ultrapassaram esses limites. Também não devem inviabilizar a constatação das ações do Bispado de Mariana, na cidade de Diamantina, anteriores ao nascimento do seu Bispado, e

<sup>20</sup> Ver COSTA, Dom José Pedro. *Vanguardeiros...* 1993. p.15. NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX na Vida de um Prelado Mineiro. Atividades e influências de Dom João Antônio dos Santos*. Revista Separata do livro. P. 52. O ato de escolha do Bispo ou Arcebispo pelo Papa ocorre depois de consulta à Cúria Papal e à Nunciatura Apostólica, daí a expressão amplamente utilizada pela Igreja de “eleição dos bispos e arcebispos”.

<sup>21</sup> AEAD. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina. 10 de março de 1903. Anno I, n. 8. col. 1,2. p. 1.

das ações do Arcebispado de Mariana, posteriores à elevação da Diocese de Diamantina à Arquidiocese, que estão situadas fora do intervalo arbitrariamente escolhido. Por outro lado, alguns itens analisados, como a expansão e crise do setor minerador diamantífero, só fariam sentido se observados ao longo do século XIX e início do século XX, mesmo considerando que o Bispado atuou, com maior desenvoltura, apenas no momento de sua crise e na proposição e constituição de um programa industrial junto aos empresários diamantinenses, na segunda metade dos oitocentos. A aceitação dessa elasticidade dos marcadores temporais também possibilitou a percepção da repetição de gestos e discursos de diferentes sujeitos históricos, antes da criação do Bispado, durante a sua vigência e depois de sua elevação à Arcebispado. A percepção de “uma permanência sobre a qual se articulam mudanças mais ou menos lentas”.<sup>22</sup> Essa constatação permitiu a compreensão da formulação de um discurso conservador pela Igreja, que ultrapassou os marcos temporais propostos, sem, no entanto, inviabilizar a identificação e a análise desse mesmo discurso, nesse intervalo.

## 2. Considerações teóricas.

Tendo sido formuladas as questões centrais da dissertação e estabelecidos os marcos temporais, o próximo passo foi a formulação de um arcabouço teórico e conceitual que permitisse a construção de uma estrutura interna do texto coerente com os recentes debates sobre a modernidade no Brasil e especialmente em Minas Gérias.

---

<sup>22</sup> REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico. As contribuições de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994, op. cit. p. 20. Sobre as questões relativas ao debate sobre a historiografia contemporânea e a identidade do Historiador e suas opções interpretativas ver FALCON, Francisco J.C. A Identidade do Historiador. In: *XVIII Simpósio Nacional da ANPUH*. Recife: 1995. Mimeo.

A opção feita, inicialmente, foi por se tentar compreender a modernidade, em sua gênese conceitual, como um discurso filosófico gerado na Europa, no século XIX. Em outro momento, foi por se buscar a compreensão de seu sentido histórico, estabelecendo-se as possibilidades de sua utilização em contextos espaciais e temporais não europeus. Buscou-se ainda estabelecer possíveis sentidos e conteúdos para o termo, assim como, a validade e possíveis articulações para sua utilização na análise do contexto histórico diamantinense.<sup>23</sup>

Essa escolha remete a constatação de que, por volta do ano de 1800, era uso contemporâneo, nas línguas inglesa e francesa, as expressões “modern times” e “temps modernes”, que se referiam a todos os acontecimentos ocorridos, na Europa, entre os séculos XVI e o XVIII. Foi HEGEL quem primeiro utilizou o conceito de modernidade em contextos históricos, como conceito epocal: os “novos tempos” são os “tempos modernos”.<sup>24</sup> Utilizou o termo para designar uma época radicalmente nova, que só tomou forma depois de ter perdido seu caráter puramente cronológico e ter passado a ser dirigida para o futuro.<sup>25</sup>

Isso posto, significa dizer que os tempos modernos correspondiam também à consciência da nova experiência do progresso e da aceleração dos acontecimentos históricos. Pressupunham ainda a compreensão da simultaneidade temporal de desenvolvimentos não simultâneos.<sup>26</sup> O mundo moderno passou a se distinguir do mundo

---

<sup>23</sup> Sobre a necessária cautela dos historiadores na utilização dos conceitos em contextos em que não foram originalmente gerados, recorri aos estudos de Reinhart Koselleck, traduzidos por Manoel Luis Salgado Guimarães em 1992. Ver KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In *Revista de Estudos Históricos. Teoria e História*. Rio de Janeiro, vol, 5, n. 10, 1992, pp. 134 – 146.

<sup>24</sup> Ver HABERMAS, Jürgen. *O discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1990.

<sup>25</sup> Idem. Ibidem. p. 17.

<sup>26</sup> Idem. Ibidem. p. 17



antigo exatamente por se abrir ao futuro, onde o começo de uma nova época repetia-se e perpetuava-se a cada instante do presente, gerando continuamente o que é novo.

É dentro desse quadro que surgiram ou ganharam novos significados os conceitos dinâmicos do século XVIII, que se perpetuaram até os nossos dias: revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, espírito de época, etc.<sup>27</sup> No entanto, cabe aqui ressaltar que a consciência do problema da fundamentação da modernidade, a partir de si própria, ocorreu no domínio da crítica estética com a construção do conceito do que então passou a ser denominado moderno. Nesse sentido, o adjetivo moderno, no final do século XIX, foi substantivado, e utilizado no campo das Belas Artes. As expressões *modernidade*, *Moderne*, *Modernität*, *modernité* adquiriram um “significado estético marcado pela autocompreensão”.<sup>28</sup> Acrescente-se o fato de que a palavra estética, originada do grego *aesthesis*, até 1750, era utilizada com o significado de conhecimento sensorial, experiência, sensibilidade. Nessa data foi utilizada pelo alemão Baumgarten, pela primeira vez, para referir-se às artes.<sup>29</sup>

A essa construção do pensamento filosófico, e seus posteriores desdobramentos, em seus ensaios sobre a sociologia da religião, WEBER, acrescentou o fato de que havia uma íntima relação entre a modernidade e o racionalismo ocidental.<sup>30</sup> Descreveu como racional todo o processo de desencantamento que levou a desintegração das concepções religiosas do mundo e a geração de uma cultura profana na Europa. Por outro lado, WEBER destacou que, além da profanização da cultura, outro elemento fundamental no processo de

---

<sup>27</sup> KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In *Revista de Estudos Históricos. Teoria e História*. Rio de Janeiro, vol, 5, n. 10, 1992. p.18.

<sup>28</sup> HABERMAS, Jürgen. Ibidem. 1990. p. 20.

racionalização do ocidente foi o desenvolvimento das sociedades modernas. As novas estruturas sociais do mundo europeu haviam sido marcadas pela diferenciação de dois sistemas, onde a organização da empresa capitalista e o aparelhamento burocrático do Estado apareceram como elementos cristalizadores dos novos tempos.<sup>31</sup>

Entre 1950 e 1960 a discussão sobre a modernidade foi ampliada com a inserção do conceito de “modernização”. O termo retomava os problemas da abordagem Weberiana da racionalidade e da modernidade européia.<sup>32</sup> A teoria da modernização acabou procedendo a uma abstração do conceito de modernidade de WEBER e produzindo importantes conseqüências. Uma primeira referiu-se ao fato de se dissociar a modernidade de sua origem européia e de passar a localizá-la em outros contextos espaciais e temporais. Outra conseqüência referiu-se ao fato de se dissociar as conexões internas entre a modernidade e o contexto histórico do ocidente, o que remeteu a crença de que os processos de modernização deixaram de ser concebidos, tão somente, como formas de racionalização européia.<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> Sobre o debate acerca das novas proposições estéticas no século XIX e as conseqüentes alterações nas formas de manifestação da beleza e sua percepção sob a forma de juízo de gosto, de bom gosto, pelo lado do espectador, ver CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994. p. 321.

<sup>30</sup> WEBER, Max. *A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>31</sup> HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. 1990. p. 13.

<sup>32</sup> Idem. *Ibidem*. p. 14. Para Habermas o conceito de modernização diz respeito “a um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: a formação de capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar formal, refere-se à secularização de valores e normas, etc.”.

<sup>33</sup> Essa discussão sobre modernidade e modernização se encontra presente no livro de BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Nesta obra o autor distingue modernismo de modernização, ao mesmo tempo em que divide o processo de constituição da modernidade em três fases distintas. Uma primeira que vai do século XVI até o século XVIII; a segunda que vai da onda revolucionária de 1790 até 1900; e, por último o processo modernizador tornado virtualmente mundial ao longo do século XX.

A investigação da modernidade nos anos 50 e 60 criou as condições para o surgimento da expressão pós-modernidade à luz da própria crise da modernidade; da não realização de suas promessas, do recrudescimento de suas contradições.<sup>34</sup> A modernização passou a ser concebida dentro de um certo processo de autonomização, de uma “modernização que progride por si só”.<sup>35</sup>

Sendo assim, cabe refletir sobre o fato de que as visões Hegeliana e Weberiana, como discursos fundadores, foram essenciais para o processo de autocompreensão da modernidade, especialmente em seu contexto europeu, mas não podem ser utilizadas uniformemente para explicar ou interpretar as manifestações da modernidade nos mais variados contextos não europeus. Cabe evitar a comparação unilateral de dois mundos, correndo-se o risco de se reabilitar uma visão civilizatória oitocentista, onde a Europa colocava-se como centro e modelo do mundo. Trata-se de levar em consideração um frenético movimento de continuidades e descontinuidades característico da própria dialética da modernidade.<sup>36</sup>

Nesse sentido, foi necessário recorrer a outras formas de explicação e interpretação para tentar afrontar um dos problemas centrais da modernidade no tocante a sua utilização e pertinência a outros contextos espaciais, políticos, culturais, econômicos e temporais não europeus.

---

<sup>34</sup> Ver COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

<sup>35</sup> Idem. *Ibidem*. p. 14.

<sup>36</sup> A análise sugerida diz respeito ao fato de se compreender a modernidade como um processo originariamente europeu, no qual Paris e Londres foram as grandes cidades modelos dos séculos XVII e XVIII, mas diz respeito também a um processo – que pela natureza das novas relações estabelecidas pelo capitalismo e pela intensificação das “trocas culturais” nos oitocentos – tornou-se cada vez mais marcado por um caráter mundial. Ver BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no Ar...* 1988, BRAUDEL, Fernando. *Civilização material e Capitalismo. O tempo do Mundo*. Tomo I. Lisboa: Cosmos, 1970, GIDDENS, Anthony. *Os contornos da Alta Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, HARVER, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989, SENNET, Richard. *O declínio do homem público – as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Considerando esse indicativo, a opção teórica do presente estudo se fundamentou na compreensão da modernidade como processo histórico, como parte constitutiva de uma determinada formação social, que admite variadas caracterizações, periodizações e conceituações.<sup>37</sup> Incorporou a interpretação de que é legítima a caracterização da transição do escravismo para o capitalismo no Brasil como parte integrante da modernidade e, que nessa transição, a busca por sua autocompreensão e autocertificação foi realizada de forma original e ao seu tempo, em que os modernistas de 1922 foram grandes interpretes.<sup>38</sup> Assumiu a interpretação, referente ao ingresso do Brasil na modernidade, de que a instauração do novo, como as instalações fabris e a decorrente inovação tecnológica, nem sempre se confrontou com a ordem lógica e social vigentes, especialmente em Minas Gerais, no século XIX, onde foi constatada a manutenção de um dos maiores plantéis escravistas do novo mundo, ao mesmo tempo em que foram realizados variados investimentos capitalistas na mineração e na indústria têxtil.<sup>39</sup> Baseou-se e ampliou a interpretação de que a profanização da cultura ocorrida na Europa dos séculos XVIII e

<sup>37</sup> Ver SOUZA, Eneida Maria de (org). *Modernidades Tardias*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

<sup>38</sup> A análise sugerida remete-se aos estudos de CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986, LEONARDI, Victor & HARDMAN, Foot. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991, MORAES, Eduardo Jardim de. *Modernismo Revisitado*. In *Revista de Estudos Históricos. Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, vol 1, n. 2, 1998, ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, SEVCENKO, Nicolau. *Transformações da Linguagem e Advento da Cultura Modernista no Brasil*. In *Revista de Estudos Históricos. Os Anos 20*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, GONÇALVES, José Reginaldo. *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais. O Problema dos Patrimônios Culturais*. In *Revista de Estudos Históricos. Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1998, VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Brasilidade Verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. In *Revista de Estudos Históricos. Os Anos 20*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

<sup>39</sup> A análise sugerida remete-se aos estudos de LIBBY, Douglas Cole. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1979. Dissertação de mestrado. Mimeo. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1980. Mimeo. MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *As exportações de Minas Gerais no século XIX*. Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1982. In: *Seminário sobre a Economia de Minas Gerais*. MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o Tráfico de Escravos no século XIX, Outra Vez*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994. Mimeo. MARTINS,

XIX, no Brasil, encontrou resistências para sua proliferação, principalmente em Minas Gerais, com o movimento da reforma da Igreja Católica, iniciado em Mariana, em 1844, e institucionalizado pelo Episcopado Brasileiro até a década de 1930.<sup>40</sup> Finalmente, tornou possível a realização de uma análise cuja meta foi a compreensão das ações do Bispado de Diamantina, entre 1864 e 1917, como parte constituinte do diversificado conjunto da modernidade em Minas Gerais, moldando-se como objetivo principal da presente dissertação.

Assim, a modernidade adquire – como conceito aberto, pluridimensional e polissêmico – as características de instabilidade e transitoriedade essenciais a sua autocompreensão. De um lado, a constatação da modernidade indica a aceitação de um sentido dialético onde o novo, incessantemente, é remetido ao seu contrário, de forma cada vez mais restrita, o que pode ser denominado como uma “tradição moderna”. Por outro lado, a aceitação de que a modernidade não exclui a tradição, mas que mantém com a mesma uma relação particular e específica. Isso ocorre em função da confrontação permanente entre o curso da natural atualização temporal e a necessidade de autocompreensão e autocertificação que a remete incessantemente em busca das dimensões

---

Maria do Carmo Salazar & PAIVA, Clotilde A. et al. *Relatório de Pesquisa: População de Minas Gerais no século XIX e Novos Estudos sobre a Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FINEP, 1985. Mimeo.

<sup>40</sup> A análise sugerida remete-se a dois importantes estudos nessa área: CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1986. Tese de Doutorado, mimeo e MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à Terceira Via: A Igreja no Brasil de 1889 a 1945*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1995. Também se sustenta nos estudos de LUSTOSA, Oscar Figueiredo (org). *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990, HAUCK, João Fagundes et al. *História da Igreja no Brasil. Segunda Época*. Petrópolis: Vozes, 1980, MOURA, Sérgio Lobo & ALMEIDA, José Maria G. *A Igreja na Primeira República*. In: FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. MARTINS, Karla Denise. *Civilização Católica e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX*. In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: DEHIS/UEPG, n. 7, p 73-103, 2002. ORTIZ, Renato. *Anotações sobre religião e Globalização*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 47, p. 59-74. ISSN 0102-6909.

da origem.<sup>41</sup> Essa busca está associada à própria etimologia da palavra tradição que a define como “transmissão de um modelo ou uma crença, de uma geração à seguinte, de um século a outro”.<sup>42</sup>

Neste quadro de instabilidade e transitoriedade cabe a recordação de que, na Europa, a vida pública não teve morte instantânea sob o peso da sublevação social e política do final do século XVIII. Ela se estendeu pelo século XIX adentro, “aparentemente intacta, mas efetivamente transformando-se em seu interior”.<sup>43</sup> Esse público do século XIX ao mesmo tempo em que viveu em uma era revolucionária, com modificações abruptas em todos os níveis de convivência pessoal, não conseguiu se desligar das lembranças e comportamentos do que era viver, material e espiritualmente, em uma sociedade de ordens. Viviam em um mundo que não chegou a ser novo por inteiro.<sup>44</sup>

Por outro lado, a afirmação do processo de industrialização levou a uma radicalização da divisão internacional do trabalho e à expansão agressiva dos mercados agora tornados fatalmente mundiais. Ao exportar suas mercadorias de então, os europeus trataram de divulgar seu jeito de ver, compreender, consumir e agir neste novo mundo industrial urbano. Esses influxos da modernidade, por vezes, ao chegarem ao porto de destino, acabavam por se esvaziar. Muitas vezes eram assimilados aleatoriamente. Também serviam como surto modernizador. Certo é que, no caso de Minas Gerais, sua “recepção” provocou certas discontinuidades e rupturas em uma sociedade em que a força da tradição, tanto na forma de produzir, como na forma de se representar sócio-culturalmente, teimou

---

<sup>41</sup> COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. 1999. p. 9. Sobre a legitimidade da utilização da expressão “tradição moderna” Antoine Compagnon esclarece que “durante muito tempo opôs-se o que é tradicional e o que é moderno, sem nem mesmo se falar de modernidade ou de modernismo: moderno seria o que rompe com a tradição e tradicional o que resiste a modernização”.

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*. p.9.

<sup>43</sup> SENNET, Richard. *O declínio do homem público...* 1989. op. cit. p. 34.

em permanecer, ao longo do século XIX, quase inabalável. Esses influxos foram assimilados por uma economia escravista que se movimentava segundo um “padrão monótono de expansão – continuidade estrutural sem perturbações notáveis”.<sup>45</sup>

No Brasil, o fim-de-século foi marcado por um intenso movimento de idéias, sendo grande parte delas, originadas da Europa. Debatia-se sobre abolicionismo, anarquismo, liberalismo, positivismo, república, enfim, sobre questões que de certo modo afetavam a vida cotidiana das pessoas. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se o palco exemplar desses debates no século XIX, onde, na maioria das vezes, essas idéias eram “mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica”.<sup>46</sup> Debatia-se sobre o novo, o moderno, o profano, o tradicional, o conservador e o sagrado. Tratava-se de um período de transição, em uma sociedade escravista que já havia completado três séculos de existência.

Sob outro ponto de vista, a opção pelo estudo das ações do Bispado de Diamantina, não significou um enquadramento do trabalho como signatário da vertente da História eclesiástica no Brasil, em seu sentido doutrinário ou fenomenológico. Trata-se, de reconhecer um objeto que, analisado em suas múltiplas dimensões, se mostrou profundamente arraigado ao modo de vida dos diversos sujeitos históricos em Diamantina, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Trata-se de uma opção por um campo novo da historiografia que pretende investigar as fronteiras, as interdições e as conexões entre o mundo sagrado e o profano, entre o mundo leigo e o eclesiástico. Trata-se também de fazer uma opção por se investigar a história de uma instituição que definiu seu arcabouço doutrinário por um busca constante por estabilidade e continuidade institucional

---

<sup>44</sup> Ver BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no Ar...* 1988.

<sup>45</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX*. 1980.

consagradas pela tradição. Por fim, o presente estudo, por seu objeto e suas abordagens, pretende se situar nas fronteiras entre a história eclesiástica e a história social, o que permite um novo campo de debates sobre o papel da Igreja Católica na formação social de Diamantina, e por extensão de Minas Gerais, nos séculos XIX e XX.

### **3. Considerações sobre a bibliografia e tipologia das fontes.**

As questões inicialmente apontadas para a definição do objeto a ser investigado se vincularam a escolha de uma bibliografia que pudesse oferecer consistência teórica e conceitual a análise a ser realizada, ao mesmo tempo em que pudesse indicar possíveis conexões e interpretações para as diversas lacunas e enigmas obviamente deparados na seleção e leitura da documentação.

A escolha foi remissiva aos diversos campos temáticos requeridos para a construção do texto: modernidade, romanização, conservadorismo, tradição, escravismo, demografia, abolicionismo, industrialização, educação, nacionalismo, arte, linguagem e cultura modernista.

A Igreja no Brasil tem sido alvo recente de estudos que tentam compreender seu processo de romanização e institucionalização entre o Império e a República. Em 1995, o trabalho de MARQUES, *Da Romanização à Terceira Via: A Igreja no Brasil de 1889 a 1945*, analisou as raízes do ultramontanismo e da romanização da Igreja na Europa, passando por sua assimilação pelo clero brasileiro e culminando no processo de retomada, em 1930, da posição privilegiada que possuía no Império, com a “vantagem de ter se

---

<sup>46</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados...* 1987. op. cit. p. 42.



organizado institucionalmente independente do Estado”.<sup>47</sup> Anteriormente, em 1986, o trabalho de CAMELLO, *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX*, já trazia uma ampla análise do processo de romanização do clero mineiro, permitindo a identificação dos laços institucionais entre as ações dos Bispos de Mariana e os Bispos de Diamantina. Muitos padres formados naqueles anos, sob o comando de Dom Viçoso, “prolongaram, Brasil afora, os ideais e as medidas que haviam vivido e aprendido na diocese de Mariana”.<sup>48</sup> Em sintonia com esses estudos, o propósito deste trabalho é aprofundar as investigações para o Bispado de Diamantina e ampliar o debate ao analisar o papel da Igreja no processo de transformação econômica e cultural da cidade.

Sobre esse tema, a partir da década de 1980, os estudos de MARTINS e LIBBY renovaram a historiografia mineira, com a divulgação dos textos *A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX* e *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho*, respectivamente. O primeiro apresentou o sistema escravista de Minas Gerais no século XIX como “o maior que existiu em toda a história da instituição servil no Brasil”.<sup>49</sup> Por outro lado, demonstrou que a afirmação de uma possível decadência da economia de Minas Gerais no século XIX e de seu enquadramento como uma Província exportadora cafeeira, na primeira metade do século estavam equivocadas. O segundo analisou a racionalidade com que se operou um grande empreendimento capitalista em Minas Gerais, no setor minerador, utilizando largamente a mão-de-obra escrava, majoritária no montante da força de trabalho empregada, até o ano de 1880.<sup>50</sup> Demonstrou a amplitude da produção,

<sup>47</sup> MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização a Terceira Via...* 1995. op.cit. p. 144.

<sup>48</sup> CAMELLO, Maurílio José de. *Dom Antônio Ferreira Viçoso...* 1986. op. cit.

<sup>49</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX...* 1980. op. cit. p. 1.

<sup>50</sup> LIBBY, Douglas Cole. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho...* 1979. p. 153

tecnologia e lucratividade da empresa, ao mesmo tempo em que argumentou não serem elas incompatíveis com o trabalho escravo. Ao contrário, o que se assistia na Província no século XIX era a transformação das relações de trabalho à medida que o capital se modernizava, “provocando a emergência de uma outra categoria de trabalho – o trabalho livre”.<sup>51</sup> O apego mineiro à escravidão, assim como a compatibilidade entre investimento capitalista e mão-de-obra escrava, ressaltados por ambos os trabalhos, foram importantes diretrizes para a análise do contexto mineiro, em que os Bispos, Dom Viçoso e Dom João, operaram e divulgaram ideais abolicionistas.

Em outro importante estudo, *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*, LIBBY analisou a economia escravista de Minas Gerais a partir de ampla pesquisa sobre dados da demografia, força de trabalho, posse de escravos, siderurgia, indústria têxtil e minerações estrangeiras em Minas Gerais. Especialmente as informações sobre a indústria têxtil foram preciosas para a análise dos investimentos fabris mineiros e sua comparação com os empreendimentos fabris diamantinenses, capitaneados por Dom João. LIBBY apresentou e comparou os dados das fábricas têxteis mineiras, fundadas até o ano de 1887, com as da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, do mesmo período. No entanto, julguei procedente estender o período das fundações até o ano de 1893, na região do Jequitinhonha-Mucuri-Doce, onde poderiam ser contadas 5 fábricas têxteis, sendo que 4 delas estavam localizadas apenas no município de Diamantina. Uma delas, a Fábrica da Perpétua, fabricava casimiras no ano de 1893. Esses empreendimentos surgiram como parte do programa industrial dos empresários diamantinenses, e contavam com a liderança de Dom João e os investimentos de sua

---

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*. Op. cit. p. 163.

família na fábrica do Biribiri e em rodas de lapidação de diamantes. O estudo dessa concentração fabril têxtil em Diamantina e a solução apontada por seus empresários, também não figuram nos estudos de LIBBY.

Sobre esse tema, foi significativa a contribuição dos trabalhos de BIRCHAL, *Empresários brasileiros: um estudo comparativo* e OLIVEIRA, *Formas de organização da propriedade na indústria têxtil mineira no século XIX*, ambos publicados em 1995. BIRCHAL analisou as diversas vinculações e origens do capital de vários empresários brasileiros, dentre eles alguns diamantinenses. OLIVEIRA analisou as diversas formas de organização da propriedade na indústria têxtil mineira, esclarecendo a natureza da sua associação e quem eram seus proprietários, sendo que, algumas dessas fábricas estavam instaladas em Diamantina. Ao cruzar esses dados com outras fontes documentais foi possível identificar e vincular ao setor minerador diamantífero, a origem do capital acumulado por vários empresários diamantinenses. Também foi possível estabelecer as conexões desses empresários com o processo de diversificação econômica e o investimento fabril no final do século XIX, em Diamantina.<sup>52</sup>

Em 2000, MARTINS ampliou o debate sobre a instalação da indústria têxtil em Diamantina com o artigo *A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: Surto Industrial em Diamantina entre 1870 e 1930*, que significou uma importante contribuição à história econômica do município ao introduzir a análise sobre a desarticulação do comércio regional com a chegada da ferrovia e da rodovia, no século XX. Entretanto, não me pareceu adequada a sua indicação de surto para classificar as atividades industriais da cidade, pois

---

<sup>52</sup> BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Empresários brasileiros: um estudo comparativo*. In. *VII Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1995 e OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. *Formas de Organização da Propriedade na Indústria Têxtil Mineira do século XIX*. In. *VII Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1995.

que as mesmas se apresentaram como resultado de uma atividade minimamente planejada, em diversas áreas fabris, como procurarei demonstrar.<sup>53</sup>

Nesta mesma linha, em 1991, SOUZA com seu estudo, *Cidade: Momentos e Processos – Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro do século XIX*, já havia produzido uma interessante análise sobre a trajetória das duas cidades frente a semelhantes desafios econômicos, políticos e sociais. A análise sociológica baseou-se em farta documentação dos arquivos das duas cidades e do Arquivo Público Mineiro, principalmente as listas de populações. Entretanto, mesmo apoiada documental e teoricamente consistente, me pareceu prudente não acatar na íntegra suas conclusões. Suas análises sobre as identidades sociais<sup>54</sup> das cidades do Serro e Diamantina fazem menção a uma aproximação ou repúdio ao modo de vida absolutista europeu de forma muito rígida e contínua. Essa rigidez pode ser exemplificada na sua afirmação, feita para a cidade do Serro, de que “a decadência das minas já no século XVIII sacrifica os moradores, obrigados a dar sustentação às instâncias administrativas do Estado Absolutista”.<sup>55</sup> Compartilho a crença de que as relações coloniais não foram pautadas apenas pelo rigor, vigilância, punições e regimentos, mas sim, que foram marcadas também por construções de

<sup>53</sup> MARTINS, Marcos Lobato. A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: Surto Industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: *IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2000. Anais, v. 2.

<sup>54</sup> O conceito de identidades sociais diz respeito a laços construídos por uma determinada formação social, onde são agrupados interesses individuais e coletivos, que passam a fazer parte da memória dessa mesma formação, moldando seus comportamentos e valores, ao longo do tempo. Em seu estudo, *Memória e Identidade Social*, POLLACK afirma que “quando a memória e a identidade estão suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual”. Ver POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. *Revista de Estudos Históricos. Teoria e História*. Rio de Janeiro, n. 10, 1992, op. cit. p. 7.

<sup>55</sup> SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos – Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1993. op.cit. p. 243. Em 1991 o texto foi apresentado, com o mesmo título, em Belo Horizonte, como defesa de dissertação, no departamento de Sociologia da FAFICH/UFMG.

identidades sociais locais e por alternativas de produção, que não se encontravam sob o controle da Coroa, processo em que a Capitania das Minas Gerais foi o exemplo privilegiado. A permanência dessa identidade coletiva pode ser percebida ao longo do século XIX, notadamente nas áreas onde se praticou a agricultura para auto-sustentação, como no caso da própria cidade do Serro. Julguei prudente não aceitar prontamente algumas de suas conclusões.

Fazendo fronteira com esses estudos, em 1999, GOODWIN JR, publicou um interessante artigo intitulado *O Lugar do Pobre na Imprensa Diamantinense de fim-de-século*. Esse trabalho abriu a discussão sobre os discursos produzidos pelas elites intelectuais diamantinas que, naquele momento, expressaram suas reflexões sobre seu processo de autocompreensão e ajustamento, frente aos desafios do progresso e da modernidade, utilizando-se da imprensa para divulgar sua visão de mundo. Especificamente para definir o lugar do pobre na formação social diamantinense, essa imprensa foi “eficaz para a consolidação de uma idéia de sociedade marcada pela modernidade, mas também excludente e hierarquizada”.<sup>56</sup> Os discursos produzidos e divulgados nos Jornais Diamantinos, como indicado na análise de GOODWIN JR, foram apropriados neste trabalho. Constituem os fios condutores, tão necessários, para se cerzir as peças do intrincado tecido social diamantinense.

No ano de 2003, SILVA em seu trabalho, *Entre a Norma e o Desejo: Estudo das Tensões na Vida Conjugal Diamantinense no Processo de Mudança Social. 1863 – 1933*, estudou a mulher em Diamantina e região vizinha no período mencionado, analisando as

---

<sup>56</sup> Ver GOODWIN JR, James William. O Lugar do Pobre na Imprensa Diamantinense de fim-de-século. In *Cronos: Revista de História*. Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, vol. 1, n. 1, 1999. op. cit. p. 72.

estratégias por elas utilizadas, no contexto das tensões oriundas da vida conjugal.<sup>57</sup> Apresentou essa análise à luz das ordenações processadas pela Igreja e pelo estado brasileiro sobre o casamento, a separação legal ou a anulação do matrimônio. Com esse trabalho, SILVA ampliou o debate da historiografia mineira sobre gênero ao analisar a complexa teia de interesses conjugais em Diamantina, sob a égide da legislação eclesiástica e civil, e situar aí dentro os legítimos interesses das mulheres, na maioria das vezes silenciados por uma sociedade “marcada pela modernidade, mas, excludente e hierarquizada”, como descrita por GOODWIN JR.

Pela natureza das fontes, pelo marco temporal escolhido, pelo contexto subjacente, o estudo de SILVA é o que mais se aproxima dos problemas sugeridos no presente trabalho. Guardadas as proximidades de objeto, SILVA, especificamente, analisou o que ela denominou como “implementação de um projeto moralizador” pela igreja, cuja legislação matrimonial, tanto eclesiástica como civil, foi essencial. Também apresentou e analisou o padrão idealizado de família e de mulher em Diamantina e região e as rotineiras tensões ocasionadas pela quebra das normas estabelecidas. Nessas situações, citadas fartamente a partir dos depoimentos constantes nos processos judiciais de separação de casamento, não raro, impingia-se a culpa às mulheres. Seu marco temporal ultrapassou a transformação do Bispado em Arcebispado e se estendeu até o ano de 1933, com a morte de Dom Joaquim.

Naquilo que se refere à aproximação teórica com o trabalho de SILVA algumas questões me parecem instigantes. Ao analisar o cotidiano das empregadas e a moralização

---

<sup>57</sup> SILVA, Dayse Lúcida. *Entre a Norma e o Desejo: Estudo das Tensões na Vida Conjugal Diamantinense no Processo de Mudança Social. 1863 – 1933*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2003. Dissertação de mestrado. Mimeo.

dos costumes na fábrica do Biribiri, sob a autoridade do clero, a autora afirma que “a fábrica não era moderna, apesar de trazer consigo porções e ideais do “moderno” mas, sobretudo indicava uma ação do clero diamantinense”.<sup>58</sup> Quanto ao discurso veiculado pelos jornais, seu entendimento é de que “a vida intelectual e moral expressa por meio dos jornais, veicularam um discurso antimodernizador em matéria de manutenção dos bons costumes locais”.<sup>59</sup>

A análise que estou propondo é contrária a essa caracterização. A fábrica era moderna por seu tempo, pela natureza de seus investimentos, pela novidade das relações de trabalho livres e guardava um padrão de disciplina e moralização semelhante às outras fábricas têxteis de Minas Gerais. LIBBY exemplifica essa situação vinculando a “comunidade paternalista” de Biribiri aos mesmos padrões do Regulamento para os Operários da Fábrica do Cedro.<sup>60</sup> Na Fábrica de Santa Bárbara foram colocadas em prática as recomendações da Encíclica *Rerum Novarum*.<sup>61</sup> De outro modo, o fato das fábricas têxteis mineiras utilizarem o trabalho infantil e feminino e primarem por sua regulamentação e moralização, não as tornavam diferentes das experiências inglesas do mesmo período, cujas fábricas eram consideradas modernas.<sup>62</sup> Por sua vez, não me parece adequado classificar o discurso dos jornais da época como “antimodernizador”, ao buscarem a manutenção dos bons costumes locais. Esse discurso pode ser definido como conservador e se reportava aos valores familiares concebidos como universais no fim-de-século na Europa, ou então, no caso dos periódicos católicos, se reportava às instruções

---

<sup>58</sup> Idem, Ibidem. op.cit. p. 36.

<sup>59</sup> Idem, Ibidem. op. cit. p. 37.

<sup>60</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista...* 1988. op. cit. p. 236.

<sup>61</sup> MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. op. cit. 195.

<sup>62</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista...* 1988. op. cit. p. 234.

romanas de uma sociedade cristã e tradicional, que primava pela ordem, família, propriedade e autoridade. Esses valores estavam sendo divulgados tanto na França, Itália, Espanha e Portugal, quanto em Minas Gérias. O pensamento conservador pertencia à modernidade, tanto quanto o liberalismo, o positivismo, o anarquismo ou o socialismo. Nesse sentido, ser conservador, não significava deixar de ser moderno, ou ser “antimodernizador”.<sup>63</sup>

Por último, ao analisar as fontes eclesíásticas consultadas percebi que três importantes documentos produzidos por Dom Joaquim não foram utilizados na análise das orientações sobre o matrimônio e o divórcio, por SILVA. São eles: *Instrução e Mandamento*, publicado em 1905, *Instrução sobre o Matrimônio segundo o novo Decreto da Santa Sé*, publicado em 1908 e *Religião, Educação, Divórcio e Voto*, publicado em 1933. A opção feita por SILVA se pautou pela utilização e comparação dos códigos eclesíásticos e civis. Certamente, esse sentido adotado não inviabilizou a análise. O que aqui se pode acrescentar é o fato que a tradução e síntese das questões legais, doutrinárias e eclesiais, do Estado e da Igreja, antes da sua adoção pelo clero e instrução aos fiéis, passaram pelo crivo e orientação do Bispo Dom João e principalmente, do Bispo/Arcebispo Dom Joaquim. Especialmente, Dom Joaquim publicou várias Cartas Pastorais, Instruções e Recomendações sobre o matrimônio. Sua autoridade foi confirmada e reconhecida nos três Sínodos que presidiu e no vigor com que publicou e defendeu suas idéias. Visitou, observou, registrou e pregou em todas as regiões das paróquias da Diocese entre os anos de 1902 a 1932. Distribuiu e divulgou seus estudos, ao clero e aos fiéis, em suas visitas pastorais. Utilizou durante o seu governo os ensinamentos aprendidos como missionário

---

<sup>63</sup> Ver ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.



lazarista nas missões diocesanas, em Mariana. Enfim, a consolidação do processo de romanização do Bispado de Diamantina, assim como sua elevação à arquidiocese, foi principalmente obra do governo de Dom Joaquim, me parecendo pertinente a utilização do discurso oficial para dar consistência e maior proximidade às análises sobre as orientações eclesiais, comentadas e debatidas pela imprensa local. As instruções e orientações de Dom Joaquim foram marcadas por sua personalidade e ajudaram a moldar o perfil conservador do discurso eclesiástico na jurisdição do Bispado, notadamente em Diamantina.

Por seu turno, as principais fontes documentais utilizadas no presente estudo foram pesquisadas no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina, no Arquivo do Seminário Arquiepiscopal de Diamantina, nos Arquivos da Biblioteca Antônio Torres, no Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina, no Arquivo da União Operária Beneficente de Diamantina e no Arquivo de Jornais da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina.

Essas fontes, em sua maioria, são de origem eclesiásticas. Dentre elas, as cartas pastorais de Dom João e Dom Joaquim foram fundamentais para se estabelecer um diálogo entre instruções do clero e o contexto econômico e social diamantinense. Serviram também como pistas para a identificação da feição conservadora do discurso e de sua aproximação com as orientações romanas.

A leitura das correspondências pessoais dos dois Bispos permitiu a análise detalhada dos relacionamentos mantidos com o mundo leigo e eclesiástico. Quem foram os interlocutores, qual o assunto tratado, qual o momento, quais as posições assumidas. Enfim, foi possível localizar os desejos e as tensões vividas pelo clero nos diversos momentos em que as correspondências foram produzidas. Diversos documentos avulsos sobre a escravidão, a fábrica do Biribiri e a indústria vinícola em Diamantina foram localizados entre os documentos pessoais de Dom João e Dom Joaquim.

Quanto às cartas pastorais de Dom João, sua leitura só foi possível em função do zelo com que dois de seus biógrafos, o cônego Severiano Campos da Rocha e o monsenhor Gabriel Amador dos Santos, em seus estudos, transcreveram os originais.

As cadernetas de anotações das Visitas Pastorais de Dom Joaquim constituem documentos preciosos para se reconstruir o itinerário, a época e as avaliações sobre o estado das Paróquias, realizadas pelo Bispo/Arcebispo Dom Joaquim. As visitas começaram no ano de 1902 e se repetiram até o ano de 1932. Mais de 530 comunidades foram visitadas, muitas delas, mais de uma vez. Como exemplos, Dom Joaquim visitou a Fábrica de Santa Bárbara no ano de 1903 e a Fábrica da Cachoeira em 1904. Voltou a Santa Bárbara algumas vezes e no ano de 1921 visitou a fábrica do Cedro e novamente a Fábrica da Cachoeira, demonstrando os mesmos interesses de Dom João em estreitar as relações entre operários e empresários, aos moldes das pregações da *Rerum Novarum*. Boa parte das suas obras foi localizada nos arquivos Arquidiocesanos da Mitra e do Seminário.

Vários jornais locais foram pesquisados, como *O Jequitinhonha*, *A Idéia Nova*, *A Estrella Polar*, *O Pão de Santo Antônio*, *O Piruruca*, *o Município* e *a Voz de Diamantina*. Nesses jornais foram localizados variados interesses de seus redatores, onde expressavam sua visão de mundo. Especialmente o jornal *O Jequitinhonha* foi o grande porta voz da família Felício dos Santos. Seus artigos pautaram-se por interesses de conteúdo liberal e republicano. Dom João e seus colaboradores publicaram vários artigos de interesse da Diocese, principalmente o debate sobre as soluções para a crise da mineração diamantífera, a propaganda abolicionista, os “progressos industriais” e a “instrução escolar” em Diamantina. Quanto aos jornais católicos, do início do século XX, assim foram descritos por Dom Joaquim:

nesta diocese só existem três jornais estrictamente catholicos: A Estrella Polar, *organ da Diocese*, - O Pão de Santo Antônio publicado no prelo diocesano por um catholico de lei, e A Verdade, de que são redactores os C.º. Premonstratenses em Montes Claros. A Estrella Polar, que vae entrar no seu nono anno de vida, tem perto de dois mil assignantes e vive actualmente sem deficit. Quanto ao seu espirito doutrinario V. Excia é juiz, pois lhe é remettido cada numero da folha. Os outros dois são escritos com bom espirito, mormente o Pão de Santo Antônio, cujas finanças não são satisfatórias.<sup>64</sup>

A utilização do Jornal *A Estrella Polar* não deixou de suscitar um dilema. Representou a voz oficial da igreja católica em Diamantina, o que o tornou um precioso veículo para a identificação do discurso conservador ultramontano do clero diocesano. Refletiu interesses e visões de mundo do Bispado. Por isso mesmo, a cautela em sua utilização com a necessária crítica das fontes. Suas posições foram apresentadas ao lado de outros documentos, como os jornais leigos, *A Idéia Nova* e *O Município*, para se tentar evitar o unilateralismo tendencioso.

Os arquivos da Biblioteca Antônio Torres, principalmente o Arquivo de José Teixeira Neves e Maria Lyns Fernandes – Dona Benzinha, foram bastante utilizados, tanto para identificação dos eventos vinculados aos “melhoramentos urbanos” da cidade de Diamantina, quanto para a análise da instalação das “indústrias”, principalmente a têxtil e a vinícola, em que o Bispado participou como proprietário.

No arquivo da Câmara Municipal de Diamantina, carente de uma organização condizente com a sua importância, foram buscadas as informações contidas nas *Posturas da Câmara Municipal da cidade Diamantina*, de 1846. Em seus livros de Atas foi possível perceber as diversas posições dos governantes diamantinenses no período estudado.

---

<sup>64</sup> AEAD. Dom Joaquim Silvério de Souza. Correspondências Recebidas. 1910/1911. Cx 11. pac. 1910. Cópia de respostas a quesitos feitos pelo exm. Nuncio Apostólico ao exm. Arc. Bispo Diocesano – (Sub. Secreto Pontificio).

O estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina e seus Livros de Atas forneceram importantes pistas para a análise da organização do mundo do trabalho em Diamantina no fim-de-século.

Finalmente, como forma de alcançar os objetivos propostos para o presente estudo, a dissertação encontra-se dividida em três capítulos, a saber: no primeiro capítulo tratarei da discussão sobre o escravismo, o capitalismo e modernidade em Minas Gerais na segunda metade do século XIX e início do século XX, com ênfase na cidade de Diamantina, destacando-se a sua transformação em importante centro de prestação de serviços, pólo dinâmico de comércio atacadista e produtor de bens manufaturados. Se por um lado, o século XIX mineiro foi marcado pelo apego à escravidão, de outro, foi marcado pela reforma do clero, com aspirações romanizadoras. As cidades de Diamantina e Mariana foram os principais espaços urbanos em que essa reforma se alicerçou. Diamantina, alçada a condição de cidade episcopal, dilatou sua influência para a extensa região norte mineira. No encerramento desse capítulo, me ocuparei da análise desse processo de elevação de Diamantina à cidade episcopal com sua conseqüente transformação em um grande centro formador do pensamento católico, o que contribuiu para moldar o epíteto de “Athenas do Norte”.

No segundo capítulo será analisado o nascimento, a consolidação e a expansão do Bispado de Diamantina entre 1853 e 1917, ano em que foi elevado à condição de Arcebispado. Concomitante a esse processo ocorreu à transposição da economia diamantinense de base escravista para uma economia capitalista. Dinâmica e pujante, a economia mineradora diamantífera se constituiu, na primeira metade do século XIX, como importante núcleo de acumulação capitalista. A partir de 1867 sofreu intensa concorrência da mineração sul-africana e assistiu o preço internacional dos diamantes, principal produto

da pauta de exportações, cair vertiginosamente. Foram buscadas várias soluções para amenizar a crise, tais como a diversificação de investimentos: construção de fábricas de tecidos de algodão, lapidações, ourivesaria, vinícolas, etc. Passada a fase crítica, a atividade mineradora voltou a funcionar plenamente e, já na transição dos 1900, os jornais locais noticiavam a retomada do crescimento econômico.

A novidade, na década de 1870, foi a adoção de um programa industrial e de prestação de serviços conscientemente projetado pelos empresários diamantinos, liderados por Dom João Antônio dos Santos. Nesse momento, foi instalada a Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês, entidade de inspiração religiosa católica e de cunho abolicionista, cuja presidência coube a Dom João. Essa sociedade foi a responsável por um grande volume de alforrias e contou com a colaboração da imprensa para divulgar seu ideário, principalmente o jornal *O Jequitinhonha*. As iniciativas do Bispado na área educacional foram significativas e mereceram uma descrição e análise mais demorada. A formação de novos sacerdotes, influenciados pelas doutrinas ultramontanas, que pudessem levar adiante as reformas do clero, mereceu dedicação exclusiva dos dois Bispos. Nesse momento, as elites diamantinos procuraram a rota do oeste como forma de consolidar seu processo de afirmação urbana e industrial. Como expoente desse novo cenário, no ano de 1914, a cidade rompeu seu secular estrangulamento nos transportes, com a chegada da ferrovia pelo caminho do oeste, confirmando sua opção pelo sertão do São Francisco.

Em síntese, foi em meio ao emaranhado da crise da economia diamantífera do século XIX, que foi instalado o Bispado de Diamantina. As ações do seu primeiro Bispo, Dom João Antônio dos Santos, membro de importante e tradicional família local, influenciaram profundamente o perfil das ações da instituição, naquele período. A partir de 1905 o Bispado foi conduzido pela forte personalidade de Dom Joaquim Silvério de Souza.

Suas ações deram continuidade às obras do seu antecessor. Com Dom Joaquim ocorreu a consolidação e a elevação do Bispado a Arcebispado. A base moderna da economia capitalista diamantinense passou a responder, também, aos impulsos sociais católicos.

No terceiro capítulo, a ênfase principal recairá na análise do processo de construção do discurso ultramontano conservador em Minas Gerais e em Diamantina, assim como sua influência sobre a formação intelectual e moral diamantinense. Atrélado a uma aparente prosperidade, trazida pelo processo de urbanização, tratou o bispado de impor, em conjunto com as elites locais, um forte apelo moralizador em seu discurso. De um lado, a busca da realização material da vida - fábricas, lapidações, vinícolas, emprego, renda, saúde, assistência social, etc - de outro, a busca da realização moral e intelectual - seminário, colégio, imprensa, procissões, terços, tríduos, trezenas, confissões, catecismos, sínodos, missões diocesanas e retiros espirituais. Uma maior ênfase será dada à análise do esforço realizado pelo Bispado para estabelecer um padrão moral para a família e formação escolar. Os significados e os símbolos da vida diamantinense foram profundamente marcados pela eficiente ação eclesial. Finalmente, as diversas tensões sociais, próprias de uma sociedade herdeira secular do escravismo, serão o alvo principal das análises. O objetivo específico é evidenciar a forma como os diversos discursos foram construídos nesse período, quer pelas autoridades civis, quer pelas autoridades religiosas.

## CAPÍTULO I

### A MODERNIDADE NA ATHENAS DO NORTE<sup>1</sup>: LIMITES E POSSIBILIDADES.

---

#### 1.1 – Minas Gerais no século XIX: Escravidão, Capitalismo e Modernidade.

As fazendas primitivas, de caráter misto, lavoura de cereais e criação de gado, se destinavam a suprir os mercados locais. Conforme narra o Marques do Lavradio, Vice-rei do Brasil, no relatório de 1779, o verdadeiro sistema da Capitania era trabalharem uns na lavras e descobertos e outros nas roças, a fim de não faltarem os meios de subsistência.

Não praticamos, por isso, em Minas, no século do ouro, a monocultura. Mesmo depois, com o advento do plantio do algodão, da cana, do fumo e finalmente do café, não tivemos fazendas exclusivas de um desses produtos. Prevaleceu a tradição das fazendas mistas de agricultura e pecuária, de acordo, aliás, com a mais moderna técnica agrônômica.

Enganam-se, por conseguinte, os escritores que colocam a agricultura mineira no quadro geral da estrutura agrária do Brasil com três caracteres fundamentais: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo.<sup>2</sup>

A afirmação original de Daniel de Carvalho, em 1953, em seu artigo *Formação Histórica das Minas Gerais*, foi de fato analisada, à luz de uma pesquisa documental mais robusta, somente na década de 1980, com a publicação dos estudos sobre mineração, trabalho escravo, indústria têxtil e demografia pelos historiadores MARTINS e LIBBY, seguidos de MARTINS e PAIVA.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> A alcunha de Athenas do Norte foi um termo arquitetado pelas elites diamantinenses na segunda metade do século XIX em clara alusão ao intenso movimento e profusão da escrita e da leitura noticiada pela imprensa local. Já nos primeiros anos do império, as elites da antiga Vila do Príncipe e da recém criada Vila Diamantina ampliaram seu espaço de representação política. Do espaço restrito do “país do Serro” do século XVIII, interessava agora, no século XIX, a vastidão de todo o Norte de Minas. Até 1840 os jornais intitulavam-se refletindo aos limites físicos da região: “Tribuna de Serro ou Serrano”; a partir de 1860 refletem a expansão da representação política e espacial para o Norte da Província como “O Jequitinhonha e O liberal do Norte”. O “epitheto” será recorrente nesses jornais. Nessa mesma época foi fundado o Colégio Ateneu de São Vicente, em clara alusão ao lugar público onde os antigos gregos liam as suas obras.

<sup>2</sup> CARVALHO, Daniel. *Formação Histórica das Minas Gerais*. In *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerias. 1956. op. cit. p. 25.

<sup>3</sup> Os estudos sugeridos são os seguintes: MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...*, 1980; LIBBY, Douglas Cole. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho*, 1979;

Esses estudos apontaram para a compreensão de Minas Gerais como uma Província que, ao longo do século XIX, não pode ser caracterizada, exclusivamente, como uma economia mineradora exportadora.<sup>4</sup>

No primeiro quartel dos oitocentos, os dois maiores setores exportadores mineiros estavam em crise – o aurífero e o diamantífero. A produção de ouro havia declinado de uma média anual de 10.356 quilos entre 1736-51 para 1.883 quilos entre 1801-20.<sup>5</sup> Os veios tinham se esgotado e as tecnologias de mineração subterrânea eram pouco utilizadas pelos mineiros.<sup>6</sup> De um lado, algumas experiências primavam pela utilização de técnicas que visavam à extração rápida do minério sem um planejamento sistemático da escavação. O transporte do minério para superfície era rudimentar e as notícias sobre a inundação das galerias eram constantes. Por outro lado, os processos de refinamento ou redução, adotados na Capitania, no início do século XIX, guardavam profunda defasagem tecnológica em relação às minerações inglesas e norte-americanas do mesmo período, o que levava a uma redução do nível de produtividade e aproveitamento de matéria-prima.<sup>7</sup>

A partir de 1820 começaram a se instalar em território mineiro as minerações inglesas, que entre 1824 e 1834 já eram contadas em seis.<sup>8</sup> Esses empreendimentos exigiam somas vultosas de capitais para se instalar. Além dos equipamentos, boa parte importada da Europa, o proprietário tinha que arcar com os custos da compra de escravos, montagem das instalações e recrutamento, no exterior, de quadros técnico-administrativos especializados,

---

MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *As exportações de Minas Gerais no século XIX.*, 1982; MARTINS, Maria do Carmo Salazar & PAIVA, Clotilde A. et alii. *Relatório de Pesquisa...* 1985; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988.

<sup>4</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX.* 1980. p. 6.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem.* p. 6.

<sup>6</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988. p. 258.

<sup>7</sup> Idem. *Ibidem.* op. cit. p. 261

<sup>8</sup> Idem. *Ibidem.* p. 263.



geralmente ingleses, visto a sua inexistência local. Não houve alternativa, senão, recorrer-se ao capital estrangeiro para o financiamento.<sup>9</sup>

Os investimentos na mineração subterrânea podem ser divididos em dois períodos. Um primeiro até a década de 1850, que coincide com o fechamento da Imperial Brazilian Association (Gongo Soco) e outro, a partir de década de 1860, com a abertura de quatro novas companhias inglesas. Com algumas exceções, essas companhias não foram lucrativas e tiveram vida breve, confirmando a tendência verificada no final do século XVIII de decadência dos veios auríferos.<sup>10</sup> Das companhias estrangeiras instaladas na Província na década de 1820 apenas duas estavam em funcionamento na década de 1860, A National Brazilian Mining Association (Macaúbas e Cocais) e a Saint John Del Rey Mining Company (Morro Velho). A Imperial Brazilian Association (Gongo Soco) foi satisfatoriamente lucrativa nos primeiros anos de funcionamento da década de 1830. Entre os anos de 1829 e 1833 a produção anual ultrapassou os 1.000 quilogramas de ouro, gerando dividendos para os acionistas. Nos anos 1855-56 sua produção anual estava na casa dos 25 e 29 quilos, respectivamente, denunciando a franca decadência da mina.<sup>11</sup>

De longe a Mina do Morro Velho foi o maior, o mais duradouro e lucrativo investimento entre as empresas de mineração instaladas em Minas Gerais nos oitocentos. Instalada em 1830, funcionou, quase ininterruptamente, até o fim do século. Isoladamente, foi a maior empregadora de escravos e segundo LIBBY,

a experiência industrial em Morro Velho, além de ter sido a maior em Minas Gerais durante todo o período provincial, era também a mais complexa organização do tipo “sistema fabril”, mesmo em relação às fábricas têxteis.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> Idem. Ibidem. p. 266.

<sup>10</sup> Idem, Ibidem. p. 266.

<sup>11</sup> Idem. Ibidem. p. 292.

<sup>12</sup> Idem. Ibidem. op. cit. p. 330.

Comparada em termos mundiais, a Morro Velho, poderia ser considerada um empreendimento de grande porte. Em seus períodos de maior atividade chegou a empregar mais de 2.500 trabalhadores, sendo a maioria deles escravos. Os trabalhadores livres só ganharam importância a partir de 1850 e só vieram a ser majoritários a partir de 1880.<sup>13</sup> Como misto de investimento capitalista e escravista, Morro Velho foi a revelação fiel do período de transição mineira. A empresa se organizou, técnica e contabilmente, de forma semelhante a outros grandes investimentos mineradores da época, na Inglaterra, nos Estados Unidos ou na África do Sul. Apresentou alta produtividade e lucratividade. A afirmação de LIBBY parece ser a mais indicada para caracterizar o empreendimento:

Morro Velho deve representar a maior e mais complexa experiência de divisão de trabalho do Brasil Imperial, desempenhando assim um importante papel modernizador através do efeito de demonstração.<sup>14</sup>

Entretanto, observando-se a dinâmica do investimento estrangeiro na mineração aurífera, que a partir de 1850 passou a contratar um número cada vez maior de trabalhadores livres, e comparando-se, nessa data, o número total de escravos empregados pelas companhias inglesas, que não eram superiores a 2.000, com os 269.550 escravos para toda a Província, é possível verificar que a taxa não ultrapassou 0,7% do total da população escrava.<sup>15</sup> Um número extremamente baixo para caracterizar a economia da Província como mineradora. No entanto, é importante ressaltar que, até a década de 1850, “o setor aurífero

---

<sup>13</sup> LIBBY, Douglas Cole. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho...* 1979. p.p. 152-154.

<sup>14</sup> Idem. *ibidem.* op. cit. p. 156.

<sup>15</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980. p. 9.

nacional, embora muito menor que no século XVIII, não havia sido reduzido a faiscagem”, mantendo um razoável nível de atividade e emprego do trabalho escravo.<sup>16</sup>

Analisando sob um outro ponto de vista, o comportamento da mineração aurífera, ao longo do século XIX, pela natureza moderna do investimento capitalista e pela permanência do trabalho escravo, reflete a forma como a modernidade poderia ser caracterizada em Minas Gerais. Modernização com apego às tradições. Modernização sem mudanças sociais profundas, ou com mudanças tão lentas, que seriam quase imperceptíveis.

A mineração dos diamantes manteve-se como monopólio da Coroa, mesmo depois da independência.<sup>17</sup> Entre 1772, com a instalação da Real extração, e 1795, essa atividade empregava 500 escravos durante a estação seca e até 4.400 durante a estação chuvosa. Entre os anos de 1795–1801 a mão-de-obra escrava empregada oscilou entre 1500 a 1.700. Esse número foi aumentado entre os anos de 1801–1814 para 2.100 a 2.800. No período entre os anos de 1.814–1.817 essa média baixou para 1.600 a 1.800. No ano de 1.818 foram utilizados 1.200 escravos.<sup>18</sup>

Os escravos eram alugados dos proprietários do Tijuco e se constituíam em importante fonte de renda. Além disso, vários cargos administrativos foram ocupados pelos habitantes da Demarcação, desde os cargos mais altos, ocupados pelas elites, até os cargos médios, ocupados pelos setores menos favorecidos. A Real Extração funcionou como um poderoso instrumento formador de renda e permitiu que muitos habitantes do Tijuco tirassem daí o seu sustento.<sup>19</sup> É importante destacar que as lavras de ouro continuaram

<sup>16</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o Tráfico de Escravos, outra vez*. 1994. op. cit. p. 15.

<sup>17</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980. p. 8.

<sup>18</sup> Idem, ibidem. p. 8.

<sup>19</sup> Sobre a Real Extração e a vida no distrito Diamantino a análise sugerida inclui o importante estudo de FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da Capa Verde. O Regimento Diamantina de 1771 e a Vida no Distrito Diamantino no Período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

livres e arrematadas em leilões, se constituindo em outra fonte de renda e impostos. Ao lado dessas atividades mineradoras, do diamante e do ouro, vários setores foram instalados como a fabricação dos panos grossos de algodão, forjas de ferro, fábricas de chapéu, selarias, e um significativo setor produtor de alimentos.<sup>20</sup> Havia muita terra devoluta na Demarcação, ficando a cargo da Coroa a sua distribuição.<sup>21</sup> Essas terras foram ocupadas a partir das décadas de 1830 e 1840, conforme relato de memorialista local, seguindo um mesmo padrão de ruralização da economia constatada em toda a Província.<sup>22</sup> Dentro da Demarcação o comércio era florescente e se constituiu em importante fonte de receitas para a Coroa. Uma expressiva rede comercial, ainda no século XVIII, foi organizada cobrindo a região que se estendia do Arraial de Conceição do Serro, passando pela Vila do Príncipe e pelo Arraial do Tijuco e alcançando a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí.<sup>23</sup>

No começo do século XIX, a expansão Napoleônica na Europa provocou mudanças no relacionamento da Coroa com a Colônia. O aumento das despesas em Portugal gerou o aumento da carga tributária na Colônia.<sup>24</sup> Nesse mesmo período houve um aumento no número de escravos utilizados pela Real Extração, levando a crer que as necessidades de recursos portugueses geraram uma maior necessidade de exploração das lavras, no sentido de aumentar a sua produção para fazer frente às despesas. Os anos de 1814 a 1817 são marcados na Europa pela reorganização política tendo em vista a queda do Império

---

<sup>20</sup> Para compreensão do abastecimento alimentar na Comarca do Serro do Frio ver MENEZES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico. Abastecimento Alimentar em Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Maria Fumaça, 2000.

<sup>21</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da Capa Verde...* 1996. p. 137.

<sup>22</sup> Ver SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>23</sup> Ver VELLOSO, André & MATOS, Ralfo. A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. In. *VIII Seminário Sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR / UFMG, 1998. Anais. vol I.

<sup>24</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da Capa Verde...* 1996. p.p. 154-155.

Napoleônico e o Congresso de Viena. A desorganização temporária dos mercados europeus, principalmente o francês, e os rearranjos políticos portugueses, tendo em vista a permanência da Corte no Rio de Janeiro, assim como o esgotamento das lavras antigas, são apontadas como algumas das causas para a redução do número de escravos na produção de diamantes. No início da década de 1820, o movimento de independência e a transferência da Real Extração para as autoridades brasileiras não deixaram de causar constrangimentos na organização local da produção. Muitos moradores do Tijuco tiveram redução em suas rendas em função do menor número de escravos alugados no final da década de 1810.

É importante ressaltar que a produção de diamantes cresceu, de forma surpreendente, entre os anos de 1796 e 1849. Passou de uma “média anual de 14.800 quilates 1796–1827 para 208.000 quilates entre 1828-1849”.<sup>25</sup> Essa fase não ficou restrita à região de Diamantina. Contou com a aberturas de novas lavras em Abaeté, Idaíá, Itacambira, Rio Pardo e Grão Mogol.<sup>26</sup> Em algumas dessas regiões, no começo da década de 1860, as jazidas já tinham se esgotado. Especificamente na região de Diamantina a produção continuou ativa até o final da década de 1860. Dessa vez, dois fatores contribuíram para a profunda depressão experimentada pela economia diamantífera. O primeiro foi a baixa internacional no preço das pedras com a concorrência provocada pela imensa oferta de pedras sul-africanas descobertas em 1867, nos rios Orange e Vaal, e, em 1870, a abertura das minas de “Kimberley, em Jagersfontein e Dutoispan”.<sup>27</sup> O segundo foi ocorrência da Guerra Franco-prussiana na Europa, em 1870, que desestabilizou, novamente, um dos maiores mercados consumidores na Europa, o francês. Esses fatores

---

<sup>25</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o Tráfico de Escravos, outra vez...* 1994. op. cit. p. 15.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*. p. 15

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*. op. cit. p. 31.

conjugados foram os responsáveis pela crise da mineração dos diamantes, que em Diamantina, passará a contar com ações do Bispado, especialmente do Bispo Dom João, na proposição de alternativas de investimentos para superá-la, como será analisado mais adiante.

Se na atividade aurífera o capital estrangeiro já era detectado desde a década de 1820, na mineração de diamantes sua presença pode ser percebida somente a partir da década de 1880. A primeira notícia foi do investimento na Diamond Mining Company of Boa Vista, que abriu suas lavras na região do distrito de Boa Vista, próximo à Bom Sucesso e Extração, em Diamantina. As tecnologias utilizadas pela empresa eram baseadas em jateamento de água para desmanche de barranco e lavagem do cascalho em grandes caixas de decantação. Para acionar o complexo produtor, em 1883, foi construída e inaugurada a primeira usina hidrelétrica brasileira, no Ribeirão do Inferno.<sup>28</sup> Aqui cabe observar que a novidade do investimento em hidroeletricidade em Minas Gerais voltou a se repetir com a construção da primeira usina hidrelétrica para iluminação pública, de maior porte, do Brasil, a Marmelos-zero, construída no Rio Paraibuna, na região de Juiz de Fora, de propriedade da Companhia Mineira de Eletricidade, pertencente ao industrial Bernardo Mascarenhas, com potência de 250 KW, que entrou em operação em 1889.<sup>29</sup> Em 1897, a Companhia Boa Vista, estava sob o controle dos capitais franceses, com a designação de Compagnie de Boa Vista. Societé Anonime. Consistia as instalações em “usina hidroelétrica de 100 HP, acionada pelo Junta-junta; desmonte hidráulico, jacto hidráulico de seis atmosferas de pressão e máquina de lavagem”, conforme estatuto, citado por MACHADO

---

<sup>28</sup> Ver Revista O Mundo Elétrico. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energias, 1964. Exemplar avulso.

<sup>29</sup> As informações referentes a instalação das hidrelétricas, tanto da Boa Vista, quanto a Marmelos-zero encontram-se a disposição para consulta oficial no site governamental da Eletrobrás – Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, [www.eletrobras.gov.br/EM\\_biblioteca/biblioteca\\_setor.asp](http://www.eletrobras.gov.br/EM_biblioteca/biblioteca_setor.asp).

FILHO.<sup>30</sup> Próximo à Extração foi colocada em funcionamento outra empresa, a Serrinha Limitada, com capitais norte-americanos. Utilizava-se de energia elétrica, fornecida pela Hulha Branca, uma empresa de eletricidade montada na virada do século, baseada em desmorte hidráulico, com um motor de 200 HP. Em Maria Nunes, distrito de Diamantina, foi instalada a Mineração do Machado Ltda, próxima ao Rio Jequitinhonha, de propriedade de Dr. Viana do Castelo e Stanley Hime.<sup>31</sup> Duas companhias americanas, a Pittsburg Brazilian Dredging Company e a Diamond King Mining Company, se instalaram no Rio Jequitinhonha, sendo a primeira na região de Lagoa Seca, próxima ao distrito de Maria Nunes. Em 1909, era possível contar quinze empresas estrangeiras de mineração operando em Diamantina, a maioria norte-americanas.<sup>32</sup>

Três novidades são importantes na análise da atuação de estrangeiros na mineração diamantífera. Primeiro, de que não há notícias da utilização do trabalho escravo, no momento de sua instalação, o que as diferenciava das minerações auríferas. Segundo, a utilização da energia elétrica na mineração, assim como a introdução das tecnologias de jateamento hidráulico e dragagem do leito do rio, o que representou um salto qualitativo na produtividade, em relação às técnicas utilizadas na região. Por último, a constatação das mudanças em curso na área da mineração mundial, com a penetração dos capitais norte-americanos em detrimento dos ingleses e franceses.

Um outro dado relevante, em relação à mineração diamantífera, está no fato que, notadamente a partir da década de 1830, a desestruturação “progressiva do monopólio estatal dos diamantes deflagrou um grande surto de atividade em toda a região

---

<sup>30</sup> MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. op. cit. p. 188.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*. p. 189.

<sup>32</sup> Ver MARTINS, Marcos Lobato. *A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte...* 2000.

diamantina”.<sup>33</sup> Tanto a produção quanto a comercialização das pedras passaram para o controle dos mineradores e comerciantes, boa parte deles de Diamantina. Vários proprietários fizeram fortunas e na década de 1870 utilizaram parte desse capital para implantação das lapidações e fábricas têxteis na região do município de Diamantina e Montes Claros.

Pelo exposto, considerados os altos e baixos da atividade, a mineração de diamantes sobreviveu a dois momentos de crise do setor no século XIX, mais precisamente nas décadas de 1820 e de 1870. Mais ainda, se mostrou suficientemente forte ao atrair investimentos do final do século XIX até a década de 1910.<sup>34</sup> Entretanto, mesmo considerando o seu momento máximo de exportação, a economia da Província não poderia ser classificada como exportadora em função do seu desempenho. A agricultura, isto sim, atividade complementar no século XVIII, se tornou, no século XIX, a atividade principal, ditando o ritmo da vida dos mineiros e exportando parte de seu excedente.

Fumo, cana, milho, algodão, café, queijos, toucinho, burros e bois, como produtos das fazendas mineiras, é que de fato marcaram a vida e a economia de Minas Gerais no século XIX. Para essas fazendas destinaram-se quase 25% do total de escravos importados pelo Brasil.<sup>35</sup> Na primeira metade do século XIX, ocorreu um vigoroso processo de ruralização da vida na Província e de ocupação das terras, fato este até bem pouco tempo atrás compreendido como reflexo da decadência da mineração e a conseqüente busca pela auto-subsistência. Para uma ampla corrente historiográfica a economia mineira encontrava-

---

<sup>33</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o Tráfico de Escravos, outra vez*. 1994. op. cit. p. 15.

<sup>34</sup> Durante todo o século XX, a mineração de diamantes funcionou plenamente em Diamantina. Dois investimentos mineradores, de grande porte, foram instalados para dragagem do Rio Jequitinhonha, após 1950, a Mineração Tijucana S/A e a mineração Rio Novo, esta última ainda funcionando. Na década de 1980, a introdução da bomba de sucção e de desmanche hidráulico, movida a motor diesel, deu origem a uma nova corrida aos veios diamantíferos provocando pesados danos ambientais.

<sup>35</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o Tráfico de Escravos, outra vez*. 1994. p. 10.



se estagnada ou decadente, sendo levada a exportar os escravos para as regiões exportadoras cafeeiras fluminenses e paulistas e internamente para a zona da Mata.<sup>36</sup>

Na verdade o que aconteceu foi exatamente o contrário, conforme demonstrado pela historiografia mais recente.<sup>37</sup> Em 1819, Minas possuía 168.543 escravos, número que passou a 381.893, em 1872, enquanto a Província do Rio de Janeiro de 91.070, passou a 306.425, no mesmo período. Por sua vez, São Paulo dilatou o número de 77.667 para 156.612. A população escrava em Minas Gerais, que em 1819 era de 15,2 % do total brasileiro, saltou para 24,7% em 1872.<sup>38</sup> É importante destacar que essa expansão demográfica da população escrava não aconteceu no momento de auge do setor exportador cafeeiro. Na verdade, o boom nas exportações mineiras de café se inicia na segunda metade da década de 1860, quando o processo de expansão demográfica já estava se consolidando.<sup>39</sup> As importações mineiras de escravos, na primeira metade do século XIX, ficaram na casa dos 320.000 indivíduos, colocando a Província como segunda maior importadora, atrás apenas do Rio de Janeiro.<sup>40</sup> Outro dado relevante é o fato que a

---

<sup>36</sup> A análise sugerida remete-se aos estudos de FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959; HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Metals e Pedras Preciosas*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1967; PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963; PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; IGLÉSIAS, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: INL, 1958; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

<sup>37</sup> A análise sugerida remete-se aos estudos de LIBBY, Douglas Cole. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho*. 1979; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988; MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980; MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *As exportações de Minas Gerais no século XIX...* 1982; MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o Tráfico de Escravos no século XIX, Outra Vez*. 1994; MARTINS, Maria do Carmo Salazar & PAIVA, Clotilde A. et al. *Relatório de Pesquisa: População de Minas Gerais no século XIX...* 1985.

<sup>38</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980. op. cit. p.p. 10-11.

<sup>39</sup> MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *As exportações de Minas Gerais no século XIX...* 1982. p.p. 5-6

<sup>40</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980. p. 10.

população mineira continuou crescendo ao longo de todo o século XIX. Em 1819, ela era de 631.885 indivíduos, tendo aumentado para 3.184.099 indivíduos em 1.899.<sup>41</sup>

A produção agrícola praticada nas fazendas mineiras já havia alcançado a auto-suficiência desde o final do século XVIII. No final do século XIX, tinha conseguido expandir e manter a capacidade de auto-abastecimento, e o que foi notável, exportou parcela considerável do excedente, chegando a rivalizar com o oeste paulista na exportação cafeeira.

O café era cultivado em Minas desde o século XVIII, em diversos quintais, para o próprio consumo. O cultivo comercial só começou nas primeiras décadas do século XIX, na zona da Mata, como expansão da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense. A exportação ganhou relevância na década de 1840 e na década de 1860 o produto já havia ultrapassado, em valor exportado, a soma de todos os outros produtos.<sup>42</sup> Entre 1852 e 1870 o setor cafeeiro mineiro cresceu mais que qualquer outra no Brasil. É bem verdade que foi ultrapassado pela produção do oeste paulista. No entanto, em Minas Gerais, a disponibilidade de terras férteis permitiu uma expansão crescente pelo século XX adentro. Na década de 1930, o Estado exportava três vezes mais do que a Província na década de 1880.<sup>43</sup> Mesmo considerando que as fazendas mineiras não eram especializadas em um só gênero para exportação, no caso da lavoura cafeeira, nas décadas de 1880-90, é possível

---

<sup>41</sup> MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *As exportações de Minas Gerais no século XIX.* 1982. p. 6.

<sup>42</sup> Idem. *Ibidem.* p.p. 5-6.

<sup>43</sup> Ao longo do século XX as fronteiras mineiras do café continuaram abertas e sendo ocupadas. A primeira expansão ocorreu no Sul de Minas. Foi acompanhada da incorporação da região central e oeste. No final da década de 1970 o Vale do Rio Doce já havia sido ocupado. No início dos anos da década de 1980 o cerrado do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foram ocupados com modernas técnicas de cultivo. A fronteira do café já havia alcançado o vale do Jequitinhonha desde o final da década de 1970. Das 26,7 milhões de sacas de café produzidas pelo Brasil em 2002-03, Minas Gerais foi responsável por mais de 14 milhões. Em termos comparativos: O Brasil era o maior produtor mundial e Minas Gerais o segundo colocado, ultrapassando o terceiro produtor, a Colômbia, que produziu naquele ano pouco mais de 11 milhões de sacas. Ver CAFÉ. *Revista Minas Faz Ciência.* Belo Horizonte, FAPEMIG, n. 8, 2003.

fazer conexões com a lógica e dinâmica do setor exportador paulista/fluminense, o que mesmo assim, não justifica a classificação da economia da Província como exportadora.

Depois do café, os produtos de origem pecuária foram os mais importantes nas exportações mineiras.<sup>44</sup> Destacaram-se os bovinos, os suínos, o toucinho e o queijo. Comparando a taxa de composição das exportações dos anos de 1818-19 com os anos 1890-92, para os bovinos e o toucinho, temos que os bovinos representavam 14,8% e foram para 7,3%. O toucinho era 17,4% e foi para 1,2%. No mesmo período o café respondia por 1,7% e foi para 84,6%.<sup>45</sup> Nos anos de 1890-92, a soma de todos os produtos agrícolas exportados, excetuando o café, respondia por apenas 15,4% do total <sup>46</sup>, o que reforça o argumento da produção voltada para o abastecimento interno.

No início do século um importante produto, o algodão, figurava na pauta de exportação mineira, representando 22% das exportações em 1818-19. O algodão mineiro era de excelente qualidade, principalmente o de Minas Novas, e chegou a ser exportado para a Inglaterra. A distância do litoral em relação ao local de produção, aliada à dificuldade e ao custo relativamente alto dos transportes, inviabilizaram a continuação de sua exportação.<sup>47</sup> Havia no final da década de 1810 um animado comércio interno e externo na Capitania, tanto de panos de “fazendas grossas”, quanto de ramas de algodão.<sup>48</sup> No final do século não foi registrada nenhuma exportação tanto dos panos, quanto de ramas de algodão. Isso não significou a redução da importância do algodão na economia da

---

<sup>44</sup> A importância destas exportações foram estudadas por LENHARO, Alcir – *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte da formação política do Brasil: 1808-1842*. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

<sup>45</sup> MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *As exportações de Minas Gerais no século XIX*. 1982. p. 8.

<sup>46</sup> Idem. *Ibidem*. p. 8.

<sup>47</sup> Idem. *Ibidem*. p. 8.

<sup>48</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988. p. 193.

Província. Segundo MARTINS, “a indústria têxtil doméstica foi certamente a mais importante atividade manufatureira da Província”.<sup>49</sup>

O algodão produzido em Minas passou a ser manufaturado, na sua maioria, em seus teares domésticos. A produção visava o abastecimento do mercado interno mineiro, mas também foi exportado. Até o ano de 1875, a média anual foi superior a um milhão de metros. O principal mercado consumidor foi o Rio de Janeiro, tendo sido colhidas notícias de sua comercialização no Rio Grande do Sul e Buenos Aires.<sup>50</sup> Em 1828, a produção total de Minas, foi estimada em 7,4 milhões de metros de tecidos, sendo que, 5,3 milhões foram consumidos na própria Província e os outros 2,1 milhões exportados apenas para o Rio de Janeiro.<sup>51</sup>

A peculiaridade dessa atividade foi a utilização de um grande número de mulheres, escravas e livres, na produção dos tecidos grossos.<sup>52</sup> No início do segundo quartel do século XIX, essa tendência se concretizou e “o trabalho livre, na forma de produtoras independentes, era francamente majoritário nas atividades têxteis em Minas”.<sup>53</sup> A queda no final do século das exportações da indústria têxtil doméstica coincide com o início da produção fabril na Província. Ao que tudo indica, as fábricas, ao iniciar a produção de tecidos grossos, conquistaram o mercado da indústria têxtil doméstica. No entanto, mesmo cessando as exportações dos “tecidos grossos” de Minas, no final do século XIX, sua produção sobreviveu até o início do século XX, como reflexo da identidade social mineira, coletivamente construída e suficientemente instituída para tentar resistir às pressões

---

<sup>49</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980. op. cit. p.47.

<sup>50</sup> Idem. Ibidem. p. 47.

<sup>51</sup> Idem. Ibidem. p. 47.

<sup>52</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988. p.p. 197-205.

<sup>53</sup> Idem. Ibidem. op. cit. p. 201.

externas à sua organização. Não obstante, as forças de mercado, mais nitidamente capitalistas, lograram êxito e as manufaturas dos “tecidos grossos” de Minas encerraram suas atividades.

Dois outros produtos agrícolas, além do algodão compuseram a pauta de exportação mineira: o fumo e o açúcar. O fumo apresentou importância relativa e sua produção para o mercado externo não seguiu o modelo das plantations<sup>54</sup>, representando 4,2% do total das exportações nos anos de 1818-19. Alcançou sua maior expressividade nos anos de 1839-48, com 10,9%. Oscilou na média de 7,5% entre 1850-79. Entre os anos de 1880-92, reduziu sua participação para 3,7% e 3,0%, respectivamente.

O açúcar e a aguardente eram produzidos em quantidades consideráveis, em quase toda a Província. As fazendas buscaram sua auto-sustentação. Apenas uma pequena fração foi exportada. O melhor desempenho de sua exportação foi nos anos de 1818-19 que alcançou a taxa de 2,7% do total das mercadorias exportadas. Nos anos de 1870-79 não ultrapassou os 0,3%.

No geral, mesmo considerando seu setor exportador, as fazendas mineiras guardaram um padrão contínuo de crescimento voltado para o abastecimento interno da província. Esse movimento foi ignorado pela interpretação historiográfica <sup>mediante</sup> corrente, que insistiu em caracterizar Minas Gerais, no século XIX, como uma província cuja economia havia se apagado e entrado em profunda depressão. Aqui é pertinente a interpretação oferecida por MARTINS:

---

<sup>54</sup> MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *As exportações de Minas Gerais no século XIX*. 1982. p. 8.

era a ilha decadente, ou estagnada? Somente aos olhos da mentalidade “colonial”, para quem a visão de comunidades auto-contidas – “meros arranhadores do solo” – sempre foi ofensiva, e das correntes historiográficas presas na mesma camisa de força. O padrão monótono de expansão – continuidade estrutural, sem perturbações notáveis – levou muitos observadores a detectar estagnação onde havia apenas falta de mudança.<sup>55</sup>

Desde o século XVIII, ao lado do setor minerador principal, havia se instalado um setor fundidor de ferro, utilizando amplamente a mão-de-obra escrava disponível e com conhecimento técnico na arte da fundição. A Capitania era rica em minérios de alto teor e as florestas nativas foram utilizadas para a produção do carvão.

No século XIX, as demandas internas produzidas pela expansão da economia agrária, ao lado das necessidades de artefatos de ferro para as minerações, levaram a ampliação da procura por produtos siderúrgicos. A indústria siderúrgica mineira do século XIX caracterizou-se por pequenas fundições, espalhadas por várias regiões da Província que utilizaram largamente a força-de-trabalho escrava. Destacaram-se por seu tamanho a fundição do Bonfim, a Girau, a Patriótica, do Morro do Pilar e a de Monlevade. Essa última foi o maior empreendimento, localizada em São Miguel de Piracicaba, que em 1853 chegou a empregar mais de 150 escravos.<sup>56</sup>

A partir de 1870, essas siderúrgicas entraram em decadência e a maioria encerrou suas atividades. Várias causas são apontadas para interpretar esse episódio, dentre elas: a extrema dependência do escravo-fundidor, que se tornou cada vez mais raro, com o processo de abolição; a falta de competitividade e escala comparado aos investimentos siderúrgicos do mundo, na época; e a incapacidade de concorrer em preço com os produtos

---

<sup>55</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980. op. cit. p.50.

<sup>56</sup> Ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988. e MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980.

importados, sobretudo depois da expansão ferroviária na Província. A siderurgia em Minas Gerais foi a tradução fiel de uma atividade que sobreviveu em função do processo de ruralização econômica. O relativo isolamento da Província, a demanda crescente por artigos de ferro, a disponibilidade de mão-de-obra escrava e matérias-primas disponíveis são, portanto, as razões da sobrevivência do setor.

Se no século XIX, como atividade escravista, a siderurgia não teve importância central na economia da Província, no século XX, como atividade capitalista, será o principal tema dos debates e atividade central no planejamento da industrialização do Estado.<sup>57</sup> No caso mineiro, no século XX, o Estado terá um papel central no processo de industrialização, caracterizando o que DULCI denomina como “modernização recuperadora por iniciativa interna”.<sup>58</sup> A região central e o vale do Rio Doce foram apontados como adequados para a localização preferencial desses investimentos, além de pólo para a indústria metal-mecânica.

A indústria têxtil propriamente dita, com instalações fabris, desenvolveu-se na Província nas décadas de 1870 e 1880. Foram fundadas no ano de 1872 duas fábricas: a do Cedro, na região do Taboleiro Grande em Sete Lagoas, de propriedade dos irmãos Mascarenhas, e a do Brumado, no município de Pitangui, do Senhor Francisco Botelho de Andrade. Entre 1872 e 1887 foram instaladas dezessete fábricas têxteis em Minas Gerais. Comparadas com as fábricas instaladas no mesmo período na Bahia e no Rio de Janeiro essas fábricas operavam em menor escala. O número de teares instalados variavam de 24 a

---

<sup>57</sup> Ver DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981 e recentemente os estudos de DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Para a industrialização brasileira ver SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e LEONARDI, Victor & HARDMAN, Foot. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>58</sup> DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais...* 1999. op. cit. p. 34.

110, sendo que a maioria não ultrapassava os 50. Apenas as Fábricas da Cachoeira e dos Macacos operavam em maior escala com 110 e 100 teares, respectivamente.<sup>59</sup> Enquanto isso, apenas a Fábrica Brasil Industrial, no Rio de Janeiro, operava com 450 teares. Com exceção da Fábrica de São Sebastião, instalada no município de Curvelo, em 1885, que operava com mão-de-obra escrava, as fábricas têxteis mineiras do final do século XIX operaram com mão-de-obra livre assalariada, sendo a maioria de mulheres. O emprego de crianças e adolescentes, parece ter sido constante. Apesar de uma evidente defasagem tecnológica, as fábricas têxteis mineiras não se afastaram dos modelos de funcionamento das fábricas inglesas e norte-americanas do mesmo período.<sup>60</sup> Outro dado relevante é que a maioria dos investimentos foram realizados por empresários locais. Dentre os investimentos industriais, chama a atenção a instalação da Fábrica do Biribiri em Diamantina, em 1876, pela Santos & Cia Ltda. Essa fábrica contava com a participação acionária do bispo de Diamantina, Dom João, e foi um modelo seguido por várias outras fábricas instaladas na região. Muitas destas fábricas avançaram por todo o século XX e ainda hoje continuam funcionando, como a Fábrica do Cedro. Especificamente, a Fábrica do Biribiri continuou operando até o ano de 1977.

Essas fábricas, no seu conjunto, representaram uma clara manifestação capitalista na economia escravista de Minas Gerais. Herdeira da secular indústria têxtil doméstica as fábricas mineiras bem souberam aproveitar as disponibilidades e “reservas” de mão-de-obra livre, feminina e infantil, recrutada em meio à orfandade, gerada na economia auto-

<sup>59</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988. p. 232.

<sup>60</sup> Ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988, SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento...* 1986 e LEONARDI, Victor & HARDMAN, Foot. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil...* 1991.



suficiente e escravista da Província. Foram os marcos de um período de transição e caracterizaram a constituição da modernidade em Minas Gerais.

Por fim, vale a pena retomar as lúcidas interpretações de CARVALHO para caracterizar “as figuras e cores” do “panorama histórico” de Minas:

em lugar da oligarquia de alguns senhores de engenho, barões feudais absolutos do domínio sobre escravos e servos, em Minas havia muitas cidades e vilas com centenas de homens livres, alguns mais ricos que os fazendeiros que deles dependiam para o financiamento da lavoura e venda da produção. Os negociantes, o vigário, o padre-mestre, o boticário, os mestres e oficiais de artesanato eram “homens bons” que ombreavam com os fazendeiros nas eleições das irmandades ou do Senado da Câmara.<sup>61</sup>

## 1.2 - Urbe et Orbe<sup>62</sup>. Diamantina: capitalismo e modernidade.

Cumpra observar que além da numerosa população, que tira sua subsistência imediatamente da mineração, um numeroso número muito mais considerável a obtém indiretamente. Sem falar na classe do comércio, que põe em giro neste país avultada soma de capitais, a agricultura não tem outro fiador, que não seja a mineração; e o município de Diamantina consome, além de seus próprios produtos agrícolas, o excesso de produção que superabunda no município da cidade do Serro, habitado por mais de cem mil almas, e consideráveis exportações de outros municípios limítrofes, como os de Formigas, Curvelo e Minas Novas.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> CARVALHO, Daniel. *Formação Histórica das Minas Gerais...* 1956. op. cit. p. 26.

<sup>62</sup>BAT. ARNO, Ciro. Urbe et Orbe. *Jornal A Idéia Nova*. Anno II, N. 43. 17 fev 1907. Col. 5, p. 1. Neste artigo Ciro Arno, influente intelectual diamantinense do início do século XX, relata as vantagens da imigração equilibrada na cidade de São Paulo, sobretudo dos italianos. Descreve com entusiasmo as vantagens de ser São Paulo a “primeira cidade do Brasil em população, indústria, commercio, hygiene, calçamentos, viação, iluminação, água, esgotos, etc.” Afirma: “Como os corpos orgânicos, o super-organismo da cidade cresce, vive e se desenvolve, por intuscepção, de dentro para fora”. Como elemento reflexivo, Ciro Arno faz algumas projeções para a cidade de Diamantina, baseando-se na idéia de progresso de São Paulo. Idealizou construções, teatros, Cafés, bondes elétricos, clubes, jogos atléticos, “meio intelectual levantado”, imprensa desenvolvida, “avenidas arborizadas, percorridas por elegantes automóveis”, uma população de “cem mil almas”, etc. Por fim arremata: “Bello sonho! Realizado elle, não haveria nenhum diamantinense, em pleno gozo das faculdades, que preferisse a Diamantina actual, sem industria, sem commercio, sem vida, velha e triste decadência da florescente Tejuco”.

<sup>63</sup> *Relatório apresentado ao Presidente da Província pela Junta Diamantina em 1840 sobre o estado das terras da demarcação e seus habitantes*. In. SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978. op. cit. p. 394. Parte do conteúdo do relatório apresentado ao Presidente da Província pela Junta Diamantina foi transcrito por Joaquim Felício em seu estudo. Como advogado e vereador da Câmara de Diamantina, o autor, teve acesso a vários documentos da Junta Diamantina.

A descrição acima faz parte do relatório apresentado ao Presidente da Província pela Junta Diamantina em 1840 sobre o estado das terras da demarcação e seus habitantes. Nele é possível confirmar a mesma característica econômica que marcava a economia da Província nesta época, qual seja, o auto-abastecimento. No entanto, nessa mesma descrição é possível perceber o dinamismo da economia da cidade. Em 1840, Diamantina já havia se afirmado como importante entreposto comercial e um destacado mercado consumidor do norte da Província. A mineração de diamantes, que no início do século, estava em crise em função do esgotamento das lavras antigas e da desorganização do mercado consumidor europeu, nas décadas de 1830 a 1850, com a abertura de novas lavras, tanto em Diamantina como em outras regiões, “a produção de pedras deu um salto impressionante”.<sup>64</sup> Essa expansão econômica baseada na atividade mineradora do ouro e do diamante, sustentada pela produção agrícola, local e regional, se vinculou à forma como foi estruturada a economia diamantífera no século XVIII.

O Arraial do Tijucu, como era chamada a cidade de Diamantina, no período colonial, despertou a atenção mundial com a descoberta dos diamantes. O Arraial teve suas terras demarcadas desde o ano de 1734, e, em 1745, a Coroa resolveu impedir o livre acesso às terras diamantinas.<sup>65</sup> Essa medida visava evitar o contrabando e tornar, de fato, monopólio régio o comércio de diamantes, o que ocorreu a partir do ano de 1753. Em 1771, no período Pombalino, por Ordem Real, foi criada a Real Extração, que impôs o monopólio régio também sobre a produção. A historiografia tradicional estabeleceu uma interpretação em torno desse fato: a crença de que o Distrito dos Diamantes entregue a um isolamento geográfico e de tal forma submetido aos mandos e desmandos das autoridades locais,

---

<sup>64</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980. op. cit. p 15.

<sup>65</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde...* 1996. p. 26.

amparadas pelo Regimento Diamantino, havia se tornado uma estrutura de poder independente do governo da Capitania das Minas. FURTADO, em importante estudo sobre o Regimento Diamantino, fez a seguinte advertência:

o Regimento não propiciou o total isolamento do Distrito em relação às autoridades da Capitania, nem a tão falada autonomia do Intendente.<sup>66</sup>

Certo é que, em torno da mineração constituiu-se um importante núcleo de abastecimento alimentar local, além de um expressivo setor produtor de artefatos de ferro, mobiliário, algodão e cerâmica, necessários à manutenção e expansão da atividade principal mineradora.<sup>67</sup> Pequenas forjas de ferro espalharam-se por toda a região. Visavam a produção de ferramentas para a mineração, ferraduras, cravos, travas, retrancas e peitorais para os animais de carga, e, dobradiças, pregos e fechaduras para a construção civil. Constituiu-se um não menos expressivo número de carpintarias e marcenarias. A abundância de madeira e a dificuldade de importação fizeram surgir um importante setor produtor do mobiliário. Por sua vez, as olarias trataram de produzir de forma satisfatória telhas, tijolos e utensílios domésticos.

Há de se destacar que a produção de ouro não foi dissociada da produção de pedras raras, ao contrário, serviu como sustentáculo em situações de escassez momentânea ou de brusca variação nos preços internacionais do diamante. Se por um lado as lavras diamantíferas se constituíram em monopólio régio, por outro, as lavras eminentemente auríferas eram arrematadas em leilão público.

---

<sup>66</sup> Idem. Ibidem. op. cit. p. 86.

<sup>67</sup> Ver MENEZES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico...* 2000.

Principalmente no Arraial do Tijuco uma expressiva e dinâmica atividade comercial se estabeleceu. Arreios, selaria, cangalhas, panos finos, tecidos grossos de algodão, agasalhos para o frio, rendas, vinhos, aguardente de cana, farinhas, temperos, sal, vinagre, carne seca, carne verde, toucinho, aves, enfim, uma variada lista de produtos podia ser encontrada no comércio do Arraial. Muitos desses comerciantes também eram proprietários de terras e criadores de gado. Possuíam uma diversificada clientela composta de trabalhadores livres e assalariados. Nesse contexto, a Real Extração foi uma importante fonte de renda e empregos.<sup>68</sup> Essa estrutura criada no século XVIII, de abastecimento e comercialização de gêneros para sustentação da mineração, sobreviveu, e, em muitos casos expandiu-se ao longo do século XIX. Na década de 1930, o abastecimento da cidade de Diamantina ainda contava com expressiva participação dos produtores da região e persistia o comércio de tropas, mesmo com a chegada da ferrovia no ano de 1914.<sup>69</sup>

Uma outra modalidade de renda muito comum, no Distrito Diamantino, era o aluguel de escravos, na forma de jornal, para a Real Extração. Essa atividade disseminou-se e passou a compor importante fonte de acumulação capitalista. Nem mesmo as Irmandades fugiram a esse expediente. “A irmandade do Santíssimo Sacramento alugava 30 escravos para a Real Extração e as demais contavam entre 2 e 10 escravos nessas condições”.<sup>70</sup>

Apesar desse diversificado e dinâmico quadro econômico, em função da rigorosa disciplina e minuciosa taxação, a Coroa Portuguesa não permitiu que o Arraial fosse elevado à Vila durante o século XVIII. Como administração especial, o Arraial do Tijuco

<sup>68</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde...* 1996. p.p. 117-120.

<sup>69</sup> Ver MARTINS, Marcos Lobato. *A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte...* 2000.

<sup>70</sup> SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. op.cit. p. 50.

só viria a ser Vila através de decreto Imperial de 13 de outubro de 1831, e elevado à categoria de cidade pela Lei nº 93 de 06 de março de 1838.<sup>71</sup>

O conjunto formado pelo setor minerador principal, agricultura, manufaturas do ferro, madeira, cerâmica e algodão, somado a um crescente e diversificado mercado consumidor, legou ao Arraial um dinamismo em que parte de sua população desenvolveu o gosto pela leitura e o refinamento dos hábitos, semelhantes às elites européias.

No período que se estende dos anos de 1798 a 1821 as relações entre a Coroa e os moradores do Tijuco se tornaram tensas, tendo em vista o aumento da carga tributária. Em 1798 as elites locais do Tijuco, em sintonia com os moradores da Vila do Príncipe, na chamada Sedição do Tijuco, encaminharam a Lisboa um manifesto propondo derrubar o alvará de 02 de agosto de 1771, que criou a Real Extração. O documento indicava o desejo dos proprietários do Tijuco de privatização das lavras de diamantes. No entanto, os interesses dos proprietários tijuquenses eram divergentes. Havia aqueles que trabalhavam como empregados na administração, outros que dela tiravam vantagens comerciais e alguns que viviam do aluguel de escravos, que viam com bons olhos a permanência da Real Extração. Havia outros que vislumbravam a possibilidade de enriquecer com a exploração privada de novas lavras ou com a comercialização das pedras. Apesar desses interesses, a Real Extração continuou existindo mesmo depois da independência. A partir de 1832, ocorreu um “desmantelamento progressivo do monopólio estatal de diamantes”.<sup>72</sup> Uma legislação definitiva regulamentando e disciplinando a concessão, ocupação e arrendamento

---

<sup>71</sup> COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

<sup>72</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX...* 1980. op. cit. p 15.

dos terrenos diamantinos só foi efetivada com a publicação do decreto de 24 de setembro de 1845, alterado por lei, em 6 de setembro de 1852 e posta em execução no ano de 1853.<sup>73</sup>

Vale aqui ressaltar que, desde 1819, data da elevação do Tijuco a Paróquia de Santo Antônio, a comarca do Serro do Frio assistiu a um longo processo de afirmação e expansão regional dos interesses das elites do Arraial do Tijuco. A elevação do Tijuco a Vila Diamantina do Serro em 1831, lhe proporcionará a incorporação da freguesia de São Gonçalo do Rio Preto, do povoado de Rio Manso e de alguns distritos do julgado de Curvelo, o que fez despertar novos interesses pela agricultura e pecuária e pela bacia do Rio das Velhas.

No tocante à atividade econômica principal, a partir da década de 1830, a liberação da mineração já repercutia sobre a economia diamantinense. Um contingente significativo de escravos, não mais disponíveis para aluguel, foi transferido para outras atividades, não raramente para aquelas voltadas para a mineração. Onde as terras eram agricultáveis como Rio Manso, São Gonçalo do Rio Preto, Campinas de São Sebastião, Nossa Senhora das Mercês de Araçuaí, Gouveia, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora da Conceição de Curimataí e Inhaí, um contingente significativo de cativos passou a se dedicar à agricultura da cana-de-açúcar, feijão e milho, além da pecuária bovina e produção de toucinho. No entanto, é na mineração diamantífera que se deve buscar a identificação do setor dinâmico da economia. Aqui novamente é interessante recorrer ao Relatório da Junta Diamantina encaminhado ao Presidente da Província, em 1840, uma vez que o mesmo identificava a

---

<sup>73</sup> Ver SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantina*. 1978. p. 404 – 405. A família de Joaquim Felício dos Santos foi um exemplo dos duplos interesses dos proprietários da região. O avô paterno José Amador dos Santos, era natural de Taubaté e guarda-mor das minas do Serro. O pai Antônio José dos Santos era Encarregado da Real Fundação de Ouro da Vila do Príncipe. Já, o seu irmão, Antônio Felício dos Santos, foi comerciante de diamantes e revolucionário de 1842.

prosperidade da mineração como a responsável pela manutenção da “população agrícola” da região. Afirmava:

ora toda esta população agrícola nada podendo exportar para fora da província, por ser o país central e na maior parte dos casos os preços dos transportes dos gêneros agrícolas exceder o seu valor; com sua subsistência essencialmente ligada à prosperidade da mineração; em qualquer medida, que o governo de Sua Majestade Imperial houver de tomar sobre os terrenos diamantinos, de certo não deixará de apreciar em sua sabedoria esta poderosa circunstância.<sup>74</sup>

As décadas entre 1830 e 1860 testemunharam um rápido crescimento demográfico e uma significativa acumulação capitalista. Aos antigos mineradores e proprietários de escravos, somaram-se agora novos comerciantes de diamantes, atacadistas, fazendeiros, assim como garimpeiros ricos – fruto da descoberta de novas jazidas. Em 1832 a população da Vila Diamantina já havia alcançado a cifra de 12.354 habitantes, momento em que chegou a 5.195 na cidade do Serro, sede do Município. Em 1856, em Diamantina foram contados 17.000 habitantes. Em 1872, o número era 19.910, o que representou um crescimento de 61,16% da população total em 40 anos. Em 1890, dilatou para 30.412 e em 1900 o total alcançou os 31.048 habitantes. Nesse mesmo ano, a população do município do Serro tinha alcançado os 18.554 habitantes.<sup>75</sup> No mesmo período a população total escrava de Diamantina aumentou de 6.617 indivíduos, em 1832, para 7.510, em 1872, mas

---

<sup>74</sup> Relatório apresentado ao Presidente da Província pela Junta Diamantina em 1840 sobre o estado das terras da demarcação e seus habitantes. In: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino...* 1978. op. cit. p. 395. É necessário se levar em consideração que haviam certos excessos nos relatórios apresentados pela Junta Diamantina. Eles refletiam em grande parte o discurso liberal produzido pelas elites diamantinenses desejosas de acesso livre aos terrenos diamantíferos. Certo é que, mesmo o município de Diamantina sendo um importador líquido de gêneros alimentícios, não há dados suficientes para afirmar categoricamente que “nada” era exportado para fora da Província.

<sup>75</sup> SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. Tabela 4 – População de Diamantina e Serro, Distrito da Cidade, em 1832-40; 1856-8; 1872; 1890; 1900. op. cit. p. 116.

sua participação caiu de 53,56% para 37,22%.<sup>76</sup> Entretanto, comparada a população escrava de Diamantina com a da Província, que em 1872 era de 381.893 escravos, o plantel de escravos de Diamantina era de apenas 1,96% em relação ao total da Província. Como já analisado anteriormente, a grande maioria dos escravos da Província estava ligada ao setor produtor de alimentos para auto-sustentação. Nesse sentido, mesmo considerando o dinamismo do setor minerador diamantífero/aurífero, que gerou significativas somas de capitais acumulados com a venda, no mercado exterior, de diamante e ouro, ele não permite a caracterização da economia da Província como exportadora escravista, em função do seu desempenho.

Espelhando esta recente aceleração demográfica e a expansão de sua malha urbana e desejando ordenar e impor limites ao processo, a Câmara Municipal faz publicar no ano de 1846, as *Posturas da Câmara Municipal da Cidade Diamantina*. No seu capítulo I, art. 1º e 5º estava definido que:

Art. 1º - A Câmara fará levantar planos, pelos quais se formem as ruas, praças e edificios desta cidade e Arraiaes do seu Termo; e em quanto se não levantão, será o alinhamento feito como até agora. (...)

Art. 5º - Não se poderá nesta cidade, e Arraiaes, sem licença edificar e reedificar, fazer obras ou concertos, que offenda ao alinhamento: multa do triplo do salário, que vence o alinhador; e todo ou parte do edificio, obra, ou concerto, que offender ao alinhamento será desfeito à custa do Proprietário, se não obteve a licença, e do alinhador, se infringir a disposição do art. 3º.<sup>77</sup>

<sup>76</sup> Idem. *Ibidem*. Tabela 7 – Crescimento da População escrava de Diamantina e Serro em períodos intercensitários. Op. cit. p. 123. A comparação em percentagem da população escrava nos anos de 1832 e 1872 tem apenas efeito demonstrativo, para indicar sua alta participação no total da população. O município de Diamantina entre 1832 a 1872 sofreu várias mudanças de ganhos e perdas de Paróquias e distritos. Portanto, a base de 1832 não se aplica à base de 1872.

<sup>77</sup> ACMD. *Posturas da Câmara Municipal da Cidade Diamantina*. Ouro Preto: Typografia Imparcial de B.X. Pinto de Souza, 1846. op. cit. p. 1.



Além da preocupação com o ordenamento urbano, as Posturas da Câmara Municipal regulamentavam a limpeza pública, a localização e funcionamento dos cemitérios, o funcionamento dos matadouros, as funções do carniceiro, a vacinação das pessoas, as funções dos boticários e droguistas, a fabricação e venda da pólvora, a pesca e a caça, a criação de gado e a plantação de lavouras, o socorro aos órfãos, a obrigação dos pais dos expostos, e muitos outros aspectos da vida cotidiana e suas regras de convivência coletiva.

As Posturas da Câmara Municipal expressaram o desejo de implantação, pelas elites diamantinenses, de uma moderna regulamentação dos espaços urbanos e suas funções sociais. Boa parte dos seus artigos tinha um conteúdo sanitarista. Entretanto, chama a atenção o capítulo VII que trazia regulamentações sobre os órfãos, os expostos, as multas e punições aos infratores, e, principalmente o seu artigo 96, que disciplinava as multas e punições aos escravos. Estabelecia o seguinte o artigo 96:

Art. 96° Quando o multado for escravo, e não tiver meios para pagar a multa, e seu Senhor não pagar, será commutada em açoutes nesta razão. A multa até um mil reis, em vinte e cinco açoutes; de mais de um mil reis até quatro mil reis, em cincoenta; mais de quatro mil reis até dez mil reis, em cem: mais de dez mil reis até vinte mil reis, em cento e cincoenta; mais de vinte mil reis até trinta mil reis, em duzentos; porém nunca se darão mais de cincoenta em cada dia, e o Réu se conservará preso, até que finalize o castigo.<sup>78</sup>

Em complementação, o artigo 97 definia que os “açoutes” seriam em local público, no pelourinho. Em meio às regulamentações que envolviam novos ordenamentos urbanos, modernos por seu tempo e seu conteúdo, a regulamentação das formas de segregação e punição dos escravos deixava claro o desejo das elites diamantinenses em conservar a ordem social vigente e as formas tradicionais de punição das transgressões. As Posturas

eram modernas, mas igualmente conservadoras. As elites diamantinenses desejavam um novo ordenamento urbano, com novas regras de higiene e saúde pública, mas igualmente desejavam a permanência dos mecanismos de dominação e manutenção da escravidão. Modernização sem mudanças de domínio, ou com mudanças lentas, controláveis.

Esse processo de euforia urbana é interrompido no final da década de 60 com a crise geral dos Diamantes. Mercado altamente monopolizado, com preços formados internacionalmente, o diamante teve seu valor de troca aviltado principalmente depois da abertura das Minas da África do Sul. Assentando-se agora sobre bases muito mais sólidas do que as do início do século, as elites diamantinenses promoveram uma transição gradativa da sua economia regional. Vincularam seus interesses na comunicação com o Vale do São Francisco, facilitada pela “navegação com o Rio das Velhas até o porto de Santo Hipólito, onde chega em 1879, o vapor Saldanha Marinho”.<sup>79</sup>

Se pelo lado das vias de comunicação e da incorporação de novos espaços urbanos a sua rede comercial, as elites diamantinenses buscaram o sertão como local de expansão para suas atividades, será no seu programa industrial que se realizará uma transposição para uma economia mais evidentemente capitalista.

Tradicional setor manufatureiro, a indústria do algodão é desde cedo lembrada. No século XVIII o Arraial do Tijuco havia se transformado em importante centro consumidor e distribuidor de tecidos grossos de algodão, principalmente do algodão de Minas Novas, chegando a exportar para a praça do Rio de Janeiro. A Vila de Minas Novas havia se especializado na produção de algodão, que “era de boa qualidade e muito bem aceito no

<sup>78</sup> ACMD. *Posturas da Câmara Municipal da Cidade Diamantina*. Ouro Preto: Typografia Imparcial de B.X. Pinto de Souza, 1846. op. cit. p. 20.

<sup>79</sup> SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. op. cit. p. 127.

mercado inglês”. Os comerciantes de Diamantina também se abasteciam com as manufaturas de algodão de Tapera, distrito da cidade do Serro.<sup>80</sup> Tudo indica que essa região era abastecida com o algodão de Minas Novas, negociado em ramas em Diamantina. A representação apresentada à Câmara Municipal, em 1874, assinada por centenas de proprietários e encabeçada pelo Bispo Dom João, confirma essa interpretação ao referir-se ao algodão de Minas Novas da seguinte forma:

são conhecidos os algodões do norte de Minas como rivalizando em qualidade com os melhores do mundo. Em antigos tempos, quando convidava a barateza dos carretos, fizemos um comércio ativo de algodão com a praça do Rio. Morreu esta indústria depois que se encareceram os meios de transporte e a cultura se desenvolveu em terrenos mais próximos dos mercados consumidores.<sup>81</sup>

A partir da década de 1870, os empresários de Diamantina, liderados por Dom João, conjugaram esforços no sentido de viabilizar o projeto industrial de Biribiri, do qual Dom João será um dos sócios, seguido da Fábrica de Santa Bárbara, São Roberto e da Perpétua, que serão analisadas no próximo capítulo. O programa industrial do Norte de Minas, liderado pelos empresários de Diamantina, tinha, no entanto, um obstáculo significativo: o custo dos transportes até as principais praças consumidoras. Só a ferrovia aliviaria esse gargalo. Há muito as elites diamantinenses vislumbravam o projeto de transformação da cidade em entroncamento ferroviário. Pela Estrada de Ferro Central do Brasil, através de Santo Hipólito, Diamantina seria ligada ao Rio de Janeiro. Na rota do leste, desde tenros tempos do Império, vislumbrava-se a ligação Diamantina a Vitória. Por último, almejava-se a ligação com Salvador, através de Araçuaí. No ano de 1906, o Governo Federal acenava

<sup>80</sup> Ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988. p. 194.

<sup>81</sup> *Representação apresentada à Câmara Municipal de Diamantina em 07 de Maio de 1874.* Apud SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. op. cit. p. 129. Documento transcrito do Livro de Atas, 1882. Arquivo da Prefeitura de Diamantina.

com a possibilidade de realizar parte desses investimentos. Nesse ano, expediu o decreto 1951, baseado na lei nº 31, de 04/09/1906, abrindo um crédito de 600:000\$000 para a construção da linha Norte da Estrada de Ferro Espírito Santo e Minas, com o fim de encontrar ~~V~~ Vitória a Diamantina.<sup>82</sup>

Por certo, o tão esperado investimento na ferrovia não aconteceu, naquela ocasião. As fábricas de Diamantina acabaram se definindo pelo abastecimento do mercado local e regional. Das quatro fábricas de tecidos três sobreviveram pelo século XX adentro, Biribiri, São Roberto e Santa Bárbara.<sup>83</sup> Outros três setores industriais tiveram desempenho relevante no fim-de-século em Diamantina: o lapidário, a ourivesaria e a viticultura, que serão analisados no próximo capítulo.

Na década de 1880, com a recuperação dos preços internacionais do diamante, novos investimentos voltaram a ser realizados na atividade, desta vez pelo capital estrangeiro. Entretanto, as novas tecnologias empregadas, por sua escala e capitais investidos, eram incompatíveis com o garimpo manual. Nesse período, os investimentos das companhias inglesa, francesa e americanas foram marcantes. Esses investimentos primaram pelo recrutamento da mão-de-obra livre disponível na região. A não ser pelo produto, o diamante, as empresas do final do século XIX, em Diamantina, não guardavam nenhuma semelhança, em tecnologia e força de trabalho empregada, com as minerações praticadas no Arraial do Tijuco.

---

<sup>82</sup> ARAUJO, Francisco Lentz. *Geographia do Estado de Minas Geraes e Noções de Historia do mesmo Estado*. Belo Horizonte: 1907. op. cit. p. 133.

<sup>83</sup> A fábrica de casimiras da Perpétua encerrou suas atividades na primeira metade do século XX. A Fábrica do Biribiri funcionou até o ano de 1977. As Fábricas de São Roberto e Santa Bárbara, ainda continuam funcionando. A fábrica de São Roberto passou nos últimos anos por novos investimentos aumentando significativamente sua produção, inclusive direcionando para o abastecimento do mercado exterior.

Na esteira dos investimentos modernos, em 1883, foi inaugurada a primeira usina hidrelétrica brasileira, de propriedade da Diamond Mining Company of Boa Vista.<sup>84</sup> Em 1885, foi inaugurado o Telégrafo Nacional em Diamantina, por iniciativa de Dr. Antônio Godoy Chaves. Em 1890, aconteceu a instalação do 4º Corpo Policial do Estado de Minas Gerais. Em 1905, foi instalada a Sub-administração dos Correios e a Repartição Geral dos Telégrafos. Esses três últimos acontecimentos marcaram a vida da cidade por todo o século XX. Foram grandes empregadores e geradores de renda para a cidade. Além dos salários e pensões, contrataram serviços e realizaram compras, animando o comércio e a indústria local. Foram as mais importantes instituições na estruturação do espaço do norte de Minas, nesse período.

O 4º Corpo Policial subordinava militarmente parcela considerável do Norte de Minas e manteve em Diamantina um dos maiores efetivos do Estado até 1930. Na república ficaram conhecidos, dentre os Batalhões de Caçadores do Estado, como os “Casacas Pardas”.

Em 1905 o Telégrafo Federal em Minas Gerais “compreendia 2 distritos: Norte, com sede em Diamantina e Sul, com sede em Belo Horizonte, ambas com 45 estações installadas”.<sup>85</sup> Quanto aos Correios, em Minas, ele compreendia uma Administração Geral com sede em Belo Horizonte, com 431 agências e três sub-administrações localizadas em Diamantina, Campanha e Uberaba. A sub-administração de Diamantina possuía 118

---

<sup>84</sup> Essa informação consta em exemplar avulso da *Revista O Mundo Elétrico*. Ministério das Minas e Energias, 1964. Residem atualmente em Diamantina antigos funcionários da Usina, que durante as décadas de 1920 a 1950, trabalharam para a Companhia de Luz e Força Hulha Branca, sucessora no setor elétrico da Mineração da Boa Vista. Durante toda a primeira metade do século XX, a energia utilizada em Diamantina era gerada em tal complexo produtor, uma vez que um outro reservatório foi construído um pouco mais acima do Rio para reforço na produção.

<sup>85</sup> ARAUJO, Francisco Lentz de. *Geographia do Estado de Minas Gerais...* 1907. op. cit. p. 141.

agências, sendo a segunda do Estado, seguida de perto de Campanha com 117 e Uberaba com 67.<sup>86</sup> Isoladamente foi o maior empregador de Diamantina ao longo do século XX. Chegou a ter mais de 1.000 empregos diretos em determinadas épocas.

O período que se estende entre 1888 a 1920 foi marcado por um significativo volume de pequenos investimentos industriais e comerciais, publicados em vários jornais locais, desde os mais abertos e críticos, como *A Idéia Nova* e o *Município*, até os mais contidos e conservadores, como *A Estrela Pollar* e *O Pão de Santo Antônio*. No entanto, com maior ou menor grau de entusiasmo, refletiram sobre o processo de “melhoramentos urbanos” vividos pela cidade. Foram abertas vinícolas, fábrica de casimira, torrefação de café, curtumes, indústria pirotécnica, fundição de metais, fábricas de chapéus, cigarros, pomadas, móveis, pólvora e cerveja.<sup>87</sup>

Em 1902, foi iniciada a canalização d’água em canos de chumbo, por iniciativa particular. A 1ª instalação foi feita na casa comercial de Motta & Cia. Em 29 de outubro de 1908, foi inaugurada a iluminação elétrica na casa comercial de Ramos, Guerra, Araújo & Cia gerada na Fábrica de Lapidação da Palha, onde foi colocado um dínamo de 120 volts.<sup>88</sup>

Em 1910, várias obras de melhoria da rede de água e esgoto foram anunciadas pela Câmara Municipal. Dilatou-se, na mesma proporção, a necessidade de expansão da rede de ensino secundário. Em artigo intitulado “Água e Esgotos, ou Escola Normal”, no jornal *A Idéia Nova*, de maio de 1912, o jornalista Rocha Pombo tece as seguintes as considerações:

(...) A água, maior veículo transmissor de uma infinidade de molestias, vem-nos por um curso quasi que inteiramente desprotegido, permitindo assim a revolução de seu exíguo

<sup>86</sup> Idem. Ibidem. p. 158.

<sup>87</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Industrias. Cx 07. Envelope 3.

<sup>88</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Cx 03, caderneta 1.

leito, constantemente, por patas de animaes imundos. (...) Por outro lado, a necessidade que temos de uma bem organizada rêde de esgotos, não poderá ser contestada, de boa fé, por ninguém. (...) A substituição destes melhoramentos inadiáveis, pela organização de uma Escola Normal, são de tão sentida desvantagens, que, por certo, poucos acceitarão com bons olhos, a realização d'esta medida. (...) A Diamantina não tem sido, felizmente, descuidada na organização de elementos instructores relativamente à formação da intelligencia de seus filhos. (...) De um lado, o bom encaminhamento do ensino e o crescido número de professores diplomados, em forçada disponibilidade por falta de cadeiras; do outro, a exigüidade do escoamento das matérias fecaes, e a deficiência do abastecimento de boa agua para serventia do povo.

Esperemos, pois.<sup>89</sup>

No ano de 1910, também, foi inaugurado na cidade o sistema de iluminação pública elétrica, sob a responsabilidade da firma Ramos, Guerra, Araújo & Cia Ltda.<sup>90</sup> Desde o final do século XIX vislumbrava-se a expansão da rede da Usina de Santa Maria até a cidade. Vários jornais noticiaram a festa de inauguração. O Jornal *A Estrella Polar*, em seu editorial, anunciou que “a cidade vibrou de entusiasmo, porque desde então sua iluminação pública ficou sendo a das grandes e adiantadas cidades, a illuminação electrica” e que

o machinismo gerador, que é o mesmo que servia nos trabalhos da Companhia de Mineração Boa Vista, é movido pelo Ribeirão de Santa Maria, 4 leguas mais ou menos de Diamantina, e produz energia para illuminar duas ou mais cidades como Diamantina<sup>91</sup>

A preocupação com os “melhoramentos” na cidade ultrapassou o campo da infraestrutura básica e alojou-se no campo da arte e da cultura. Não eram raros os anúncios de abertura de jornais, cinemas e teatro. No entanto, em artigo de autor anônimo, no jornal *A Idéia Nova*, intitulado “Diamantina e a Arte”, os moradores da “Athenas Mineira” são

<sup>89</sup> BAT. POMBO, Rocha. Água e Esgotos ou Escola Normal. *Jornal A idéia Nova*. Diamantina, 12 de maio de 1912. Anno VII, n. 317. p. 1, col. 3 e 4.

<sup>90</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Cx 3. caderneta 1. O contrato foi assinado em 10/01/1910, com a firma Ramos, Guerra, Araújo & Cia, para iluminação elétrica pública da Diamantina. Assinou pela Câmara o Agente Executivo Cel. Augusto Caldeira. Escritura do Cartório do 1º Ofício. Ramos, Guerra Araújo & Cia firmaram por sua vez contrato com a Cia Brasileira Siemens Schubert – Werke, representada pelo Senhor Cristiano Otoni, para fornecimento de material e equipamentos.

<sup>91</sup> BAT. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 24 de novembro de 1910. Anno VIII. N. 47.

alertados para uma fase de decadência vivida pela arte. Para o autor a arte em Diamantina tinha sido motivo de orgulho para seus habitantes. Alertava que:

Diamantina, que, por muitos motivos tem direito do cognome de Athenas Mineira, vem de há muito tempo a esta data, procurando desfazer este predicado, que tanto nos desvanece e orgulha. A arte agonisa ...Abandonemos por completo a Arte e esta pouco a pouco entra n'uma verdadeira fase de decadência, de que resultará forçosamente o seu desaparecimento do nosso meio. Os nossos atos, costumes, feitos, tudo enfim é uma negação completa de nosso passado e finalmente de nossas tradições.<sup>92</sup>

Em 1912, no anúncio da inauguração do Cinema Ideal, situado na Rua Direita, de propriedade dos senhores João José Dias & Filho e Nestor Vieira, ficou patente que havia a necessidade de adaptação dos investimentos às regras modernas de higiene, conforto e bom gosto. A utilização da eletricidade começava a tomar corpo na cidade. No anúncio do cinema destacaram-se os seguintes pontos:

(...) esse Cinema funcionará em vasto salão para esse fim especialmente adaptado, revestido de todas as commodidades, e obedecendo às regras modernas de hygiene e bom gosto.

Dispondo de mobília e ventiladores electricos, esse Cinema funcionará por electricidade, produzida por um excellent motor de propriedade dos mesmos senhores.<sup>93</sup>

Em 20 de janeiro de 1911, a Câmara Municipal sancionou a Lei nº 38, onde o seu artigo 1º autorizava o Agente Executivo a contratar, em hasta pública, a instalação de serviços telefônicos entre a cidade de Diamantina e os povoados de Guinda, Curimatahy, Tabua, Nossa Senhora da Glória, Curralinho, Mendanha, Inhay e Pouso Alto. No artigo 2º ficou definido que a Câmara faria “sessão gratuita ao empregário das actuaes installações telephonicas entre esta cidade e Gouvêa, Dattas e São João da Chapada.”<sup>94</sup>

<sup>92</sup> BAT. Diamantina e a arte. *Jornal A Idéia Nova*. Diamantina, 21 de janeiro de 1912. Anno VI, n.302. p.3, col. 1.

<sup>93</sup> BAT. *Jornal A idéia Nova*. Diamantina, 31 de março de 1912. Anno VI, n. 312. p. 2, col. 3.

<sup>94</sup> BAT. *Jornal A Idéia Nova*. Diamantina, 22 de Janeiro de 1911. Anno VI, n. 250.



Finalmente, em 1914 a inauguração da Estação Ferroviária sintetizou os interesses de comunicação com o mundo exterior e de rompimento dos gargalos dos transportes. O principal jornal católico de Diamantina, *A Estrella Polar*, acompanhou por anos a realização desse investimento. Começou no ano de 1907, quando fez publicar o discurso de Dr. Nelson de Senna e o parecer que o Congresso Mineiro deu sobre a sua proposta de extensão do ramal Currealinho/Diamantina. Dentre as diversas razões apresentadas para a consagração de verba no orçamento da Viação Federal, algumas se destacaram pela forma como apresentaram o investimento ferroviário vinculado ao “progresso” da região:

Considerando: (...)

- que o ramal passará por zona capaz de augmentar a sua produção existente e mesmo iniciar outras espécies de produção;
- que visa um considerável centro de produção a cidade de Diamantina, onde, sendo considerável a importação, exporta, além de productos de agro-pecuária, outros productos manufacturados;
- que a região atravessada é riquíssima em forças hydraulicas diversamente localizadas na zona do ramal em questão, forças aproveitáveis para installações fabris e outras;
- que achando-se o ramal em seu ponto terminal, Diamantina, pela sua localização servirá a toda uma vasta região adjacente à sede do município, onde hoje as comunicações com os maiores centros commerciaes do Estado são difficeis e demoradissimas;
- (...) e que por esses motivos sendo digna de applausos a indicação em questão, é de parecer que a mesma seja submettida à discussão e aprovada.<sup>95</sup>

No mesmo ano de 1907 o mesmo jornal anunciou a inauguração de uma “Empreza de Transportes Diamantina a Currealinho”:

no dia 5 do corrente, ao espoucar de foguetes e ao som do Hynno Nacional inaugurou-se nesta cidade o serviço da Empreza de Transportes Diamantina a Currealinho, cuja estação está situada no Largo Dom João. (...) A esta damos os nossos parabéns, desejando que continue em progressos e vantagens para esta Zona.<sup>96</sup>

<sup>95</sup> AEAD. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 10 de Agosto de 1907. Anno V. N. 22. p. 3, col. 1.

<sup>96</sup> AEAD. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 12 de Maio de 1907. Anno V. N. 13, p. 4, col. 3.

Próximo á inauguração da estação ferroviária, no ano de 1913, em tom eufêmico, João Henrique Costa, em artigo intitulado “O progresso da Diamantina”, anuncia a chegada da ferrovia ao mesmo tempo em que destaca outras importantes obras urbanas, singularizando o modelo da Câmara Municipal da cidade no norte de Minas. Assim se referia a esse fato:

aproxima-se o tempo de ser realizado o sonho dourado dos diamantinenses, com a inauguração da estação no Largo Dom João, do ramal férreo do Curralinho a Diamantina. (...) Está em construção a nova cadeia, no largo do Rosário, e, devido os esforços da operosa Câmara Municipal, está quasi completa a construcção do pittoresco theatro; e da nova avenida, que vai terminar no cemitério municipal; (...) é por esta razão que a operosa Câmara Municipal desta cidade é considerada como o modelo das municipalidades do Norte de Minas.<sup>97</sup>

Tendo completado o conjunto dos investimentos produtivos modernos, a cidade de Diamantina em muito havia se afastado da sua imagem de Arraial. Havia se transformado de fato em um centro capitalista produtor de bens, irradiador de cultura e sede do Bispo. Sua elite política, numerosa e hábil, espalhava-se entre a Assembléia do Estado e o Senado da República. Nesse sentido, o escritor Júlio Maria, demonstrando fascínio pelos investimentos realizados, acreditava que eles eram suficientes para produzir uma “fase de incontestável progresso”. Assim descreve esse momento no *Jornal A Estrella Polar*, em 1910:

a querida Diamantina, nosso adorado berço, começa a entrar n’uma fase de incontestável progresso. Durante longos annos resignou-se ella á sorte de tantas outras cidades do Brasil que, affastadas dos centros da industria e do commercio, privadas de vias de communicacão e de tantos outros meios de desenvolvimento, decaiam pouco a pouco de seu primitivo esplendor no mais deplorável abatimento. É que a má vontade dos passados governos não attendia aos seus reiterados pedidos de melhoramentos e Diamantina, como outras cidades, via suas esperanças e justas aspirações suffocadas por toda espécie de circumstâncias contrárias.<sup>98</sup>

<sup>97</sup> BAT. COSTA, João Henrique. O Progresso da Diamantina. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 26 de Outubro de 1913. Anno XI, n. 43. p. 5, col. 4.

<sup>98</sup> BAT. MARIA, Júlio A. C. Actualidades. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 1910. Anno VIII, n. 31. p. 3, col. 2 e 3.

Contrariando todo o esforço modernizador empreendido pelas elites diamantinas, a cidade acabou ficando afastada do planejamento inicialmente delineado para a economia mineira, de especialização industrial, adotado a partir de 1909. Esse planejamento foi no sentido de viabilizar a constituição de um complexo minerador do ferro e o estabelecimento da grande siderurgia no Estado, tendo como pólo a região central e o Vale do Rio Doce.<sup>99</sup> O sonho de alcançar o litoral capixaba, pela ferrovia, foi abortado. As cidades de Belo Horizonte e Vitória foram escolhidas como partida e destino para implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Sem conseguir analisar de forma clara as mudanças que já se anunciavam, as elites diamantinas, atordoadas pelo recente progresso material, envaideciam-se com o seu patrimônio cultural, inteligentemente construído. Afirmava o escritor Júlio Maria:

além do progresso material, Diamantina foi sempre o berço de muitos litteratos, artistas e homens de sciencia-ninho onde se emplumaram muitas águias que devassaram as mais altas regiões do saber. – Cabe-lhe pois, com verdade e justiça o glorioso epitheto de Athenas do Norte.<sup>100</sup>

As elites diamantinas olhavam com orgulho para o seu passado e faziam um balanço vitorioso, sob seu ponto de vista. A Vila Diamantina do Serro que em 1832 possuía 12.352 habitantes, alcançou em 1907 os 56.884. Seu subsolo não havia se esgotado como o de várias cidades mineiras e ainda era freqüente a notícia de algum “felizardo” que havia enriquecido na mineração. Companhias estrangeiras de mineração se instalaram e estavam em atividade na região. Seus brilhantes tinham aceitação mundial. Suas jóias e seus vinhos

---

<sup>99</sup> DULCI, Otávio. *Política e Recuperação Econômica*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.p. 37 – 58.

<sup>100</sup> BAT. MARIA, Julio A.C. Actualidades. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 1910. Anno VIII, n. 31. Col 3, p. 3.

tinham mercados garantidos. Produziu pioneiramente eletricidade no país e a cidade dispunha de iluminação pública. Possuía teatro, cinema e telefone público. De centro consumidor e entreposto de comércio de tecidos grossos de algodão passou a fabricante em seus três cotonifícios e em outra fábrica produzia tecidos finos de lã. Havia se transformado em sede do 4º Corpo Policial. Coordenava as comunicações de todo norte do Estado com a Repartição dos Telégrafos e a Sub-administração dos Correios.

O Bispado tinha sido elevado a sede de Arcebispado, com dois Bispados sufragâneos, o de Araçuaí e o de Montes Claros, rivalizando em importância com a Arquidiocese de Mariana. Transformou-se em importante centro educacional do Estado, se destacando o Seminário Arquiepiscopal. Havia conseguido controlar e submeter os trabalhadores livres aos novos mecanismos de dominação, após o processo de manumissão. Eliminou o estrangulamento dos transportes com a chegada da ferrovia, reduzindo os preços do carro e a duração das viagens para o Rio de Janeiro, que de 21 dias passou para 2 dias, e, para Belo Horizonte, que de 6 dias passou para 18 horas. Por fim, havia conseguido preservar valores e tradições familiares, ao mesmo tempo em que a cidade foi modelada com o que denominaram como “melhoramentos urbanos”. Diamantina havia se transformado em uma cidade moderna, sem deixar de ser conservadora.

Foi essa cidade que o arquiteto Lúcio Costa descobriu e passou a estudar em 1924: a Diamantina de Dom Joaquim e da Arquidiocese, do Tenente Coronel Alfredo Furst Filho e do 3º Batalhão da PMMG, da Repartição dos Telégrafos e da Sub-administração dos Correios, do ouro e dos diamantes, das jóias e dos brilhantes, da viticultura e da eletricidade, da ferrovia e do telefone, das Igrejas e dos sobrados, dos becos, ruas e praças

construídas geometricamente, das dobradiças, fechaduras, sacadas, calçadas e beirais, conscientemente conservados por seus proprietários.

Para Jorge Hue, amigo e colaborador do arquiteto, “a descoberta de Diamantina foi um catalisador de idéias na trajetória de Lúcio Costa”.<sup>101</sup> Segundo ele,

só um homem preparado e sensível como Lúcio poderia perceber aquela beleza sem esforço existente na arquitetura simples daquela cidade. A partir dessa “revelação”, o arquiteto teria dado início à busca de uma síntese entre tradição e modernidade que caracterizou sua produção a partir de então.<sup>102</sup>

### 1.3 Novam Adamantini Episcopatus. A Cidade Episcopal.<sup>103</sup>

Afastando-se a discussão da forma como as elites diamantinenses construíram e consolidaram seu projeto político para o que se passou a denominar “Norte de Minas”, assim como, sobre o modo como se organizou o processo de afirmação econômica regional da cidade, a análise volta-se para a caracterização de Diamantina como cidade episcopal.

Em 1727, frei Antônio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro, denunciou ao Santo Ofício os comediantes ciganos de Vila Rica e outras partes da capitania de Minas Gerais, ameaçando de excomunhão a quem os assistisse. Em 1719, Dom Francisco de São Jerônimo havia visitado São Paulo por motivos semelhantes. Ambos redigiram cartas pastorais onde enumeraram os abusos cometidos pelos fregueses. Em sua maioria o

<sup>101</sup> HOLCK, Ana et al. *Seminário Internacional – Um Século de Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. Depoimentos. Mimeo.

<sup>102</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>103</sup> SANTOS, Mons. Gabriel Amador dos. *Memorial Histórico da Archidiocese de Diamantina*. Diamantina: 1921. Trecho de referência da “*Bulla Gravissimum Sollicitudinis*, do Papa Pio IX, de 06 de Junho de 1854, desmembrando das dioceses de Pernambuco, Bahia e Mariana, diferentes paróquias no território da Província de Minas Geraes e erigindo-as em Diocese sob o nome de Diamantina”.

conteúdo dessas cartas se referiam “à vida de escândalo em que se mantinham os que viviam concubidados e aos relacionamentos públicos entre pessoas de dois sexos, principalmente nas cerimônias religiosas”.<sup>104</sup> Os bispos pediram ao Rei e ao Vaticano autorização para fundar uma diocese na Capitania, concedida em 02 de fevereiro de 1748, com a elevação da Vila de Ribeirão do Carmo a cidade, com o nome de Mariana, sede do bispado. Dom Frei Manoel da Cruz tomou posse como primeiro Bispo. No Brasil essa foi a sexta diocese criada, depois do bispado da Bahia (1555), Rio de Janeiro (1676), Olinda (1676), Maranhão (1677) e Pará (1719). Até então, a Capitania das Minas Gerais – *in spiritualibus* – prestava obediência ao Bispado do Rio de Janeiro. A mesma bula papal que criou a diocese de Mariana – *Candor Lucis Aeternae* – criou também o bispado de São Paulo.<sup>105</sup>

Em sentido contrário a esse processo, no ano de 1759 o Ministro Sebastião de Carvalho e Mello – Marques de Pombal – decretou a expulsão dos Jesuítas do Brasil e empreendeu uma forte campanha contra o poderio econômico das ordens monásticas. Influenciado pela cultura iluminista e galicano-jansenista, rejeitava a concepção de religião revelada, sobretudo os dogmas do cristianismo. Esse ato ratificou a inibição do processo de expansão das Ordens Primeiras em Minas Gerais até o ano de 1844, data de sagração do Padre Viçoso como Bispo de Mariana e o início da reforma do clero mineiro.<sup>106</sup> Por outro lado, possibilitou ao Estado controlar o processo de criação das cidades episcopais tendo em vista a forte política regalista aplicada.

<sup>104</sup> LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. In: *Revista História: Questões e Debates*. Curitiba: UFPR, n. 36, p. 161-168, 2002. op. cit. p. 172.

<sup>105</sup> Ver TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* 1929 e HAUCK João Fagundes, et al. *História da Igreja no Brasil*. 1992, Tomos I e II.

<sup>106</sup> CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso...* 1986. p. 87.

As Vilas destinadas a residência dos bispos deveriam ser elevadas à condição de cidade e, se possível, coincidir com a sede da comarca. Era uma forma de garantir que não houvesse bispado sem ouvidoria.<sup>107</sup> Ao controlar a criação das cidades episcopais o Estado fortaleceu sua autoridade central e evitou a concorrência da Igreja na estruturação da ordem espacial e política.

A cidade episcopal tinha como característica fundamental o poder de regionalizar. Atraía para si, com suas paróquias, uma vasta clientela para encontros, festas e comemorações. Subordinava em seu entorno irmandades, confrarias e associações. Nesse contexto, pode-se afirmar que a cidade necessitava da Igreja e a Igreja não viveria sem a cidade.

A partir da independência, o relacionamento entre o Governo Imperial e a Cúria Papal Romana foi alvo de intensas negociações. O Império Brasileiro desejava obter para si os mesmos direitos que os reis portugueses gozavam. Em 15 de maio de 1827, o Papa Leão XII concedeu o padroado ao Imperador do Brasil pela Bula *Praeclara Portucae*.<sup>108</sup> Essa concessão representou a aceitação pela Santa Sé dos mecanismos legais ditados pela constituição brasileira de 1824, que no seu capítulo II, artigo 102, inciso II, atribuía ao imperador a função de “nomear Bispos e prover os benefícios eclesiásticos”.<sup>109</sup>

A preocupação com a estruturação da ordem espacial dos Bispados no Brasil era uma constante entre as autoridades portuguesas. Em 1819, o Conselheiro Antônio Rodrigues Veloso havia proposto, através do documento *Informações para Servir de Base*

---

<sup>107</sup> Ver HAUCK João Fagundes, et all. *História da Igreja no Brasil...* 1992. SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993.

<sup>108</sup> COMBLIN, J. Situação histórica do catolicismo no Brasil. In. *Revista Eclesiástica Brasileira*, n. 26, 1976.

<sup>109</sup> BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 25 Março 1824.

à *Divisão dos Bispados*, a divisão regional do Brasil baseada em cidades episcopais. Minas Gerais teria seu espaço unificado pela Arquidiocese de Mariana, subordinando quatro Bispados, que seriam criados: São João Del Rei, Serro do Frio, Sabará e Paracatu do Príncipe.<sup>110</sup> Até essa época, o espaço da Capitania de Minas Gerais ainda era dividido entre várias dioceses. O norte pertencia ao Arcebispado da Bahia. O centro e o sul pertenciam ao Bispado de Mariana. O noroeste pertencia ao Bispado de Pernambuco e o oeste ao Bispado de Goiás.<sup>111</sup> Entretanto, durante toda a primeira metade do século XIX nada foi alterado na reestruturação do espaço da Igreja em Minas Gerais.

Em 1844, a posse do Padre Antônio Viçoso como Bispo em Mariana marca o início de uma profunda reforma no Clero Mineiro com repercussões em toda a Igreja Brasileira. Foram reexaminadas as vocações, o seminário foi revitalizado, houve uma profunda reaproximação episcopal com a Santa Sé, enfim, iniciou-se de forma vigorosa o movimento ultramontano com a romanização da igreja brasileira.<sup>112</sup> Não só o sacerdócio foi reformado em sua ação como também em sua formação. É de Dom Viçoso a iniciativa de encaminhar jovens seminaristas talentosos para altos estudos em Roma. Nessa leva foram agraciados Pedro Maria de Lacerda, Luis Antônio dos Santos e João Antônio dos Santos, que mais tarde seriam os futuros Bispos do Rio de Janeiro, Ceará e Diamantina, respectivamente.<sup>113</sup>

Voltando-se para a Comarca do Serro do Frio, as constantes solicitações e denúncias de abusos, feitas pelos padres visitantes, fizeram com que o Imperador fosse convencido a criar uma nova Diocese em Minas Gerais, sufragânea de Mariana. No entanto, a escolha da

<sup>110</sup> OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. A Igreja no Brasil ou informação para servir de base à divisão dos bispados, projetada para o ano de 1819, com a estatística da população dos mapas das respectivas províncias, e número de seus habitantes. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Ano XXIX, Rio de Janeiro, 1866. Apud SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. p. 104.

<sup>111</sup> SANTOS, Monsenhor Gabriel Amador dos. *Memorial Histórico...* 1921. p. 9.

<sup>112</sup> Ver MARQUES, Rita de Cássia. *Da romanização a terceira via...* 1995.



cidade para sede da Diocese não recaiu sobre a cidade do Serro, como sugerido pelo documento do Conselheiro Veloso. Fortalecida política e economicamente, mesmo não sendo cabeça da Comarca, a escolha recaiu sobre a cidade de Diamantina. Seu espaço urbano, habilmente estruturado e preparado por suas elites, havia ultrapassado a cidade do Serro. A cidade apresentava-se então como o principal espaço de gestão e controle das atividades humanas, comandando o que o campo produzia e a indústria fabricava.

A constituição da Diocese de Diamantina foi feita através da Lei Imperial n.º 693 de 06 de Agosto de 1853 e efetivada no ano de 1854 pela Bula Pontifícia de Pio IX, *Gravissimum sollicitudinis*. Seu primeiro Bispo, Padre Marcos Cardoso de Paiva, nomeado em 1856, não tomou posse.

A nova Diocese só viria a ter um Bispo residente no ano de 1863 com a posse do Cônego João Antônio dos Santos. Esse fato marca a elevação da cidade de Diamantina à cidade episcopal. No entanto, até o ano de 1873 Diamantina ainda continuou vinculada à Comarca do Serro, época em que foi criada sua própria comarca jurisdicional.<sup>114</sup> Vale ressaltar que no governo imperial de Dom Pedro II apenas duas dioceses foram criadas, Diamantina e Ceará, ambas em 1853. Outro elemento relevante refere-se à cidade de Mariana. Durante o século XIX “foi a área densamente urbanizada e mais claramente caracterizada de estagnada ou decadente”.<sup>115</sup> Mariana foi esvaziada em seu conteúdo político pela proximidade com a Capital Ouro Preto. Conforme Martins, sua economia passou a girar “em torno da administração provincial e religiosa, de atividades artesanais,

---

<sup>113</sup> CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero...* 1986.

<sup>114</sup> SILVA, Dayse Lúcida. *Entre a Norma e o Desejo...* 2003. op. cit. p. 31.

<sup>115</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar, et all. *Relatório de Pesquisa: População de Minas Gerais no século XIX...* 1985. op. cit. p. 21.

comerciais e outros serviços urbanos, de suprimento das populações urbanas e da presença de algumas companhias estrangeiras de mineração”.<sup>116</sup>

Diamantina, ao contrário, concentrou em seu espaço população, capitais e poder político. Suas elites utilizaram a força aglutinadora do Bispado para justificar sua posição política.

Foi notória a presença da Igreja na construção física da cidade. Prédios, lugares públicos e fábricas sofreram intensa influência moral religiosa. A cidade episcopal impôs um discurso moralizador a sua população. Estabelecimentos de Ensino, o Seminário Diocesano e o Colégio Nossa Senhora das Dores, juntamente com os jornais católicos, *O Católico*, *A Estrella Polar* e *O Pão de Santo Antônio*, moldaram um discurso fundador de uma consciência moderna religiosa.

As tensões, próprias da relação Igreja-Estado, assim como as discussões em torno do projeto liberal brasileiro, não tardaram a se instalar no dia-a-dia do recém criado Bispado.

Subjacente a esse processo, localmente, no mínimo três conflitos podem ser identificados. O primeiro diz respeito à imposição de uma nova ordem clerical e ao processo de regionalização do Bispado. Com exceção da cidade do Serro, que desde o século XVIII possuía a presença do vigário da Vara, quase todas as outras localidades nortemineiras praticavam, até a primeira metade do século XIX, o catolicismo popular leigo. A instalação do Bispado representou a homogeneização e a moralização das práticas religiosas cotidianas. As irmandades leigas foram subordinadas à autoridade central episcopal. A partir de 1876 foram promovidas Associações Religiosas que passaram a

---

<sup>116</sup> Idem. *Ibidem.* op. cit. p.p. 21-22.

concorrer com as Irmandades. Nesse ano foi instalada a Guarda de Honra do Sagrado Coração de Jesus. Em 1880 foi instalada a Arquiconfraria da Santíssima Trindade a favor das Almas do Purgatório. Foram realizadas diversas missões diocesanas pelos padres lazaristas, visando o apostolado e a oração, combatendo as crendices, magias e superstições. Por outro lado, a celebração da sagração dos Santos Óleos, na quinta-feira Santa, atraía para a cidade todo o fluxo migratório regional. A cidade episcopal criou o que será chamado “Norte de Minas e tornou Diamantina capital da região”.<sup>117</sup> Confirma essa interpretação o artigo de autor anônimo, no jornal *A Estrella Polar*, no ano de 1905:

Entre as datas gloriosas de que com razão se orgulha Diamantina, espande com brilho excepcional a do dia primeiro de maio de 1864.

Trajava-se então de galas a pomposa e rica cidade norte-mineira para receber a coroa que ia justificar o renome de que já gozava, de rainha do Jequitinhonha. Ia ser convertida em nova Scião; e, pelo mais nobre e profundos dos sentimentos humanos – os da Religião-, extender de direito e de facto sua influencia imperecível por toda zona Norte de Minas, tornando-se como sede episcopal, cabeça e centro d’esta vasta região mineira.

Em dia tão grande, como outro talvez não lhe haja por largos annos de advir, Diamantina abria de par a par suas portas para receber gozosa as ondas populares que, para assistirem às brilhantes solenidades da sagração episcopal de Dom João, de toda a parte concorriam a cidade.<sup>118</sup>

O segundo conflito relaciona-se ao aumento das tensões com a maçonaria, visto que nem sempre suas posições foram coincidentes com as posições ultramontanas da Igreja e seu discurso ordenador e moralizador. Essas posições, defendidas na imprensa local pelo jornal o *Monitor do Norte*, foram rebatidas pelo jornal *O Católico* e mais tarde pelo Jornal *A Estrella Polar*. A condenação da maçonaria figurou entre os temas das pregações dos Bispos Dom João e Dom Joaquim. Certo é que se chegou ao extremo de proibir bandas de tocarem em festividades maçônicas e enterros. Procissões tiveram seu itinerário alterado

<sup>117</sup> SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. op. cit. p. 105.

<sup>118</sup> AEAD. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 30 de abril de 1905. Anno III, n. 12. p. 1, col. 1.

para evitar passar pela Rua Direita, sede da maçonaria. Em sua Carta Pastoral de 18 de Agosto de 1873, sobre a maçonaria, Dom João expõe as razões do conflito, acusando a maçonaria de estar tentando romper os laços da Igreja Católica com Roma e criar uma igreja nacional, onde eles seriam os representantes do “Divino Mestre”. Ao mesmo tempo concitava os maçons a abdicarem das suas crenças, no prazo de um ano, e se resignarem aos dogmas romanos da Igreja católica. Tentava dissuadir os fiéis com os seguintes argumentos:

não vedes que o fim da maçonaria, principalmente hoje, é descatalizar o Brasil, separá-lo do Pontífice Romano, constituir o absurdo de um igreja nacional, dar a César o que pertence a Deus, e intrometer nos negócios da Religião, a título de direitos magestáticos? E o meio? O meio é perseguir os Bispos obedientes a nosso Senhor que lhes ordenou e a todos os fiéis prestar obediência ao seu Vigário na terra, a quem disse: apascenta as minhas ovelhas e os meus cordeiros. *Pasce ouve meas, pasce agnos meus*. Quem vos ouve, a mim ouve, e quem vos despreza, a mim despreza. *Qui vos audit, me audit, que vos spernit, me spernit.*<sup>119</sup>

Por último, a própria ordem espacial da cidade foi alterada. Vários edifícios da antiga Real Extração foram incorporados pelo Bispado como a Casa da Glória, antiga residência do Intendente Câmara, e a Casa do Contrato, antiga sede dos negócios dos contratadores Felisberto Caldeira Brant e João Fernandes de Oliveira, agora transformada em Palácio Episcopal. Algumas casas de morada foram adquiridas e foi incorporada, por escritura, a Chácara Jogo da Bola. Novos espaços foram ocupados como o Seminário Diocesano e a Basílica do Sagrado Coração, ocupando a parte alta da cidade, até então totalmente isolada. Na Quinta do Seminário, em terrenos que alcançavam o “Alto da Poeira”, atual Alto do Bom Jesus, foi plantado “majestoso vinhedo” para a indústria vinícola do Bispado. Foram plantados, em escala comercial, dois outros vinhedos de

---

<sup>119</sup> SANTOS, Dom João Antônio dos. *Carta Pastoral sobre a maçonaria*. São Sebastião das Correntes: 18 Agosto 1873. In. ROCHA, Cônego Severiano Campos da. *Vida e Obras de Dom João Antônio dos Santos. Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 17 de novembro de 1939, Anno XXXVII, n. 51.

propriedade da Igreja: um na Quinta do Palácio; outro na Quinta da Casa da Glória, em terrenos do Colégio Nossa Senhora das Dores.<sup>120</sup> Distante duas léguas da cidade, a Fábrica do Biribiri, representou o novo modelo de ocupação dos espaços. De um lado racionalidade contábil, produção e disciplina no trabalho; de outro, fé, moralidade e disciplina para modelagem dos comportamentos femininos no “convento” das moças. Nesse contexto, merece destaque a proliferação dos educandários de orientação católica. Havia em 1879 diversos estabelecimentos: o Seminário Episcopal, o Colégio Nossa Senhora das Dores, a Escola Normal Mista e um Externato para ensino secundário. Os três últimos eram mantidos com subvenções do Governo da Província, sob orientação católica. O fato do Colégio ser administrado pelas Irmãs de São Vicente de Paulo e ter sido criado pelo Bispado, lhe conferia uma identidade de instituição católica, específico para a educação feminina. A interferência gerada pela criação do Bispado ultrapassou o campo jurídico-moral e alcançou o campo urbano-material. A cidade e o Bispado encontraram o seu ponto de convergência para sobreviverem.

No início do século XX, Dom João, já idoso e quase cego, recebeu como Bispo Coadjutor, Dom Joaquim Silvério de Souza. Afeito às letras, cujos dotes de escritor e historiador já faziam eco, o Padre Mestre de Macaúbas, agora Bispo, tratou logo de fundar um jornal, que pudesse publicar os atos oficiais da Igreja, assim como difundir a doutrina católica, em um momento difícil no relacionamento Igreja e Estado. A República acabou com o padroado, reconheceu o caráter leigo do Estado e garantiu a liberdade religiosa. Em regime de pluralismo religioso e sem a tutela do Estado, as associações e paróquias passaram a editar jornais e revistas para combater a circulação de idéias anarquistas,

---

<sup>120</sup> BAT. Arquivo Maria Lyns Fernandes – Dona Benzinha. A viticultura e a vinicultura em Diamantina. In.: *A Sombra da Acácia*. Vol VI, 1966 – 1967. Datilografado.

comunistas e protestantes. O Cônego Severiano Campos da Rocha registrou com detalhes esse momento:

apenas chegado a esta Diocese, no caráter de Bispo Coadjutor, um dos pontos para onde se voltou a atenção do Exmo Sr. Dom Joaquim Silvério de Sousa, foi a necessidade que sentíamos de um periódico não só para publicação dos actos officiaes, como para a diffusão das ideas religiosas, sem se omittirem os interesses que parallelamente pudessem resultar para as boas letras e a sociedade em geral..<sup>121</sup>

Com Dom Joaquim o Bispado consolidou-se. Foram criados os Bispados de Montes Claros e Arassuahy, o que permitiu uma redução no espaço administrado no norte de Minas pela Diocese de Diamantina. Em contrapartida a essa redução da área de abrangência, o Bispado de Diamantina foi elevado à categoria de Arcebispado. O ato foi autorizado pelo Papa Bento XV, em 28 de julho de 1917, com a publicação da Bulla *Quandocumque se praebuit*, que, elevando a “sua Sé à dignidade de Metropolitana, nomeava para seu primeiro Arcebispo S. Excia Rvdma Dom Joaquim”.<sup>122</sup>

Alçada ao seu novo título, a arquidiocese da cidade de Diamantina, agora cidade arquiépiscopal, ocupou-se das suas novas responsabilidades e funções como Província Eclesiástica. Em 1918, “annos de calamitosa conflagração mundial”, Dom Joaquim publicou uma Carta Pastoral, esclarecendo a todo o Clero a posição da Igreja e do Papa em relação à I Guerra Mundial. Com efeito, como sede de Arquidiocese, era preciso sintonia com os assuntos Romanos. Dom Joaquim em sua saudação inicial, depois de relatar a elevação da Sé Diamantinense, excita a veneração e amor ao Papa como “Pae, Pastor e Pacificador”:

facto de tamanha importância está a exigir um documento, que assignale o inicio da elevada situação que o imortal sucessor de Pedro designou para a Sé Diamantinense na Igreja Catholica no Brasil.

<sup>121</sup> AEAD. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina. 10 março 1903. Anno I, n. 8. Col. 1,2, p. 1.

<sup>122</sup> SANTOS, Monsenhor Gabriel Amador dos. *Memorial Histórico...* 1921. op. cit. p. 77.

O documento não deve ser, assim nos parece, senão uma pastoral, pela qual vos excitemos á veneração e ao amor do Summo Pontífice como Pae, Pastor e Pacificador.<sup>123</sup>

A romanização da Igreja iniciada por Dom Viçoso, em solo Norte Mineiro e implantada por Dom João Antônio dos Santos, em Diamantina, finalmente triunfou no governo arquiépiscopal de Dom Joaquim.

Em suma, restava a Dom Joaquim outra pesada tarefa. O fim do padroado havia contribuído para enfraquecer a Igreja Católica e apontava para duas direções: ou a Igreja iria se apagar definitivamente, com o fim da proteção do Estado, ou se fortalecer institucionalmente.<sup>124</sup> Os positivistas republicanos apostaram na primeira hipótese; a Igreja agarrou-se à segunda.

Em Diamantina, certamente, a cidade arquiépiscopal venceu o dilema.

*Ecclesia Triumphas Adamantini.*

---

<sup>123</sup> SOUSA, Joaquim Silvério de. *Carta pastoral Do Soberano Pontífice Pae, Pastor e Pacificador*. Diamantina: A Estrella Polar, 1918.

<sup>124</sup> MARQUES, Rita de Cássia. *Da romanização a terceira via...* 1995. op. cit. p. 45.

## CAPÍTULO II

### A CONSTITUIÇÃO DO BISPADO NO GRANDE EMPÓRIO DO NORTE.

---

#### 2.1 – O Bispado e a escravidão. Fé e Liberdade.

A expansão e consolidação do capitalismo em Diamantina devem ser buscadas no momento da crise no setor minerador escravista, onde os preços do seu grande produto de exportação, o diamante, depreciaram-se vertiginosamente no mercado internacional com a abertura das minas do Cabo na África do Sul e, logo a seguir, a Guerra Franco Prussiana que desestabilizou o mercado europeu, principalmente o francês. Esse momento é marcado ainda pela expansão das relações de trabalho livre tendo em vista o processo de emancipação da mão-de-obra escrava em curso.

Dom João Antônio dos Santos, em correspondência ao Papa, em 1871, faz um dramático relato da situação em que se encontravam as finanças da Diocese e esclarece que o valor da coleta naquele ano seria pequeno. Vivenciando a crise e analisando suas razões, atribuiu suas causas à pobreza da Diocese e à desestabilização do mercado de diamantes em função da Guerra na França:

é pequena e de exíguo valor a colleta que envio a V. Santidade por intermédio do Exmo. Monsenhor Languini, Internúncio Apostólico no Brazil. É módica a contribuição porque esta Diocese é pobre, e também porque a Guerra da França grandes prejuízos causou a esta cidade no seu principal artigo de commercio, que são os diamantes, sendo que apenas um testemunho da nossa fé, particularmente no dogma da infalibilidade e mais decretos do Sagrado Concilio Ecumênico do Vaticano<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> AEAD. Dom João Antônio dos Santos. Correspondências Emitidas. 1848/1905. Cx 4.



Desde 1850, as formas tradicionais de escravidão vinham sendo substituídas, gradativamente, pelo sistema de meação e de partilha dos resultados das turmas de mineração<sup>2</sup>, ambas formas semi-assalariadas de produção. Com a abolição do tráfico e a liberação de certos volumes de capitais, as elites diamantinenses passaram a se preocupar mais intensivamente com a introdução de novas relações de produção, mais produtivas e lucrativas. A partir de 1870, com a depressão dos preços dos diamantes e o avanço progressivo da abolição, o sistema de meação reduziu os custos do processo de mineração, ao mesmo tempo em que distribuiu para todos os parceiros os possíveis prejuízos.

Apesar da crise, o comportamento demográfico da cidade de Diamantina, ao longo do século XIX, refletirá a pujança da sua economia mineradora, comercial e industrial. O *Censo Provincial da Vila Diamantina*, em 1832, permite a verificação do número e as ocupações dos proprietários e escravos, masculinos e femininos no período. Havia 298 proprietários masculinos declarados, 65,35% do total dos proprietários, com um quantitativo de 2.412 escravos, 68,19% do total do plantel. Dos proprietários 123 eram mineradores e possuíam 756 escravos. Logo a seguir vinham os comerciantes em número de 83, que apesar de se apresentarem em menor número possuíam 898 escravos. Os fazendeiros com apenas 6 proprietários possuíam 82 escravos. O restante dos proprietários aparecem como membros da administração, profissionais liberais, clérigos, ou sem profissão declarada. Do total de escravos declarados apenas 3,4% estavam ligados à agricultura, enquanto 31,3% estavam ligados à mineração e 37,2% ao comércio. Havia 158 mulheres proprietárias, 34,65% do total dos proprietários, com um quantitativo de 1.125 escravos, 31,81% do total do plantel. Das proprietárias, 151 possuíam 1083 escravos sem

---

<sup>2</sup> Ver MARTINS, Marcos Lobato. *Identities sociais e ação coletiva: o caso dos garimpeiros da microrregião de Diamantina*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1997. Dissertação de mestrado. Mimeo.

profissão declarada. Outras 3 proprietárias tinham 22 escravos nas lavras. Duas proprietárias possuíam 17 escravos na lavoura. Esses escravos sem profissão declarada das proprietárias poderiam estar ligados às atividades domésticas ou a manufatura do algodão. Esses dados indicam uma marcante presença e importância das mulheres nos negócios do Arraial, cuja evidência já era verificada desde o século XVIII. FURTADO ao estudar as escravas proprietárias de imóvel urbano no Tijuco tece a seguinte conclusão:

o que se destaca na análise do perfil dos chefes de domicílio do Tejuco é a proximidade numérica de homens brancos (193 indivíduos, 37,7%) e negras forras (197 mulheres, 38,5%), fator que revela a paradoxal ascensão econômica e de status destas.<sup>3</sup>

Em média, havia uma proporção de 8,09 escravos para cada proprietário masculino e 7,12 escravos para cada mulher proprietária. Na Vila Diamantina, os dados censitários indicam um grande volume de cativos ligados à mineração e às atividades urbanas voltadas para os setores de serviços e comércio.<sup>4</sup> A não ser pela indústria vinícola no final do século XIX, a economia da cidade de Diamantina não apresentou um perfil exportador agrícola como algumas experiências da Zona da Mata, ou até mesmo das cidades do Serro, Curvelo e Minas Novas. A incorporação de algumas áreas do Julgado de Curvelo, em 1838, despertou os interesses agrícolas de Diamantina, representados pela produção de aguardente de cana e da pecuária bovina, sem resultados expressivos para o conjunto da economia do município. Diamantina se constituiu como maior centro consumidor da região, sendo abastecida por seus distritos e pela importação dos excedentes de Curvelo, Serro, Minas Novas e Formigas (Montes Claros). Certo é que, entre os anos de 1832 a

<sup>3</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. op.cit. p. 130.

<sup>4</sup> SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. op.cit. p. 114. Tabela 3 – Proprietários de escravos de Diamantina – 1832 e Serro – 1840, por grupo de ocupação e escravos possuídos. Ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988. Anexos p. 367- 368.

1900, a população total de Diamantina aumentou de 12.354 para 31.048 habitantes. Esse comportamento demográfico reflete a trajetória e o dinamismo econômico da cidade.

A atividade comercial fez da cidade o principal entreposto do Norte de Minas, e suas elites proprietárias, ao lado da alcunha de Athenas do Norte, intitularam a cidade com o epíteto de “Empório do Norte”. A partir de 1864 a cidade que havia se estabelecido como mineradora e entreposto comercial, passou também a ser cidade episcopal. É exatamente sobre as ações do seu Bispado que a análise passará a ser construída.

As histórias das dioceses quase sempre são analisadas como a história dos seus Bispos e Arcebispos. Suas vidas e suas obras compõem o cotidiano da instituição, confundem-se. As razões são as mais variadas. Podem ser identificadas desde as justificativas doutrinárias – celibato clerical, obediência a hierarquia eclesial, evangelização, obra pastoral – até as justificativas afetivas e pessoais – fé, abnegação, devoção, sacerdócio, simpatia, encantamento, oratória, etc. Apesar das justificativas, essa é uma das formas indicadas para se localizar e estudar as ações da Igreja e suas repercussões na sociedade. Portanto, torna-se necessário recorrer à trajetória de vida dos Bispos Dom João Antônio dos Santos e Dom Joaquim Silvério de Souza para melhor identificação das ações eclesiais em Diamantina.

Os dados biográficos de Dom João e de Dom Joaquim foram exaustivamente descritos por diversos biógrafos<sup>5</sup>. Com menor ou maior grau de detalhamento,

---

<sup>5</sup> Destacaram-se os seguintes biógrafos: ROCHA, Severiano de Campos (Cônego). *Vida e Obra de Dom João Antônio dos Santos, primeiro e Santo Bispo de Diamantina*. Diamantina: *Jornal A Estrella Polar*, 1939 - 1941. NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro. Atividades e Influências de Dom João Antônio dos Santos*. Diamantina: Revista Separata do Livro, 1950. TORRES, Antônio (Padre). *Notas Biográficas de Dom João Antônio dos Santos*. Diamantina: *Jornal A Diamantina*, 1910. TRINDADE, Raimundo (Cônego). *Archidiocese de Marianna. Subsídios para a sua História*. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1929. Vol III. SANTOS, Gabriel Amador dos (Monsenhor). *Memorial Histórico da Arquidiocese de Diamantina*. Diamantina: *Jornal A Estrella Pollar*, 1921 e COSTA,

considerando a natureza dos estudos, as diversas ações do Bispado foram citadas e, por vezes, certos comentários foram realizados sobre a influência que as mesmas tiveram para a cidade e para as sociedades, diamantinense e norte mineira. No entanto, todos os biógrafos foram enfáticos em situar Dom João como grande defensor do abolicionismo, incentivador da instrução escolar e um grande líder da indústria e Dom Joaquim como escritor, administrador, doutrinador, responsável pela consolidação do Bispado e sua transformação em Arcebispado.

Dom João era filho de influentes proprietários diamantinenses e serranos e vários membros da sua família destacaram-se no cenário nacional. Seu irmão Joaquim Felício dos Santos foi advogado, deputado, escritor e jornalista. Jurista renomado nacionalmente, propôs ao Império o primeiro esboço do Código Civil Brasileiro. Foi autor de diversos obras, históricas e literárias, e o principal redator do Jornal *O Jequitinhonha*, destacando-se como propagandista liberal e abolicionista. Seu outro irmão Antônio Felício dos Santos foi comerciante de diamantes, fazendeiro, deputado, industrial, sócio da Fábrica do Biribiri e dirigiu o Centro das Indústrias do Brasil no Rio de Janeiro. Seu sobrinho Josefino Felício dos Santos tornou-se advogado, atuou como promotor e juiz na cidade de Leopoldina (MG). Redigiu junto com o seu pai, seu tio Antônio e o deputado Theodomiro Alves Pereira o Manifesto Republicano publicado como anexo do seu livro, *Ensaios Filosóficos*, em 1880<sup>6</sup>. Antônio Felício dos Santos, seu sobrinho, que possuía o mesmo nome do pai, foi médico na cidade do Rio de Janeiro, deputado pelo Partido Liberal de 1867 a 1886, sócio

---

José Pedro Costa (Dom – Arcebispo Emérito) *Vanguardeiros. Homenagem a Dom Joaquim Silvério de Souza no 60º aniversário de sua morte a 30 de agosto de 1933*. Diamantina: 1993.

<sup>6</sup> Ver RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986. p.p. 137 – 138.

da Fábrica do Biribiri, um dos fundadores e o primeiro presidente da Associação Industrial, além de ser um dos fundadores da Fábrica de Tecidos Pau Grande no Rio de Janeiro<sup>7</sup>.

Sobre Dom João Antônio dos Santos, apontam-se os seguintes fatos de sua trajetória pessoal, contidos no Jornal *A União*, de 1905:

Dom João Antônio dos Santos nasceu a 19 de novembro de 1818 na freguezia do Rio Preto, município de Diamantina. Era filho legítimo de Antônio José dos Santos, modesto empregado da Real Fundição de Ouro, na Vila do Príncipe, hoje cidade do Serro, e de Maria Jesuína dos Santos de uma família importante daquela Vila. (...) D. João mostrando desde os mais tenros annos decidida vocação religiosa, foi mandado estudar no Colégio de Congonhas do Campo, sob a direção do Bispo Dom Viçoso. Ahi foi professor de philosophia, tendo também servido no seminário de Angra dos Reis (Jacuecanga), Campo Bello e Caraça.<sup>8</sup>

Dom João, depois de estudar no seminário do Caraça, ordenou-se em 15 de Janeiro de 1845. Ainda em 1845 foi promovido a reitor do Seminário de Mariana. Em 1848, seguiu para Roma onde se matriculou na Universidade Romana. Em novembro de 1849, recebeu o grau de Doutor em direito canônico - *in utroque jure*. Pouco depois foi estudar em Paris, e, no seminário Saint-Sulpice, por dois annos, cursou philosophia, física, grego, hebraico, theologia e direito.

Retornou ao Brasil em 1852 e em 1853, sob as ordens de Dom Viçoso, transferiu-se para Diamantina, onde instalou o Ateneu de São Vicente de Paulo na Casa do Contrato, “acumulando as funções de reitor e de professor de philosophia, retórica e física”.<sup>9</sup> Em 1865, já como Bispo, participou ativamente da campanha de recrutamento de voluntários para lutar na Guerra do Paraguai.

---

<sup>7</sup> BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Empresários Brasileiros: um estudo comparativo*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995. Vol. 1. p. 407. in. *VII Seminário sobre a Economia Mineira*. SANTOS, Monsenhor Gabriel Amador dos. *Memorial Histórico...* 1921. p. 36.

<sup>8</sup> AEAD. *Jornal A União*. Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1905. Anno I. n. 136. Cx. 05. Vida Pessoal – 1865 – 1905. Documentos Avulsos.

<sup>9</sup> NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX...* 1950. p. 51.

Antes de partir para a Europa, ainda como Reitor do Seminário de Mariana, escreve o livro *Esqueleto das Faculdades e Origem das Idéias do Espírito Humano*. Publica também, no mesmo ano, alguns tratados de dogmática e matemática. Entretanto, é no jornal *Selecta Catholica*, que em 1846, o então Cônego João Antônio, manifesta publicamente seus ideais abolicionistas. Dom Viçoso, mesmo partidário das idéias, “considera inoportuno agitá-las”<sup>10</sup>

Em Diamantina, no ano de 1862, Dom João volta a publicar suas idéias abolicionistas, desta vez no jornal *O Jequitinhonha*. Em sintonia com esse fato publica no ano de 1887 uma *Carta Pastoral* condenando a escravidão. Com o propósito de comemorar os 50 anos de consagração sacerdotal do Papa Leão XIII, Dom João propõe que a nação brasileira ofereça como prenda ao Papa a extinção da escravidão. Afirma que a mesma deveria ocorrer por decreto ou através de um golpe de Estado. O documento teve profunda repercussão nacional e foi citado diversas vezes na tramitação do projeto da lei abolicionista na Câmara dos Deputados. A prisão de Dom João como revolucionário chegou a ser cogitada pelo Conselheiro Andrade Figueira. Dom João faz a seguinte reflexão sobre a forma como a nação brasileira deveria ser representada em honra do Papa e qual prenda deveria ser oferecida:

não sabemos como se fará representar o Governo do Brazil, paiz catholico, na exposição do Vaticano, em honra do Santo Padre, para qual concorrem países Africanos e infiéis, em homenagem a prudência e sabedoria com que vai dirigindo a barca de São Pedro o seu digno successor, o papa Leão XIII; mas é nossa convicção que aos olhos do soberano Pontífice da religião da caridade e fraternidade, nenhuma prenda seria de maior valor do que o decreto ou golpe de Estado em letras de ouro, extinguindo a escravidão no Brazil desde 31 de dezembro de 1887<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> ROCHA, Cônego Severiano de Campos. *Vida e Obra de Dom João Antônio dos Santos...* 1939 - 1941. NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX...* 1950. p. 51.

<sup>11</sup> AEAD. Carta Pastoral. Dom João Antônio dos Santos. Escravos. Diversos Documentos. Cx 6. 1855/1888.

Em outro trecho Dom João faz um alerta aos governantes para o momento, que se mostrava oportuno, para dar fim a “clamorosa injustiça” da escravidão e logo a seguir relata o histórico das suas publicações condenando essa instituição. Dom João também afirma ser a abolição uma questão de consciência e condena a injustiça, afastando a discussão das razões políticas e materiais:

é uma bella ocasião do governo resolver a difficil questão do elemento servil, sancionando seu ato pela religião e bênçãos do céo, seria um reparação solenne da clamorosa injustiça com que conserva nos grillhões da escravidão centenas de milhares de nossos irmãos, victimas dos interesses particulares e das rendas do Estado. Em 1846, no jornal *Selecta Catholica*, que publicava na cidade de Marianna, em 1862, no *Jequitinhonha* que se publicava nesta cidade, manifestamos estas mesmas idéias; fomos taxados de commeter um acto de imprudência. A opinião pública hoje é outra, a extinção da escravidão está na consciencia de todos<sup>12</sup>.

Dom João, rememorando as pregações de Dom Luiz Antônio dos Santos, colega de seminário e de doutoramento na Europa, Bispo da Diocese do Ceará e, naquele momento, Arcebispo da Bahia, metropolitano e primaz do Brasil, conclama a Igreja no Brasil a assumir uma posição de liderança no movimento abolicionista. Dom João desafiou a ordem estabelecida pelo Estado Civil e anunciou uma mudança na sociedade sobre a bênção divina. Anteriormente já havia feito alusão a um possível Golpe de Estado:

é a consciencia pública confesando que a escravidão nos incomoda. O receio de graves conseqüências de um precipitação que a principio se mostrava perigosa, conteve por algum tempo a voz da Igreja, que nunca se ergueu em detrimento da sociedade. Mas hoje que por toda a parte providencia-se sobre a substituição do braço escravo pelo braço livre; hoje que os contractos dos senhores com os escravos nos estabelecimentos agrícolas vão dando os melhores resultados de transição para essa nova vida que desponta para a sociedade brasileira como para os infelizes captivos; já é tempo de intervir a religião, sem receio de comprometter a ordem e a sociedade. Livres do perigo da sedição, choveram as bênçãos do céo sobre todo o esforço que tenha a melhorar a sorte dos que soffrem o captiveiro<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Idem. Ibidem.

<sup>13</sup> Idem. Ibidem.

Finalmente, Dom João afirma que a questão da escravidão está “julgada e condenada”. Adverte que a indenização deverá recair sobre o “culpado, mas não à custa dos inocentes escravos”.<sup>14</sup>

Gozando de imenso prestígio no Império, a carta pastoral do Bispo de Diamantina acabou sendo amplamente debatida. A princesa Izabel respondeu aos apelos de Dom João e solicitou à Antônio Felício dos Santos, seu irmão, que angariasse no mínimo 50 cartas de emancipação. Transmitida a mensagem, Dom João “conseguiu na Diocese mil cartas de liberdade”, prontamente encaminhadas à Corte.<sup>15</sup>

Antecipando essa ação abolicionista, no ano de 1870, em 11 de julho, por iniciativa de Dom João, foi fundada a Sociedade Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês - SPNSM. Sua finalidade principal, segundo seu estatuto, era “auxiliar a emancipação do elemento servil sob os auspícios de Nossa Senhora da Mercês”.<sup>16</sup> Precedeu esse ato uma missa rezada na Igreja das Mercês com a assistência do Senhor Bispo Diocesano. Orou o evangelho o Padre Sipolis que, logo após, proferiu um elogiado discurso narrando os “progressos e o desenvolvimento da escravidão em todos os países e em todos os povos”.<sup>17</sup> Nessa ocasião o sacerdote vinculou a libertação dos escravos à uma ação historicamente cristã. O Jornal abolicionista republicano, *O Jequitinhonha*, descreveu o discurso da seguinte forma:

o discurso proferido esteve acima do que se podia desejar. (...) O eloqüente orador manifestou os passos do christianismo para quebrar as algemas dos captivos. Fallou aos corações dos senhores, e à humildade dos escravos. Aos senhores disse, que devião amar os escravos como seus irmãos em Jesus Christo, concidera-los como membros de suas

<sup>14</sup> Idem. Ibidem.

<sup>15</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Cx 12. maço 106.

<sup>16</sup> BAT. Estatuto da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês. In *Jornal O Jequitinhonha*. Diamantina, Anno IX, n. 37. 10 julho 1870.

<sup>17</sup> BAT. *Jornal O Jequitinhonha*. Diamantina: Anno IX, n. 38. 17 julho 1870. p. 2,3, col. 3, 1.



famílias; aos escravos que devião toda obediência e humildade aos seus senhores, mesmo estando irados.<sup>18</sup>

Padre Sipolis destacou o fato de que a emancipação deveria começar pela moralização cristã do escravo, assim como pela presteza do senhorio na obediência da doutrina da Igreja. Reforçou aqui o tom moderado e consentido da emancipação defendida pela Igreja. Argumentou que:

é esse facto do escravo fugitivo que vae buscar o padrinho de S. Paulo, elle agazalha-o, instrue, baptisa, moralisa o escravo e o manda para o seu senhor “recebe-o, disse o Santo, como receberias á mim, o meu coração, as minhas entranhas”.<sup>19</sup>

A primeira diretoria da SPNSM empossada foi assim constituída: Presidente Perpétuo, Dom João Antônio dos Santos, Secretário, Major José Ferreira de Andrade Brant, Tesoureiro, João da Matta Machado, Procuradores, Bernardino da Cunha Ferreira e Dr. Carlos Honório Benedicto Ottoni. Várias cartas circulares foram encaminhadas às comissões nomeadas nas diferentes localidades da região e publicadas nos jornais da cidade. Chama a atenção a circular de 24 de julho de 1870 esclarecendo os fins da SPNSM. Nela foram ratificados o caráter “puramente filantrópico e religioso” da sociedade, que imitando a criação de associações nos diversos municípios do Império, reuniu “impulsos generosos do coração brasileiro”, em “prol da emancipação do elemento servil”.<sup>20</sup> A circular esclarece que a emancipação deveria ocorrer por via da indenização do proprietário e que para esse fim seria fundamental a formação de um capital necessário para a subscrição. A Diretoria concita os cidadãos a se tornarem sócios e faz o seguinte esclarecimento:

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> BAT. *Jornal O Jequitinhonha*. Diamantina: Anno IX, n. 40. 31 julho 1870. P. 2, col. 1,2.

quanto maior for o número de sócios, tanto maior será também o de escravos libertos, e mais garantias de duração oferecerá a sociedade. Por isso resolveu a Directoria nomear comissões em diversas localidades para promoverem, nem só aquisição de sócios, senão de outros meios conducentes ao fim da associação, e lembrados nos Estatutos.<sup>21</sup>

Voltando-se para a forma proposta para a emancipação com a indenização ao proprietário, a garantia de que a SPNSM não iria se desviar dos ideais dos seus fundadores foi garantida estatutariamente. O art. 6º definiu que para ser sócio honorário ou benfeitor havia a necessidade de se fazer dádivas à sociedade de no mínimo 200\$000, de libertar em nome dela escravos de qualquer valor e prestar serviços relevantes a causa da emancipação<sup>22</sup>. O art. 8º definiu que cada sócio pagaria um jôia de 5\$000 por ocasião de sua entrada e uma contribuição mensal de 1\$000. O art. 9º definiu que cada sócio poderia remir-se dando de uma só vez a quantia de 100\$000.<sup>23</sup> Outro fato relevante diz respeito ao Capítulo V, que tratava da Alforria dos Escravos. O seu art. 25 trazia uma regra de preferência no momento da decisão da alforria pela Sociedade. Disciplinava que:

Art. 25 – Em regra para a alforria dos escravos deverão ser preferidas as mulheres até 40 annos aos homens, as casadas às solteiras, as que tiverem filhos às que não tiverem, as que tiverem filhos vivos às que não tiverem, os que forem sócios aos que o não forem, etc. Em igualdade de circunstâncias recorrer-se-há a sorte<sup>24</sup>.

Por último, o art. 26 definiu um auxílio, com preferência aos escravos que possuíam uma parte do dinheiro necessário para a sua alforria, ou para o proprietário que fizesse um abatimento em seu favor<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> BAT. Estatutos da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês. In. *Jornal O Jequitinhonha*. Diamantina: Anno IX. N. 37. 10 julho 1879. p. 1, col. 3, p. 2, col. 1,2.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

A SPNSM condenou toda e qualquer forma de emancipação pela via da insubordinação dos escravos. Sua pregação doutrinária estabelecia que a liberdade era um direito natural e inestimável, mas que a propriedade era um direito social e deveria ser garantida em toda a sua plenitude.<sup>26</sup> Essa posição foi declarada na Sessão Extraordinária da SPNSM de 07 de agosto de 1870. Nessa sessão foi relatada a insubordinação dos escravos que pertenciam ao falecido Comendador Vicente José Trindade, que não acataram as ordens do feitor na lavra do capitão Antônio Carlos Gonçalves Seixas e dirigiram-se para a cidade de Diamantina para procurar a casa de um advogado, dando a entender que contavam com o apoio da Sociedade. O ato dos escravos foi prontamente reprovado pela assembléia que, em resposta, emitiu seu parecer. Primeiro: ratificou o princípio de que a Sociedade repelia qualquer ato de insubordinação e desobediência de escravos. Segundo: reprovou e estigmatizou a linguagem daqueles que manifestavam ser a SPNSM advogada da causa da manumissão daqueles escravos. Terceiro: reprovou o comportamento de insubordinação dos escravos da lavra do capitão Antônio Carlos e confirmou o sagrado direito de propriedade, “base de segurança e de ordem pública, e de progresso”. Quarto: afirmou que a Sociedade preferia sua dissolução ao silêncio, que certamente iria dar corpo aos boatos, “emprestando à Sociedade doutrinas subversivas e odiosas”. Finalmente, determinou que fossem apontados todos os nomes dos escravos insubordinados, ou que praticassem qualquer ato que revelasse sua má índole, para que fossem preteridos do auxílio e patrocínio da Sociedade, que deveriam ser destinados aos escravos dignos.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> BAT. Sessão Extraordinária da SPNSM. In *Jornal O Jequitinhonha*. Diamantina. Anno IX, n. 48. 14 Agosto 1870. p. 1, col. 1,2,3.

<sup>27</sup> Idem.

A SPNSM em consórcio com a Câmara Municipal de Diamantina montou uma Comissão Especial para emancipação, sendo nomeados os seguintes membros: o Bispo Diocesano, Dom João Antônio dos Santos – Presidente e os Senhores Joaquim Felício dos Santos, Josefino Vieira Machado, João Raymundo Mourão, João da Matta Machado e José Ferreira de Andrade<sup>28</sup>. A Câmara Municipal regulamentou, nessa mesma ocasião, o Fundo de Emancipação, responsável pela indenização por parte do Estado.

A SPNSM tratou também de priorizar a alforria das crianças nascidas de ventre escravo. Era uma emulação da sociedade “Os Obreiros da Liberdade”, que já havia se estabelecido no município do Serro em 10 de fevereiro de 1870. Outras Associações foram criadas na região, no mesmo período, sob a mesma inspiração, sendo que em várias localidades já estava disseminado o hábito de se conceder a liberdade do escravo na pia batismal. No arraial de Dattas, em 06 de janeiro de 1870, foi relatada a alforria de um “escravinho”, de propriedade do Senhor Antônio Augusto da Silva Damazo que bem sintetiza a afirmação anterior. No momento do batismo o “republicano José Martiniano de Azevedo, ofereceu a quantia de 100\$000 para a alforria do baptisando”.<sup>29</sup> O Sr. José Martiniano exigiu mais 50\$000 entre os presentes. Tendo completado a subscrição foi conferida a liberdade ao escravo. Todos os que concorreram para esse ato eram republicanos.<sup>30</sup> Na mesma reportagem o colunista do Jornal relata que naquela mesma freguesia havia se estabelecido um caixa, sob a direção da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, para “emancipação das crias do sexo feminino”.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> BAT. *Jornal O Jequitinhonha*. Diamantina: Anno IX, n.34. 19 junho 1870, col. 3, p. 1.

<sup>29</sup> BAT. *Jornal O Jequitinhonha*. Diamantina: Anno IX, n. 13. 23 janeiro 1870. p. 3, col 3.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

As ações do Bispado logo fizeram eco na Corte e o Gabinete do Ministro da Agricultura, em 07 de julho de 1871, através de uma carta, conclamou Dom João a alinhar as ações da Igreja aos interesses dos proprietários e às normas emanadas pela Assembléia Legislativa para a “importante questão do estado servil”. Afirmou o ministro:

o melhor meio que pareceu ao Governo Imperial poder conciliar os interesses da fortuna particular com os princípios da religião e da humanidade, foi o que manifestou na sua proposta a Assembléia Geral Legislativa, da qual se occupa o parecer da respectiva Comissão que ora transmitto a V. Ex<sup>a</sup> Rema.<sup>32</sup>

No ano de 1887, após a publicação da Carta Pastoral abolicionista, Dom João recebeu uma carta do seu amigo o industrial Antônio Cândido Mascarenhas, diretor da Fábrica do Cedro, relatando as 336 alforrias alcançadas na região do Taboleiro Grande. Na carta, Antônio Cândido, confessa que havia utilizado a Carta Pastoral do Bispo para alcançar aquela cifra,<sup>33</sup> se servindo de um “inocente estratagema”:

disse a alguns que V. Ex<sup>a</sup> os abençoaria pelo bonito acto que praticarão, e que de certo algumas palavras de louvor V. Ex<sup>a</sup> encarregaria o vigário de diser em seu nome aos que o atenderão<sup>34</sup>.

A carta de Antônio Cândido demonstra que a abolição, aos moldes das pretensões do Bispado, também havia conquistado a simpatia dos novos proprietários industriais. Na Fábrica do Cedro predominava a mão-de-obra livre com a utilização ampla do trabalho feminino e infantil.<sup>35</sup> No entanto, em outra fábrica da família, a São Sebastião, inaugurada em 1884, em Curvelo, a mão-de-obra predominante era escrava.<sup>36</sup> Havia uma dubiedade de

---

<sup>32</sup> AEAD. Escravos. Diversos Documentos. Cx 6. 1855 – 1888.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista...* 1988. p.p. 242-244.

<sup>36</sup> Idem. Ibidem. p. 228.

interesses. A benção do Bispo em troca da libertação de escravos deixou patente a influência do Bispado naquela região, onde, aliás, foram constantes as visitas pastorais, tanto de Dom João quanto de Dom Joaquim.

As ações em três frentes na região - da Sociedade Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês, do Fundo de Emancipação de Diamantina, e do Fundo de Emancipação Municipal dos Obreiros da Liberdade - não tardaram a surtir efeito. Entre 1872 e 1887, a população escrava de Diamantina caiu de 8.005 cativos para 2.605, pelo livro de matrículas.<sup>37</sup>

Em síntese, Dom João personificou o modelo do cristão abolicionista. Pessoalmente empenhou-se em obter cartas de alforria, tendo chegado a um número estimado de 2.000 na data da Lei Áurea, segundo seus biógrafos. Os argumentos giraram em torno da caridade, da justiça e da fraternidade. Nesse sentido, o fim do escravismo em Diamantina transcorreu de forma ordeira, consentida por suas elites e sob as bênçãos do Ex. Revmo. Senhor Bispo. No entanto, é necessário se levar em consideração que o processo de manumissão patrocinada pelos proprietários diamantinenses e encabeçada pelo Bispado, não foi suficiente para evitar as fugas e a rebeldia escravas, noticiadas em diversos jornais locais e confirmadas pelos processos judiciais e relatos de viajantes.

## **2.2. O Bispado e a instrução escolar. Fé e razão.**

Outro ponto de relevância nas ações do Bispado diz respeito a constante preocupação com a educação dos recém libertos. Dom João em sua Carta Pastoral abolicionista, recordando suas pregações anteriores, recomendou aos cooperadores e aos

---

<sup>37</sup> SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. op. cit. p. 138.

diocesanos que organizassem sociedades para fins de amparo aos libertos e aos ingênuos.

Justificou essa recomendação com a seguinte afirmação:

dar a liberdade e abandonar ao ócio, à ignorância, seria sujeitar esses infelizes a pior captivo. É preceito de Deus: não deixarás ir com as mãos vazias aqueles a quem deres a liberdade... não apartes d'elles os teus olhos, quando os despedires livres... para que o Senhor teu Deus te abençoe em todas as cousas que fazes.<sup>38</sup>

No ano de 1870, Joaquim Felício dos Santos já havia demonstrado essa mesma preocupação com a educação do elemento servil, assim como do trabalhador livre assalariado. Em pronunciamento na Câmara Municipal o vereador faz a seguinte afirmativa:

não é mister somente emancipar o elemento servil se não também a parte chamada livre da população da ignorância que abastarda mais se é possível que a mesma escravidão<sup>39</sup>.

O pronunciamento de Joaquim Felício dos Santos refletiu o desejo dos proprietários diamantinenses, que desde o século XVIII, já eram conhecidos por sua instrução. Não menos famosos foram os comentários sobre a instrução no Tijuco, posteriormente cidade de Diamantina, feitos pelos viajantes John Mawe, Auguste de Saint Hilaire e Richard Burton, em épocas e contextos distintos. Na segunda metade do século XIX, atendendo aos apelos cristãos e às pregações “ilustradas” de suas elites, em Diamantina proliferaram vários educandários. A cidade tornou-se importante referência no Estado rivalizando com Barbacena, Sabará, Baependi, São João Del Rei, Mariana e Ouro Preto. Destacaram-se o

---

<sup>38</sup> AEAD. Carta Pastoral. Dom João Antônio dos Santos. Escravos. Diversos documentos. Cx 6. 1855/1888.

<sup>39</sup> ACMD. Atas da 1ª Sessão. 22 de março de 1870.

Grupo Escolar, a Escola Normal, o Ateneu São Vicente de Paulo, o Colégio Nossa Senhora das Dores, o Seminário Episcopal e o Externato Secundarista<sup>40</sup>.

Funcionou junto à União Operária Beneficente de Diamantina uma importante biblioteca e um Liceu de Artes e Ofícios, cujo objetivo era colocar em prática as indicações estatutárias da instituição para melhorar, aperfeiçoar e “instruir o proletário”.<sup>41</sup> A propósito, nessa mesma data podiam ser contadas em Diamantina quatro grandes bibliotecas: a da União Operária, a Biblioteca Municipal – “criada em 16 de janeiro de 1875, com 1500 volumes”<sup>42</sup> – a Biblioteca da Diocese e a do Seminário, essas últimas as mais opulentas, “com volumes sobre assuntos variados, predominando as questões religiosas e clássicos”.<sup>43</sup>

Dom João foi o fundador de três dos educandários citados, quais sejam: O Ateneu de São Vicente de Paulo, o Seminário Episcopal e o Colégio Nossa Senhora das Dores. A preocupação com a instrução cristã pode ser bem ilustrada pelo fato que, naquela época, havia apenas três Seminários em Minas Gerais: Mariana, Caraça e Diamantina. Por outro lado, em 1861, segundo o relatório do Presidente da Província, Vicente Pires da Mota, havia em Minas Gerais apenas três Externatos, comandados por leigos: o de Ouro Preto, o de São João Del Rei e o de Diamantina.<sup>44</sup>

O interesse de Dom João pela expansão da instrução em Diamantina começa bem antes da sua sagração como Bispo em 1863. Dez anos antes, em 1853, o Cônego João Antônio dos Santos, Joaquim Felício dos Santos e Serafim José de Menezes, mais tarde

<sup>40</sup> Ver MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

<sup>41</sup> AUOD. Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina. Deus, Honra e Trabalho. 31 de Maio de 1891. Publicado em 1893. Cap II, art. 12 e 13.

<sup>42</sup> MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 206.

<sup>43</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>44</sup> MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais...* 1971. p. 5.



Barão de Arassuai, no ano de 1853, fundaram um estabelecimento de ensino secundário, o Ateneu de São Vicente de Paulo, instalado na Casa do Contrato. O cônego João Antônio, como já relatado, acumulou as funções de reitor, professor de filosofia, retórica e de física. Em 1859, afastou-se do cargo de reitor, que passou a ser exercido pelo latinista Doutor Lucindo Pereira dos Passos. O Colégio funcionou até o ano de 1863, quando então encerrou suas atividades. Várias personalidades de projeção nacional obtiveram no Ateneu de São Vicente sua formação. Destacaram-se os nomes de José Vieira Couto de Magalhães, Lucindo Pereira dos Passos Filho, Antônio Felício dos Santos, João da Matta Machado, João Júlio dos Santos, João Nepomuceno Kubitschek, Francisco Ferreira Correia Rabelo, Teodomiro Alves Pereira, Antônio Gonçalves Chaves, Teófilo Pereira da Silva, Joaquim Vieira de Andrade, Pedro Fernandes Pereira Correia, Flávio Farnese, dentre outros.<sup>45</sup>

No dia 12 de março de 1863, o Governo Imperial, confiou ao então Cônego, João Antônio dos Santos, o comando da Diocese de Diamantina. Em 1865, Dom João fundou o Seminário Diocesano e o instalou na Casa do Contrato. Simultaneamente deu início à construção do prédio definitivo, no largo do Curral, renomeado de Largo Dom João. Foi contratado o Sr. Felix Guisard para dirigir as obras. Em 1867, apesar do prédio estar inacabado, Dom João transferiu o Seminário Episcopal para o novo endereço. Pouco tempo antes, havia contratado os serviços do inglês John Rose – carpinteiro, pedreiro e arquiteto – para reformar a Casa do Contrato, que passaria a denominar-se Palácio Episcopal, para onde iria se mudar, ainda no ano de 1867. Até essa data, o Bispo residiu na Casa da Glória, antiga residência do Intendente. Nessa mesma data chegaram ao Seminário os primeiros padres Lazaristas da Congregação das Missões, o padre Francisco Bartolomeu Sipolis e o

---

<sup>45</sup> NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX...* 1950. p. 52.

Padre Afonso Bec, ambos franceses.<sup>46</sup> Os Lazaristas possuíam suas origens vinculadas à França, onde no ano de 1625, nas imediações de Paris, o Padre Vicente de Paulo e outros sacerdotes se instalaram em um colégio em ruínas chamado dos Bons Rapazes e fundaram a Congregação dos Padres da Missão, que mais tarde foi instalada no Priorado de São Lázaro. Fundou ainda, Vicente de Paulo, a Congregação das Irmãs de Caridade, ou Filhas de Caridade, reunindo várias confrarias que cuidavam dos doentes pobres. A ação dos Lazaristas em Minas Gerais e em Diamantina será analisada no terceiro capítulo.

Voltando-se para o Seminário Diocesano de Diamantina, Dom João tratou de abrir concurso para preencher as vagas de professores. O primeiro quadro docente foi assim constituído, segundo o Padre Gaspar Cordeiro Couto: Dom João Antônio dos Santos – filosofia, geografia e cosmografia; Padre Zacarias Pinto Tavares – teologia moral e dogmática; Padre Cesário de Miranda Ribeiro – História Natural; Padre Bento Félix Ferreira – doutrina Cristã; sub-diácono Alves Mesquita – latim, diácono Severiano Campos da Rocha – latim preliminar; Joaquim Felício dos Santos – Português e Francês; Francisco de Sales Queiroga – Matemática<sup>47</sup>. Em seguida, completaram o presente quadro outros lazaristas: Padre Antônio Perrin e Padre Emílio Delery. O primeiro foi professor de história natural e francês e o segundo de matemática, física e química.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *Sementeira de Valores. O Seminário de Diamantina de 1867 a 1930*. Belo Horizonte: 1971. p. 11.

<sup>47</sup> Idem. *Ibidem*. p. 9.

<sup>48</sup> Em 1867 a reitoria do Seminário passou a ser exercida pelo Padre Bartolomeu Sipolis até 1886, quando então assume seu irmão, o Padre Miguel Maria Sipolis, até o ano de 1893. Nesse mesmo ano assumiu interinamente o Padre Benjamim Frechet. Entre 1894 a 1903, assumiu o padre italiano Achilles Bernardini. Entre 1903 e 1908, o padre francês Henrique Maria Ernesto Lacoste. Entre 1909 e 1914, o padre francês Desidério Oeschand. Em 1914 foi reitor o padre francês Vicente Foulquier Peroneille. Partiu para a 1ª Guerra Mundial em 1916, sendo substituído pelo padre Antônio José dos Santos. Retornando em 1918, o padre Vicente Peroneille reassumiu a reitoria até o ano de 1922.

Entre o ano de 1867 e 1922 a reitoria do Seminário Episcopal foi marcada pela presença majoritária dos padres lazaristas franceses. Ressalte-se que no ano de 1917 a Diocese foi elevada à Arquidiocese. Esse fato reflete a profunda influência exercida pelos lazaristas franceses, que refletiram em suas ações muitos dos condicionantes e signos do mundo europeu, aclimatados e condicionados ao cotidiano do Seminário Diocesano de Diamantina.

O Seminário funcionou como principal centro formador do Norte de Minas. No entanto, desde a sua fundação sua manutenção dependia de três fontes principais: dos subsídios do governo imperial, das subscrições dos pais e das rendas da Diocese. A primeira alteração nessas fontes ocorreu em função do corte das subvenções do governo por ocasião da questão religiosa. Apoiando abertamente Dom Vital e Dom Macedo Costa, Dom João encaminhou uma correspondência ao Imperador condenando a conduta do Estado. O Ministro dos Negócios, João Alfredo Correa Oliveira, devolveu o ofício advertindo Dom João quanto a forma da redação e o caráter ofensivo da mensagem:

devolvo a Va. Exa. Revma. o seu officio de 28 de dezembro findo, observando-lhe que elle está redigido e escripto contra os usos adoptados na correspondência official, e sobretudo de modo offensivo ás atensões que as autoridades se devem, e ás quaes não podem faltar os Bispos, como qualquer cidadão brasileiro, quando se dirigem ao Governo do seu paiz<sup>49</sup>.

Em tom desafiador o Bispo responde ao Ministro e defende o universalismo cristão da Igreja Romana afirmando ser superior sua posição hierárquica em relação ao Estado:

V. Exa. não tem razão, o que escrevi-lhe era uma verdade. Não gosta V. Exa. de ouvir a verdade? Quer lisonjas? Os maçons, como o Governo Imperial tem cometido muita injustiça na questão religiosa, é acusação geral e elles não se defendem. Um Bispo é

---

<sup>49</sup> BAT. Carta de João Alfredo Corrêa Oliveira (Ministério dos Negócios do Império) a Dom João em 17 de janeiro de 1874. Arquivos diversos. Cx 493.

superior aos Ministros e mesmo ao Imperador, porque é ministro de Deus para a salvação eterna, e o Governo para as cousas da terra. Deve ser mais Cortez, snr. Ministro.<sup>50</sup>

A reação de Dom João refletiu, também, uma preocupação local com a expansão da maçonaria. A loja maçônica União Diamantinense, que há muito não funcionava, voltou a atividade. Fundou-se outra nova, a Atalaia do Norte. Em Grão Mongol funcionava a Aurora do Progresso e no Serro instalou-se a Estrela do Oriente II.<sup>51</sup>

O resultado dessa desavença foi o corte das verbas no orçamento de 1876 para as subvenções de 4 cadeiras e para seu custeio do Seminário, assim como o auxílio para 24 alunos pobres. Os cortes também atingiram o Colégio Nossa Senhora das Dores que foi privado da subvenção para a manutenção de 60 órfãs recolhidas. Esse fato deixou claro para o Bispado que era necessário buscar fontes alternativas de renda. O Bispo, tomando o exemplo da fábrica do Cedro, assumiu o papel de empresário e junto com seus parentes fundou a firma Santos & Companhia, consolidou as vinícolas do Seminário e do Colégio Nossa Senhora das Dores, assim como a vinha da Chácara das Missões, como forma de sustentar financeiramente as obras sociais do Bispado.

Iniciada a República, os subsídios governamentais cessaram definitivamente. Diante do déficit crescente Dom João, em 1895, iniciou uma campanha de recolhimento de fundos para auxílio a educação da mocidade do Norte de Minas e formação do Clero da Diocese.<sup>52</sup> Muitos alunos não chegaram a ser ordenados, aliás, foram matriculados por seus pais com o fim específico de concluir os estudos secundaristas e ingressar nas academias de estudos superiores. Esse fato ficou patente a partir de 29 de dezembro de 1905, quando o Seminário

---

<sup>50</sup> BAT. Arquivos Diversos. Cx 493. Resposta do Bispo Dom João Antônio a carta de João Antônio Corrêa Oliveira (Ministério dos Negócios do Império), sem data.

<sup>51</sup> NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX...* p. 54.

<sup>52</sup> AEAD. Dom João Antônio dos Santos. Correspondências Emitidas – 1848 – 1905. Cx. 4.

foi equiparado ao “Gymnasio nacional, concorrendo para este melhoramento muitos cavalheiros da cidade”<sup>53</sup>. Por outro lado, a equiparação ao Ginásio possibilitou um certo equilíbrio financeiro do Seminário em função do aumento do número de matrículas. Até o ano de 1911, quando foi retirada a equiparação, a média de novas matrículas oscilava em torno de 90 alunos.<sup>54</sup> No ano de 1917, último como Seminário Diocesano, havia 72 alunos matriculados, sendo 5 no Seminário Maior, 24 no Seminário Menor e o restante no Colégio.<sup>55</sup> Os alunos do Seminário constituíram-se em parte significativa das novas elites diamantinenses e foram notórios nas atividades que exerceram, sendo que muitos destacaram-se nacionalmente.<sup>56</sup>

No Seminário vigorou um modelo educacional lazarista onde se aliavam longas jornadas de leituras à extrema vigilância, disciplina e punição dos corpos e dos comportamentos. Dois ex-seminaristas retrataram de forma esclarecedora o cotidiano

---

<sup>53</sup> AEAD. Centro Diocesano da União Popular em Diamantina e a 1ª Exposição de arte christã e movimento religioso no Brasil. Diamantina. In: *Jornal A Estrella Polar*, 1917. p. 29. Cx 58. Documentos Avulsos. 1900 – 1933.

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Como ilustração vale apresentar alguns nomes que tornaram-se nacionalmente conhecidos por suas ações e ocupações: Álvaro Marinho da Matta Machado – Médico, Senador Federal, Deputado Federal; Antônio Olinto dos Santos Pires – Engenheiro, primeiro Presidente do Estado de Minas Gerais, Deputado Federal, Ministro da Viação Pública, Diretor Geral dos Correios e Telégrafos; Sabino Alves Barroso Junior – Advogado, Professor de Direito, Deputado Provincial, Deputado Constituinte, Senador, Deputado Federal, Ministro da Justiça, Ministro da Fazenda; Francisco dos Santos Sá – Engenheiro, Deputado Federal, Ministro da Viação; Aurélio Egídio dos Santos Pires – Farmacêutico, Literato, co-fundador da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, Reitor do Ginásio Mineiro, Diretor do Arquivo Público Mineiro; Edmundo Pereira Lins – Advogado, Professor de Direito, Presidente do Tribunal da Relação, Ministro do Supremo Tribunal; Pedro da Matta Machado – Advogado, Professor de Direito, Industrial, Deputado Federal; Aristides Correia Rabelo – Médico, Jornalista, Literato; Dermeval Pimenta – Engenheiro, Ferroviário, Diretor da Rede Mineira de Viação, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Alexandre Diniz Mascarenhas – Engenheiro e Industrial; Olímpio Mourão Filho – General de Exército, Presidente do Superior Tribunal Militar, personagem envolvido nos episódios da Intentona Comunista e do Golpe Militar de 1964; João Kubitschek de Figueiredo – Engenheiro, Governador do Acre, Diretor da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais; Joubert Guerra – Químico, Industrial, Deputado Estadual, Prefeito de Diamantina, membro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, e o Juscelino Kubitschek de Oliveira – Médico, Fazendeiro, Escritor, Prefeito de Belo Horizonte, Deputado Federal, Governador de Minas Gerais, Presidente do Brasil, Senador Federal, Presidente do Banco Denasa.

daquela instituição. O primeiro Cícero Arpino Caldeira Brant, conhecido pelo pseudônimo Ciro Arno, com o livro *Memórias de um Estudante: 1885/1906* e o segundo o Paulo Kruger Corrêa Mourão, com o livro *Sementeira de Valores. O Seminário de Diamantina de 1867 a 1930*. As duas obras são coincidentes no que diz respeito a descrição da modelagem do comportamento cotidiano dos seminaristas. Algumas práticas narradas por ARNO em 1885 permaneceram, quase inalteradas, até 1914 e 1915, conforme a descrição de MOURÃO:

as cinco horas da manhã, soavam várias badaladas da sineta. Era o toque de despertar. Nós nos levantávamos da cama e começávamos a nos vestir rapidamente. O regente abria a porta de seu quarto, dava alguns passos e brandava em voz alta: - Benedicamus Domino! E respondíamos: - Deo gratias. (...)

Após a missa nos dirigíamos para o refeitório onde tomávamos café com leite com broa e cuscus. O almoço era às dez horas; merenda de café com biscoitos ao meio dia no salão; jantar, às quatro horas da tarde; chá com biscoito às sete da noite. Nos intervalos havia aulas, e, após as refeições, os recreios. Às oito e meia ou nove horas subíamos para o dormitório em rigoroso silêncio.<sup>57</sup>

A vigilância, a disciplina e as punições são descritas com detalhes:

O regente Epaminondas Nunes de Ávila e Silva, (...), encostado à porta do salão vigiava os meninos que brincavam no recreio. O regimento interno do Seminário era bastante severo, verdadeira disciplina prussiana, reinando naquele internato ordem, respeito e moralidade admiráveis. Naquela época, as penalidades ali impostas aos alunos vadios ou rebeldes variavam na seguinte escala: copiar várias vezes a lição do Miserere; ficar de capim na sala (completamente abandonado ao lente); ficar de joelhos; cubículo simples (privado de conversar até segunda ordem); cubículo rigoroso (a mesma pena, agravada pelo afastamento do delinqüente do convívio dos colegas); bolos de palmatória; expulsão<sup>58</sup>.

O ascetismo católico na área educacional não se restringiu apenas ao Seminário. No ano de 1867 Dom João fundou o Colégio Nossa Senhora das Dores – CNSD e o entregou para as irmãs de Caridade Vicentinas. Desde o início funcionou na Casa da Glória. O

<sup>57</sup> ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante: 1885 – 1906*. Belo Horizonte, 1949. Apud MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *Sementeira de Valores. O Seminário de Diamantina de 1867 a 1930*. Belo Horizonte: 1971. op. cit. p. 36.

<sup>58</sup> Idem. Ibidem. op. cit. p. 35.

Colégio destinava-se à educação e formação moral feminina<sup>59</sup>. Instituiu rigores comportamentais, recato e escrúpulos quanto ao trato do corpo. Não bastava apenas preparar os meninos, no Seminário, para uma vida virtuosa e cristã, era necessário moldar os comportamentos femininos, conter suas paixões carnis, preparar para o matrimônio e para exemplos de virtude nos lares.<sup>60</sup> SANTOS assim descreveu a formação virtuosa do CNSD em 1921:

Centenas são as zelosíssimas mães de famílias que, formados seus corações e espíritos á sombra protectora do Collegio N. S. das Dores, ao mesmo tempo que são exemplos de virtude nos lares, são poderosos obstáculos á expansão de paixões mal contidas, quando favoreadas por uma fementida necessidade de liberdade ou pelos funestos effeitos de uma educação á moderna, de uma educação livre!<sup>61</sup>

A preocupação de Dom João com o número excessivo de expostos, principalmente meninas, o levou à criação do Asylo de Órphans, anexo ao CNSD, no mesmo ano de sua fundação. SANTOS assim definiu as razões da criação do Asilo:

era preciso dar as moças pobres e desvalidas algum trabalho e, ao mesmo tempo, asylo seguro contra os perigos e seducções do mundo.<sup>62</sup>

No entanto, a criação de um Recolhimento de meninas pobres e de órfãs desamparadas, onde receberiam “educação necessária a uma mãe de família”, já constava dos projetos do Bispado desde o ano de 1864. Dom João, nesse ano, encabeçou uma lista de doadores para formar fundos com a finalidade de constituir um Asilo de Órfãs. Também

---

<sup>59</sup> SANTOS, Monsenhor Gabriel Amador dos. *Memorial Histórico...* 1921. p. 35.

<sup>60</sup> Ver SILVA, Dayse Lúcida. *Entre a Norma e o Desejo...* 2003.

<sup>61</sup> SANTOS, Monsenhor Gabriel Amador dos. *Memorial Histórico...* 1921. p. 35.

<sup>62</sup> Idem, *Ibidem.* p. 36.

manifestou a intenção de entregar o estabelecimento aos cuidados das Irmãs de Caridade da Congregação de São Vicente de Paulo, assim como os serviços hospitalares da Santa Casa de Caridade. Justificou sua atitude com a seguinte afirmativa:

o Bispo de Diamantina faltaria a um dever de seu ministério, se não se apresentasse animando os desejos que tem manifestado muitas pessoas e concorrem para fundar-se nesta cidade um tão moral como humanitário estabelecimento, encarregando-se de realizar seus votos.<sup>63</sup>

No Colégio, além das disciplinas regulares, ensinava-se música, línguas, teatro, noções básicas de higiene pessoal, corte e costura, noções de horticultura, jardinagem, pintura, bordado e outros saberes necessários a uma “boa mãe de família”. No ano de 1905 o CNSD foi equiparado às Escolas Normais, por decreto governamental. Nessa época as órfãs do Colégio já eram conhecidas por suas habilidades, destacando-se como exímias floristas, pela excelência no manejo do pincel e perfeição do bordado.<sup>64</sup>

O Colégio foi aberto com 30 alunas. Esse número foi aumentando progressivamente. Desde a fundação até o ano de 1916 foram matriculadas 1.538 alunas. O número de órfãs educadas no asilo, que funcionava sustentado pelo Colégio, havia alcançado o número de 830. A Escola Externa, gratuita, mantida pelo Colégio para alunos pobres chegou a 1.945 matriculados. Apenas no ano de 1917 havia 91 pensionistas, 90 asiladas e no Externato para crianças, 150 meninas e 70 meninos matriculados.<sup>65</sup>

Até a questão religiosa, no Império, o CNSD funcionou principalmente com subvenções do Governo. Cessando as subvenções a sustentação passou a ser feita através do pagamento das pensionistas, pelo auxílio financeiro do Bispado e da Congregação das

<sup>63</sup> AEAD. Dom João Antônio dos Santos. Documentos Avulsos – Vida Pessoal – 1865 a 1905. Folhas com doações para o recolhimento das órfãs. 14 março 1864. Cx. 5.

<sup>64</sup> AEAD. Centro Diocesano da União Popular. Diamantina: A Estrella Polar. 1917. p. 31.

<sup>65</sup> Idem.



Irmãs Vicentinas, além das rendas proporcionadas por uma lucrativa indústria vinícola.<sup>66</sup> No ano de 1917 foi iniciado o trabalho de fabricação da seda que parecia “ser de grande vantagem”.<sup>67</sup>

Dom Joaquim deu seqüência aos trabalhos de Dom João nos dois educandários. Para sustento dos seminaristas pobres fundou a Associação de São José. Reformou o prédio velho do Seminário e mandou construir em Conselheiro Mata uma casa de campo para férias dos seminaristas e professores. Como doutrinador redigiu duas obras *Abreviado* *Despertador dos Deveres Sacerdotais* e *Aos Meus Seminaristas*. Como educador, “introduziu e amparou Escolas Normais em Itambacuri, Conceição do Mato Dentro, Curvelo e Diamantina”.<sup>68</sup>

### **2.3. O Bispado e a indústria. Fé, produção e trabalho.**

Comandando as ações abolicionistas no mundo do trabalho e estabelecendo as diretrizes no campo educacional e da formação moral, a influência do Bispado em Diamantina e no norte de Minas se estendeu para o campo da produção industrial.

Na segunda metade do século XIX as elites empresariais da cidade de Diamantina trataram de apresentar uma alternativa a crise do setor minerador principal. Concomitante ao processo de expansão comercial um importante e diversificado setor industrial foi instalado. Esse processo de efervescência industrial durou até a década de 1930, quando então se esgotaram as condições de sua reprodução. Foram montadas fábricas de tecidos de

<sup>66</sup> BAT. Arquivo particular. Maria Lyns Fernandes (Dona Benzinha). Diamantina: 1966 – 1967. Vol IV. Mimeo.

<sup>67</sup> AEAD. Centro Diocesano da União Popular. Diamantina: 1917. p. 31.

<sup>68</sup> Idem. Ibidem. op. cit. p. 36.

algodão, lapidações, ourivesarias, fundições, curtumes, torrefação de café, indústria pirotécnica e farmacêutica, olarias, fábricas de sabão, selaria, calçados, móveis, macarrão, cerveja, cigarro, chapéus e uma diversificada indústria vinícola<sup>69</sup>. Além de abastecer o mercado local, essas indústrias visavam o mercado norte mineiro e o sul da Bahia. A indústria vinícola, a lapidária e a joalheira exportavam para os mercados do Rio de Janeiro e da Europa.

O primeiro setor a ser desenvolvido em função da crise foi o da lapidação. A abertura das minas na África do Sul e a Guerra Franco-Prussiana fizeram com que no ano de 1870 o diamante encontrasse o seu menor preço internacional. Mercado altamente monopolizado, tanto na produção, quanto na transformação e comercialização, seu controle era ditado pelos empresários das principais praças consumidoras européias. No jornal *O Jequitinhonha*, de 1873, foi reproduzido um artigo extraído do *Jornal do Comércio*, onde a situação do mercado internacional dos diamantes era analisada. O artigo atestava que os diamantes brutos andavam com seus “preços miseráveis”, atribuindo-se a causa às “pedras aparecidas no Cabo da Boa Esperança”. Entretanto, ressaltava que os brilhantes conservavam “os mesmos preços elevados”. Para o articulista, as pedras do Cabo não rivalizavam em qualidades com as pedras brasileiras. Na verdade a crise era proveniente da falta de fábricas de lapidação e de um possível acordo dos lapidários holandeses para apenas lapidar os diamantes dos proprietários das fábricas patricias. Para romper esse monopólio a solução proposta foi a seguinte:

deve ser assim de utilidade para nossa indústria o estabelecimento de fábricas, que entrem em concorrência com os de Amsterdão.<sup>70</sup>

<sup>69</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Indústrias. Cx. 7. Env. 3.

<sup>70</sup> Idem. *Jornal O Jequitinhonha*, n. 199. 24 Agosto 1873. Apud MACHADO FILHO, Aires da Mata.... 1980. op. cit. p. 190.

Em 1871, Josefino Viera Machado – futuro Barão de Guaicuí, José Bento de Melo, Serafim Moreira da Silva, Sebastião Rabelo e José Ferreira Rabelo – Barão do Serro, comerciantes de diamantes, partiram para a Europa e constataram pessoalmente a gravidade da crise. Venderam suas partidas de diamantes a qualquer preço depois de terem insistido com os comerciantes de Lisboa, Paris, Londres e Amsterdã. José Bento de Melo foi à ruína e suicidou-se atirando-se ao mar na viagem de volta.

A solução vislumbrada pelo empresários foi a importação de mão-de-obra especializada do Rio de Janeiro e Amsterdã, assim como de equipamentos para a montagem das primeiras rodas de lapidação. Foram pioneiros João da Matta Machado e Serafim Moreira da Silva. As fábricas se multiplicaram. Eram contadas duas em 1874; seis em 1878 e 19 em 1897.<sup>71</sup> Nesse momento, contou muito para a afirmação do setor lapidário a venda de brilhantes para a indústria joalheira, tanto em Diamantina quanto no Rio de Janeiro.<sup>72</sup> As jóias e os brilhantes diamantinenses ganharam fama mundial. A quebra do monopólio lapidário holandês e britânico e a tão pretendida verticalização da produção diamantífera foram alcançadas. Era o resultado do esforço dos proprietários diamantinenses em reação à longa crise da mineração.

Ao lado da indústria lapidária desenvolveu-se a ourivesaria. Esse setor desde o século XVIII conviveu com a mineração aurífera. A produção de jóias foi uma atividade constante, mesmo com a publicação do bando de Gomes Freire de Andrade, de 31 de julho

---

<sup>71</sup> SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. p. 127.

<sup>72</sup> MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 1980. p. 192.

de 1751, que determinou a expulsão de todos os ourives da Capitania das Minas Gerais.<sup>73</sup> Entretanto, um século depois, a disponibilidade de ouro em pó, a fartura de brilhantes, a importação de mão-de-obra especializada – principalmente artistas portugueses – e a necessidade de se agregar valor aos produtos do setor minerador, foram estímulos poderosos para o desenvolvimento da indústria da ourivesaria. A produção de jóias também encontrou mercado cativo entre as elites oligárquicas da região, que viam em tal ostentação uma forma de afirmação de sua posição de domínio. Os ourives ganharam prestígio e fizeram fortuna.

Em 1891, alguns ourives e lapidários – os irmãos Pedro, Antônio e Félix Pereira de Andrade – e o ourives Antônio de Pádua de Oliveira, juntaram-se ao ferreiro Joviano Serrano de Aguiar, ao tecelão Francisco Olympio Tameirão, ao latoeiro José Antônio Coelho, ao sapateiro José Cesário dos Santos, ao alfaiate Elias Cândido da Silva e a Antônio Pio da Costa Camelo, para fundarem a Sociedade União Operária Beneficente de Diamantina. Em 1891 os ourives associados eram 4. Em 1896 eram contados em 52 e os lapidários em 74.<sup>74</sup>

As jóias diamantinenses ganharam as praças do Rio de Janeiro e foi noticiado o negócio de algumas peças compradas pelo Imperador Dom Pedro II.<sup>75</sup> Na exposição de 1908, promovida no Rio de Janeiro pelo Dr. Miguel Calmon, ministro da Viação do Conselheiro Affonso Penna, concorreram alguns industriais diamantinenses, principalmente os fabricantes de jóias. Antônio de Pádua de Oliveira foi agraciado com o grande prêmio –

---

<sup>73</sup> Idem. Ibidem. p. 193

<sup>74</sup> PEREIRA, Célio Hugo Alves. *Retrospectiva da União Operária Beneficente de Diamantina*. Diamantina. 10 Maio 1991. Mimeo.

<sup>75</sup> MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 1980. p. 193.

a mais alta distinção conferida aos expositores – e uma medalha de ouro. Além de artefatos de coco e ouro, expôs duas taças, trabalhadas a buril. Também foram agraciados com uma medalha de ouro outros dois ourives: Antônio de Almeida Ramos e Cosme Alves do Couto.<sup>76</sup> Em 1922, na Exposição Comemorativa da Independência, Francelino Horta e Antônio de Pádua de Oliveira conquistaram novamente prêmios.<sup>77</sup>

As indústrias lapidárias e joalheiras se apresentaram como desdobramento natural para a calamitosa situação da mineração. Concomitantemente, atingidos pela crise, os proprietários diamantinenses se reuniram e prepararam um programa industrialista que os transformou em empresários.<sup>78</sup> Não se tratava de apenas um surto industrial e sim de um programa industrial. No caso das indústrias instaladas, principalmente em Diamantina, elas não apareceram como irrupções. Foram frutos de uma ação planejada e consciente dos proprietários. Muitas dessas ações foram capitaneadas pelo Bispado como exemplifica o caso da instalação da Fábrica do Biribiri e das oficinas anexas de lapidação e fundição, da mesma forma que a representação apresentada a Câmara Municipal no ano de 1874.

Por outro lado, avolumaram-se as publicações na imprensa local apresentando, esclarecendo, anunciando e comparando os diversos investimentos industriais. Essa ação consciente, coletivamente construída e publicada na forma de prospecto de plano a ser seguido, revelou costumes em comum, especialmente similitudes econômicas e profissionais desses proprietários, o que serviu de molde para sua consciência de classe.

---

<sup>76</sup> BAT. A Indústria diamantinense na Exposição Nacional. *Jornal A Idéia Nova*. Anno V, n. 233. 25 setembro 1910. p.1, col. 6.

<sup>77</sup> MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 1980. p. 193.

<sup>78</sup> Ver SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. P. 127. MARTINS, Marcos Lobato. *A Presença da Fábrica ...*, 2000.

Alguns jornais se destacaram na publicação dessas idéias, planos e debates, sendo os mais importantes os seguintes títulos, por ano de fundação: *O Jequitinhonha* –1860, *O Monitor do Norte* – 1874, *O Itambé* – 1878, *A idéia Nova* – 1879, *O Progresso* – 1886, *A cidade Diamantina* – 1890, *O Município* – 1894, *A União* – 1894, *O Itambé* – 1901, *A Estrella Polar* – 1903, *O Pão de Santo Antônio* – 1906, *Idéia Nova* – 1906, *A Diamantina* – 1909 e *A Sentinela* – 1910. Por sua vez, a Câmara Municipal acompanhou, legislou e relatou em atas, todos os movimentos desses novos investimentos. Regulamentou a concessão dos serviços urbanos e intermediou as reivindicações classistas dos empresários.

Em 07 de maio de 1874, escrita no epicentro da crise e encabeçada por Dom João, foi apresentada à Câmara Municipal uma representação dos empresários analisando os efeitos da crise, ao mesmo tempo em que reivindicava a instalação de uma fábrica de tecidos de algodão, que precederia a instalação de outros estabelecimentos industriais. Sobre a crise os empresários faziam a seguinte afirmativa:

não ignorais quais tem sido as conseqüências da atual crise: o comércio completamente paralisado, os mineiros arruinados, um quase geral estado de falências; e o que ainda é mais horrível, a miséria, a fome de milhares de trabalhadores que não tem o que se ocupar e com que sustentar suas famílias, por que vós o sabeis, nem todos possuem terra para cultivar.<sup>79</sup>

Mais adiante, refletindo sobre a instalação da fábrica de tecidos de algodão, conclamavam a ação estatal da Câmara para contrair um empréstimo. Justificavam os gastos em função dos empregos que seriam gerados e da reativação da cultura do algodão no norte de Minas. Afirmavam:

---

<sup>79</sup> *Representação apresentada à Câmara Municipal de Diamantina em 07 de Maio de 1874*. In. SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...* 1993. op. cit. p. 128. Documento transcrito do Livro de Atas, 1882. Arquivo da Prefeitura de Diamantina.

lembram-se primeiramente de levar à consideração a idéia de contrair esta Câmara um empréstimo com o fim de criar neste município uma fábrica de tecidos de algodão. São conhecidos os algodões do norte de Minas como rivalizando em qualidade com os melhores do mundo. (...) Uma fábrica de tecido neste município daria emprego a muitos braços e animaria a cultura de gênero em completo abandono. E não seria esta a sua principal vantagem. Outras fábricas se estabeleceriam quando capitais hoje desanimados vissem um emprego lucrativo certo e não precário de um comércio e mineração quase extinta.<sup>80</sup>

As reivindicações dos empresários apresentavam a solução da industrialização do algodão como uma alternativa viável de sobrevivência econômica e social para a cidade e não como um desdobramento e paliativo para a crise da mineração, como foi o caso dos setores lapidários e joalheiro.

Certo é que, a partir de 1876, com a instalação da Fábrica do Biribiri, as decisões sobre os investimentos industriais foram tomadas e várias fábricas de tecidos de algodão foram instaladas na região, financiadas pelo capital advindo da mineração diamantífera e sob as bênçãos do Bispo, Dom João Antônio dos Santos.

A despeito das razões da fundação, certo é que a Fábrica do Biribiri influenciou profundamente a organização do mundo do trabalho em toda a região e, juntamente com a Fábrica do Cedro, constituiu-se em um marco na industrialização de Minas Gerais. O quadro a seguir sintetiza as informações sobre cada um desses estabelecimentos industriais instalados no centro/norte de Minas Gerais a partir de 1846:

---

<sup>80</sup> Idem. Ibidem. p.p. 128 e 129.

**FÁBRICAS TÊXTEIS CENTRO/NORTE MINEIRAS ESTABELECIDAS NO  
PERÍODO DE 1846 – 1893.**

<b>Nome das Fábricas</b>	<b>Natureza da Associação</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Data de Inauguração</b>	<b>Local</b>
Cana do Reino	Sociedade limitada	Pigot e Cumberland	1846	Conceição do Serro
Cedro	Sociedade limitada	Irmãos Mascarenhas	1872	Sete Lagoas Distrito Taboleiro Grande
<b>Biribiry</b>	<b>Sociedade em Comandita</b>	<b>Santos &amp; Companhia</b>	<b>1876</b>	<b>Diamantina</b>
Cachoeira	Sociedade limitada	Mascarenhas Irmãos & Barbosa	1877	Curvelo Distrito Taboleiro Grande
Itinga	Sociedade limitada	Pereira Murta & Companhia	1881	Araçuaí Distrito Itinga
Filatório Montes Claros	Sociedade limitada	Rodrigues, Soares, Bittencourt, Velloso & Companhia	1882	Montes Claros
São Sebastião	Sociedade limitada	Irmãos Mascarenhas	1884	Curvelo Fazenda São Sebastião
<b>Santa Bárbara</b>	<b>Sociedade limitada</b>	<b>Matta Machado Moreira &amp; Companhia</b>	<b>1886</b>	<b>Diamantina Distrito Curimataí</b>
<b>São Roberto</b>	<b>Sociedade em Comandita</b>	<b>Alves, Ribas Ribeiro &amp; Companhia</b>	<b>1888</b>	<b>Diamantina Distrito Gouveia</b>
<b>Perpétua</b>	<b>Sociedade limitada</b>	<b>Oliveira Neves &amp; Companhia</b>	<b>1893</b>	<b>Diamantina</b>

**Fonte:** BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Empresários brasileiros: um estudo comparativo*.1995; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho...*1988; MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*.1980; OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. *Formas de Organização...*1995; SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos...*1993.

**Legenda:** As fábricas com nomes em negrito foram instaladas no município de Diamantina.

As Fábricas do Biribiri, Santa Bárbara, São Roberto e Perpétua tiveram suas origens ligadas ao capital diamantífero e foram instaladas no município de Diamantina. A Fábrica da Cana do Reino foi instalada em Conceição do Serro e na década de 1870 já não estava



operando.<sup>81</sup> Qualquer dúvida de que os investimentos das fábricas de tecidos se originaram da acumulação de capitais na mineração e comercialização de diamantes, dissipa-se quando a estrutura societária das fábricas passa a ser analisada. A fábrica do Biribiri contava com Antônio Felício dos Santos, irmão do Bispo, comerciante de diamantes. A fábrica Santa Bárbara, contava com a fortuna de João da Matta Machado, alcançada com o comércio de diamantes e sua lapidação. Após sua morte entrou na sociedade Antônio Moreira da Costa, o Barão de Paraúna, também comerciante de Diamantes. Incorporaram o patrimônio da Fábrica da Perpétua. A fábrica de São Roberto era de propriedade de Quintiliano Alves Ferreira, o Barão de São Roberto, que era comerciante de diamantes. O Filatório Montes Claros tinha entre seis sócios Antônio Narciso Soares, que fez fortuna em Diamantina com a mineração e o comércio de diamantes.<sup>82</sup> Por outro lado, é necessária a compreensão de que a decisão de investimentos em novas áreas não ocorreu no momento de escassez do diamante, mas exatamente ao contrário, no momento de excesso de oferta de matéria-prima bruta e de sua conseqüente depreciação no mercado internacional. Nesse sentido, não é de se estranhar que vários investimentos tenham ocorrido em lapidação, custeados pelos próprios empresários, como forma de se agregar valor ao produto exportado. Aqui vale recordar que as duas primeiras lapidações de diamantes pertenceram a João da Matta Machado e Serafim Moreira da Silva, ambos comerciantes de diamantes.

Os novos empresários industriais trataram de converter poder econômico e prestígio pessoal em poder político. Exerceram conscientemente influência sobre o Estado e protegeram seus interesses pecuniários. Os Felício dos Santos contaram com vários

---

<sup>81</sup> Ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho...*1988. p. 225; OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. *Formas de Organização...* 1995. p. 384.

<sup>82</sup> BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Empresários brasileiros...* 1995, MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina.* 1980. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho...*1988, OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. *Formas de Organização...* 1995.

membros da família como deputados, destacando-se Antônio Felício dos Santos na presidência do Centro Industrial do Brasil e como juristas Joaquim Felício dos Santos e Josefino Felício dos Santos. João da Matta Machado, Pedro da Matta Machado e Álvaro Marinho da Matta Machado, garantiram representação política no Império e na República. Os barões de São Roberto – Quintiliano Alves Ferreira, de Paraúna – Antônio Moreira da Costa, de Guaicuí – Josefino Vieira Machado e do Serro – José Ferreira Rabelo gozavam dos privilégios nobiliárquicos e tinham interesses pessoais no comércio de diamantes, na lapidação ou na indústria têxtil e se tornaram protagonistas nos setores em que atuaram. O Bispo, Dom João Antônio dos Santos, posicionou-se como líder e fez da Fábrica de Biribiri sua plataforma de influência. O local, por sua localização privilegiada, sua função econômica, seu quadro acionário influente e suas novas relações sociais e técnicas de produção, acabou se transformando em emblema da modernidade e cartão postal da indústria diamantinense.

Em síntese, o programa industrial dos empresários diamantinenses representou um desencantamento com o mercado da corte no Rio de Janeiro, que deixou revelar seu conteúdo de simples entreposto, sem nenhuma força para se antecipar ou propor qualquer solução para a crise do setor minerador. A capital, mergulhada em seus próprios problemas, foi, também, incapaz de responder aos estímulos capitalistas fabris emanados das mais remotas regiões do norte de Minas. Iniciada a República o distanciamento político foi dilatado pela consolidação do sistema oligárquico federativo. Nos jornais diamantinenses a cidade do Rio de Janeiro passou a ser citada principalmente por sua beleza e seu encantamento urbano e paisagístico – a emulação de um cartão postal.

Em Diamantina, a fábrica do Biribiri ao lado de uma ativa indústria vinícola marcaram a presença da Igreja no processo de transição capitalista.

Em 1879, J.C. Brauner, professor da Stanford University (EUA), esteve em Diamantina e visitou Biribiri. Solicitou dos proprietários informações sobre a “fábrica do Bispo, que muito o impressionou.” Antônio Felício, do Rio de Janeiro, encaminhou os seguintes dados que foram publicadas pela imprensa local:

a Fábrica do Biribiri foi fundada em 1876. Tinha 210 empregados, sendo que 180 moças. Os teares eram 110, incluindo alguns Jacard com fiação correspondente e maquinismo de preparo do algodão e enfardamento. A força motriz fornecida por uma turbina movida por grande queda d'água do Rio Biribiri. Teve logo tinturaria por vegetais e produtos químicos e rodas de lapidação de diamantes. O transporte foi feito em quase 6 meses. O que impeliu o Bispo de fundar a fábrica com capitais de seus parentes foi a supressão da subvenção que o Governo de Minas dava ao Colégio de Órfãs fundado pelo mesmo Bispo.<sup>83</sup>

A fábrica começou a funcionar com 20 teares, podendo fazer linhas nº 3 a 18, consumindo diariamente 15@ de algodão em lã, produzindo diariamente 1.200 metros de tecidos e empregando 63 pessoas, sendo 9 homens, 18 meninos e 36 moças.<sup>84</sup> A fábrica passou por uma séria crise financeira entre 1888 a 1890, em função da desestabilização do mercado e da política de expansão de crédito do Governo Provisório. Em 1895, foi autorizado um empréstimo de 150.000\$000 com garantias hipotecárias. Nesse mesmo ano a composição acionária da fábrica já tinha a presença de novos sócios. Logo após a morte de Dom João outra crise se abateu. A empresa arruinada foi entregue ao Banco Hipotecário. Em 1908 as atividades foram paralisadas. Em 1909 a fábrica voltou a funcionar já sob a gerência de José Marques Nogueira Guerra, que a dirigiu por mais de 25 anos.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Caderneta 11. p.p. 83-86. Cx 2.

<sup>84</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Caderneta 12. p.p. 79-85.

<sup>85</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Envelope 2. Cx 7.

A vida cotidiana das empregadas da fábrica era coordenada por Mariana Felício dos Santos, irmã de Dom João. A diretoria primava pela disciplina e moralização do comportamento. Cônego Severiano dá notícias que entre fiandeiras, tecelãs e lapidárias, contava-se “150 moças e meninas, e do sexo masculino uns 20”. Essas moças e meninas eram recolhidas num prédio que recebia o nome de Convento. As poucas festas eram divididas em sagradas e profanas, sendo as sagradas dirigidas pessoalmente por Dom João, sobressaindo o mês de Maria. Quanto as profanas,

eram feitas sempre em público, mormente nos aniversários natalícios do major, de sua senhora e filhos, constavam da dança chamada das flores, marujada, catopé e caboclinhos, executados com muita graça e aplauso dos assistentes.<sup>86</sup>

A tarde era comum ouvir as operárias entoarem canções, não raramente o hino da Fábrica, esse a partir do ano de 1886. Nele é possível se verificar o grau de disciplina e a crença difundida do trabalho como suave castigo e alicerce do progresso.

Do trabalho na lida incessante.  
 Não passamos de um alegre viver,  
 Que é suave castigo o trabalho,  
 Uma hora sublime e um prazer.  
 (...)  
 Quem trabalha não pensa no mal.  
 Quem trabalha só cumpre um dever.  
 (...)  
 Seja a nossa divisa o trabalho  
 Até que a hora nos soe de morrer  
 (...)  
 O trabalho é o pendão do progresso,  
 É o destino de todos no mundo.<sup>87</sup>

<sup>86</sup> AEAD. ROCHA, Severiano de Campos (Cônego). *Vida e Obra de Dom João Antônio dos Santos...* 1940.

<sup>87</sup> Idem. *Ibidem*.

Esse mundo ordenado e disciplinado era constantemente visitado por políticos, empresários e “famílias ilustres” diamantinenses. Seu modelo industrial era lembrado muito mais pela disciplina, fé e controle, do que por produção e negócios.

Quanto à indústria vinícola, ela foi a mais duradoura atividade de produção do Bispado. Sua origem está associada aos padres lazaristas franceses que vieram para o Seminário no momento de sua fundação. Em 1867 o Padre Geraldo Teissandier iniciou o plantio de videiras no quintal do Seminário. Nesse mesmo ano o Padre Afonso Bec plantou outra videira nos terrenos da Chácara das Missões. Os resultados logo foram sentidos e, no início da década de 1870, já se fabricava vinhos no Seminário, enquanto as irmãs do Colégio Nossa Senhora das Dores faziam suas primeiras colheitas. Vários proprietários de terra percebendo as vantagens do cultivo iniciaram sua produção e em 1892 já eram conhecidas as videiras de Tereza Rabelo, Olimpio Mourão, Sebastião Rabelo e José Coutinho. Todos fabricavam vinho de mesa tipo Bordeaus e Chambertin.<sup>88</sup> As irmãs vicentinas e José Coutinho começaram a produção de vinhos doces, tipo Porto.

Em 1893, a promulgação da lei 42 autorizou o governo a conferir prêmios aos cultivadores de linho, algodão e outras plantas têxteis, assim como aos vinicultores e aos viticultores. Além disso, para a viticultura o governo do Estado fornecia defensivos agrícolas a preço de custo, como forma de se evitar o contágio dos parreirais por doenças e parasitas. Em Diamantina, em 1896, o governo do Estado constituiu uma comissão especial para verificar as condições de sanidade dos parreirais, principalmente para verificar se os mesmos estavam contaminados com a temível *phylloxera*, que atacava e matava as cepas.<sup>89</sup> A mesma comissão visitou o distrito de Gouveia para inspeção local e identificação da

---

<sup>88</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Viticultura. Caderneta 2. Cx. 3.

<sup>89</sup> BAT. *Jornal O Município*. Diamantina: Ano II, n. 66, 31 março 1896.

doença que estava dizimando suas plantações. Para alívio dos vinicultores da região não foi identificada a *phylloxera*. Nessa época o governo do Estado também passou a distribuir cepas importadas dos vinhedos paulistas, além de incentivar a técnica da enxertia como forma de prevenir doenças e aumentar a produtividade.<sup>90</sup>

As elites políticas locais, baseadas na nova política agrícola, percebendo a possibilidade de fazer crescer as rendas do município com um produto de exportação encabeçaram um movimento para incentivar o plantio de videiras. Em 1895 Antonio Olynto e Francisco Sá publicaram no jornal *O Município* as diretrizes para o setor. Nesse ano, já havia mais de 200.000 pés plantados na região. Afirmavam:

a videira é, em somma, o nosso futuro, e por um trabalho persistente racional e tenacíssimo, pretendemos graduá-lo em perfeição e quantidade a fazer de nosso município um grande centro de indústria vinícola.<sup>91</sup>

A produção dos vinhedos da Igreja em Diamantina foram crescentes. Na primeira década do século XX, com a expansão na área plantada, autorizada por Dom Joaquim, três adegas – no seminário, no Palácio e no CNSD – e seis parreirais, a produção anual havia ultrapassado as 40.000 garrafas.<sup>92</sup>

Em 1906, começou a ser plantada a vinha do Palácio por ordem de Dom Joaquim. Inicialmente as uvas eram colhidas e transportadas em tabuleiros até a adega do CNSD. Com os lucros auferidos o porão do Palácio foi adaptado como adega. Para aumentar a produção Dom Joaquim autorizou nova plantação nos terrenos da Chácara Jogo da Bola, de

<sup>90</sup> BAT. *Jornal O Município*. Diamantina. Anno II, n. 84. 26 Setembro 1986.

<sup>91</sup> BAT. *Jornal O Município*. Diamantina. Anno I, n. 42. 31 Agosto 1895.

<sup>92</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Viticultura. Caderneta 2. Cx. 3.

propriedade do Bispado e próxima ao Palácio.<sup>93</sup> No início da década de 1910 a produção da vinha do Palácio já havia alcançado 12.000 garrafas anuais.<sup>94</sup>

A adega do CNSD iniciou sua produção por volta do ano de 1872. Sua Diretora, Irmã Artemísia Adélia de Mantel, incentivada por Dom João e Padre Bartolomeu Sipolis e sob a orientação metódica do Padre Henrique Lacoste havia promovido, poucos anos antes, a expansão da área plantada, alcançando rapidamente a produção de 4.000 garrafas anuais, cuja renda era revertida na manutenção do Orfanato. Em 1894 a vinha do CNSD alcançou o número de “12.000 pés plantados regularmente sob a direção do padre Lacoste”.<sup>95</sup> A partir do ano de 1907 houve uma nova expansão na produção promovida pela Irmã Adélia Russon, que promoveu a renovação e a poda racional do parreiral. No ano de 1912 a produção da vinha do Colégio só era ultrapassada pela do Seminário.

Em 1913, apenas a vinícola do Seminário produziu próximo de 14.000 garrafas, sendo que nos bons anos de produção a média era de 18.000 garrafas.<sup>96</sup> Em 1914, a indústria vinícola do Bispado havia se consolidado e conquistado os mercados mineiro, baiano e fluminense. Nesse mesmo ano, Dom Joaquim recebeu uma correspondência da Estrada de Ferro Victória a Minas, autorizando a continuação, por mais um ano, do favor concedido ao “Bispado de Diamantina em setembro de 1913 e relativo ao despacho, na E. F. Curralinho a Diamantina, pela tarifa VIII, dos vinhos por elle produzido”.<sup>97</sup>

Somadas as produções dos parreirais do Palácio Episcopal, do Seminário, do CNSD, dos fabricantes Sebastião Rabello, Ricardo Pucini Leite e Theresa Rabello a

<sup>93</sup> BAT. Arquivo particular. Maria Lyns Fernandes (Dona Benzinha). A viticultura e a vinicultura em Diamantina. In. *A Sombra do Acaiaca*. Diamantina: 1966 – 1967. Vol IV. Mimeo.

<sup>94</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Viticultura. Cx 3. Caderneta 2.

<sup>95</sup> Idem. Ibidem.

<sup>96</sup> ANNUÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.

<sup>97</sup> AEAD. Correspondências Recebidas. Dom Joaquim. 1914. Cx 14.

produção anual ultrapassou as 200.000 garrafas exportadas.<sup>98</sup> Esses dados não incluem o vinho produzido por Doutor Teles de Menezes em Barão de Guaicuí<sup>99</sup> e a produção dos vinhedos da Companhia Norte de Minas, cujos proprietários eram da família Matta Machado.<sup>100</sup>

A indústria do vinho havia se constituído em importante fonte de renda para o Bispado e acabou sustentando boa parte de suas obras sociais no CSND, no Seminário e no Palácio Episcopal. Parte da renda também era utilizada para a manutenção do jornal *A Estrella Polar*. Ao analisar o *Livro de Registro de Empregados na Vinha do Palácio – 1912 / 1914*, é possível observar a forma como as rendas da Adega foram utilizadas nas obras do Bispado. Exemplificando, no mês de abril de 1912 a Mitra Diocesana quitou um empréstimo de 2.000\$000 e no mês de junho a Vinha do Palácio pagou pelas instalações elétricas e sanitárias do concerto da Chácara do Jogo da Bola.<sup>101</sup>

Assim como a fábrica do Biribiri, as adegas do Bispado eram vistas como modelos pelos produtores locais. Por sua vez, o Bispado vislumbrava os benefícios sociais que esta indústria estava prestando para a cidade, pois muitos diamantinenses dependiam dessa indústria para sobreviver. Esses benefícios, em contraste com as mazelas sociais da mineração, foram relatados no jornal *A Estrella Polar*, em 1914:

---

<sup>98</sup> AEAD. Salvemos a Diamantina. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina. Anno XII, n. 24. 24 julho 1914.

<sup>99</sup> MACHADO FILHO, Aires da Matta. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 1980. p. 195-196. A vinha de Teles de Menezes localizava-se em Barão de Guaicuí e possuía 17.000 pés de uva Isabela.

<sup>100</sup> BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Cx. 2. Caderneta 3. A Companhia Norte de Minas, foi fundada pelos Matta Machado, com capitais de 350 contos, para produção de tecidos, vinicultura e exploração de ferro diamantinense. Seus vinhedos compunham-se de 35.000 pés em boas condições de produção. Ao lado do Bispado foram os grandes produtores locais.

<sup>101</sup> AEAD. Livro de Registro de empregados na Vinha do Palácio – 1912/1914. Cx 97 A.



(...) Os velhos mineiros que forão favorecidos pela sorte, arrancando fabulosas sommas de diamantes e ouro das minas morrerão quase todos em extrema miséria. É que essa pedra preciosa somente serve para alimentar a vaidade dos ricos e poderosos, em nada servindo para as classes menos favorecidas da fortuna. Não há nada que concorra para a felicidade de um povo do que a agricultura. Plantemos em alta escala a parreira e o resultado será matemático. (...) Essas industrias prestão relevantes serviços e innumeras famílias pobres são empregadas no cultivo de parreiras e fabricação do vinho. Os mineiros são inteligentes e com facilidade tornão-se competentes para dirigir qualquer indústria.<sup>102</sup>

A indústria vinícola diamantinense entrou em crise com a publicação do decreto federal 4.361, de 04 de janeiro de 1923. A nova legislação determinava que apenas poderia se adicionar 5 Kg de açúcar cristal para 1.000 litros de mosto. Na região a prática era da adição de 12 Kg para o vinho branco e 13 Kg para o vinho tinto.

A arquidiocese de Diamantina logo se pronunciou e encaminhou mensagem às autoridades mineiras explicando que a espécie de uva cultivada na região e a natureza do solo faziam com que a fruta ficasse ácida, mesmo bem amadurecida, dependendo da adição de mais açúcar tanto para auxiliar na fermentação, quanto para conservação e transporte da bebida a longas distâncias, como era o caso da Bahia.<sup>103</sup> Dom Joaquim mobilizou os políticos mineiros e o governo federal cedeu em parte, permitindo que a adição de açúcar continuasse nos moldes tradicionais no caso dos vinhos utilizados para fins litúrgicos.

Muitos produtores da região foram a ruína e até mesmo Dom Joaquim havia decidido erradicar alguns vinhedos, mantendo o estritamente necessário para o consumo da arquidiocese e plantando café no mesmo local.<sup>104</sup> Em 1923, Dom Joaquim relata aos padres da arquidiocese o estado lastimável que ficou a atividade:

---

<sup>102</sup> AEAD. *Salvemos a Diamantina. Jornal A Estrella Polar*. Diamantina. Anno XII, n. 24. 24 julho 1914

<sup>103</sup> AEAD. *Vinícola. Exame de Terra, Produtos e Fabricação. 1914-1924*. Cx 97. 1914/1940. Carta enviada por Monsenhor Levi ao Secretário de Finanças em Belo Horizonte. 04 junho 1924.

<sup>104</sup> Idem. *Ibidem*.

tornam-se cada vez mais apertadas as nossas condições de mantermos as poucas obras diocesanas que temos. Entre ellas está a Estrella Polar, cuja impressão pelo custo actual do papel dá cada anno déficit não pequeno, que cobríamos com renda do vinhedo do Palácio. Esta fonte de rendas está ameaçada de cessar completamente, ou ao menos ser grandemente diminuída, vistas as condições impostas pelo Governo Federal quanto ao fabrico do vinho.<sup>105</sup>

Os produtores locais encaminharam correspondência ao Departamento Nacional de Saúde Pública no Distrito Federal explicando as formas de produção do vinho de mesa na região. Em resposta, o Ministério da Agricultura, através do Instituto Chimico, negou a adição do açúcar proposta pelos produtores diamantinenses. As autoridades federais do Departamento Nacional de Saúde Pública afirmavam que a medida estava sendo contestada apenas pelos vinicultores de Diamantina e que a mesma medida foi bem aceita pelos produtores de São Paulo e do Sul.<sup>106</sup>

Dom Joaquim insistiu em convencer as autoridades federais. Para isso continuou a encaminhar correspondências e a utilizar seu imenso prestígio entre os políticos mineiros. Finalmente, em 15 de janeiro de 1925, recebeu uma correspondência do Gabinete do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio autorizando todos os produtores de Diamantina a utilizarem na proporção de 10% o açúcar cristal no mosto e que o vinho poderia ter 12º alcoólicos, com tolerância de 0,2º a mais.<sup>107</sup> Apesar de restabelecidas as condições de produção, a atividade tinha sido fortemente abalada e só voltou aos mesmos níveis de produção em 1943, momento em que a firma Coelho e Irmãos Ltda começou a produzir na vinha das Mil Oitavas.<sup>108</sup>

---

<sup>105</sup> AEAD. Correspondências Emitidas. Dom Joaquim. 1920/1929. Cx 37.

<sup>106</sup> AEAD. Vinícola. *Exame de Terra, Produtos e Fabricação. 1914-1924*. Cx 97. 1914/1940. Cópia 222. Departamento nacional de Saúde Pública. Directoria dos Serviços Sanitários do Distrito Federal. Inspectoria de Fiscalização de Gêneros Alimentícios. Laboratório de Bromatologia do Rio de Janeiro. 09 de junho de 1924.

<sup>107</sup> AEAD. Vinícola. 1925-1940. Carta do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Gabinete do Ministro. Rio de Janeiro: 15 de janeiro de 1925.

<sup>108</sup> BAT. Arquivo particular. Maria Lyns Fernandes (Dona Benzinha). 1966 – 1967.

### 2.3.1 – A União Operária Beneficente de Diamantina.

Se pelo lado da produção foi inequívoca a influência do Bispado, a organização classista dos operários foi outra área profundamente influenciada por suas ações. Em 31 de maio de 1891, para a fundação da União Operária Beneficente de Diamantina – UOBD, 10 oficiais reuniram-se em uma associação de ajuda mútua. Os objetivos principais, conforme seu Estatuto, eram a promoção de “melhoramentos e aperfeiçoamentos do trabalho proletário”, a promoção de meios para “instruir o proletariado”, além de “defender e proteger os sócios e suas famílias, em relação à honra, vida e nos negócios de justo interesse, quer sociais, quer pecuniários”.<sup>109</sup>

No primeiro ano de aniversário a associação já contava com sede, hino, estandarte, bandeira e brasão, todos sob o lema “Deus, Honra e Trabalho”. Seu *Estatuto*, no capítulo XIII, item c, destacava o significado das partes, que estabelecia o seguinte para os dísticos:

Deus – criador de todas as coisas e a quem devemos a razão de existirmos. Infinito, perfeito, supremo.

Honra – qualidade do homem, cumpridor dos deveres, virtude, glória, fama.

Trabalho – reunião de forças do homem que, na terra, prossegue a obra inacabada de Deus, com arte e sabedoria.<sup>110</sup>

O alinhamento aos preceitos cristãos eram inequívocos. Havia a necessidade premente dos atos e símbolos serem abençoados pela Igreja em clara alusão às pregações sobre as questões sociais contidas na encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII, a *Rerum*

<sup>109</sup> AUOD. Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina. 1893.

<sup>110</sup> Idem.

*Novarum*.<sup>111</sup> Pela pregação papal nem a selvageria do capitalismo liberal poderia ser tolerada, nem o extremismo materialista do socialismo. Para a Igreja a melhor solução seria a harmonia entre as classes onde as corporações operárias proporcionariam o instrumento institucional para viabilizar a união dos interesses.<sup>112</sup> Nesse sentido, é compreensível que no primeiro aniversário uma missa fosse rezada para benção da União Operária. É esclarecedor o relato da ata de 1º de junho de 1892:

às nove do dia reunidos em nossa Casa, onde recebemos os significativos da União, em grupo nos dirigimos à Capela de N. S. do Rosário, onde ouvimos a missa entoada pelo Monsenhor Pe. Augusto e acolythado pelos Revdm's Pe. Domingos Moreira e Pe. José Alves... Ahi foi bento o nosso estandarte e teve lugar a eloquência do Sr. Pe. Domingos na tribuna sagrada (...)<sup>113</sup>

O hino da UOBD, composto por seu sócio fundador, Joviano de Aguiar, refletia os valores e princípios defendidos pelo Igreja, quais sejam, liberdade para o trabalho e harmonia entre as classes, apresentados em seus primeiros versos:

Já tremula no horizonte  
sobre o pranto e sobre o monte  
O Estandarte da União  
É a luz da liberdade,  
um conforto de irmãos.

É a luz do sol fulgurante  
Do oceano a voz punjante  
Nas trevas perder se vão,  
Mas a Virgem da Harmonia  
Curva a frente à tirania  
Sobre a força da União.<sup>114</sup>

<sup>111</sup> LEÃO XIII. *Rerum Novarum – A condição dos Operários. Documentos Pontifícios 2*. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>112</sup> MARQUES, Rita de Cássia. *Da romanização a terceira via...*1995. p. 34.

<sup>113</sup> AUOD. Livro de Atas: 1892.

<sup>114</sup> AUOD. Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina. 1893.

A princípio, a União Operária congregou apenas os mestres de ofício, à exceção dos lapidários. Ao longo dos anos outras categorias foram sendo aceitas e a União Operária passou a ter representantes em todos os setores econômicos da cidade. O número de associados cresceu rapidamente. Começou com 9 sócios em 1891. No final do ano já eram 116. Em 1896 já correspondiam a 511.<sup>115</sup> Nesse ano, figuravam no seu quadro “21 tecelões, 74 lapidários, 52 ourives, 84 sapateiros, 10 ferreiros, 11 seleiros, 4 dentistas, 2 relojoeiros, 9 marceneiros, 18 pedreiros, 6 funileiros, 15 fogueteiros, 13 tipógrafos, 14 chapeleiros, 52 carpinteiros, 45 alfaiates, 7 pintores e oleiros, além dos catadores de diamantes, cavouqueiros, carapinas e outros”.<sup>116</sup>

Do ponto de vista do posicionamento político a União Operária também vinculou seu estatuto aos ditames da Igreja. Nele havia a orientação para se respeitar “a atual forma de Governo do País e suas leis, velando pela ordem e liberdade”.<sup>117</sup> Analogamente, naquele momento, pela *Rerum Novarum* a Igreja procurava resolver a questão social, propondo uma intervenção por parte do Estado, sem no entanto haver qualquer rompimento com a ordem estabelecida.<sup>118</sup>

O estatuto da União Operária propunha para os sócios “moralizar seus costumes, criando para isto, gabinetes de leitura e conferências sobre questões sociais”.<sup>119</sup> A partir de 1897, as doutrinas de valorização do trabalho de Dom Bosco foram incorporadas no ideário da União Operária, dilatando o relacionamento com o Bispado.<sup>120</sup> Ao contrário dos grandes

---

<sup>115</sup> PEREIRA, Célio Hugo Alves Pereira. *Retrospectiva da União Operária Beneficente de Diamantina...*1991.

<sup>116</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>117</sup> AUOD. Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina. 1893. art 4.

<sup>118</sup> MARQUES, Rita de Cássia. *Da romanização a terceira via...* 1995. p. 35.

<sup>119</sup> AUOD. Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina 1893. art. 8.

<sup>120</sup> PEREIRA, Célio Hugo Alves. *História da União Operária Beneficente de Diamantina*. 1993. Mimeo. Apud. MARTINS, Marcos Lobato. *A presença da Fábrica...*2000.

conflitos vividos entre o capital e trabalho na Europa e EUA, fundamentados na expansão do ideário socialista, em Diamantina, a UOBD tratou de fundir os interesses patronais e operários em um mesmo bloco, em clara aceitação do domínio das relações capitalistas de produção. Figurar como associado em uma mesma instituição, sobre as bênçãos e valorização da Igreja e em íntima relação com o mundo político, foi a forma encontrada pelos empresários e operários diamantinenses para a regulamentação do mundo do trabalho livre, recentemente emerso da crise do escravismo, sob profunda influência do Bispado.

## CAPÍTULO III

### VOZES CATÓLICAS NA “NOVA SCIÃO”.<sup>1</sup> A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO UTRAMONTANO CONSERVADOR.

---

#### 3.1 – A romanização em Minas Gerais no século XIX.

A análise realizada no capítulo anterior nos leva a compreender o modo como a Igreja Católica influenciou as diversas formas de convivência da sociedade diamantinense e norte mineira no fim-de-século. A despeito de qual setor essa influência se referia, é possível a verificação de que essas idéias se vincularam ao pensamento conservador ultramontano europeu. Também é possível a verificação de ações e idéias semelhantes em outros Bispados no mesmo período analisado, como em Mariana, Olinda, Grão-Pará, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo com seus respectivos Bispos: Dom Antônio Ferreira Viçoso, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Dom Antônio Macedo Costa, Dom Luis Antônio dos Santos, Dom Pedro Maria de Lacerda e Dom Antônio Joaquim de Melo.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> AEAD. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 30 de abril de 1905. Anno III, n. 12. p. 1, col. 1. A alcunha de *Nova Scião* foi utilizada por autor anônimo, para se referir à condição que Diamantina iria adquirir, como sede episcopal, com a sagração do Bispo Dom João Antônio dos Santos, em 01 de Maio de 1864. Dizia o autor: “Trajava-se então de galas a pomposa e rica cidade norte-mineira para receber a coroa que ia justificar o renome de que já gozava, de rainha do Jequitinhonha. Ia ser convertida em **nova Scião**; e, pelos mais nobres e profundos dos sentimentos humanos – os da Religião-, extender de direito e de facto sua influencia imperecível por toda zona Norte de Minas, tornando-se como sede episcopal, cabeça e centro d’esta vasta região mineira”. (*Grifo meu*).

<sup>2</sup> A análise sugerida remete-se aos estudos de CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso...*1986; MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à Terceira Via...*1995; MARTINS, Karla Denise. *Civilização Católica...*2002; SCHWARTZMAN, Simon. A Política da Igreja e a educação: o Sentido de um Pacto. *Revista de Estudos Históricos. Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 13, 1986; VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980; VILLAÇA, Antônio Carlos. *História da Questão Religiosa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974 e

Cabe, portanto, a verificação da localização temporal e espacial, bem como do conteúdo doutrinário em que se constituiu o processo de romanização na Europa e em especial Minas Gérias, com seus respectivos autores.

O pensamento conservador originou-se nos primórdios do século XIX na Europa. O impacto provocado pela Revolução Francesa, com seu ideário iluminista e universalista, provocou a reação das elites européias temerosas pela eminente transformação na ordem social vigente e pelo abandono das formas tradicionais de governo. A Revolução era vista como instigadora da desordem e havia uma constatação do afastamento do homem de Deus, provocado pelo secularismo e pela emergência da emancipação individual. Os conservadores se sentiam atemorizados com as idéias de igualdade e liberdade defendidas pelos revolucionários.

Diante desse quadro, os conservadores passaram a defender a importância da afirmação da autoridade, religião, comunidade, hierarquia e família, valores esses perdidos pela emergência do ideário iluminista.<sup>3</sup> Nesse sentido, todo o esforço passou a ser realizado para a valorização dos costumes, herdados da medievalidade, que até então vigoravam naquele mundo, apelando-se constantemente para a história. Enxergavam o presente como um ponto de chegada do passado, contrariamente aos iluministas que o apontavam como ponto de partida para o futuro. Refutaram a existência de toda e qualquer ordem revelada pela razão pura na medida em que se prendiam ao imediato, ao real. O resultado foi a proliferação de um “sentimento muito definido e inteiramente novo pelo concreto que se

---

ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>3</sup> A análise sugerida remete-se aos estudos de FORACCHI, Marialice Mencarini (org). *Karl Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982. Col. Grandes Cientistas Sociais; BURKE, Edmund (trad). *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: UNB, 1978; ROMANO, Roberto. *Conservadorismo Romântico*. São Paulo: Brasiliense, 1981. ROMANO, Roberto. *O Pensamento Conservador*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. In.



reflete no uso moderno do termo *concreto* com suas implicações anti-revolucionárias”.<sup>4</sup>

Opunham-se a nova ordem criada pelos revolucionários, por a considerarem como corruptora da concepção de um mundo dos homens criado por Deus, infalível e justo. Essa seria, pois, de forma sintética, a intenção básica por trás do pensamento conservador.<sup>5</sup>

A utilização do termo *conservador*, no sentido acima referenciado, passou a ser uso corrente na Europa a partir do primeiro quartel do século XIX. MANNHEIM esclarece esse momento:

foi Chateubriand quem primeiro emprestou à palavra seu significado peculiar ao intitular de *O Conservador* o periódico que publicava para defender as idéias da Restauração política e clerical. A palavra começou a ser usada na Alemanha de modo mais generalizado durante a década de 30 do século XIX, e foi oficialmente adotada na Inglaterra em 1835.<sup>6</sup>

Uma das primeiras manifestações do pensamento conservador moderno foram realizadas na Inglaterra por Edmund Burke. Nesse país, o reformismo conservador de suas elites foi capaz de se adaptar, propor alternativas e, em muitos casos, negar o ideário revolucionário francês. Por sua vez, os estudos de Burke tiveram boa acolhida nos Principados Alemães. A realidade local calcada na autoridade, hierarquia e na ordem permitiu que seus intelectuais levassem ao extremo a crítica aos postulados iluministas. Nos Principados Alemães, antes mesmo dos estudos de Burke, se destacaram os nomes de Adan Muller e Friedrich E. Von Savigny, e posteriormente, os nomes de Justus Möser e George W.F. Hegel. Na França, berço da revolução, se destacaram Joseph Marie de Maistre, Chateubriand, Louis Gabriel Ambroise de Bonald, Felicite-Robert de La Mennais e

---

[www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/filosofia/texto11.html](http://www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/filosofia/texto11.html) e IGLESIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971;

<sup>4</sup> FORACCHI, Marialice Mencarini (org). *Karl Mannheim*. 1982. op. cit. p. 117.

<sup>5</sup> Idem. Ibidem. p. 116.

<sup>6</sup> Idem. Ibidem. p. 112.

Antoine Frederico Ozanan. Nessa época, a Península Ibérica gravitava entre o atraso relativo no seu processo de industrialização, sua resistência em aceitar os postulados do individualismo e a forte aliança entre igreja católica e Estado, expresso no regalismo e no padroado, o que refletia a tradição medieval de união da esfera religiosa e da esfera material. Sociedade fortemente hierarquizada, a Espanha teve nos nomes de Juan Francisco Donoso y Cortés e Jaime Luciano Balmes seus principais representantes do pensamento conservador.

Alguns desses pensadores aceitaram certas conquistas revolucionárias, como La Mennais, que passou a defender a idéia da Igreja “integrar-se de forma positiva aos princípios da liberdade e igualdade e dar-lhes uma maior fundamentação evangélica”.<sup>7</sup>

Em 1833, Frederico Ozanam fundou as Conferências São Vicente de Paulo acreditando na possibilidade de se unir o cristianismo à democracia. Influenciou centenas de jovens intelectuais no mundo convocando-os a intervir diretamente na luta social. Criticou a Revolução por não ter sido capaz de eliminar a “*pobreza que Deus tanto ama*”<sup>8</sup> e, por essa razão, caberia à Igreja a responsabilidade para com a questão social. Condenou tanto o capitalismo, quanto o socialismo, pois ambos possuíam um caráter materialista. Frederico Ozanam e La Mennais, ainda na primeira metade do século XIX, anteciparam as posições que a Igreja só iria adotar, institucionalmente, no final do século.

É necessário destacar o fato de que algumas ordens regulares foram fundamentais no processo de romanização, tendo em vista o seu conteúdo dogmático e sua atuação, confirmados tanto no rigor e disciplina de sua formação, intelectual e moral, quanto na

<sup>7</sup> MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à Terceira Via...* 1995.op. cit. p. 21.

<sup>8</sup> Idem. Ibidem. p. 24.

assistência à orfandade, aos enfermos e às classes empobrecidas. Destacaram-se neste mister os lazaristas. CAMELLO esclarece bem esse fato:

Os lazaristas tiveram uma longa tradição, que lhes vinha do seu fundador, São Vicente de Paulo (+ 1660), de adesão a Roma e ao Concílio de Trento, em suas atividades missionárias e de formação nos seminários, obra que desde muito cedo se confiara a eles em quase toda a Europa. E a província portuguesa da Congregação esteve sempre ligada à casa-mãe de Paris.<sup>9</sup>

A partir de 1848, com a publicação do *Manifesto Comunista* por Karl Marx, o combate da Igreja contra os excessos do liberalismo e do capitalismo industrial foi cedendo lugar ao ataque contra o socialismo, considerado então o principal inimigo do cristianismo. Em meio ao avanço do socialismo e a perda de posições pelo liberalismo, o reformismo conservador expandiu e se consolidou. Visando objetivos imediatos e concretos as ações dos conservadores, assistencialistas e corporativas, ganharam visibilidade e seguidores. Na década de 1860, o Bispo alemão Dom Wilhelm Emmanuel Von Ketteler lançou as bases de uma reforma social de inspiração cristã. Apresentou críticas ao capitalismo e ao socialismo, enxergando “no movimento de associação de operários o único instrumento eficaz para transformar o trabalhador em protagonista social”.<sup>10</sup>

Em 1865, o Papa Pio IX publicou o *Syllabus Errorum*, que acompanhava a encíclica *Quanta Cura*. SCHWARTZMAN esclarece o conteúdo desses documentos:

condena sem apelação o racionalismo, absoluto e moderado, o naturalismo, o indiferentismo, o latitudinismo, a idéia da Igreja Livre no Estado Livre (isto é a separação da Igreja e do Estado), o primado do poder civil, a idéia da dependência do poder eclesiástico, o liberalismo, o progresso, a civilização moderna, etc., numa contraposição formal e absoluta entre a Igreja e a opinião moderna, declaradas incompatíveis.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso...* 1986. op. cit. p. 48.

<sup>10</sup> MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à Terceira Via...* 1995. op. cit. p.31.

<sup>11</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *A Política da Igreja e a educação...* 1986. op. cit. p. 112.

A condenação feita por Pio IX não afetou de forma significativa o ideário liberal burguês europeu. Nesse momento, a rápida expansão industrial e o fortalecimento da acumulação capitalista permitiram que esse ideário convivesse ao lado da expansão do reformismo social católico e resistisse ao ataque socialista. Nesse ambiente, os conservadores, “empíricos, tímidos e visando objetivos sociais limitados”<sup>12</sup>, se orientaram por fórmulas paternalistas que acabaram seduzindo os industriais. Foi através das ações dos conservadores que o assistencialismo leigo católico continuou em expansão. As Associações dos Operários Católicos espalharam-se pela Europa, apresentando-se como “uma alternativa prática às idéias socialistas”.<sup>13</sup>

No final do século XIX, após a assimilação dos conflitos e alterações territoriais nos Estados Pontifícios, provocados pela unificação da Itália, a Igreja romana envolveu-se definitivamente com a questão social. Em 17 de setembro de 1882, com a encíclica *Auspicato Concenssu*, o Papa Leão XIII defendeu o consenso entre as classes. Para ele, a pobreza não poderia faltar com a dignidade e os ricos com a generosidade e a misericórdia. Em 28 de dezembro de 1889, com a encíclica *Quod Apostolici Muneris*, confirmou o compromisso da Igreja com o cuidado com a pobreza e suas necessidades, assim como, imputou aos ricos o rigoroso dever de distribuir o supérfluo aos pobres.<sup>14</sup> Finalmente, em 15 de maio de 1891, o Papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum*, sistematizando oficialmente o conjunto de idéias, que até então circulavam na Europa, sobre as posições católicas frente ao desafio de resolução do problema social. A encíclica defendia a propriedade privada, mas também advogava a causa da intervenção do Estado

---

<sup>12</sup> MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à Terceira Via...* 1995. op. cit. p. 26.

<sup>13</sup> Idem. *Ibidem*. p. 27.

<sup>14</sup> Idem. *Ibidem*. p. 29.

como forma de garantir essa mesma propriedade aos mais pobres, contrariando o princípio da não intervenção liberal burguesa. Pregava a harmonia e a cooperação entre as classes, que se viabilizaria através das corporações operárias, credenciando a via proposta pela Igreja como uma alternativa ao liberalismo e ao socialismo. Com esse movimento a Igreja se antecipou ao Estado propondo sua intervenção na questão social. Quando isso ocorresse já estaria preparada institucionalmente para garantir sua posição como colaboradora. Finalmente, a aliança com o Estado fez com que a Igreja adaptasse sua pregação universalista à diversidade nacionalista que assolou a Europa até o final da década de 1930, o que não deixou de ser um novo dilema.

No século XIX, o nascimento e consolidação do pensamento conservador, assim como, seu desdobramento como movimento reformista católico, se vincularam à crença na afirmação da autoridade papal, sua infalibilidade e representação de uma Igreja única, católica, apostólica e romana. Particularmente, na França, os pensadores católicos se referiam ao Papa, em Roma, como alguém que se situava além dos Montes Alpinos, daí a denominação de pensamento ultramontano.

Compreendido esse contexto, o problema a ser analisado passa a ser relativo ao modo como o clero mineiro e especialmente o diamantinense se inseriram no processo de romanização da Igreja Católica no Brasil.

Os primeiros episódios mineiros datam do ano de 1820, quando os padres lazaristas portugueses Leandro Rabello Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso foram enviados de Lisboa para Mariana, tendo como objetivo a fundação da Província Brasileira da Congregação da Missão. No ano de 1821, foram iniciadas as missões diocesanas no governo episcopal de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1820 – 1835). Nesse mesmo ano, o Padre Viçoso auxiliado pelos padres portugueses Jerônimo Gonçalves de Macedo e

Joaquim Alves de Moura, fundaram o Colégio do Caraça. Os padres lazaristas também ficaram responsáveis pelo Seminário de Mariana, reaberto em 1820 e há nove anos desativado. Dois outros estabelecimentos de ensino foram fundados pela Diocese de Mariana: o Colégio de Congonhas e o Colégio de Campina Verde, esse no ano de 1828. No ano de 1822, o padre Viçoso partiu para o Rio de Janeiro onde assumiu a direção do Seminário de Jacuecanga, até o ano de 1837. Em 1838, voltou para Mariana onde passou a exercer a função de Superior Geral dos Lazaristas no Brasil, assim como as tarefas de professor no Colégio do Caraça e de missionário diocesano. Em 1843 foi nomeado Bispo de Mariana pelo Imperador, e, em 1844, eleito no Consistório Secreto dos Cardeais, sendo aprovado pelo Papa. Em 05 de maio de 1844 foi realizada a sua sagração.<sup>15</sup>

A posse de Dom Viçoso como Bispo de Mariana marca também o início da reforma vigorosa do clero mineiro. Seus primeiros atos foram entregar a direção do Seminário aos co-irmãos lazaristas e trazer da França as irmãs Vicentinas para cuidarem da formação feminina no Colégio da Providência. Subordinando quatro comarcas – Ouro Preto, Sabará, Rio das Mortes e Serro do Frio –, setenta e uma paróquias, noventa e cinco capelas curadas e duzentas e dezessete não curadas, servidas por seiscentos sacerdotes<sup>16</sup>, o novo Bispo não guardou em suas ações nenhuma semelhança com o clero de Coimbra, nem tampouco com o galicanismo pombalino. Missionário lazarista devotou-se a causa da instrução e moralização do clero e seus fiéis segundo os princípios tridentinos romanos. CAMELLO apresentou uma interessante síntese sobre as mudanças em curso no clero mineiro:

---

<sup>15</sup> Sobre a vida e obra de Dom Antônio Ferreira Viçoso foram consultadas três importantes obras: CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso...* 1986; PIMENTA, Pe. Silvério Gomes. *Vida de Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde da Conceição*. Mariana: Tipografia Arquiepiscopal, 1920; TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para a sua História*. São Paulo: Escolas Profissionais Liceu Coração de Jesus, 1929.

<sup>16</sup> TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* 1929. op. cit. p. 186.

essa reforma e esse governo certamente não passavam pelos cânones de botânica e da química nem se animariam no espírito secularizado do iluminismo: tratava-se de por em prática o Concílio de Trento cujos cânones, velhos de três séculos, corriam o risco de ser letra morta, especialmente por parte do clero.<sup>17</sup>

Tendo a caridade e a moral como lema, Dom Viçoso, além de destacar o fundador da Congregação das Missões, São Vicente de Paulo, elegeu Santo Afonso de Ligório para “ser o inspirador, o guia, o moralista, o canonista, o teólogo de todas as preferências, esse autor dos mais santos e sábios dos tempos modernos”.<sup>18</sup>

Com primorosa cautela, CAMELLO examinou a biblioteca de Dom Viçoso. Dela emergem vários compêndios de teologia dogmática, moral, catecismos, espiritualidade, teologia pastoral, história eclesiástica, hagiografia, apologética e sermonários. Mais especificamente sobre o pensamento ultramontano Dom Viçoso possuía um conjunto precioso de obras, de vários autores europeus, que, de um certo modo, eram citadas com frequência em suas pregações. Vários problemas europeus foram transplantados pelos livros e pela imprensa para Minas Gerais. É do próprio Dom Viçoso a iniciativa das publicações nos jornais *Seletas Catholicas*, *O Romano* e *O Bom Ladrão*. Destacam-se nessa coleção nomes como Bossuet, Tirso González, Antoine Guenée, Bergier e principalmente, La Mennais, escritor contemporâneo e “defensor tão radical da liberdade da Igreja que conseguiu ser censurado até por essa”.<sup>19</sup>

Voltando-se para a análise do Bispado, Dom Viçoso deixou claro, em diversas ocasiões, o que ele denominava como “estado lastimável do clero de Mariana”. Enumerou

<sup>17</sup> CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso...* 1986. op. cit. p. 143.

<sup>18</sup> Idem. Ibidem. p. 143.

<sup>19</sup> Idem. Ibidem. p. 136.

quatro causas para sua afirmação e as analisou: “a prolongada vacância da diocese; a escravidão; a situação política; e a ingerência do poder civil nos negócios eclesiásticos.”<sup>20</sup>

Os mais de 20 anos de experiências no Brasil e o vasto conhecimento da realidade local das diversas paróquias da diocese de Mariana, com as constantes transgressões dos padres e fiéis, levaram Dom Viçoso a concentrar seus esforços na instrução e formação moral do clero nos seus seminários, assim como na pregação da obediência e acatamento das prescrições canônicas romanas, aos moldes das instruções do Concílio de Trento. Condenou a escravidão pelo que se apresentava de “permissividade dos costumes entre senhores e escravas, acostumando-se todos, crianças e adultos, com os escândalos”.<sup>21</sup> Acreditava que não se podia esperar um clero virtuoso de uma sociedade corroída moralmente pela escravidão. Defendeu veementemente o afastamento dos sacerdotes da atividade política, pelo que isso poderia representar para “alterar o bom estado do clero”.<sup>22</sup> Finalmente, Dom Viçoso considerou a intervenção do poder civil nas questões eclesiásticas, entre todos os males, como o mais danoso. Criticava o *placet* como corrosivo para a manutenção da disciplina do clero e coibição dos abusos. Para ele, ao aplicar inadequadamente o *placet* ou o clero resistiria, desmoralizando a autoridade civil, ou acataria e então a Igreja é quem seria atingida, em sua disciplina, hierarquia e autoridade.

Durante seu governo incentivou e recomendou a leitura de autores como Joseph de Maistre, La Mennais, Veuillot, Montalembert, as obras do historiador eclesiástico Rohrbacher, os moralistas Goussete e Bouvier e os juristas ultramontanos Bouix e Philips. Defendeu veementemente o apostolado de Pio IX e aplicou com acuidade suas encíclicas.

---

<sup>20</sup> Idem. Ibidem. p. 221.

<sup>21</sup> Idem. Ibidem. p. 223.

<sup>22</sup> Idem. Ibidem. p. 224.



Apesar dos constantes atritos de interesses com o Império, o ponto alto, sem dúvida alguma, situou-se na questão Roussim. O cônego honorário José de Sousa e Silva Roussim e o Padre Joaquim Andrade Bemfica tiveram seus nomes apresentados ao Imperador, por Dom Viçoso, para o canonicato na catedral de Mariana. O bispo declarou-se a favor do Padre Bemfica e contra o cônego Roussim afirmando que seu gênio era altivo, que sua falta de honestidade de costumes era pública e que existiam “efeitos de sua incontinência”.<sup>23</sup> O Cônego Roussim era proprietário de um Liceu, homem culto, político – deputado provincial em 1845-47, 1850-51 e 1856-57.

O Imperador acabou optando pelo Cônego Roussim, em 1855. Dom Viçoso não se fez de rogador e se negou a colar o nomeado. Apelou ao Imperador para que voltasse atrás em sua decisão. O Imperador submeteu o pedido ao Procurador Geral e iniciou-se uma longa batalha, onde, não raro, os juristas do Império afirmavam que a autoridade do Imperador era suficiente para ordenar a nomeação. Do outro lado, Dom Viçoso contestava, agora ancorado nos pareceres dos padres doutores em direito canônico, do Seminário de Mariana e do Colégio do Caraça. Certo é que, diante da posição irredutível de Dom Viçoso, o Império buscou uma terceira solução. Adiou a decisão solicitando a abertura de um inquérito para apurar o comportamento do cônego Roussim. A solução viria no ano de 1872 com a nomeação, sem muita publicidade, do cônego para o cargo. Naquele primeiro momento da crise, o cônego Roussim era exatamente o padre que Dom Viçoso não queria ver ao seu lado. Era altivo e não se submetia doutrinariamente, possuía filhos e havia se metido na política. Em 1873, já muito idoso, com 88 anos, Dom Viçoso posicionou-se

---

<sup>23</sup> Idem. Ibidem. p. 396.

abertamente a favor dos Bispos Dom Macedo e Dom Vital, publicando uma carta pastoral convocando o clero a assumir iguais posições. Em 1875, Dom Viçoso faleceu.

Analogamente, no norte do país, Dom Antônio de Macedo Costa vinha promovendo o processo de romanização do Bispado do Grão-Pará, desde a sua posse em 1860.<sup>24</sup> Nascido no interior da Bahia, estudou na França no Seminário de São Celestino e em Saint Sulpice. Doutorou-se em direito canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Como Bispo encaminhou vários seminaristas para estudos na Europa, fundou várias paróquias, fortaleceu o seminário e levou para o Pará os padres da Congregação do Espírito Santo, além das irmãs Dorotéias e das Filhas de Sant'Ana. Publicou várias obras no Pará na segunda metade do século XIX. No Jornal a *Estrella do Norte* divulgou suas idéias a respeito da romanização da Igreja no Amazonas e no Brasil. MARTINS relata que seus artigos versavam sobre temas como:

família, casamento, ciência, modernidade, industrialização, ensino civil e religioso, catequese indígena, questões políticas locais, nacional e internacional. Além desses assuntos, podemos verificar que havia debates teóricos, fundamentando o papel que a Igreja deveria exercer no Brasil e no mundo. Tudo isso ao lado de textos doutrinários, ou seja, que tratavam de assuntos ligados aos princípios fundamentais da doutrina católica como os mandamentos, o celibato, os evangelhos, os sacramentos, etc.<sup>25</sup>

Assim como Dom Viçoso, Dom Macedo divulgou as idéias de La Mennais. Nessa época, estava sendo divulgada no Pará, através do periódico católico, uma idéia de modernidade em que se alertava para o “perigo de uma determinada modernização capitalista, que mal empreendida, poderia levar os homens à ruína tanto material quanto espiritual”.<sup>26</sup> Os constantes atritos do Bispado do Grão-Pará com o Império foram se

<sup>24</sup> Sobre o processo de romanização no Bispado do Grão-Pará, no momento do Governo episcopal de Dom Antônio de Macedo, ver . MARTINS, Karla Denise. *Civilização Católica...* 2002.

<sup>25</sup> Idem. Ibidem. p. 85.

<sup>26</sup> Idem. Ibidem. p. 88.

avolumando até a eclosão da “questão religiosa”, quando então Dom Macedo foi julgado e preso entre 1872 a 1875. A crise foi desencadeada após Dom Lacerda – Bispo do Rio de Janeiro, ex-professor do Seminário de Mariana e discípulo de Dom Viçoso – suspender das ordens o padre português Almeida Martins, passando a enfrentar intensa oposição da Maçonaria.<sup>27</sup> Em Belém e em Olinda, seguindo os passos de Dom Lacerda e as indicações da Igreja de Pio IX, Dom Macedo e Dom Vital promoveram várias interdições nas irmandades que abrigavam católicos maçons. Anistiado, Dom Macedo, retornou à Belém. Em 1890, foi transferido para a Bahia, onde foi promovido ao posto de Arcebispo e Primaz do Brasil. Faleceu em 1891.

Em Minas Gerais, habilmente, Dom Viçoso havia preparado quatro dos seus melhores seminaristas que acabaram sendo o braço propulsor da reforma do clero no Estado e, em parte, no Brasil: João Antônio dos Santos, Luis Antônio dos Santos, Pedro Maria Lacerda e Silvério Gomes Pimenta. Em 1848, Dom Viçoso encaminhou o padre João Antônio, o padre Santos e o seminarista Pedro Lacerda para Roma para concluírem seus estudos em matérias eclesiásticas.

Padre Luis Antônio dos Santos doutorou-se em direito canônico e retornou a Mariana onde lecionou até o ano de 1861, quando então foi sagrado Bispo do Ceará. Em 1858, assumiu publicamente a defesa de Dom Viçoso na Questão Roussim, em momento tenso das relações entre o Bispado de Mariana e o Império. Seguindo as lições de Dom Viçoso, Dom Luis fundou no Ceará o Seminário de Fortaleza, o Seminário do Crato e o Colégio Imaculada Conceição para meninas órfãs e os entregou aos lazaristas e as irmãs Vicentinas, respectivamente. Em 1870 participou do Concílio Vaticano I em Roma. Em

<sup>27</sup> Ver CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso...* 1986. p. 450.

1879 foi nomeado arcebispo de Salvador. Governou até o ano de 1890, quando então resignou. Faleceu em 1891.

O seminarista Pedro Maria Lacerda formou-se em direito canônico e retornou a Mariana. Em 1852 foi ordenado padre e continuou em Mariana como professor do Seminário. Foi um dos responsáveis pela formação do seminarista Silvério Gomes Pimenta. Foi nomeado Bispo do Rio de Janeiro em 1868. Em 1873, foi o responsável pelo desencadeamento da questão religiosa, sendo que, no epicentro da crise, colocou-se ao lado dos Bispos Dom Macedo e Dom Vital. Em 1870, junto com o Ministro João Alfredo, Dom Lacerda havia proposto para o Imperador o nome do frade capuchinho Vital Gonçalves de Oliveira, para ocupar a vaga do Bispo de Olinda, o que foi atendido. Dom Lacerda ficou ao lado do amigo, Dom Vital, do momento de sua chegada no cais do porto, no Rio de Janeiro, até o seu julgamento e prisão.<sup>28</sup> Agindo de forma palaciana publicou as cartas pastorais contra a maçonaria dos Bispos do Ceará, Olinda, Mariana e Diamantina. Em 1870 havia participado em Roma do Concílio Vaticano I e retornou em 1877 por ocasião do Jubileu Episcopal de Pio IX. Faleceu em 1890.

Dom Silvério foi o responsável pela continuação da obra de Dom Viçoso no Bispado de Mariana. Mais novo dos quatro seminaristas e afilhado de Dom Viçoso, foi ordenado padre em 1862. Além da formação pessoalmente acompanhada por Dom Viçoso e pelos padres Luis Antônio e Pedro M. Lacerda, tornou-se um autodidata tendo alcançado notoriedade em diversas áreas em que lecionou. Em 1870, foi padre conciliar no Vaticano I. Foi professor do seminário de Mariana até o ano de 1890, quando passou a condição de Bispo auxiliar de Dom Benevides. Em 1897, foi sagrado Bispo de Mariana. Foi eleito e

---

<sup>28</sup> Idem. Ibidem. pp. 451-453.

empossado membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1907, foi promovido a Arcebispo, o primeiro de Mariana. Sagrou vários bispos e ordenou 207 padres. Dono de uma vasta erudição foi responsável pela publicação de vários livros e jornais, como *O Bom Ladrão*, *O Viçoso* e o *Boletim Eclesiástico*. Foi, ao lado de Dom Joaquim Silvério de Souza, Arcebispo de Diamantina, durante o período republicano, uma das mais proeminentes autoridades do clero mineiro. Faleceu em 1922.

Dom Joaquim e Dom Silvério foram a encarnação do sucesso alcançado pela reforma do clero mineiro, iniciada por Dom Viçoso. Ambos formados em Mariana, não freqüentaram os bancos romanos e parisienses, mas, em muitos casos superaram seus mestres, tanto no volume e profundidade de suas publicações, quanto nos métodos de sua ação missionária. Foram os responsáveis pela consolidação do pensamento ultramontano conservador no período republicano em Minas Gerais. Na segunda metade do século XIX, o clero mineiro já não apenas copiava e reproduzia as indicações doutrinárias européias, mas havia se transformado em um centro produtor desse mesmo pensamento, com fortes ligações com Roma e Paris. Há muito se percebia o afastamento das proposições doutrinárias de Coimbra e Lisboa. Aliás, o clero mineiro cresceu e se consolidou no combate a esse tipo de catolicismo regalista produzido e divulgado nesses locais.

### **3.2 - A romanização no Bispado de Diamantina.**

Em Diamantina a instalação do Bispado representou o momento de expansão institucional do processo de romanização da Igreja Católica em Minas Gerais praticado por Dom Viçoso, a partir de Mariana. Dom João personificou esse processo, uma vez que, considerado “o melhor diamante de Diamantina” por Dom Viçoso, era um dos mais

brilhantes e letrados membros do clero mineiro. Sua escolha coroou de êxito o processo iniciado por Dom Viçoso em 1844. Dom João, representante ilustre do clero reformado, além de ter sido seminarista sob o comando de Dom Viçoso, foi reitor do Seminário de Mariana, doutorou-se em direito canônico nos moldes da Universidade Romana e especializou-se em física e química pela Universidade de Paris. Ao voltar da Europa fundou, em Diamantina, o Colégio Ateneu de São Vicente de Paulo e a seguir foi nomeado Bispo da recém criada Diocese.

Desde 1819, data em que o Conselheiro Antônio Rodrigues Veloso publicou o documento *Informações para Servir de Base à Divisão dos Bispados*, havia um projeto de unificação do espaço de Minas Gerais na Arquidiocese de Mariana, subordinando quatro Bispados, que seriam criados: São João Del Rei, Serro do Frio, Sabará e Paracatu do Príncipe. Entretanto, como já analisado no primeiro capítulo, durante toda a primeira metade do século XIX nada foi alterado na reestruturação do espaço da Igreja em Minas Gerais. Foi com a instalação da Diocese de Diamantina que essa reestruturação aconteceu, cabendo ao novo Bispo a responsabilidade por todo o norte da Província.

A análise realizada sob esse ponto de vista torna inequívoca a vinculação embrionária e institucional do Bispado de Diamantina com o Bispado de Mariana, assim como, de Dom João com o seu par Marianense, Dom Viçoso. No entanto, para se compreender a institucionalização do processo de romanização no Bispado de Diamantina é necessário recorrer, principalmente, a documentação produzida por seus Bispos, Dom João e Dom Joaquim, especialmente as *Cartas Pastorais*, as *Instruções ao clero e aos fiéis*, as *Atas dos Sínodos Diocesanos*, assim como suas correspondências pessoais.

A incorporação dos sertões norte mineiros, com suas 400.000 almas e com uma extensão, “segundo o mappa da Directoria de Viação e Obras Públicas, de 40 leguas de raia, ou sejam, 62.094 Kilometros quadrados”<sup>29</sup>, era para Dom João e para a Igreja, ao mesmo tempo, um desafio e uma missão. Dom João tinha consciência plena das dificuldades e percalços que teria pela frente, assim como das ações que teria de praticar. Em 1864, na sua *Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos*, Dom João esclareceu seu programa para o governo diocesano. Afirmou em relação a instalação do Bispado e sua posse como Bispo que:

esta medida a muito tempo era reclamada, e vós suspiraveis pela sua realização como que devia por termo ás privações que soffrieis, e como um melhoramento que muito devia contribuir para o augmento da Religião, e cultura dos costumes principalmente pelos Sertões em que a falta de quem administre o pão espiritual é mais sensível.<sup>30</sup>

Por um lado, Dom João deixou transparecer uma das maiores carências da Igreja na edificação de seu projeto romanizador naquele momento: a necessidade de padres para o exercício do ministério eclesial. Por outro lado, mais adiante, na sua *Carta Pastoral*, esclareceu qual deveria ser a posição da comunidade para a prosperidade do Bispado:

a prosperidade, o bem que esperais da installação deste Bispado, não depende só do Bispo: grandemente depende de que todos concorramos para a reforma dos costumes na geração presente e para a educação, nos princípios christãos, da geração que nos tem de succeder. São estes dois pontos essencialissimos de nosso ministério, as bases e fundamentos da grande obra do Christianismo.<sup>31</sup>

Após conclamar a sociedade para a co-responsabilidade na edificação do Bispado, Dom João anunciou as primeiras medidas que iria tomar para dar início ao seu governo diocesano, sob a invocação do Concílio Tridentino:

<sup>29</sup> SANTOS, Monsenhor Gabriel Amador dos. *Memorial Histórico...* 1921. op. cit. p. 18.

<sup>30</sup> Idem. Ibidem. p. 27. *Carta Pastoral do exmo. Sr. D. João Antonio dos Santos – Bispo confirmado de Diamantina – saudando aos seus diocesanos.*

<sup>31</sup> Idem. Ibidem. p. 29.

da nossa parte nos esforçaremos por cumprir, com a graça de Deus, os deveres de nosso ministério, e sendo um delles a criação de um Seminário Ecclesiastico. Será este um dos nossos primeiros cuidados como uma instituição tão importante que o Concilio Tridentino collocou entre os objectos mais necessários da disciplina ecclesiastica para a educação do clero.<sup>32</sup>

Finalmente, Dom João abençoou seus diocesanos e exaltou a Igreja Romana na figura do seu dirigente máximo, o Papa Pio IX, advertindo para os males vividos naqueles anos. Roga a Deus caridade, paz e prosperidade para Imperador Pedro II, sua família e todo o império, sob a proteção da Igreja Católica, Apostólica e Romana. São seguintes as suas palavras:

e por último vos pedimos, C.I. e amados filhos, de dirigir vossos corações a Deus supplicando pelo SS. Padre Pio IX, para que Deus o ilumine no governo de sua Igreja, lhe dê graça e força para supportar as tribulações por que tem passado nestes últimos annos; por S.M. o Snr. D. Pedro II, e sua augusta família; por todo o Império de Santa Cruz para que Deus dê a todos os Brasileiros caridade, paz e prosperidade, e nelle sempre floresça e produza fructos de boas obras a Religião Catholica, Apostólica, Romana, e por vosso indigno Pastor e servo para que Deus de misericórdia nos dê luzes, sabedoria e força para dirigir-vos nos caminhos da verdade, e a salvação de vossas almas seja o prêmio e coroa de nossos trabalhos.<sup>33</sup>

Em 1876, a exemplo de Dom Viçoso e baseado em suas experiências pessoais, Dom João fundou as Missões Diocesanas e as entregou aos padres Lazaristas. Essa obra, nas palavras de Dom João:

constitui-se força propulsora da acção continua para converter os peccadores, instruir o ignorante, manter o espirito christão e sacerdotal, dar paz ás consciências agitadas pela culpa e semear a concórdia entre irmãos mal avindos.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> Idem. Ibidem. p. 32.

<sup>33</sup> Idem, Ibidem. p. 33.

<sup>34</sup> Idem, Ibidem. p. 38.



Em 1872, depois de ter fundado dois importantes estabelecimentos de ensino, o Seminário Diocesano e o Colégio Nossa Senhora das Dores, Dom João solicitou ao seu amigo, Comendador Herculano Carlos de Magalhães e Castro, que fizesse um leilão para custear as obras das Missões Diocesanas. Dirigiu-se ao Comendador recomendando que:

tomasse a seu cargo uma exposição de artefatos das educandas do Colégio Nossa Senhora das Dores e objetos de outras procedências, os quais deveriam ser apregoados em leilão, em benefício da obra, cuja idéia o preocupava.<sup>35</sup>

Em função do sucesso obtido pelo Comendador, Dom João enviou-lhe uma carta, datada de 18 de abril de 1872, agradecendo os fundos arrecadados ao mesmo tempo em que nomeou uma comissão de senhoras, encarregadas de promover a segunda exposição para o mês de junho daquele ano. Nessa correspondência, Dom João esclareceu a necessidade de se levantar fundos para as missões diocesanas argumentando que:

o estabelecimento ou fundação das missões perpetuas e gratuitas demandam capital que produza a renda necessária para a sustentação e mais despesas de três missionários, ao menos, porque eles em suas excursões nada devem exigir dos fieis nem dos Parochos quanto a hospedagem; e, pelo contrario têm de dar esmolas e distribuir objetos de devoção com o povo. Para obter o mencionado fundo é que tenho recorrido ás exposições e esmolas dos fiéis, que bem compreendem a utilidade das missões principalmente pela falta que há de padres, e a bem da instrução religiosa, base e fundação da verdadeira civilização.<sup>36</sup>

Em junho de 1872 foi realizada, com sucesso, a segunda exposição, novamente sob o comando do Comendador Herculano, que teve a subscrição iniciada por Dom Viçoso, “o primeiro que a honrou com a sua assinatura, subscrevendo com a quantia de cem mil

<sup>35</sup> ROCHA, Com. Severiano Campos da. Vida e Obra de Dom João Antônio dos Santos. In *Jornal A Estrela Polar*. Diamantina, 19 novembro 1939. Ano XXXVII. Nº 47, p. 2, col. 3,4,5,6.

<sup>36</sup> Idem. Ibidem.

reis”.<sup>37</sup> Em 1876, com o produto das exposições e esmolas, o Bispado finalmente realizou sua obra de consolidação da catequese, onde:

foi definitivamente creado e regularizado o instituto das missões, tendo os missionários casa própria para a sua residência, construída no planalto onde se demora o seminário diocesano, e com terreno suficiente para plantação de várias espécies.<sup>38</sup>

Em sintonia com as pregações de Dom Viçoso e da Cúria Papal Romana, Dom João publicou três Cartas Pastorais que colocaram o Bispado de Diamantina em evidência na vida da Província, quais sejam: a *Carta Pastoral dirigida à cidade de Diamantina, Contra a Maçonaria*, de 15 de junho de 1873; a *Carta Pastoral datada de São Sebastião da Corrente, publicando, sem o placet imperial, o Breve Quamquam Dolores, de Pio IX*, de 18 de Agosto de 1873 e a *Carta Pastoral anunciando o Jubileu Sacerdotal de Leão XIII e na qual recomenda a libertação da escravatura no Brasil*, de 28 de setembro de 1887. Dom João nesses documentos condenou moralmente a maçonaria e a escravidão, se posicionando frontalmente contra as posições adotadas pelo Estado Brasileiro. Adotou uma postura ultramontana e concitou o clero e os fiéis a seguir suas instruções e mandamentos.

Em 04 de julho de 1880, “por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica”, Dom João publicou a *Carta Pastoral consagrando a Diocese de Diamantina ao Sagrado Coração de Jesus*. Esse documento refletiu mais uma das indicações romanas dirigidas pelo Papa Pio IX, que, em 1875, havia instruído “a todos os fiéis do orbe catholico”, se consagrarem ao “Divino Coração do Redemptor do mundo”.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> Idem. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina. 26 novembro 1939. Ano XXXVII, nº 48, p. 2., col. 1,2,3.

<sup>38</sup> Idem. Ibidem. Tão logo foi iniciada a ocupação do terreno o local passou a ser denominado Chácara das Missões, sendo aí plantado um dos maiores vinhedos da Igreja Católica em Diamantina.

<sup>39</sup> BSAD. SANTOS, Dom João Antônio dos. *Carta Pastoral consagrando a Diocese de Diamantina ao Sagrado Coração de Jesus*. Diamantina, 04 de julho de 1880.

Dom João iniciou sua *Carta Pastoral*, esclarecendo aos fiéis que, em 1875, encontrava-se ausente da “cidade episcopal para de novo levar nossas visitas pastorais até os confins do norte do nosso Bispado.”<sup>40</sup> A seguir, expôs a justificativa doutrinária da consagração da Diocese, em curso, de acordo com as indicações romanas:

bem o sabeis, Irmãos e Filhos queridos, o Sagrado Coração de Jesus é, conforme as palavras de São Paulo (Hebr. IV, 16), o *Throno da Divina Graça, a qual devemos chegar-nos com toda confiança, afim de alcançarmos misericórdia e acharmos graça para sermos soccorridos em tempo oportuno; é Arca de Salvação para os que nelle buscam seu refúgio, afim de escaparem ao dilúvio de peccados e males que inundam a terra; é Sacrário de Reconciliação e de Paz para os corações constrictos, que lhe pedem perdão e os que querem amar e imitar; é enfim, para todos a fonte inesgotável de todas as virtudes, de todos os bens espirituales e corporaes, eternos e temporaes, que deseja comunicar-nos, não tanto para a glória sua, como para felicidade nossa.*<sup>41</sup>

Com essas instruções Dom João sufocou as devoções individualizadas aos Santos Padroeiros das Ordens Terceiras e unificou em torno da devoção do Sagrado Coração todos os fiéis da Diocese. Justificou doutrinariamente a obediência e o acatamento à autoridade e instruções papais romanas. Aos párocos e confessores recomendou que:

fomentem e se prestem a satisfazer a devoção dos fiéis, coadjuvando-os com instruções, confissões e communhões, afim de perpetuarem os fructos de sua consagração ao Divino Coração de Jesus.<sup>42</sup>

Completando o quadro das instruções do Bispado, Dom João recomendou aos párocos que estimulassem a criação e funcionamento das diversas *Confrarias da Guarda de Honra do Sagrado Coração de Jesus*, que, no seu entendimento:

---

<sup>40</sup> Idem. Ibidem.

<sup>41</sup> Idem. Ibidem.

<sup>42</sup> Idem. Ibidem.

desejamos ver estabelecida em todas as freguezias de nossa Diocese, para que toda ella se estenda o suave reino do Divino Coração de Jesus: *Adveniat regnum tuum!*<sup>43</sup>

Já idoso e doente, Dom João, em 1º de maio de 1902, redigiu sua última *Carta Pastoral dando aos seus diocesanos a boa vinda do seu coadjutor, o exmo e revmo Sr. Dom Joaquim de Silvério de Sousa, Bispo Titular de Bagis*. Nesse documento Dom João se despede dos fiéis da diocese e apresenta o currículo do seu futuro sucessor. Deixou claro para os fiéis que o nome do Coadjutor foi uma indicação do Clero Mineiro para o Papa Leão XIII. Tratava-se do Padre Joaquim, Capelão mestre de Macaúbas, que teve sua formação integralmente realizada pelo clero reformado marianense. Dom João relatou a seguinte afirmação a respeito da decisão papal:

ouvindo-nos previamente por intermédio do seu digno Preposto no Brasil, sobre a conveniência de dar-nos o auxiliar a que nos referimos, e deixando a nosso arbítrio e vontade a escolha ou indicação de um sacerdote d'esta Diocese, á altura do cargo que lhe havia de ser imposto, Nós, Irmãos e Filhos caríssimos, depois de pormos sob os auspícios do céo negocio de tanta monta, Indicamos para o alludido fim, um dos vultos mais conspícuos e salientes do clero Mariannense, que já antes, como Fomos informados, figurara em lista, para effeito de natureza análoga.<sup>44</sup>

Tão logo assumiu como Bispo Coadjutor, em 1903, Dom Joaquim realizou o *Primeiro Synodo da Diocese de Diamantina*, “para que se tratem e sejam estatuídas pela autoridade do Bispo, as coisas que parecem mais convenientes para o bem da Igreja e regimen do povo fiel”.<sup>45</sup> Demonstrando consciência sobre os usos e abusos cometidos na Diocese e domínio sobre as mais recentes orientações da Igreja Romana, através do Concílio Plenário da América Latina, Dom Joaquim solicitou aos sacerdotes a indicação

<sup>43</sup> Idem. Ibidem.

<sup>44</sup> BSAD. SANTOS, Dom João Antônio dos. *Carta Pastoral dando aos seus diocesanos a boa vinda do seu coadjutor o exmo e revmo Sr. Dom Joaquim de Silvério de Sousa Bispo de Bagis*. Diamantina, 1º de maio de 1902.

<sup>45</sup> AEAD. *Primeiro Synodo da Diocese de Diamantina*. Diamantina, 1903. Carta Circular. op. cit. p. IX.

daqueles abusos que deveriam ser corrigidos e a apresentação dos “meios para se conseguir não só a reforma, mas também o aumento da vida religiosa”.<sup>46</sup> Dom Joaquim visava, através do Synodo, coibir os excessos e as faltas do comportamento do clero e com isso uniformizar e regulamentar as condutas cotidianas. Foram tratadas as seguintes matérias, divididas em capítulos e reunidas no Estatuto:

- Capítulo I – Preliminares.
- Capítulo II – Do Clero.
- Capítulo III – Do Culto.
- Capítulo IV – Dos Sacramentos, Baptismo e Eucharistia.
- Capítulo V – Da Penitência e Matrimônio.
- Capítulo VI – Da pregação e Catechismo.
- Capítulo VII – Das Irmandades e Devoções.
- Capítulo VIII – Dos Sacristães e Fabriqueiros.
- Capítulo IX – Das encommendações e enterros.
- Capítulo X – Propaganda em prol do Seminário, Imprensa Religiosa, Obras da Cathedra, e Congresso Católico.
- Capítulo XI – Interesses da Terra Santa.
- Capítulo XII – Parochias e comarcas ecclesiasticas.<sup>47</sup>

Dentre os 83 artigos do Estatuto alguns traduzem as intenções de Dom Joaquim de subordinar as Irmandades à autoridade dos Párocos, proibindo o abuso dos costumes nos cultos, e de uniformizar os procedimentos do Clero, de acordo com as prescrições canônicas romanas e com as práticas adotadas pelo Clero Marianense. Quanto as instruções aos párocos em relação ao abuso dos costumes, o artigo 24 determinava que:

---

<sup>46</sup> Idem. Ibidem. p. XI.

<sup>47</sup> Idem. Ibidem. *Atas e Estatutos*. p.17.

24. Como por ocasião de certas festividades é costume antigo e geral haver danças com os nomes de marujada, catopé, caboclinhos, etc. etc., proibam energicamente os Parochos não só o ingresso dos dançantes na igreja com o fim de nella se exhibirem dançando ou cantando, como que semelhantes divertimentos continuem pelo tempo que durar a missa, e isto para que todo o povo a possa ouvir socegradamente. Prohibam também nas suas igrejas as musicas de character theatral ou mundano, como valsas, polkas, mazurkas, etc. etc., bem assim aquelles cânticos que apezar de sua antiguidade, mereçam ser proscriptos, ou não tenham sido approvados pela autoridade competente, que é o Bispo.<sup>48</sup>

Quanto à uniformização do procedimento do clero nas cerimônias, o artigo 27 trazia a seguinte determinação:

27. Devendo haver em toda a Diocese perfeita uniformidade nas cerimônias ecclesiasticas, preces publicas e exéquias, fica d'ora em diante absolutamente prohibido neste Bispado o uso de qualquer Ritual que não seja o Romano, de Paulo V, tanto na administração dos Sacramentos, como nas Bênçãos, funeraes, etc., proscriptos todos os mais, cujas formulas não se estiverem de inteiro accordo com o de Paulo V e, portanto, illicitas, segundo a declaração da S. C. dos Ritos, de 7 de Abril de 1832, ad n. IV.

E porque em muitíssimas parochias seguem-se normas differentes nas novenas, irregularidade, esta, que cumpre corrigir, adquiram os Parochos, para as suas matrizes e capellas, o livro que tem por titulo – *Novo Novenario de Marianna*, e só delle façam uso nos sobreditos pios exercícos.<sup>49</sup>

Nos artigos que se seguem foi estabelecido que as eleições e nomeações de empregados das Ordens Terceiras, para promoção de suas festividades anuais, passariam a ser submetidas à prévia autorização da autoridade paroquial local, a qual poderia ser dada ou negada no todo ou em parte, assim como, foram feitas recomendações “para que em cada freguezia do Bispado fosse creada pelo respectivo Parocho uma instituição de carácter econômico, tendo o nome de *Caixa de Necessidades Parochiaes*”.<sup>50</sup> O Synodo reservou o capítulo VII para tratar apenas das Irmandades e Devoções. O artigo 62 esclareceu o projeto de Dom Joaquim para as Irmandades e seus Estatutos. Definia que:

<sup>48</sup> Idem. Ibidem. p. 46

<sup>49</sup> Idem. Ibidem. p. 47.

<sup>50</sup> Idem. Ibidem. p. 48.

62. Afim de que sejam fielmente observadas as sabias disposições contidas em os ns. 775-789, do Concilio Plenário da América Latina, e 135 da Pastoral Colectiva, de 12 de Novembro de 1901, com respeito ás Irmandades e seus Estatutos, será opportunamente organizado, de ordem do Prelado diocesano, um Compromisso básico pelo qual se moldem as leis orgânicas das diversas Irmandades já existentes na Diocese, ou que de futuro venham a ser nella creadas.<sup>51</sup>

Essas medidas visavam promover a autoridade do Bispado e a auto-suficiência financeira das Paróquias, submetendo-se assim, definitivamente, a autonomia das Ordens Terceiras.

Quanto às devoções, o Synodo confirmou as pregações e instruções de Dom João para consagração da Diocese ao Sagrado Coração de Jesus, seguindo as recomendações romanas. O seu artigo 64 definiu que:

64. (...) Os magníficos resultados que tem produzido esta obra tão simples e tão fácil, em todos os logares onde foi até hoje fundada, além das formaes recomendações do S. Padre Leão XIII e do Episcopado catholico, são armas e seguros penhores do muito que é licito esperar da divina munificência, para maior gloria sua, proveito e salvação das almas.<sup>52</sup>

Em analogia com as pregações de Dom Viçoso, o Synodo alertou os párocos para a importância que deveria ser dada as Conferências de São Vicente de Paulo, obra primeira das missões lazaristas pelo mundo. Definiu que:

65. Chama o Synodo a attenção dos Revds. Parochos para as Conferencias de S. Vicente de Paulo, já fundadas com êxito maravilhoso em numerosas freguesias do Bispado. Uma dessas Conferencias, unida em espírito ao Apostolado da Oração, e por ella auxiliada, grande serviço poderá prestar aos Parochos, como dos simultâneos e excellentes collaboradores seus nas obras parochuaes, no ensino do Catechismo, na visita aos enfermos, cuidado dos pobres e, em geral, no desenvolvimento e progresso dos bons costumes e pratica da Religião na freguesia onde ellas derem as mãos, para fins tão nobres e tão santos.<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> Idem. Ibidem. p. 65.

<sup>52</sup> Idem. Ibidem. p. 66.

<sup>53</sup> Idem. Ibidem. p. 67.

Finalmente, o Synodo encerra seu Estatuto solicitando aos párocos empenho para recrutarem alunos para o Seminário. Justifica essa recomendação com o seguinte argumento:

77. Porque é o Seminário a primeira das grandes obras diocesanas, não perca ensejo nenhum Sacerdote de recommendal-o á attenção dos fieis, exhortando-os a fazerem alli educar os seus filhos, mormente aquelles que revelarem inclinação para a vida sacerdotal, pois assim se aproveitarão muitíssimas vocações, as quaes, no caso contrário, ficarão perdidas, com detrimento da gloria que poderiam dar a Deus na salvação das almas. E se mais não puderem obter, esforcem-se os Revd. Parochos para que seja cada freguezia do Bispado representada no Seminário por um aluno, ao menos.<sup>54</sup>

Dom Joaquim durante o seu governo diocesano ainda iria convocar dois outros Synodos, um no ano de 1913 e outro no ano de 1929. Ambos guardaram similitudes e basearam-se na primeira experiência de 1903. No entanto, chama a attenção o discurso proferido por Dom Joaquim, na 1ª Sessão do Segundo Synodo. Nesse discurso Dom Joaquim fez um balanço das ações do seu governo diocesano até aquela data. Relatou todas as obras sociais praticadas, bem como reverenciou o aumento do número de estudantes no Seminário e de sacerdotes formados. Alertou para o fato de que o inimigo do bem continuava a multiplicar “suas machinas de perversão”. Em tom triunfalista anunciou:

Louvado Deus, o estado geral da Diocese tem sensivelmente melhorado moral e materialmente no perpassar desses dez annos. Duas trumas de missionários trabalham activamente na evangelisação do povo: lazaristas, que há muitos annos estão na Diocese, e Redemptoristas, cuja vinda para ella em boa hora conseguimos. A doutrina christã está mais diffundida, pois mais vasta e intensa tem sido a applicação do clero a este mister. Mais activa também do que outr’ora a propaganda pela boa imprensa. Não esquecer, porém, que o inimigo do bem multiplica suas machinas de perversão. O espiritismo, o protestantismo, a impiedade, em summa, agem constantemente.<sup>55</sup>

<sup>54</sup> Idem. Ibidem. p. 72.

<sup>55</sup> AEAD. *Boletim Ecclesiastico da Diocese de Diamantina. Actas e Estatutos do Segundo Synodo.* Diamantina: Typ. Diocesana. Anno II. Janeiro de 1914. nº 1. op. cit. p. 10.



Dom Joaquim lembrou que três novos “institutos para educação do sexo feminino” tinham sido criados na Diocese, além de outro existente na área onde se encontrava a Diocese de Montes Claros, cuja criação havido sido promovida por ele “para se facilitar o progresso religioso no Norte de Minas, tendo para o mesmo fim feito cessão da zona de Paracatu à Diocese de Uberaba”.<sup>56</sup> Ato contínuo, relata que já estava constituído o patrimônio para outra Diocese no Norte, cuja criação havia sido pedida ao Santo Padre, “para se facilitar o progresso do Catholicismo nessa zona de tanto futuro”.<sup>57</sup>

Pelo lado material Dom Joaquim relatou a aquisição do prédio chamado Casa do Contrato para residência episcopal, onde foi pago ao Governo “a quantia de 16.500\$000”, o que foi feito depois de se ouvir “a quem de direito na hierarchia ecclesiastica”.<sup>58</sup> Também relatou a aquisição pela Mitra da quinta do Jogo da Bola, em Diamantina, e do prédio onde funcionava o Asilo São Joaquim, na cidade de Conceição do Mato Dentro. Em síntese, o discurso de Dom Joaquim traduziu o sucesso do processo de moralização e romanização do Bispado de Diamantina, ao mesmo tempo em que anunciou a consolidação da obra de expansão do catolicismo no norte de Minas. Na década de 1910 essa região já havia sido ocupada pela ação eclesial pioneira do Bispado de Diamantina, agora auxiliado pelos Bispados de Uberaba e Montes Claros, e do anunciado Bispado de Araçuaí.

Por sua vez, em 1927, o Terceiro Synodo apresentou algumas novidades: a recomendação aos sacerdotes para que empregassem todos os esforços para que as Uniões Operárias e outras Associações não se filiassem à Confederação Geral do Trabalho; o

---

<sup>56</sup> Idem. Ibidem. p. 11.

<sup>57</sup> Idem. Ibidem. p. 11.

<sup>58</sup> Idem. Ibidem. p. 12.

combate às teorias socialistas e bolchevistas; bem como o acatamento às recomendações da *Encíclica Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII. Recomendava o Synodo que:

297. Para combater as nefastas theorias socialistas, communistas e bolchevistas, que vão se alastrando pelo mundo inteiro, envidem os Rvdos. Sacerdotes, principalmente Parochos, esforços no sentido de darem orientação catholica ás associações de classes e uniões operarias existentes em suas parochias, e instiguem os bons elementos catholicos á fundação de outras nos mesmos moldes, sob o patrocínio de S. José, onde não houver.

298. Com o mesmo intuito não percam occasião de fallar a seus parochianos sobre o respeito á auctoridade constituída, os deveres dos operários para com os patrões e vice-versa, tendo sempre em vista o que a taes respeito ensina a Igreja. Procurem, para este fim, bem estudar os assumptos na Theologia (nos *Tratados de Praeceptis, De Virtude Justitiae, De Variis Statuum obligationibus*) e na *Encyclica Rereum Novarum* do immortal Pontífice Leão XIII.<sup>59</sup>

As obras do governo episcopal de Dom Joaquim em Diamantina, por seu conteúdo, profundidade e abrangência, se destacaram no contexto da Igreja Católica em Minas Gerais, que, somadas às ações do governo diocesano de Dom Silvério, em Mariana, colocaram o clero mineiro em evidência no Brasil. Reconhecido pelo vigor de sua ação pastoral, em 04 de maio de 1909, Dom Joaquim foi nomeado Arcebispo Auxiliar do Cardeal Joaquim Arcoverde. Dom Joaquim encaminhou uma correspondência ao Cardeal agradecendo a nomeação, mas relatando a impossibilidade de assumir o cargo em função da debilidade de sua saúde e que, dificilmente, poderia suportar o clima do Rio de Janeiro. O Cardeal Arcoverde acata a decisão e responde a correspondência do amigo encomendando uma Pastoral, com as seguintes indicações:

Será bom prepararmos um acto colectivo dos Bispos, dirigida ao clero e aos fieis de nossas dioceses, protestando contra o character atheo que se quer dar ao Brasil, Nação catholica pelo seu berço, pela sua educação e pelo seu governo – e terminar protestando contra a desorganização da família, pela decretação do divorcio, que enfeixa perfeitamente todas as

<sup>59</sup> AEAD. *Actas e Estatutos do Terceiro Synodo da Archidiocese de Diamantina*. Diamantina: Typ. A Estrella Polar, 1929.op. cit. p.p. 84-85.

conseqüências do atheismo a que se quer levar o paiz (a Nação brasileira). V. Ex.<sup>a</sup>. fica encarregado de preparar essa pastoral monumental; vá preparando desde já. A pastoral das Conferencias a fará o nosso Arcebispo de Marianna, mas ess'outra fica a V. Ex.<sup>a</sup>. prepara-la. Um trabalho theologico, jurídico, philosophico e litterario. Não lhe digo mais nada.<sup>60</sup>

Em 1910, o Cardeal Arcoverde, em clara demonstração de confiança e reconhecimento da competência, volta a fazer outra encomenda para Dom Joaquim. Desta vez solicitou uma mensagem para ser dirigida ao Papa, que deveria ser assinada por 19 Bispos diocesanos. São seguintes as suas recomendações:

Por isso V. Ex.<sup>a</sup>. tornará saliente nossa gratidão ao summo Pontífice pelo incremento que, sob o seu Pontificado, tem recebido a Igreja Brasileira, E nesta parte desejam os mesmos Bispos fazer chegar ao Santo Padre sua declaração de que reconhecem que para esses estado de progresso e desdobramento da Igreja Brasileira muito tem contribuído o zelo inteligente e activo do actual Nuncio Apostólico e esclarecido Mons. Alexandre Barono e etc. Seria bom que V. Ex.<sup>a</sup>. me mandasse este trabalho com antecedência porque eu o faria passar para bom latim antes de seguirmos para as conferencias. Assim vamos levando trabalho feito e lá estaremos mais folgados.<sup>61</sup>

Dom Joaquim encaminhou as tarefas encomendadas para o Cardeal Arcoverde. No entanto, avisou que não poderia participar da Conferência no Rio de Janeiro, naquele ano de 1910. O Cardeal Arcoverde, não admitiu essa decisão e encaminhou uma carta para Dom Joaquim advertindo-o sobre o desastre que representaria a sua falta para os Prelados. Nessa carta o Cardeal deixou transparecer a imensa influência que Dom Joaquim exercia sobre o Episcopado Brasileiro. São seguintes as suas palavras:

Figuremos agora que V.Ex.<sup>a</sup>. não comparece! Como ficarei eu, como ficaremos os velhos companheiros de V.X.<sup>a</sup>? que dirão os, que vêm não comparecer as conferencias um dos nossos principaes Prelados! É isso um desastre! Não falte; aqui o esperamos sem hesitações! Nossas reuniões começarão dia 25 de setembro. Encommendo-me às suas orações.<sup>62</sup>

<sup>60</sup> AEAD. Dom Joaquim Silvério de Sousa. Correspondências Recebidas – 1908/1909. Cx. 10. pac. 1909.

<sup>61</sup> AEAD. Dom Joaquim Silvério de Sousa. Correspondências recebidas – 1910/1911. Cx 11. pac. 1910.

<sup>62</sup> Idem. Ibidem.

Essa influência descrita pelo Cardeal Arcoverde já havia ficado patente no *Primeiro Congresso Catholico Mineiro*, realizado em Juiz de Fora, entre 01 a 06 de janeiro de 1910. Dom Joaquim foi um dos mais ativos membros e foi de sua autoria o discurso de abertura dos trabalhos. O congresso foi idealizado por Dom Silvério e ficou sob o comando do Dr. Joaquim Furtado de Menezes. O Congresso visava ampliar o debate sobre a renovação da Igreja Católica no Brasil e seu posicionamento em relação aos problemas sociais brasileiros. Foram tratados diversos temas como imprensa, educação, mutualidades vitalícias, etc. Indiretamente o Congresso visava reaproximar a Igreja e o Estado em torno de objetivos comuns, previamente definidos. Na saudação inicial Dom Joaquim esclareceu os rumos do Congresso Mineiro, assim como, indicou seus idealizadores:

Na história da renovação da Igreja Catholica no Brasil cumpre inscrever desde já em lugar de honra o primeiro Congresso Catholico Mineiro, nascido do coração generoso desse moço talhado para os grandes gestos que a solução dos difficeis problemas sociaes requer, e perfilhado por uma phalange de bravos ao commando pacifico, discreto, e decidido de um general intrépido, que há sete lustros dirige as batalhas do Senhor neste campo fecundo do catholicismo na terra de Santa Cruz. Este é o exmo. D. Silvério Gomes Pimenta, digníssimo Arcebispo de Marianna, uma das mais puras glorias da nossa pátria, diamante sem jaça engastado na áurea coroa do episcopado brasileiro. Aquelle, já o advinhais, é o sympatico, illustrado, modesto, enérgico professor na colenda Escola de Minas, Dr. Joaquim Furtado de Menezes, nome que synthetisa uma epopéia de heroísmo em prol da causa catholica em nossa idolatrada Minas.<sup>63</sup>

Dom Joaquim, perante o Clero Brasileiro, notabilizou-se, principalmente, por suas obras publicadas de conteúdo dogmático, doutrinário e moralizador. Ainda como Bispo coadjutor, 1903, publicou uma Carta Pastoral dedicada à devoção aos Santos Lugares. Sustentando a tese da escassez de recursos da Igreja para manter esses lugares, Dom

<sup>63</sup> AEAD. *Livro dos Trabalhos e Resoluções do 1º Congresso Catholico Mineiro. 1 a 6/01/1910. Juiz de Fora..* Ouro Preto: Typ. D'O Regenerador, 1910.

Joaquim solicitou aos fiéis contribuições e esmolas para execução das obras de manutenção. Argumentou que:

a obra da Terra Santa resente-se d'esta pressão geral e acha-se em angustias. É pois forçoso é acudir-lhe com maior dedicação e redobrar de liberalidade para com ella. Cumpre proporcionar-lhe recursos mais abundantes em correspondência com as graves exigências da actualidade. Para isso, nada como o torná-la mais conhecida e, por conseguinte, mais amada, único meio prompto e efficaz para dar-lhe mais dilatado desenvolvimento e angariar-lhe maior numero de protectores; pois é impossível conhecê-la sem amá-la.<sup>64</sup>

No mesmo ano de 1903, Dom Joaquim convocou os Párcos da Diocese para um Retiro Espiritual. Com esse ato iniciava na Diocese de Diamantina um período mais vigoroso de alinhamento às pregações papais e ao Concílio Plenário da América Latina. Essas mesmas indicações foram levadas a cabo na execução do primeiro Synodo Diocesano no mês de novembro do ano corrente.<sup>65</sup>

Em 1905, Dom Joaquim publicou o livro *Instrução e Mandamento*. O matrimônio, considerado por Dom Joaquim um dos principais sacramentos, será o alvo das instruções ao Clero. Esse item será discutido mais adiante, quando for analisada a moralização cristã dos costumes na Diocese de Diamantina. No mesmo ano de 1905, Dom Joaquim publicou a *Encíclica Acerbo Nimis* do Santo Padre Pio X, através de uma Carta Pastoral. Recomendou ao Clero sua leitura e acatamento integral na aula de Teologia moral no Seminário, no Retiro Espiritual do Clero, no catecismo, nas ocasiões dos sacramentos da Penitência e Consagração, nas férias da Quaresma e depois da Páscoa, etc. Justificou essa determinação com o seguinte argumento:

<sup>64</sup> AEAD. SOUSA, Dom Joaquim Silvério de. *Carta Pastoral*. Diamantina: 1º de fevereiro de 1903. p. 5.

<sup>65</sup> AEAD. SOUSA, Dom Joaquim Silvério de. *Carta Circular*. Diamantina: Typ. Cardozo, Filho e Motta, 1903.

Vede, irmãos e Filhos Dilectíssimos, com que precisão o Santo Pontífice aponta a *causa principal dos peccados e crimes que inundam a sociedade, o motivo da perdição eterna das almas, a razão da corrupção dos costumes*, ao mesmo tempo indica a verdadeira sabedoria que nos dá o conhecimento perfeito da nossa dignidade; mostra á luz meridiana, a importância da obra dos catechistas, distinguindo-a da obrigação gravíssima da pregação; classifica o *dever especial dos curas d'almas* no ensinamento da doutrina christã, *pondo outrossim em evidencia que um padre, quem quer que seja, não tem nenhum outro dever mais grave, e não está ligado por nenhum laço mais estreito*.<sup>66</sup>

No ano de 1908, Dom Joaquim voltou a publicar sobre o sacramento do matrimônio. Desta vez em sua *Instrução para o Matrimônio segundo o novo Decreto da Santa Sé*, Dom Joaquim traduziu e comentou o Decreto de Pio X, de 02 de Agosto de 1907, indicando sua adoção para “*todos os Rvms. Parochos, Curas d'almas, Professores do nosso Seminário, Missionários e Fiéis desta nossa preclara e queridíssima Diocese*”.<sup>67</sup>

No ano de 1913, duas obras foram publicadas por Dom Joaquim: *Porque e como as Obras Sociaes devem ser Catholicas*, de Luiz Durand (tradução) e *Abreviado Despertador dos Deveres Sacerdotaes*. A primeira trata-se de uma tradução do discurso proferido pelo Presidente da *União das Caixas Rurales e Operarias Francezas*, Luiz Durand, no III Congresso Diocesano das Obras Catholicas, em Salart/França, em 29 de julho de 1912. Nesse discurso DURAND examina o caráter católico das obras sociais, utilizando-se de documentos produzidos pela Igreja, quais sejam: “a *Encíclica E Supremi Apostolatu*, de Pio X, as *Graves de Communi, Permoti nos, Longinqua Oceani, Rerum Novarum, Humanum Genus e Quod Apostolici* de Leão XIII”.<sup>68</sup> Aos moldes ultramontanos, DURAND afastou toda a discussão social do ideário liberal individualista e também do ideário socialista.

<sup>66</sup> AEAD. SOUSA, Dom Joaquim Silvério de. *Carta Pastoral publicando a Encyclica Acerbo Nimis do Santo Padre Pio X*. Diamantina: Typ. De Motta e Comp. 1905. p. 2.

<sup>67</sup> SOUSA, Dom Joaquim Silvério de. *Instrução sobre o Matrimônio segundo o novo Decreto da Santa Sé*. Diamantina: Typ. Diocesana, 1908.

<sup>68</sup> SOUSA, Dom Joaquim Silvério de (Trad.). *Porque e como as obras sociaes devem ser catholicas. Conferência por Luis Durand*. Diamantina: Typ. Diocesana, 1913. op. cit. p. 8.

Defendeu as posições sociais cristãs e indicou a Igreja Católica como uma terceira via a ser seguida.

A segunda obra, *Abreviado Despertador dos Deveres Sacerdotes*, trata-se de um opúsculo oferecido ao Clero Diamantinense, por Dom Joaquim, no quinquagésimo aniversário sacerdotal do Arcebispo de Mariana, Dom Silvério. Tendo em vista a rápida repercussão do livro em todo o Clero Mineiro, principalmente no Bispado de Uberaba, Dom Joaquim determinou uma segunda edição. Em síntese, o livro trazia uma série de reflexões sobre a melhor prática da conduta do sacerdote em relação às diversas situações e valores, vividos e cultuados cotidianamente, quais sejam: zelo, santidade, castidade, ociosidade, estudo, exercícios espirituais, aniversários, regulamento, meditação, leitura espiritual, exame, breviário, o santo sacrifício da missa, catecismo, confessionário, pregação, associações e imprensa. Na verdade o livro é uma compilação de diversas instruções já feitas por Dom Joaquim anteriormente.<sup>69</sup>

Em 1917, último ano do Bispado, antes da sua elevação a Arcebispado, Dom Joaquim publicou o livro *Aos Meus Seminaristas*. Tratava-se de um código que mesclava filosofia, dogmática, teologia, hagiografia e história eclesiástica. Para Dom Silvério era um “código não só para seminaristas e sacerdotes mas também para os Bispos”.<sup>70</sup> Para Dom Joaquim o livro era um escrito, “moldado pelos actos da Santa Sé, entre os quaes as normas para os estudos e disciplina dadas pela Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares a 10

<sup>69</sup> Ver. SOUSA, Dom Joaquim Silvério de. *Abreviado Despertador dos Deveres Sacerdotes*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1913.

<sup>70</sup> SOUSA, Dom Joaquim Silvério de. *Aos meus Seminaristas*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1917. p.1.

de maio de 1907 e a 18 de Janeiro de 1908”.<sup>71</sup> Também argumentava que o livro era fruto da seguinte indicação Papal:

o *Motu Proprio* de 4 de novembro de 1915, pelo qual o Santo Padre Bento XV criou uma nova Congregação Romana, encarregada de velar pelos Seminários, manifesta mais uma vez a importancia do assunto.<sup>72</sup>

Mais adiante, no capítulo XXIV, Dom Joaquim sintetiza que a missão maior historicamente desempenhada pelos mártires da Igreja foi a busca da liberdade para o bem, desde os primeiros cristãos que ofereceram suas vidas para “quebrar os grilhões em que jazia a consciência humana”, até os heróis sacrificados na guilhotina na Revolução Francesa.<sup>73</sup> Acrescenta que vários Santos e artistas cristãos, ao longo dos anos, proclamaram ao mundo o poder regenerador e a força inspiradora da Igreja. Conclui o sua argumentação engrandecendo o papel da Igreja na construção do mundo moderno, assim como sua visão teológica sobre o futuro desta sociedade. Afirma que:

Si o mundo moderno, que, segundo o bom senso histórico , deve tudo á Egreja, só tem razões para saudar jubiloso seu progresso, a ella de par em par abre as portas do futuro o verbo omnipotente do Crucificado no Golgotha: Comvosco estou eu até á consumação dos séculos.<sup>74</sup>

Em 28 de junho de 1917, o papa Bento XV, através da bula *Quandocumque se praebuilt* elevou a Diocese a Arquidiocese, nomeando como seu primeiro Arcebispo Dom Joaquim. Nesse sentido, a publicação da obra *Aos meus Seminaristas*, representou o encerramento do período da consolidação do processo de romanização do Bispado de

---

<sup>71</sup> Idem. Ibidem. p. 2.

<sup>72</sup> Idem. Ibidem. p. 2.

<sup>73</sup> Idem. Ibidem. p. 128.

<sup>74</sup> Idem. Ibidem. p. 129.



Diamantina. Com dois Bispados sufragâneos, o de Montes Claros e o de Araçuaí, a recém criada Arquidiocese de Diamantina aproximou-se ainda mais das ordenações romanas. Em 1918, Dom Joaquim publicou a Carta Pastoral *Do Soberano Pontífice Pae, Pastor e Pacificador*, em clara homenagem ao Papa Bento XV e ao tão necessário alinhamento e aproximação da Arquidiocese de Diamantina com a Cúria Papal Romana, em um momento delicado de “calamitosa conflagração mundial”, em que o Santo Padre:

pugnando infatigavelmente pelos princípios do direito e da justiça, e exercendo com inexcedível largueza d’animo actos de caridade, tem feito avultar num quadro vivo de belleza deslumbrante a historia multi-secular do Pontificado Romano.<sup>75</sup>

Dom Joaquim argumenta que essa era uma missão secularmente desempenhada pelos Papas. Buscou inspiração no pensamento conservador defendido por De Maistre para enaltecer a autoridade papal como chefe da civilização universal. Afirmou que:

“Tudo nos Papas è encadeiado, excepto a palavra, arma das lutas doutrinaes”. Possuindo em alto grão, além da autoridade que lhe vem de sua missão, alteza de pensamento, cultura intellectual não commum, amor apaixonado das sciencias, lettras e artes, numa palavra, a estima de tudo o que enobrece a vida humana e serve aos legítimos progressos das sociedades, o Papa, chama-se Pedro ou Gregório, Pio ou Leão, ainda privado do eceptro e da espada, foi, e será sempre o creador, o protector, o chefe da civilização universal, como acertadamente escreveu De Maistre.<sup>76</sup>

Em 1919, Dom Joaquim publicou a *Carta Pastoral das Vocações Sacerdotais*. Nesse documento ele deixou, novamente, transparecer sua opção pela via conservadora católica na edificação do Arcebispado. Começou a Carta Pastoral citando e exaltando o

---

<sup>75</sup> AEAD. SOUSA, Joaquim Silvério de. *Carta Pastoral do Soberano Pontífice Pae, pastor e Pacificador*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1918. op. cit. p. 6.

<sup>76</sup> Idem. Ibidem. p. 8.

pensador católico Joseph de Maistre e a perfeita aplicação de suas idéias para aquela época de reconstrução pós-guerra. Afirmou que:

“O sacerdócio dever ser o objecto principal dos pensamentos da sociedade que procura reconstituir-se. Mantendo-o, elle saldará divida immensa contrahida para com Deus”, escrevia De Maistre, ao considerar as ruínas causadas pela revolução. Estas palavras do grande pensador catholico tem perfeita applicação á nossa época e ao nosso paiz.<sup>77</sup>

Ato contínuo, Dom Joaquim relata que em meio a uma “permanente revolução social contra o dogma e a moral, a causa de Deus e a da sociedade, os interesses da religião e da ordem, reclamam soldados e defensores”.<sup>78</sup> Esses seriam os sacerdotes apontados por De maistre. Entretanto, seu número era insuficiente na maior parte das Dioceses do Brasil, razão pela qual ele estava lançando uma Pastoral para “suscitar, amparar e aproveitar” as vocações sacerdotais, “dando-lhes as almas christãs apoio moral e socorro temporaes”.<sup>79</sup> Dom Joaquim dedicou parte da Pastoral para alertar sobre o fato de que a atenção do sacerdote para com as vocações, não deveria se prender apenas em meninos e jovens, mas naqueles que “em idade maior, se destacaram pelo saber, santidade e trabalhos apostólicos”.<sup>80</sup> Como exemplo, Dom Joaquim citou vários Santos e sacerdotes conservadores católicos, quais sejam:

Santo Ambrosio, Santo Agostinho, Santo Hilário, Santo Ignácio de Loyola, S. Camillo de Lellis, S. Vicente de Paulo, S. Ligorio, Lacordaire, Ravignan, Ketteler, d’Alzon, Cuyra d’Ars, Gousset, D. Antonio J. de Mello, Julio Maria, são provas de vocações tardias muito uteis á Igreja.<sup>81</sup>

---

<sup>77</sup> AEAD. SOUSA, Joaquim Silvério de. *Carta Pastoral Das Vocações Sacerdotais*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1919. op. cit. p. 5.

<sup>78</sup> Idem. Ibidem. p. 5.

<sup>79</sup> Idem. Ibidem. p. 5.

<sup>80</sup> Idem. Ibidem. p. 10.

<sup>81</sup> Idem. Ibidem. p. 10.

Em síntese, a elevação da Sé à dignidade de Metropolitana e do Bispado a Arcebispado, completou o processo de romanização da Igreja Católica em Diamantina. A opção pelo pensamento conservador também figurou como uma prática ultramontana, definido pela busca permanente da moralização e da ordem do clero e dos fiéis.

### 3.3 – A moralização Cristã dos Costumes.

Ao longo do século XVIII foram constantes as ações da Igreja Católica para moralização dos hábitos e costumes, assim como para imposição da sua autoridade sobre a população da recém criada Capitania das Minas Gerais. Autoridade que havia sido restaurada pelo Concílio de Trento e que, no caso brasileiro, foi traduzida nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707. LONDOÑO ao estudar minuciosamente a documentação eclesial dos Bispados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, concluiu que:

queriam os Bispos impor normas para a administração dos sacramentos, corrigir os diversos abusos perpetrados pelos fiéis e o clero, assegurar a adesão à Igreja de Roma e ao Reino, colocar a administração diocesana sob o controle do registro escrito nos mais variados livros e atestados, enfim obrigar párocos, capelães e chefes de família a ensinar a doutrina cristã aos adultos e o catecismo aos escravos e as crianças.<sup>82</sup>

Nas Minas os pecados mais comuns diziam respeito ao concubinato, geralmente entre homens brancos e mulheres pardas, mulatas e negras. A natureza da atividade mineradora aliada a estrutura demográfica escravista são causas apontadas como

---

<sup>82</sup> LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. In: *Revista História: Questões e Debates*. Curitiba: UFPR, n. 36, p. 161-168, 2002. p. 166.

responsáveis por se acentuar a instabilidade das relações conjugais. Foi sobre esses abusos e desvios dos costumes que a Igreja Católica devotou atenção especial e criou mecanismos de controle e regulação morais. FURTADO ao analisar essa realidade na Capitania das Minas Gerias apresentou a seguinte argumentação:

o principal mecanismo que a Igreja Católica dispôs para tentar regular a moral e os costumes do rebanho de pecadores nas Minas foram as Visitas Eclesiásticas. Era instalada uma mesa e os moradores constrangidos a virem confessar suas próprias culpas e as alheias.<sup>83</sup>

No Arraial do Tijuco a situação não era diferente. O censo de 1738 relatou um elevado número de mulheres vivendo sozinhas e solteiras, mas igualmente revelou um número elevado de filhos bastardos vivendo no interior dessas moradias com suas mães. FURTADO descreve essa situação lançando mão das Devassas Episcopais ocorridas em 1750 e 1753, reveladoras de “laços de afeto que, fracionados em diferentes casas, preservavam as relações pecaminosas dos olhos da Igreja Católica”.<sup>84</sup> Acrescentou o fato que:

a quase totalidade dos casais denunciados nas Devassas era composta de homens brancos e livres e mulheres forras, seguidos de homens brancos e mulheres escravas. Alguns desses relacionamentos duravam anos seguidos, apesar dos esforços da igreja em reprimi-los.<sup>85</sup>

O significativo contingente populacional no Tijuco de origem africana, com seus credos, costumes e valores, foi cada vez mais amalgamado à cultura hierarquizada, católica e patriarcal portuguesa, gerando constantemente choques e escândalos, principalmente aos

---

<sup>83</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Entre Becos e Vielas: o Arraial do Tejuco e a sociedade Diamantífera setecentista. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho (org). *O trabalho Mestiço. Maneiras de Pensar e Formas de Viver – Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. op. cit. p. 507.

<sup>84</sup> Idem. Ibidem. p. 507.

<sup>85</sup> Idem. Ibidem. p. 507.

olhos das autoridades portuguesas. Uma característica dessa sociedade era a enorme desproporção entre homens e mulheres, provocada pela própria natureza da atividade mineradora. Os dados coletados no censo de 1738 para a Comarca do Serro do Frio, incluído aí o Arraial do Tijuco, revelam que “do total de 9.681 habitantes, 83,5% eram homens e 16,5% eram mulheres”.<sup>86</sup> Entre os escravos a população feminina ainda era menor, representando apenas 3,1%.<sup>87</sup> Essa desproporção era invertida quando se tratava da população forra. Do total de “387 forros, elas constituíam 63%, contra 37% de homens, indicativo de que eram as que mais se beneficiavam da alforria, inclusive acumulando bens.”<sup>88</sup> Especificamente no Arraial do Tijuco essa desproporção era mantida. FURTADO relata que:

entre os livres, os chefes de domicílios homens constituíam a maioria. Havia um total de 193 homens (85,8% dos brancos) para 32 mulheres (14,2% dos brancos). Destas últimas, 9 eram viúvas, exercendo a chefia do domicílio apenas devido à morte do marido. [...] Seguindo o mesmo perfil do censo de 1738, o registro de chefes de domicílios de 1774 acusou uma mesma inversão dos forros, entre os quais as mulheres passavam a ser a maioria. Eram apenas 89 homens forros contra um total de 197 mulheres de cor da mesma condição. Revelando uma desproporção de 68,9% de mulheres para 31,1% de homens. Das 229 mulheres que chefiavam domicílios, as forras representavam 86%.<sup>89</sup>

Essa estruturação social, refletida nas demais comunidades mineiras, com uma escassez de mulheres, principalmente as brancas, proporcionou a generalização da prática do concubinato, onde não raro os senhores alforriavam suas companheiras, geralmente no leito de morte ou pela coação. A Igreja Católica, veementemente, combateu essa prática ao longo dos séculos XVIII e XIX, assim como, a prática da feitiçaria e a superstição.

---

<sup>86</sup> Idem. Ibidem. p. 500.

<sup>87</sup> Idem. Ibidem. p. 500.

<sup>88</sup> Idem. Ibidem. p. 500.

<sup>89</sup> Idem. Ibidem. p. 500.

Quanto à feitiçaria sua prática era disseminada pela Capitania e figurava como elemento sincrético da junção dos credos e ritos da cultura africana com a forte vinculação católica da cultura portuguesa. FURTADO descreve a Visita Episcopal, de 1777, na Demarcação Diamantina, momento em que:

quatro escravos foram acusados de crime de feitiçaria. Além de mostrar que estas práticas estavam arraigadas na vida cotidiana destas populações coloniais, inclusive brancos que recorriam à curas, estas acusações revelaram múltiplas tensões entre proprietários e cativos, vizinhos ou inimigos. Nos quatro casos, os escravos foram acusados de provocar a morte de outros, ou de seus senhores, com pós e feitiços misteriosamente enterrados.<sup>90</sup>

Seguindo os mesmos rituais das Devassas para apurar o concubinato, os acusados eram chamados para depor e seus relatos confrontados com as denúncias. Eram também chamadas testemunhas para depor, que, no caso da Visita Episcopal de 1777, para apuração dos casos de feitiçaria no Tijuco, “só testemunharam brancos, normalmente portugueses, com emprego fixo e de conhecida reputação”.<sup>91</sup>

Um dos pontos maiores do sincretismo religioso manifestava-se na festa de Nossa Senhora do Rosário. Nessa festa a população negra invertia seu papel e figurava como dominadora do Arraial. Os irmãos professos escolhiam um “Rei congo e uma Rainha ginga, sendo o primeiro eleito como imperador do Divino”.<sup>92</sup> Após eram realizados os rituais religiosos e o congado, ocasião em que se praticavam diversas danças como a marujada, catopés e caboclinhos. FURTADO descreve que:

durante os dias da festa, o imperador exercia verdadeiro poder sobre seus “súditos, chegando a libertar os presos do arraial, escandalizando muitas vezes as autoridades metropolitanas.<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> Idem. Ibidem. p. 508.

<sup>91</sup> Idem. Ibidem. p. 508.

<sup>92</sup> Idem. Ibidem. p. 509.

<sup>93</sup> Idem. Ibidem. p. 509.

Grosso modo, foram esses tipos de abusos e desvios dos costumes dos fiéis que o Bispado de Mariana tentou controlar no século XVIII, sem muito êxito. FIGUEIREDO destaca que em Minas Gerais a trajetória da Inquisição, embora contasse com o apoio do Bispado, “não foi capaz de modelar consciências com seus próprios instrumentos”.<sup>94</sup>

Argumentou que:

nos domínios da vida familiar e afetiva das populações mineira, nem a inquisição, tampouco o bispado, foram capazes de reproduzir a “pedagogia do medo” e moralizar as condutas, pelo menos com a eficiência atribuída a essas instituições. É necessário notar que, se a Inquisição consumia feiticeiras, padres, sodomitas, bigamos, hereges e apóstatas, deixava a cargo de um bispado, com dificuldades estruturais, casais amancebados, os incestuosos, maridos violentos, prostitutas e padrinhos de crianças nascidas de relações extraconjugais, isso para não falar naqueles desvios distantes do universo propriamente familiar.<sup>95</sup>

Entretanto, há um outro aspecto institucional a ser considerado na ação pastoral da Igreja Católica em Minas Gerais, qual seja: a ação pastoral dos seus Bispos, principalmente o governo episcopal de Dom Manuel da Cruz, ordinário de Mariana (1748 – 1764) e legítimo representante do padroado, foi caracterizada pela dedicação de “várias pastorais a condenar, nos anos 50, os descaminhos do ouro e a maioria da sua produção epistolar esteve relacionada com bulas papais e indulgências plenárias”.<sup>96</sup> Para LONDOÑO as ações eclesiais de Dom Manuel enquadram-se no leque maior das ações dos Bispos do sudeste do Brasil no século XVIII, por ele divididas em três temáticas, quais sejam: “primeiro, Normativos dos Sacramentos e a Vida Espiritual e Moral dos Fiéis [...]. Segundo, O Sentir

<sup>94</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 78.

<sup>95</sup> Idem. *ibidem*. p. 79.

<sup>96</sup> LODOÑO, Fernando Torres. *Sob a autoridade do Pastor...*2002. p. 167.

com a Igreja e o Controle do Clero [...]. Terceiro, O Sentir com o Reino e a Administração Religiosa [...].<sup>97</sup>

Desde Frei Antônio de Guadalupe, em 1715, até Dom Castelo Branco, em 1800, os Bispos do sudeste se preocuparam com a correta administração dos sacramentos (confissão, missa, batismo, matrimônio e extrema-unção).<sup>98</sup> Quanto a vida moral e espiritual dos fiéis, LONDOÑO destaca que:

mesmo sendo pontuais, contamos desde 1719 até 1800, 11 documentos pastorais que fizeram referência aos abusos do tipo moral, de comportamento e de costumes dos fregueses. [...] eles se referiam a vida de escândalo em que se mantinham os que viviam concubinados e aos relacionamentos públicos entre pessoas dos dois sexos, principalmente nas cerimônias religiosas.<sup>99</sup>

Apesar das constantes instruções dos Bispos, constata-se, no século XVIII, no sudeste brasileiro, o não cumprimento das normas e costumes defendidos pela Igreja Católica. Baseado na análise de 130 Cartas Pastorais, de todo o período, LONDOÑO formulou uma hipótese para essa constatação, em que os escândalos públicos beneficiavam a autoridade dos Bispos. Argumentou que:

mais que querer de fato suprimir os abusos, os Bispos contribuíram na construção de um escândalo que os beneficiava como representantes da ordem. Assim a desordem nos costumes proporcionavam o espaço para desqualificar a seus subordinados, clero e fiéis e despregar seu afã normativo. O que servia perfeitamente para afirmar sua autoridade ante desordens visíveis para qualquer um e já cristalizados como imaginário colonial, como pode ser percebido na extensa carta de 29 de maio de 1776, do governador do Bispado de Mariana, escrita desde a distante Lisboa nos termos das pastorais anteriores.<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> Idem. Ibidem. pp. 169-170.

<sup>98</sup> Idem. Ibidem. p. 170.

<sup>99</sup> Idem. Ibidem. p. 172.

<sup>100</sup> Idem. Ibidem. p. 173.



Nesse sentido, a preocupação central dos Bispos do século XVIII, expressa nos documentos, era o controle do clero. Certo é que, até a posse de Dom Viçoso como Bispo de Mariana, em 1844, essa reforma preconizada pela Igreja não havia vingado. Será a sua firme ação pastoral, de conteúdo lazarista, que elevará ao extremo a reforma do Clero Mineiro, sob a invocação do Concílio Tridentino. Nesse ponto as indicações de CAMELLO confirmam o argumento de que:

a reforma do clero significava, nem menos nem mais, o caminho de volta a Trento, à letra e aos espíritos daquelas disposições conciliares que, como se viu, eram bem o modo de pensar e de agir do bispo Dom Viçoso.<sup>101</sup>

Para Dom Viçoso, a reforma passava necessariamente pelo seminário, “instituição também ela tridentina, instrumento e meio de formação *ab ovo* do pessoal eclesiástico”.<sup>102</sup> A reforma envolvia um novo perfil dos padres, a ser traçado desde o princípio, antes mesmo do “contágio com o mundo”.<sup>103</sup>

Especificamente em Diamantina, Dom João, em 1864, reproduziu essas instruções em sua primeira *Carta Pastoral saudando aos seus Diocesanos*, ao indicar como sua missão a criação de um Seminário. Sobre a reforma dos costumes, herdados do século anterior, Dom João argumentou que:

a meditação da lei evangélica é que reforma os costumes, e é o princípio de uma sólida e verdadeira educação; é o germen das virtudes; é essa pequena semente, que lançada em um boa terra torna-se um frondosa árvore. A natureza humana, corrupta no primeiro homem, é de si inclinada para o mal, sem a educação religiosa ella não se endireita, e cada vez mais se deprava e se vicia pelos exemplos dados por homens sem religião e sem temor de Deus. Os costumes são a expressão das doutrinas: verdadeiras ou falsas influem sobre o coração. A virtude ou o vício domina no coração segundo os princípios em que é educada a mocidade desde os seus primeiros annos.<sup>104</sup>

<sup>101</sup> CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Viçoso...*1986. p. 312.

<sup>102</sup> Idem. *Ibidem.* p. 312.

<sup>103</sup> Idem. *Ibidem.* p. 312.

<sup>104</sup> SANTOS, Dom João Antônio dos. *Carta Pastoral saudando os Diocesanos*. In: SANTOS, Mons. Gabriel Amador. *Memorial Histórico...*1921, p. 31.

Se por um lado Dom João indicou o caminho da reforma dos costumes pela educação e meditação cristã, por outro lado, tratou de instruir sobre as melhores práticas para o sacramento do matrimônio. Célula mãe da sociedade, a família deveria ser pautada por regras de respeito e confiabilidade por parte do casal. Dom João fez as seguintes instruções para os maridos:

- 1º Amar a esposa como Jesus Cristo ama sua Igreja;
- 2º Respeitá-la como sua companheira;
- 3º Dirigi-la como lhe sendo sujeita;
- 4º Guardar-lhe todo amor e fidelidade;
- 5º Sustentá-la com decência;
- 6º Sofreá-la com paciência;
- 7º Ajudá-la com caridade;
- 8º Repreendê-la com benignidade;
- 9º Exortá-la ao bem com palavras, ainda mais com exemplo;
- 10º Não ofendê-la nem desonrá-la por fatos nem por palavras;
- 11º Não fazer, nem dizer coisas em presença dos filhos, ainda que pequenos, que lhes posam servir de escândalo.<sup>105</sup>

Seguindo a mesma trilha instruiu quais deveriam ser as posturas adotadas pela esposas. Suas instruções relegaram as esposas a um papel secundário e submisso na relação conjugal, mas as responsabilizou pela educação católica das crianças. São suas as seguintes instruções:

- 1º Amar o marido;
- 2º Respeitá-lo como seu chefe;
- 3º Obedecer-lhe com afeto e prontidão;
- 4º Adverti-lo com descrição e prudência;
- 5º Responder-lhe com toda a mansidão;
- 6º Servi-lo com desvelo;
- 7º Calar quando o vir irritado;
- 8º Tolerar com paciência seus defeitos;
- 9º Não ter olhos, nem coração para outro;
- 10º Educar catolicamente os filhos;
- 11º Ser muito atenciosa e obediente para o sogro e sogra;
- 12º Benévola com os cunhados;
- 13º Prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a família.<sup>106</sup>

<sup>105</sup> BAT. Arquivo particular de Antonio Torres. Cx 01, doc. 206. Vida de Dom João Antônio dos Santos. Manuscrito.

<sup>106</sup> Idem. Ibidem.

Ao analisar a vida cultural da cidade de Diamantina, no fim-de-século, SILVA afirmou que a cidade viveu um “momento de efervescência modernizadora”, ocasionado pelo contato do comércio com Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Afirmou que:

na contramão dessas tendências, o Bispo de Diamantina procurava moralizar as populações do nordeste de Minas Gerais, pois o progresso de que se falava não poderia subverter os valores e padrões tradicionalmente estabelecidos na sociedade.<sup>107</sup>

A análise realizada, sob esse ponto de vista, apresenta o projeto moralizador do Bispado como uma construção nova e reativa que tomava o presente como base para a projeção do futuro. Apresentou o Bispado como defensor de valores tradicionais que se contrapunham ao momento modernizador. Contrariamente à SILVA, a análise aqui indicada é no sentido de se compreender o projeto moralizador do Bispado como uma ação conservadora, que tomava o presente como ponto de chegada do passado. Para o Bispado, os chamados valores tradicionais católicos estavam ausentes nos sertões norte mineiros desde o século XVIII e era a sua ação episcopal que deveria instruir a correção dos usos e coibir os abusos dos costumes. O próprio Bispado, ao seu modo, participou do processo de modernização da cidade. Nesse sentido, o que se verifica a partir da segunda metade do século XIX, em Diamantina e nos sertões norte mineiros, é uma permanente tensão entre a eficiente ação moralizadora cristã do Bispado, baseada em uma forte tradição conciliar tridentina, frente à permanência de hábitos morais considerados pecaminosos do século anterior e a uma exposição cada vez maior da população às idéias e aos valores e costumes das mais urbanizadas e industrializadas área do país e da Europa.

---

<sup>107</sup> SILVA, Dayse Lúcida. *Entre a norma e o desejo...*2003. op. cit. p. 35.

Cumprer salientar que se coube a Dom João definir as linhas mestras e conduzir o processo de moralização cristã dos costumes do clero e dos fiéis da Diocese de Diamantina, coube a Dom Joaquim a consolidação e expansão desse mesmo processo. Seu governo diocesano revestiu-se de um conteúdo conservador e pragmático. Ampliou a imprensa católica, reformou e ampliou o Seminário, inaugurou vários estabelecimentos femininos católicos na Diocese, consolidou e ampliou as missões diocesanas, convocou e dirigiu três Synodos, publicou várias Cartas Pastorais, Instruções e Códigos ao clero e aos fiéis, traduziu várias encíclicas Papais e obras de pensadores católicos, combateu o protestantismo, o espiritismo, o marxismo e o bolchevismo, determinou a demolição da Sé Catedral, sua reconstrução e ampliação, baseada em planta arquitetônica neoclássica. Faleceu, em 1933, sem conhecer sua última obra edificada totalmente, uma vez que foi inaugurada no ano de 1937.

Além das recomendações e instruções ao clero nos três Synodos que convocou e presidiu, Dom Joaquim publicou outras cinco obras dedicadas a mesma causa, entre a sua posse como Bispo Diocesano e o início de seu governo Arquidiocesano. Dessas obras, duas tratam especificamente sobre o sacramento do matrimônio. Dom Joaquim, no livro *Instrução e Mandamento*, em 1905, tratou dos impedimentos para o matrimônio de acordo com as disposições da Cúria Romana, declarada na “Sagrada Penitenciaria no dia 1º de junho de 1858.”<sup>108</sup> Em 1908, no livro *Instrução sobre o Matrimônio segundo o novo Decreto da Santa Sé*, recomendou que:

---

<sup>108</sup> SOUSA, Joaquim Silvério de. *Instrução e Mandamento*. 1905. p. 5.

leiam, releiam, estudem, meditem os nossos queridos Cooperadores a instrução para ser observada no *exame dos contrahentes, e a norma para se pedirem as dispensas dos impedimentos matrimoniaes*, publicada no Appendice dos Estatutos da 3ª Conferencia, pág. 97 e seguintes.<sup>109</sup>

Dom Joaquim devotou tempo significativo de seu governo na edificação de um conjunto de disposições regulamentares e morais para o clero. O terceiro Synodo da Arquidiocese retrata e bem sintetiza as recomendações de Dom Joaquim ao Clero. Remissiva aos outros dois Synodos a Secção I – Do clero em Geral, estampava o conteúdo moralizador das recomendações. Os artigos 17 e 18 disciplinavam as proibições, qual sejam:

17 – Aos Clérigos, de qualquer ordem ou cathegoria que sejam, é prohibido: andar sem habito talar;

exercer a mercancia, quer por si mesmos, quer por meio de interposta pessoa;

fazer uso de bebidas alcoolicas, com perigo ainda remoto, de se embriagar;

cooperar para bailes e espectaculos theatraes, e muito menos a elles assistir;

dar-se a qualquer profissão pouco decorosa ao character sacerdotal ou com elle incompatível.

18 – Cumpram os sacerdotes a obrigação, que têm, de não conservar em sua casa creadas para o serviço domestico de idade inferior a quarenta annos, e que não fizerem vida omnimodamente honesta.

Evitem por todos, mas por bons modos, a freqüência ou familiaridade com pessoas de outro sexo.

Os casos delictuosos de concubinato e de simonia que por ventura se derem, depois de paternal advertência do Prelado, não sendo esta atendida, serão por elle castigados com poder que lhe facultam a sua autoridade e as leis canônicas em vigor.<sup>110</sup>

Por fim, nada melhor para expressar as recomendações ao clero diamantinense do que o livro de Dom Joaquim *Aos Meus Seminaristas*. No item II Dom Joaquim expõe os motivos que estimulam o seminarista ao exercício do sacerdócio. Esclarece que:

<sup>109</sup> SOUSA, Joaquim Silvério de. *Instrução sobre o Matrimônio...* 1908. p. 6.

<sup>110</sup> AEAD. *Actas e Estatutos do Terceiro Synodo da Arquidiocese de Diamantina*. Diamantina: Typ. D'A Estrella Polar, 1929. p. 23.

O primeiro motivo é Jesus Christo, mestre dos sábios e dos ignorantes, dos grandes e dos pequenos, prototypo de todas as virtudes [...].

O segundo objecto é a Igreja, reino divino, que abraça na sua extensão toda a terra com todos os povos, e comprehende na sua duração todos os séculos e a eternidade mesma; a Igreja, que vence os scismas, as heresias, o atheismo, as revoluções, e triumphá até da infecção moral que tenta decompor a parte mais nobre dos seus membros, o clero; a Igreja, que desafia a vaidosa sciencia, cujos relativos se quebram todos de encontro ao seu absoluto na phrase de Edmundo Rod; a Igreja, ante a qual tem se curvado reverentes os maiores sábios, os mais poderosos impérios; a Igreja, por amor da qual milhões de martyres derramam o sangue; a Igreja, cuja fé e sã moral deve o mundo a civilização; a Igreja, que possui o segredo de elevar as almas ás altas regiões do sobrenatural.<sup>111</sup>

Logo a seguir, no item III, Dom Joaquim tece suas argumentações sobre a necessária virtude do clero e a correta educação dos alunos do Seminário. Relata que:

Para ganhar os homens e reduzi-los a bom caminho, é necessário, diz Leão XIII, que o clero seja summamente excellente na virtude, porque sem ella sua acção seria quase inefficaz. Por isso é mister que os clérigos se acostumem, desde a primeira idade, ao jugo do Senhor, se applichem muito á piedade, sirvam as funções sagradas, se conformem com ao exemplo da vida sacerdotal, e nada se omitta pra que os alumnos do Seminário cresçam no amor de Deus e no desejo do progresso espirital. Os exercícos de piedade, que nutrem e elevam a alma, não impedem a cultura da sciencia requerida, mas multiplica os seus frutos.<sup>112</sup>

Depois de uma longa argumentação, onde, fartamente, foram feitas recomendações visando a formação da vontade, a moralização do comportamento e a informação da inteligência, Dom Joaquim teceu a seguinte instrução:

tenha o sacerdote discernimento e juízo no estudo das differentes matérias. Portanto, evite o erro dos tempos actuaes, que é: adquirir leves conhecimentos de tudo, e nada saber bem.<sup>113</sup>

*Non multi, sed multum!*

<sup>111</sup> SOUSA, Dom Joaquim Silvério de. *Aos Meus Seminaristas*. 1917. p. 8.

<sup>112</sup> Idem. *Ibidem*. p. 15.

<sup>113</sup> Idem. *Ibidem*. p. 163.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A compreensão do processo de romanização do Bispado de Diamantina, no fim-de-século, por um lado, remete-se à constatação de sua influência e interferência na ordem sócio-econômica e espacial da cidade e da região, assim como, na edificação moral do seu conjunto de valores, costumes e tradições. Por outro lado, remete-se também a constatação de sua importância na definição do caráter conservador do pensamento e comportamento da sociedade diamantinense, herdeira do escravismo e mantenedora de uma ordem social hierarquizada, estratificada e segregacionista.

Nesse sentido, a apresentação dos resultados da pesquisa arrolados na presente dissertação, amplia o debate atual sobre os rumos que foram tomados pela economia de Diamantina e da região, no final do século XIX, momento de transição para uma economia mais nitidamente capitalista, esclarecendo a opção feita por uma via comercial e industrial, assim como, os altos e baixos da atividade mineradora e lapidária. Esses resultados também tornaram possível a compreensão do momento em que suas elites, políticas e econômicas, ou por falta de uma visão sistêmica, ou por uma opção consciente por outro modelo, não conseguiram, ou não desejaram, incluir a região no mapa do planejamento industrial mineiro, nas primeiras décadas do século XX. Esse fato provocou a perda da importância econômica relativa da cidade em relação ao conjunto do Estado, principalmente frente a região central e o Vale do Rio Doce.

Deve-se levar em consideração nessa análise que a elevação de Diamantina à dignidade de cidade episcopal, a instalação da Repartição dos Telégrafos, a instalação do 4º Corpo Policial, a instalação dos educandários do Seminário, do Colégio Nossa Senhora das

Dores, da Escola Normal mista e do Grupo Escolar, além de uma nova onda de investimentos capitalistas na mineração de diamantes no fim-de-século, fizeram a cidade transformar-se em um centro comercial e prestador de serviços para uma vasta clientela no norte do Estado. Esta situação amorteceu a percepção de uma crise estrutural em que a cidade estava imersa.

A pesquisa também possibilitou o esclarecimento do grau de interferência do Bispado em diversos ramos da produção em Diamantina, destacando-se a indústria têxtil e a viticultura. Os Bispos de Diamantina, mais do que pastores do rebanho cristão norte mineiro, agiram como empresários para sustentar suas obras, principalmente o seu primeiro Bispo, Dom João Antônio dos Santos.

Herdeira secular do escravismo, a sociedade diamantinense de fim-de-século, hierarquizada e segregacionista, foi remodelada em suas crenças e valores morais pela eficiente ação episcopal do recém instalado Bispado de Diamantina. A construção de uma ordem social conservadora, cristã e ultramontana, por um lado, condenou moralmente o escravismo, mas, por outro, preservou a hierarquia e a ordem, mantendo o *status quo* de uma sociedade desigual marcada pelo preconceito e pelo desequilíbrio de oportunidades de ascensão social.

Sendo assim, a pesquisa tratou de esclarecer a forma, o momento e os projetos nos campos em que o Bispado atuou e, por conseqüência, exerceu sua influência, quais sejam: educação, produção e trabalho. Em todas essas áreas foram criadas “tradições novas”, na medida em que as ações do clero tinham como fim a transformação dos usos e costumes pela via da recordação de valores morais conciliares tridentinos. A Igreja Católica buscou a preservação desses valores e tradições cristãs, secularmente construídos, lançando mão, para isso, da ação missionária catequizadora, área em que possuía um vasto campo de



experiências para se basear. Contrariamente aos modismos da época, o Bispado instruiu e recomendou, ao clero e aos fiéis, um comportamento pautado pela rigidez da conduta e carregado de valores morais que, a todo o tempo, deveriam primar pela busca da caridade, proteção aos pobres e salvação das almas.

No decorrer do processo de investigação das fontes várias indagações foram respondidas pelas preciosas informações ali contidas. No entanto, outros problemas até aí amortecidos foram suscitados. Como exemplo, a análise de uma determinada Carta Pastoral, indicada para um determinado fim explicativo, por seu conteúdo e autores, permitiu uma nova e variada problematização, como exemplifica a *Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao Clero e aos fiéis de suas Dioceses sobre o Patrimônio Artístico*, de 1926, utilizada na exposição inicial da dissertação. Em suas entrelinhas é possível verificar-se as relações da Igreja Católica Mineira com o Estado leigo republicano, em um processo cada vez mais voltado para a reaproximação de interesses mútuos. Por vezes, o cruzamento de diferentes fontes tornou possível o esclarecimento de dados que se acreditavam perdidos, como as Cartas Pastorais de Dom João Antônio dos Santos, cuidadosamente transcritas nos estudos de seus biógrafos. Enfim, o aprofundamento das investigações suscitaram tão variadas questões, que torna possível afirmar a respeito dessas fontes eclesiásticas, tão pouco estudadas, que se constituem em poderosos objetos materiais, através dos quais, poderá ser alcançada uma interpretação historiográfica cada vez mais próxima da realidade da vida cotidiana dos homens do fim-de-século em Diamantina e região.

A investigação mais detalhada das fontes confirmou a hipótese da vinculação do discurso produzido pelo Bispado com o ideário conservador de alguns pensadores europeus, como Joseph de Maistre e La Mennais, assim como, permitiu a verificação do

acatamento, desse mesmo discurso, às instruções da Cúria Papal romana, muitas vezes em clara afronta às posições do Estado Brasileiro, como exemplifica a questão com a maçonaria, no final do século XIX. A leitura das correspondências pessoais dos Bispos constituiu-se em um desafio instigante. Tanto as recebidas, quanto as emitidas, tornaram possível estabelecer os vínculos, intenções, projetos e realizações do Bispado. Em muitos casos essas correspondências constituíram-se em peças chaves para se estabelecer o grau de tensão das relações cotidianas do Bispado, como bem exemplificam as correspondências de Dom João, trocadas com o Ministro do Império por ocasião da questão da abolição, ou as correspondências de Dom Joaquim, trocadas com o Cardeal Arcoverde, por ocasião de sua nomeação para Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro e sua relutância em aceitar a missão.

Finalmente, a análise aqui apresentada e os dados arrolados têm a intenção de acrescentar ao debate sobre a historiografia de Diamantina e do norte de Minas, os aspectos, a trajetória e as influências exercidos pela Igreja Católica, uma das mais antigas e permanentes instituições na vida da cidade e que lhe conferiu o título de Cidade Arquiepiscopal. Também têm a intenção de contribuir para o debate sobre as origens e desenvolvimento do pensamento conservador em Diamantina e por extensão em Minas Gerais no fim-de-século. Para essa área tão pouco investigada da historiografia mineira a presente dissertação coloca-se como uma proposta interpretativa, aberta a um permanente e necessário exercício crítico sobre as formas de agir e de pensar da sociedade diamantinense, no momento da edificação do seu Bispado.

## FONTES

---

### Fontes Manuscritas

#### Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina

- Livros de Atas – 1860 – 1875 (Faltam exemplares na coleção)

#### Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

- Correspondências emitidas. Dom João Antônio dos Santos – 1848 / 1905. Cx. 1 a 4
- Correspondências recebidas. Dom João Antônio dos Santos – 1865 / 1905. Cx 1 a 5.
- Correspondências recebidas. Dom Joaquim Silvério de Souza – 1903 / 1933. Cx 1 a 15
- Dom João Antônio dos Santos – Documentos Avulsos – Vida Pessoal – 1865 a 1905. Cx 1 a 6.
- Dom Joaquim Silvério de Sousa – Documentos Diversos – 1862 / 1916. Cx 7
- Escravos – Documentos Diversos – 1855 / 1888 – Cx. 6.
- Livro de Registro de Empregados na Vinha do Palácio – 1912 / 1914.
- Livro de Visitas Pastorais. Dom Joaquim Silvério de Sousa – 190/1911/1923/1932 – Cx 49

#### Arquivo da União Operária Beneficente de Diamantina

- Livros de Atas – 1891 – 1930.

#### Biblioteca Antônio Torres – IPHAN/ Diamantina

- Arquivo Diversos – Cartas à Dom João – Cx 493
- Arquivo José Teixeira Neves – Cx 1 a 7.
- Arquivo Pessoal do Padre Antônio Torres.

## Fontes Impressas

### Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

- Atas e Estatutos do Primeiro Synodo da Diocese de Diamantina. Diamantina: Typ. De Motta & Comp. 1903.
- Atas e Estatutos do Segundo Synodo da Diocese de Diamantina. Diamantina: Typ. Diocesana, 1914.
- Atas e Estatutos do Terceiro Synodo da Arquidiocese de Diamantina. Diamantina: Typ. D'A Estrella Polar, 1929.
- Jornais: A Estrella Pollar – Coleção 1903 / 1933. Jornal A União
- O CENTRO DIOCESANO da União Popular em Diamantina e a 1ª Exposição de arte christã e movimento religioso no Brasil. Diamantina: Typ. D'A Estrella Polar, 1917.
- SANTOS, Monsenhor Gabriel Amador dos. *Memorial Histórico da Arquidiocese de Diamantina*. 1921.
- SOUSA, Dom Joaquim Silvério de. *Abreviado Despertador dos Deveres Sacerdotes*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1913.
- \_\_\_\_\_ . *Aos meus Seminaristas*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1917.
- \_\_\_\_\_ . *Carta Circular*. Diamantina: Typ. Cardozo, Filho e Motta, 1903.
- \_\_\_\_\_ . *Carta Pastoral*. Diamantina: 1903.
- \_\_\_\_\_ . *Carta Pastoral Das Vocações Sacerdotais*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1919.
- \_\_\_\_\_ . *Carta pastoral do Episcopado Mineiro ao Clero e aos fiéis de suas Dioceses sobre o Patrimônio Artístico*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1926.
- \_\_\_\_\_ . *Carta Pastoral Do Soberano Pontífice. Pae, Pastor e Pacificador*. Diamantina: A Estrella Polar, 1918.
- \_\_\_\_\_ . *Carta Pastoral publicando a Encyclica Acerbo Nimis do Santo Padre Pio X*. Diamantina: Typ. De Motta e Comp. 1905.

- \_\_\_\_\_ . *Instrução sobre o Matrimônio segundo o novo Decreto da Santa Sé.* Diamantina: Typ. Diocesana, 1908.
- \_\_\_\_\_ . *Oração por ocasião do Pontifical celebrado no dia 08 de setembro de 1926.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1926.
- \_\_\_\_\_ . *Pio XI. Sua paternidade sobrenatural.* Diamantina: Arquidiocese de Diamantina, 1929.
- \_\_\_\_\_ . (Trad.). *Porque e como as obras sociaes devem ser catholicas. Conferência por Luis Durand.* Diamantina: Typ. Diocesana, 1913.
- \_\_\_\_\_ . *Vida de Dom Silvério Gomes Pimenta – Arcebispo de Mariana.* São Paulo, 1927.

#### Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina

- Posturas da Câmara Municipal de Diamantina. Ouro Preto: typ. Imparcial de B. X Pinto de Souza: 1846.

#### Arquivo da União Operária Beneficente de Diamantina

- Estatutos da União Operária Beneficente de Diamantina. Diamantina: 1893.

#### Biblioteca Antônio Torres – IPHAN / Diamantina

- Arquivo Particular – Maria Lyns Fernandes ( D. Benzinha) A Sombra do Acaiaca. Vol VI 1966 – 1967. Datilografado.
- Jornais – O Jequitinhonha, O Piruruca, A Idéia Nova, O Monitor do Norte, A Diamantina, O Pão de Santo Antônio, Voz do Norte, Voz Feminina, A Diamantina, O Município.

#### Biblioteca do Seminário Arquiepiscopal de Diamantina

- Livro dos trabalhos e Resoluções do 1º Congresso Catholico Mineiro. 1 a 6/01/1910. Juiz de Fora.

- SANTOS, Dom João Antônio dos. *Carta Pastoral dando aos seus diocesanos a boa vinda do seu coadjutor o exmo e revmo Sr. Dom Joaquim de Silvério de Sousa Bispo de Bagis*. Diamantina, 1º de maio de 1902.
- \_\_\_\_\_ . *Carta Pastoral consagrando a Diocese de Diamantina ao Sagrado Coração de Jesus*. Diamantina, 04 de julho de 1880.

### **Fontes eletrônicas**

- [www.academiamineiradeletras.org.br](http://www.academiamineiradeletras.org.br).
- [www.eletronbras.gov.br/EM\\_biblioteca/biblioteca\\_setor.asp](http://www.eletronbras.gov.br/EM_biblioteca/biblioteca_setor.asp).
- [www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/filosofia/texto11.html](http://www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/filosofia/texto11.html)

## BIBLIOGRAFIA

---

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- ARAUJO, Francisco Lenz. *Geographia do Estado de Minas Geraes e Noções de Historia do mesmo Estado*. Belo Horizonte: 1907.
- ARAUJO, Luiz Bernardo Leite de. Weber e Habermas: religião e razão moderna. In *Revista Síntese. Nova Fase*. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus. 1997. V. 21, nº 67, p. 26.
- ARIES, Philippe H. História das Mentalidades. In: LE GOF, et al. *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1940.
- ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante: 1885 – 1906*. Belo Horizonte, 1949.
- ASSIS, Anatólio Alves de. *Histórias do Terceiro Batalhão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.
- BARRETO, Abílio. *Diamantina e o descobrimento dos diamantes*. Belo Horizonte: Centro Diamantinense, 1939.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense. Volume I. 1994.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Comp. das Letras, 1987.
- BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. Empresários brasileiros: um estudo comparativo. In. *VII Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1995.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- BOSCHI, Caio. *Os Leigos e o Poder*. São Paulo: Ática, 1986.

- BRANDÃO, Domingos Sávio Lins. *O Sentido Social da Música em Minas Colonial*. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH, 1993. Dissertação de Mestrado. Mimeo.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 25 Março 1824.
- BRAUDEL, Fernando. *Civilização material e Capitalismo. O tempo do Mundo*. Tomo I. Lisboa: Cosmos, 1970.
- BRITO, Manuel Carlos de. *Estudos de História da Música em Portugal*. Lisboa: Estampa, Imprensa Universitária, 1989.
- BURKE, Edmund (trad). *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: UNB, 1978.
- BURTON, Richard. *Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1977.
- CAFÉ. *Revista Minas Faz Ciência*. Belo Horizonte, FAPEMIG, n. 8, 2003.
- CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1986. Tese de Doutorado.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- CARVALHO, Daniel. Formação Histórica das Minas Gerais. In *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais. 1956.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARPEAUX, Otto Maria. *O livro de ouro da História da Música. Da Idade Média ao século XX*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- O CENTRO Diocesano da União Popular. *Diamantina e a 1ª Exposição de arte cristã e movimento religioso no Brasil*. Diamantina: Typ. D'a Estrella Polar, 1917.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*. Belo Horizonte: Coimbra, 1928.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- CHAVES, Branda Vianez. *Festa do Divino. Os Extremos da Fé e os Limites das Imposições Sociais em Diamantina no fim do século XIX e início do século XX*. Diamantina: FAFIDIA. 2001. Mimeo.



- COMBLIN, J. Situação histórica do catolicismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, São Paulo, n. 26, 1976.
- COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- COSTA, Emilia Viotti. *Da monarquia a Republica. Momentos decisivos*. São Paulo Brasiliense, 1987.
- COSTA, Dom José. *Vanguardeiros. Homenagem a Dom Joaquim Silvério de Souza no 60º aniversário de morte a 30 de Agosto de 1933*. Diamantina. 1933.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.
- COUTO, Sóter Ramos. *Vultos e Fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.
- CUNHA, Maria Iza Gerth. *Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio*. São Paulo: USP, 1999. Dissertação de mestrado. Mimeo.
- DIAMANTINA. Câmara Municipal. *Posturas da Câmara Municipal da cidade de Diamantina*. Ouro Preto: Typografia Imparcial de B.X. Pinto de Souza, 1846.
- DIAS, Marie Therese Odette Ernest. *Música em Diamantina no século XIX*. Diamantina: 14º Festival do Inverno da UFMG, 1981. (Ensaio). Mimeo.
- DINIZ, Clélio Campolina Diniz. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte: UFMG / PROED, 1981.
- DULCI, Otávio. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- ELIAS, Norbert. Sugestões para uma teoria dos Processos Civilizadores. In: *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993. V 2.
- FALCON, Francisco J.C. A Identidade do Historiador. In: *XVIII Simpósio Nacional da ANPUH*. Recife: 1995. Mimeo.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-Português*. Rio de Janeiro: FAE, 1992.

FERNANDES, Antônio Carlos & CONCEIÇÃO, Wander. *La Mezza Notte. O lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata. 1751 – 1895 – 1997*. Diamantina: Maria Fumaça, 2003.

FERNANDES, Antônio Carlos. Diamantina e Paraty. Do Distrito dos Diamantes ao Porto do Ouro. Reflexões sobre o patrimônio Cultural. In: *Seminário Paraty Planejamento e Patrimônio Mundial*. Paraty: Fundação Roberto Marinho, 2001. Suplemento Especial.

\_\_\_\_\_. *Códigos Casimiras e Confissões. Urbanização e Vida Cotidiana em Diamantina no final do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *O triunfo da fé na Atenas do Norte. Notas sobre a modernização conservadora Diamantinense*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *Os Arautos da fé. Vida e Obra de Dom João Antônio dos Santos e Dom Joaquim Silvério de Souza, 1863 – 1933*. Diamantina: Arquidiocese de Diamantina, 2001. Mimeo.

FERNANDES, Maria Lyns. A viticultura e a vinicultura em Diamantina. In: \_\_\_\_\_. *A sombra do Acaiaca*. Diamantina, 1966-1967. Vol. VI. Datilografado.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FORACCHI, Marialice Mencarini (org). *Karl Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982. Col. Grandes Cientistas Sociais.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1977.

FURTADO, Júnia Ferreira. Entre Becos e Vielas: o Arraial do Tejuco e a sociedade Diamantífera setecentista. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho (org). *O trabalho Mestiço. Maneiras de Pensar e Formas de Viver – Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *O livro da Capa Verde. O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

GIDDENS, Anthony. *Os contornos da Alta Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- GOMES, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo. In: *Revista de Estudos Históricos. Os anos 20*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 6, n. 11, 1993.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais. O Problema dos Patrimônios Culturais. In *Revista de Estudos Históricos. Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1998.
- GOODWIN Jr. James Willian. O lugar do Pobre na Imprensa Diamantinense de Fim-de-século. In. *Revista de História*. Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo: 1999. V. 1.
- HABERMAS, Jügén. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1990.
- HARVER, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- HAUCK, João Fagundes, et all. *História da Igreja no Brasil. Segunda Época. A Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HILL, Christopher. *O eleito de Deus. Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre História. Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e Pedras Preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1967.
- HOLCK, Ana et al. *Seminário Internacional – Um Século de Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. Depoimentos. Mimeo.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IGLESIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: INL, 1958.
- KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana da Arte Moderna de 1922. In: *Revista de Estudos Históricos. Arte e História*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 30, 2002.

- KOSELLECK, Reinhart. *O Futuro transacto*. Frankfurt / Main, 1979. Apud. HABERMAS, Jürgen. *O discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1990.
- \_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In *Revista de Estudos Históricos. Teoria e História*. Rio de Janeiro, vol, 5, n. 10, 1992
- LANGE, Francisco Curt. *Os compositores na Capitania Geral das Minas Gerais*. Marília: Separata da revista Estudos Históricos, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília. 1965. n. 03 e 04.
- LÁUAR, Cristiany Lima. *A música no Arraial do Tijuco no final do século XVIII*. Diamantina: FAFIDIA. 2001. Mimeo.
- LEÃO XIII. *Rerum Novarum – A condição dos Operários*. Documentos Pontifícios 2. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LENHARO, Alcir – *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte da formação política do Brasil: 1808-1842*. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História, Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOF, Jacques. *Memória e História*. In. ENCICLOPÉDIA EUNAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, V. 1. 1984.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da Viagem. Escravos e Libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- LEONARDI, Victor & HARDMAN, Foot. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- LIBBY, Douglas Cole. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1979. Dissertação de mestrado. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LONDOÑO, Fernando Torres. Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. In: *Revista História: Questões e Debates*. Curitiba: UFPR, n. 36, p. 161-168, 2002.

- LUSTOSA, Oscar Figueiredo (org). *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MARCO FILHO, Luís de. *História Militar da PMMG*. Academia de Polícia Militar da PMMG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1988.
- MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à Terceira Via. A Igreja no Brasil de 1889 a 1945*. Belo Horizonte: UFMG. 1995. Dissertação de Mestrado. Mimeo.
- MARTINS, Karla Denise. Civilização Católica e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX. In. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: DEHIS/UEPG, n. 7, p 73-103, 2002.
- MARTINS, Marcos Lobato. *A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: Surto Industrial em Diamantina entre 1870 e 1930*. In: IX Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR / UFMG, 2000. Anais, V. 2.
- \_\_\_\_\_. *Agricultura e Abastecimento na Comarca do Serro do Frio da Capitania de Minas Gerais: 1717 – 1820* In: *Revista de História*. Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo: 1999. V. 1.
- \_\_\_\_\_. *Da Bateia à Enxada: Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. Diamantina: FAFIDIA. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Identidades sociais e ação coletiva: o caso dos garimpeiros da microrregião de Diamantina*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1997. Dissertação de mestrado. Mimeo.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar & PAIVA, Clotilde A. et al. *Relatório de Pesquisa: População de Minas Gerais no século XIX e Novos Estudos sobre a Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FINEP, 1985. Mimeo.
- MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1980. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Minas e o Tráfico de Escravos no século XIX, Outra Vez*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994. Mimeo.

- MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *As exportações de Minas Gerais no século XIX*. Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1982. In: *Seminário sobre a Economia de Minas Gerais*.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Suzy de. A arquitetura moderna em Minas Gerais. In: *II Seminário sobre a Cultura Mineira (período contemporâneo)*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, Imprensa Oficial, 1980.
- MENEZES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico. Abastecimento Alimentar em Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Maria Fumaça, 2000.
- MINAS GERAIS. Coordenadoria de Cultura. *Sesquicentenário de Elevação do Tijuco a Vila Diamantina. 1831 – 1981*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.
- MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. *Estatutos da Beneficência dos Músicos do 3º BCM com sede em Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935.
- MONTELLO, Josué. *Os Tambores de São Luiz – A Saga do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo Revisitado. In: *Revista de Estudos Históricos. Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 1, n. 2, 1988.
- MORLEY, Helena. *Minha Vida de Menina*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- MOURA, Sérgio Lobo & ALMEIDA, José Maria G. A Igreja na Primeira Republica. In: FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *Sementeira de Valores – O Seminário de Diamantina – De 1867 a 1930*. Belo Horizonte: Tipografia Marília. 1971.
- \_\_\_\_\_. *O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.
- NEVES, Alfredo Geraldo. *Os Caminhos da Fé. As irmandades no Arraial do Tijuco no período colonial*. Diamantina: FAFIDIA. 2000. Mimeo.
- NEVES, José Augusto. *Chorografia do Município de Diamantina*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1899.

NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX na vida de um prelado Mineiro. Atividades e influência de Dom João Antônio dos Santos Bispo de Diamantina*. Separata do Livro, 1950.

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. A Igreja no Brasil ou informação para servir de base à divisão dos bispados, projetada para o ano de 1819, com a estatística da população dos mapas das respectivas províncias, e número de seus habitantes. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Ano XXIX. Rio de Janeiro, 1866.

OLIVEIRA, Maria Tereza Ribeiro de. *Formas de organização da propriedade na indústria têxtil mineira no século XIX*. In: VII Seminário sobre economia mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG. 1995.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre religião e Globalização. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 47, p. 59-74. ISSN 0102-6909.

PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho (org). *O trabalho Mestiço. Maneiras de Pensar e Formas de Viver – Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PAULA, Tanya Pitanguy de. *Abrindo os Baús. Tradições e Valores das Minas e das Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PEREIRA, Célio Hugo Alves. *História da União Operária Beneficente de Diamantina*. 1993. Mimeo. Apud. MARTINS, Marcos Lobato. *A presença da Fábrica...2000*.

\_\_\_\_\_. *Retrospectiva da União Operária Beneficente de Diamantina.1891 – 1991*.Diamantina: 1991. Mimeo.

PEREIRA, Vera Lúcia Felício. *O Artesão da Memória no Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: UFMG / PUC Minas. 1996.

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo Pimentel. *A Torre Kubitschek. A trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

PIRRENE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa América, 1973. p. 149.

POEL, Frei Francisco Van Der. *Bibliografia do Jequitinhonha e outras coisas de Lá*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Imprensa Oficial, 1986.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista de Estudos Históricos. Teoria e História*. Rio de Janeiro, n. 10, 1992.

QUINTANEIRO, Tânia. *Um toque de clássicos: Durkeim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

\_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985

RABELLO, Aristides. *O Hóspede*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais.

REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico. As contribuições de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. *Tempo Histórico e Evasão*. Campinas: Papirus, 1994.

ROCHA, Conego Severiano Campos da. Vida e Obra de Dom João Antônio dos Santos. In *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 19 novembro 1939. Ano XXXVII.

RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

ROMANO, Roberto. *Conservadorismo Romântico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *O Pensamento Conservador*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. In. [www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/filosofia/texto11.html](http://www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/filosofia/texto11.html)

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *Historia da Educação no Brasil*. Petropolis. Vozes, 1997.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SANTOS, Dom João Antônio dos. *Carta Pastoral dando aos seus diocesanos a boa vinda do seu coadjutor o exmo e revmo Sr. Dom Joaquim de Silvério de Sousa Bispo de Bagis*. Diamantina, 1º de maio de 1902.

\_\_\_\_\_. *Carta Pastoral consagrando a Diocese de Diamantina ao Sagrado Coração de Jesus*. Diamantina, 04 de julho de 1880.



- \_\_\_\_\_. *Carta Pastoral sobre a maçonaria*. São Sebastião das Correntes: 18 Agosto 1873. In. ROCHA, Cônego Severiano Campos da. *Vida e Obras de Dom João Antônio dos Santos*. *Jornal A Estrella Polar*. Diamantina, 17 de novembro de 1939, Anno XXXVII, n. 51.
- SANTOS, Gabriel Amador dos. *Memorial Histórico da Archidiocese de Diamantina*. Diamantina: 1921.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SENNET, Richard . *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. A Política da Igreja e a educação: o Sentido de um Pacto. *Revista de Estudos Históricos. Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 13, 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio*. In.: \_\_\_\_\_. *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 522.
- \_\_\_\_\_. Transformações da Linguagem e Advento da Cultura Modernista no Brasil. In *Revista de Estudos Históricos. Os Anos 20*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.
- SILVA, Almir Neves Pereira da. *Diamantina – Roteiro Turístico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975.
- SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos*. São Paulo: Perspectiva. 2001.
- SILVA, Dayse Lúcida. *Entre a Norma e o Desejo: Estudo das Tensões na Vida Conjugal Diamantinense no Processo de Mudança Social. 1863 – 1933*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2003. Dissertação de mestrado. Mímeo.
- SOUSA, Dom Joaquim Silvério de. *Abreviado Despertador dos Deveres Sacerdotes*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1913.
- \_\_\_\_\_. *Aos meus Seminaristas*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1917.

- \_\_\_\_\_. *Carta Circular*. Diamantina: Typ. Cardozo, Filho e Motta, 1903.
- \_\_\_\_\_. *Carta Pastoral*. Diamantina: 1903.
- \_\_\_\_\_. *Carta Pastoral Das Vocações Sacerdotais*. Diamantina: Typ. Da Estrella Polar, 1919.
- \_\_\_\_\_. *Carta pastoral do Episcopado Mineiro sobre o Patrimônio Artístico*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Carta Pastoral Do Soberano Pontífice. Pae, Pastor e Pacificador*. Diamantina: A Estrella Polar, 1918.
- \_\_\_\_\_. *Carta Pastoral publicando a Encyclica Acerbo Nimis do Santo Padre Pio X*. Diamantina: Typ. De Motta e Comp. 1905.
- \_\_\_\_\_. *Instrução sobre o Matrimônio segundo o novo Decreto da Santa Sé*. Diamantina: Typ. Diocesana, 1908.
- \_\_\_\_\_. *Oração por ocasião do Pontifical celebrado no dia 08 de setembro de 1926*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Pio XI. Sua paternidade sobrenatural*. Diamantina: Arquidiocese de Diamantina, 1929.
- \_\_\_\_\_. (Trad.). *Porque e como as obras sociaes devem ser catholicas. Conferência por Luis Durand.* Diamantina: Typ. Diocesana, 1913.
- \_\_\_\_\_. *Vida de Dom Silvério Gomes Pimenta – Arcebispo de Mariana*. São Paulo, 1927.
- SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- SOUZA, Renato César José de. A última Escola Antiga. In: SOUZA, Eneida Maria de (org.). *Modernidades Tardias*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da Magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. São Paulo: Paz e Terra. 1992.
- TIBÃES, Maria da Conceição Duarte. *O artífice John Rose, um inglês em Diamantina*. Diamantina: Gráfica Cristiane, 2001.

- TORRES, Antônio (Padre). Notas Biográficas de Dom João Antônio dos Santos. *Jornal A Diamantina*. Diamantina, 1910.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para sua história*. São Paulo: Escolas Profissionais Liceu Coração de Jesus, 1929.
- UFMG. Departamento de Música. *Música em Diamantina – Cenário Atual e a Herança do Século XIX. Ensaio*. In: XVI Festival de Inverno da UFMG. Diamantina: UFMG, 1983.
- VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de Filosofia II. Ética e Cultura*. São Paulo: Loyola, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Ontologia e História. Escritos de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VELLOSO, André & MATOS, Ralfó. A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. In. *VIII Seminário Sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR / UFMG, 1998. Anais, Volume I.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. In: *Revista de Estudos Históricos. Os anos 20*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol 6, n. 11, 1993.
- VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *História da Questão Religiosa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WEBER, Marx. *Ensaio de Sociologia (cap. XIII)*. In: Weber. São Paulo: Abril Cultural, 1974 ( coleção Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. *A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.